ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA UNI.CO S.A.

[Logo Novo Mercado - Provisório]

Uni.co S.A.
Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24 – NIRE 35.300.541.481
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia
CEP 04548-903, São Paulo, SP

[•] Ações
Valor da Oferta: R$[•]
Código ISIN das Ações nº "[•]"
Código de Negociação das Ações na B3: "[•]"

No contexto da presente Oferta, estima-se que o preço de subscrição por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

A **Uni.co S.A.** ("Companhia"), o Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Squadra") e os acionistas vendedores pessoas físicas identificados na seção "Informações sobre a Oferta – Identificação dos Acionistas Vendedores" deste Prospecto ("Acionistas Pessoas Físicas" e, em conjunto com o Squadra, "Acionistas Vendedores"), em conjunto com a **XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("XP Investimentos" ou "Coordenador Líder" ou "Agente Estabilizador"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), em mercado de balcão não organizado, sem esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta consistirá na distribuição pública: (i) primária de [•] ([•] novas ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, [•] ([•]) ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores ("Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária", sendo que as Ações da Oferta Secundária, em conjunto com as Ações da Oferta Primária", serão denominadas "Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, de 5 de março de 2020 ("Ofício-Circular CVM/SRE"), com o "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor ("Código ANBIMA"), bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo sobre esforços de dispersão acionária, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sob a coordenação do Coordenador da Líder e com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto).

Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. Não serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do "*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*" ("Anúncio de Início"), a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com o Coordenador Líder, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia e [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia e [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, quando da fixação do Preço por Ação (conforme abaixo definido). Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte do Coordenador Líder.

Estima-se que o preço de subscrição por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa ("Preço por Ação"). **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva (conforme definido neste Prospecto) serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*" ("Prospecto Preliminar"), exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa (conforme definido neste Prospecto), nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto**.

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto), a ser realizado no Brasil, pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Colocação, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*") e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletada junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(2)(3)(4)
Por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]
Total	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. O Preço por Ação utilizado neste Prospecto serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Abrange as comissões a serem pagas ao Coordenador Líder, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.
(3) Sem dedução das despesas e tributas da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelo Coordenador Líder, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*", na página 48 deste Prospecto.
(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "*Informações Sobre à Oferta – Quantidade, Montante e Recursos Líquidos*", na página 47 deste Prospecto.

A submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM, bem como a reforma do seu estatuto social ("Estatuto Social"), de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, bem como a aprovação da realização da Oferta Primária pela Companhia, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência do(s) atua(is) acionista(s) da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 6º do Estatuto Social, seus termos e condições foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020, cuja ata [será] {ou} [foi] devidamente registrada em [•] de [•] de 2020 perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº [•], e foi publicada no jornal "Data Mercantil" e no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") em 20 de outubro de 2020.

A fixação e justificativa do preço de emissão das novas ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação e a aprovação e homologação do aumento do capital social da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, e publicada no jornal "Data Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pelo Squadra por ato discricionário de seu gestor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 15 de seu regulamento.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e a fixação do Preço por Ação, uma vez que se tratam de pessoas físicas.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição das Ações, a partir de [•] de [•] de 2020, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de outubro de 2020.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, e não serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior. Portanto, qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada em qualquer outro país, exceto o Brasil.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição das Ações. Ao decidir subscrever e liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES", A PARTIR DAS PÁGINAS 19 e 82, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO A PARTIR DA PÁGINA 353 DESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA
Ofertas Públicas

Coordenador Líder

xp investment banking

A data deste Prospecto Preliminar é [•] de [•] de 2020.

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. O presente Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES **1**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **5**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **6**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **8**
Visão Geral 8
Pontos Fortes e Vantagens Competitivas 13
Estratégia 17
Estrutura Societária 19
Eventos Recentes 19
Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia 19
Informações Adicionais 22
IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES **23**
Declaração de Veracidade das Informações 23
SUMÁRIO DA OFERTA **24**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **42**
Composição do Capital Social 42
Principais Acionistas e Administradores 43
Identificação dos Acionistas Vendedores 44
Características Gerais da Oferta 44
Aprovações Societárias 45
Preço por Ação 46
Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta 47
Quantidade, Montante e Recursos Líquidos 47
Custos de Distribuição 48
Cronograma Estimado da Oferta 53
Regime de Distribuição 54
Plano Distribuição da Oferta 55
Procedimento de Distribuição da Oferta 55
Procedimento da Oferta Não Institucional 56
Procedimento da Oferta Não Institucional – Segmento *Private* 59
Procedimento da Oferta Não Institucional – Oferta de Varejo 62
Procedimento da Oferta Institucional 65
Prazos da Oferta 67
Contrato de Colocação 67
Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta 68
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação 69
Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado 70
Violações das Normas de Conduta 71
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 71
Negociação das Ações na B3 72
Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*) 73
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 73
Inadequação da Oferta 73
Condições a que a Oferta esteja submetida 73
Informações Adicionais 74
Companhia 74
Coordenador Líder 74
Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta 75
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **77**

Coordenador Líder 77
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E O COORDENADOR LÍDER..... 79
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR LÍDER.. 80
Relacionamento entre o Squadra e o Coordenador Líder 80
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder 81
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES..... 82
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 89
CAPITALIZAÇÃO 92
DILUIÇÃO 93
ANEXOS 97
ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA 101
ANEXO B – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, O PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA..... 123
ANEXO C – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU A ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 135
ANEXO D – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA..... 147
ANEXO E – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 153
ANEXO F – DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 157
ANEXO G – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 161
ANEXO H – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019..... 167
ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017 235
ANEXO J – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 325

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Uni.co" ou "nós" se referem, a menos que o contexto determine de forma diversa, à "Uni.co S.A.", suas subsidiárias e filiais na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 325 deste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção "Sumário da Oferta", a partir da página 24 deste Prospecto.

Acionistas Vendedores	Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e os Acionistas Pessoas Físicas, quando considerados em conjunto.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Os Srs. [Nome do Acionista Vendedor Pessoa Física], [Nome do Acionista Vendedor Pessoa Física] e [Nome do Acionista Vendedor Pessoa Física].
Administração	O Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia.
Afiliadas	Significa com relação a uma pessoa: (i) seus acionistas controladores diretos ou indiretos, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, (ii) suas sociedades controladas, direta ou indiretamente, nos termos do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, (iii) as sociedades sob mesmo controle que tal pessoa, (iv) sociedades coligadas, nos termos do artigo 243, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e (v) seus conselheiros e diretores.
Agente Estabilizador	XP Investimentos.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	A assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
Controladas	Sociedades operacionais controladas pela Companhia.
CMN	Conselho Monetário Nacional.

CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Física do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	"*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*", atualmente em vigor.
Companhia ou Uni.co	Uni.co S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não está instalado.
Corretora	XP Investimentos.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria Estatutária	A diretoria estatutária da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro ou prejuízo líquido do exercício acrescido pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e pelas despesas de depreciação e amortização. A margem EBITDA consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida. O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e nem pelas IFRS. Além disso, não representam o fluxo de caixa da Companhia para os períodos apresentados, de modo que não devem ser consideradas substitutos do lucro (prejuízo) líquido como indicadores do desempenho operacional, fluxo de caixa, como indicadores de liquidez e, tampouco, não poderão ser considerados para o cálculo de distribuição de dividendos. Para mais informações sobre medições não contábeis, veja o item 3.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página da 337 deste Prospecto.

EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado é obtido por meio do EBITDA, com os seguintes ajustes: Para uma reconciliação entre o nosso lucro (prejuízo) líquido e o EBITDA Ajustado, vide a seção "*3.2. Medições Não Contábeis*" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto a partir da página da 337 deste Prospecto.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Formulário de Referência	Formulário de Referência elaborado pela Companhia, nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto, a partir da página 325 deste Prospecto.
IASB	*International Accounting Standards Board* (Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade).
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFRS	*International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). Conjunto de normas internacionais de contabilidade, emitidas e revisadas pelo IASB.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 527	Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto Sobre Operações Financeiras cobradas nas operações de câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Novo Mercado	Segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Ofício-Circular CVM/SRE	Ofício-Circular 01/2020/CVM/SRE, divulgado em 5 de março de 2020.

OMS	Organização Mundial de Saúde.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regulamento da Câmara de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos Administradores, membros do Conselho Fiscal e do Acionista Controlador.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado da B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
SARS	Síndrome respiratória aguda grave.
Squadra	Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
XP Investimentos ou Coordenador Líder	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valos Mobiliários S.A.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Uni.co S.A., sociedade por ações, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.825.887/0001-24 e com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCESP sob o NIRE nº 35.300.541.481.
Registro na CVM	A Companhia se encontra em fase de obtenção de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM, sendo que os registros de companhia aberta e da Oferta foram requeridos junto à CVM em [•] de outubro de 2020.
Sede	Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olimpia, CEP 04548-903, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na sede da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Adilson José Perardt. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 11 3838-0801 e o seu endereço eletrônico é ri@grupounico.com.
Instituição Escrituradora	Banco Bradesco S.A.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à disponibilização do Anúncio de Início.
Jornais nos Quais Divulga Informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no jornal "Data Mercantil" e no DOESP.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página da 325 deste Prospecto.
Website	https://ri.grupounico.com As informações constantes do nosso *website* não são parte integrante deste Prospecto, e nem se encontram incorporadas por referência ou anexas a este.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre nós e a Oferta poderão ser obtidas em nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 325 deste Prospecto, e junto: (i) à nossa Diretoria de Relações com Investidores; (ii) ao Coordenador Líder nos endereços e *websites* indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*" na página 74 deste Prospecto; (iii) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 511, 5.º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2.º a 4.º andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou, ainda, em seu *website*: www.cvm.gov.br; e (iv) à B3, na Praça Antônio Prado, 48, 7° andar, CEP 01010-901, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, em seu *website*: www.b3.com.br.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e perspectivas para o futuro, principalmente nas seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" deste Prospecto, a partir das páginas 19 e 82, respectivamente, e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 325 deste Prospecto.

As estimativas e perspectivas sobre o futuro têm por embasamento, em grande parte, expectativas atuais concernentes a eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar os negócios da Companhia, o seu setor de atuação, sua participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, o resultado de suas operações, margens e/ou fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e perspectivas futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações disponíveis atualmente.

Muitos fatores importantes, além daqueles discutidos neste Prospecto e no Formulário de Referência, tais como previstos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro, podem impactar adversamente os resultados da Companhia e/ou podem fazer com que as estimativas e perspectivas não se concretizem.

Tais fatores, riscos e incertezas incluem, entre outros, os seguintes:

- variações cambiais, nas taxas de juros, na inflação, na liquidez do mercado doméstico de crédito e de capitais, nas políticas fiscais;
- as alterações na conjuntura social, econômica, política e de negócios do Brasil, incluindo flutuações nas taxas de câmbio, de juros ou de inflação, nível de emprego, crescimento populacional, e liquidez nos mercados financeiro e de capitais;
- a mudança no cenário competitivo no nosso setor de atuação, bem como alterações nas preferências e situação financeira dos nossos clientes;
- as decisões de nossos processos ou procedimentos judiciais ou administrativos;
- modificações em leis e regulamentos, incluindo os que envolvem questões fiscais e trabalhistas;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório;
- a nossa capacidade de contratar financiamentos quando necessário e em termos razoáveis;
- eventos de força maior;
- a pandemia de COVID-19 e seus impactos nas condições sanitárias, políticas e econômicas do Brasil; e
- outras considerações discutidas na seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*" a partir da página 82 deste Prospecto, e nas seções "*4. Fatores de Risco*", "*7. Atividades do Emissor*" e "*10. Comentários dos Diretores*" do nosso Formulário de Referência.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS CONTIDAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR LÍDER NÃO ASSUMEM A RESPONSABILIDADE E A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA, EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUAISQUER OUTROS FATORES. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “deverá”, “visa”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro.

Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a se concretizar.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições futuras da situação financeira e dos resultados operacionais, da participação de mercado e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquela expressa ou sugerida nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Tendo em vista estas limitações, os potenciais investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e declarações acerca do futuro contidas neste Prospecto.

Estimativas de Mercado e Outras Informações

São feitas declarações neste Prospecto sobre estimativas de mercado, a situação em relação aos concorrentes e a participação no mercado da Companhia, bem como sobre o tamanho dos mercados em que atua. Tais declarações são feitas com base em pesquisas internas e pesquisas de mercado e em informações obtidas de fontes que a Companhia considera confiáveis. A menos que indicado de outra forma, todas as informações macroeconômicas foram obtidas junto ao BACEN, IBGE e FGV. A Companhia não tem motivos para acreditar que tais informações não sejam corretas em seus aspectos relevantes, razão pela qual não as verificou de forma independente.

Todas as referências feitas neste Prospecto a “Real”, “Reais” ou “R$” dizem respeito à moeda oficial do Brasil e todas as referências a “Dólar”, “Dólares” ou “US$” dizem respeito à moeda corrente dos Estados Unidos.

Adicionalmente, alguns números constantes deste Prospecto e no Formulário de Referência, podem não representar totais exatos em razão de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados apresentados em algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem, ainda que a diferença seja mínima.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras e operacionais da Companhia e suas controladas, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto Preliminar e do Formulário de Referência. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir nas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto Preliminar e o Formulário de Referência, em especial as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Acerca do Futuro" e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" deste Prospecto Preliminar, nas seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, nos termos do inciso II, parágrafo 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos "nós", "nossos" e "nossa Companhia" referem-se à Companhia e a suas controladas (também denominadas, em conjunto, "Grupo Uni.co").

Visão Geral

Acreditamos ser uma das maiores plataformas de *love brands* ("marcas amadas") do Brasil considerando em conjunto sortimento, canais de venda, cobertura geográfica e oferta de produtos, despertando alegria e nos conectando emocionalmente com o público de espírito jovem e as novas gerações de consumidores. Nosso modelo de negócio permite que cada uma de nossas 3 marcas (Puket, Imaginarium e MinD) encante e ofereça uma experiência diferenciada de compra para os mais de 1,8 milhão de clientes ativos[1] devido ao nosso variado portfólio de produtos inovadores e criativos e ao atendimento diferenciado nos canais de vendas.

Comercializamos e distribuímos nossos produtos em todo o território nacional com uma estratégia *omnichannel*. Nossos canais físicos incluem 445 franquias e mais de 2.800 pontos de vendas multimarcas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, e os canais digitais incluem nossos três websites próprios e nosso *marketplace* "Nossos Crushes", além de outros *marketplaces* estratégicos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, vendemos mais de 8,1 milhões de produtos, gerando um *sellout* de R$542 milhões. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, vendemos aproximadamente 3,3 milhões de produtos, gerando um *sellout* de R$220 milhões.

Nossas Marcas

- ***Puket:*** é a nossa *love brand* de vestuário e acessórios para todas as idades. Fundada em 1988 com o intuito de ser uma marca de meias irreverentes, vem expandindo suas categorias e seus canais de atuação. A marca tem o propósito de conectar as famílias e pessoas que se gostam por meio de produtos com design divertido, colorido e criativo, permitindo aos pais se vestirem de filhos e vivenciarem juntos momentos lúdicos. O seu time de criação desenvolve anualmente mais de 1.000 estampas e 2.500 produtos exclusivos. A marca foi integrada ao Grupo Uni.co em 2018 e, em 30 de setembro de 2020, contava com mais de 1,2 milhão de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 172 franquias monomarcas e um ticket médio de R$179.

- ***Imaginarium:*** é a nossa *love brand* de design e presentes, com DNA de inovação e diversão. Fundada em 1991, a marca busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. Com o desafio, desde 2003, de entregar 1 produto por dia, a marca criou no ano de 2019 495 produtos. A Imaginarium é, desde dezembro de 2012, a marca inicial do Grupo Uni.co e em 30 de setembro de 2020 contava com mais de 2,3 milhões de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 219 franquias monomarcas e ticket médio de R$145.

[1] Entende-se por "clientes ativos" os clientes cadastrados em nossa base de dados que efetuaram no mínimo uma compra em qualquer de nossos canais físicos ou digitais desde janeiro de 2019.

- ***MinD:*** é a nossa *love brand* de decoração, com modernidade e aconchego impressos em seu DNA. Fundada em 2014, tem como propósito fazer com que nossos clientes se apaixonem por suas casas todos os dias, trazendo afeto ao ato de decorar. A marca lança artigos inovadores e alinhados com as tendências de arquitetura e design a cada nova estação, com mais de 300 novidades por ano. São produtos pensados para pessoas que acreditam que a decoração também faz parte de quem somos. A MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co em dezembro de 2016 e hoje atua 100% nos canais digitais. Em 30 de setembro de 2020, a marca contava com mais de 300 mil seguidores em suas redes sociais e tem ticket médio de R$230.

	Puket	imaginarium	MinD
Ano de Fundação	**1988**	**1991**	**2014**
Receita Bruta (% do Grupo)[1]	**52%**	**47%**	**1%**
Ticket Médio[2] (R$)	**179**	**145**	**230**
Número de Lojas[3]	**172**	**219**	**-**
Redes Sociais (mil)[4]	**1.305**	**2.387**	**318**

(1) Considera números de 2019
(2) Considera números de 2020 até 30 de setembro
(3) Considera franquias monomarcas em 30 de setembro de 2020. MinD não possuía lojas físicas, sendo uma marca totalmente digital
(4) Número de seguidores somados das redes sociais Facebook e Instagram em setembro de 2020

Nossos Canais

Atendemos nossos clientes em todos os estados do Brasil e Distrito Federal por meio de canais físicos e digitais, os quais estão em crescente processo de integração, pois acreditamos que essa conexão enriquece a experiência de consumo.

Nossa rede de lojas físicas é composta por franquias monomarcas, franquias multimarcas, lojas no modelo *store in store* e lojas de varejo multimarcas. Na data do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, temos 391 franquias monomarcas - 172 franquias Puket e 219 franquias Imaginarium - situadas em 25 estados do país e no Distrito Federal. Nossas franquias têm um tamanho médio de aproximadamente 40 m² e foram responsáveis por 55% de nossa receita líquida nos nove primeiros meses de 2020.

Para atender cidades menores, com população entre 40 a 210 mil habitantes, criamos em 2012 o modelo inovador de franquia multimarcas, chamado de Lovebrands, que conta, na data do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, com 54 lojas. Nessas lojas, os clientes encontram nossas marcas Puket e Imaginarium, além das marcas convidadas Chilli Beans e Balonè.

O modelo *store in store* é uma "pequena loja" dentro de uma loja multimarcas. Selecionamos lojas multimarcas reconhecidas em localidades onde ainda não possuímos franquias para implantar esse modelo e proporcionar aos nossos consumidores uma experiência de consumo equivalente a de nossas franquias. Nesse sentido, contamos com uma rede de 576 *store in store* com as bandeiras "Aqui Tem Puket" e "Imaginarium Na Medida".

Também estamos presentes em 2.292 pontos de vendas do varejo multimarcas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Oferecemos nesse canal um mix reduzido de produtos considerando suas particularidades e sua interação com os demais canais de venda.

No canal digital, comercializamos nossos produtos em três websites proprietários de *e-commerce*. Contamos com uma força de mais de 1,4 mil vendedores de nossas franquias, que participam do programa "Embaixadores Digitais", no qual são comissionados por vendas *online* com a utilização de cupons, e que também utilizam o "Catálogo Virtual", ferramenta que permite realizar vendas via WhatsApp. Utilizamos estrategicamente *marketplaces* como Mercado Livre, B2W, Magazine Luiza e Rappi, entre outros, como canais de popularização das nossas marcas. Nossos franqueados estão cada vez mais integrados ao *e-commerce* por meio das iniciativas *omnichannel*. Com isso, o estoque da nossa ampla rede de franquias consegue atender nossos clientes com menores prazos de entrega e custo de frete, proporcionando conveniência e melhorando a experiência do consumidor.

Essas iniciativas criaram uma sólida base para suportar o potencial de crescimento de fluxo e da taxa de conversão do *e-commerce,* gerando já no primeiro trimestre de 2020 um aumento de 88% das vendas digitais em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi ainda maior no segundo trimestre de 2020, em que a venda digital cresceu mais de 5 vezes em relação ao mesmo período de 2019, devido às nossas iniciativas internas e às medidas de restrição de circulação de pessoas decorrentes da pandemia do novo coronavírus. No terceiro trimestre de 2020, mantivemos nossa trajetória de crescimento digital, com um patamar de venda *online* 3 vezes maior do que o mesmo período do ano anterior.

Abaixo, segue gráfico sobre a evolução do GMV Digital[2] da Companhia ao longo do exercício de 2019 e até 30 de setembro de 2020:

Seguindo a nossa estratégia de digitalização, a Imaginarium lançou, em julho de 2020, o nosso primeiro *marketplace* proprietário: o "*Nossos Crushes*". Nosso *marketplace* proprietário anuncia e vende produtos de marcas parceiras (e.g. Livraria Cultura, Livo e Weasy), sendo o mix de produtos cuidadosamente selecionado por nosso experiente time interno de curadoria. Essa iniciativa tem o objetivo de oferecer produtos e soluções que se conectam com os nossos consumidores e com o nosso DNA, além de proporcionar uma experiência cada vez mais completa para os nossos clientes. Os projetos implementados permitiram aumentar o fluxo e a conversão de nossos *websites,* que receberam mais de 20 milhões de acessos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Com isso, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de *e-commerce* foi de R$25 milhões, o que representou 25% da nossa receita líquida total do período e um crescimento de 219% em relação ao mesmo período de 2019, quando nossa receita líquida de *e-commerce* foi de R$8 milhões, representando 6% da nossa receita líquida total daquele período.

Informações mais detalhadas dos nossos canais de vendas estão contidas no item 7.3 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

[2] Entende-se por "GMV Digital" o *Gross Merchandising Volume*, que corresponde ao volume bruto de mercadorias, dentro de plataformas digitais.

Nossa Plataforma

Acreditamos que o DNA de cada uma de nossas *love brands*, desenvolvido ao longo de suas jornadas de conexão e encantamento com seus consumidores, é o nosso principal ativo. Por isso, o Grupo Uni.co criou uma plataforma que permite que nossas marcas preservem seus DNAs e foquem em seu *core business*, que é encantar o cliente.

Entregamos para todas as marcas um cardápio de serviços que inclui: *(i)* tecnologia para operação de franquias, *(ii)* rede global de *sourcing* com times alocados na China e no Brasil, *(iii)* plataforma *omnichannel* com tecnologia e processos desenvolvidos para integrar as franquias com os canais digitais e *(iv)* processos de suporte, gente e gestão e governança eficientes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no mesmo período de 2019, a Companhia registrou uma receita líquida ajustada de R$104 milhões e R$65 milhões, respectivamente. As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados:

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
	(Em R$ mil, exceto quando indicado diversamente)				
Receita Líquida Ajustada	103.747	165.416	268.928	286.101	129.617
Lucro Bruto Ajustado	53.296	81.886	129.367	145.975	70.190
EBITDA Ajustado[1]	(20.446)	2.513	18.233	42.635	19.920
Dívida Líquida	73.664	132.758	131.412	139.611	(44.109)
Número de lojas[2]	445	465	476	468	287
Sellout[3]	231.015	350.268	540.185	530.476	273.023
GMV Digital[4]	41.616	11.417	19.559	13.331	6.559

(1) O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA (medição não contábil feita pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, nos termos das orientações da Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização) acrescido por itens que a administração entende que não fazem parte da operação. Entre os itens ajustados, estão as despesas referentes ao processo de integração Administrativa e Logística das marcas Imaginarium e Puket, custos e despesas não operacionais relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket, ações judiciais de gestões anteriores, ganho da ação do ICMS na base do PIS/COFINS, despesas não operacionais relacionadas ao alongamento do endividamento bancário, provisão para créditos de liquidação duvidosa franquias de Outlets da Companhia, impacto do IFRS-16 nos contratos de aluguéis e resultado das lojas próprias encerradas. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

(2) Em unidades, considerando franquias monomarcas (Puket e Imaginarium) e Lovebrands. A rede Puket passou a ser controlada pela Companhia a partir de 2018.

(3) Corresponde à soma da venda bruta em nossos canais de venda (franquias monomarcas, multimarcas e *e-commerce*).

(4) *Gross Merchandising Volume*, que corresponde ao volume bruto de mercadorias dentro de plataformas digitais.

Pontos Fortes e Vantagens Competitivas

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso.

Marcas líderes que se conectam com as novas gerações de maneira continuada

Há 30 anos, nossas marcas vêm se conectando com seus públicos, sendo reconhecidas pelos seus produtos e experiências. Para que isso seja possível, preservamos o DNA único de cada marca mantendo a independência dos times de marca, criação e desenvolvimento de produtos, que atualmente conta com mais de 55 colaboradores divididos nas três marcas. Nosso processo criativo tem a capacidade de antecipar tendências, seja na moda, tecnologia ou decoração, e de criar produtos desejáveis e que geram conexões emocionais com nossos consumidores. Criamos mais de 3.000 produtos por ano que são reconhecidos por nossos consumidores e por parceiros como inovadores, criativos e surpreendentes.

O nosso impacto em criação de produtos é refletido em parcerias com marcas mundialmente conhecidas. Essas parcerias permitem expandir o alcance das nossas marcas, entre as quais destacamos: *(i) Warner Bros Entertainment* na qual desenvolvemos produtos das franquias Harry Potter™, Friends™ e DC Comics; *(ii) Nespresso*, *collab* exclusiva na qual foi desenvolvida uma máquina de café personalizada pela Imaginarium; *(iii) The Walt Disney Company*; (iv) *Converse*; *(v) Budweiser*; e *(vi) Minions™*.

Nossa estratégia *customer-centric* (centrada no cliente) fortalece a nossa conexão com os mais de 1,8 milhão de clientes ativos e é refletida diretamente nos indicadores de satisfação dos nossos consumidores. Na data do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nossas marcas tinham aproximadamente 4,0 milhões de seguidores em suas redes sociais, *Net Promoter Score* (NPS) médio de 74 e pontuação média no ReclameAqui de 7.8 para lojas online e 8.7 para lojas físicas. Além disso, em 2019, a Imaginarium foi reconhecida com o Prêmio Negócios – ReclameAqui de "As Melhores Empresas para o Consumidor".

	NPS[1]	ReclameAQUI Lojas físicas[2]	ReclameAQUI Loja Online[2]
imaginarium	85	8.7	8.3
Puket	74	8.8	7.8
MinD	64	-	7.4

(1) NPS medido por pesquisa interna da Companhia com os dados de agosto de 2020
(2) Indicador do ReclameAqui contabilizado como a média de 12 meses em 30 de setembro de 2020

PRÊMIO NEGÓCIOS ReclameAQUI
AS MELHORES EMPRESAS PARA O CONSUMIDOR 2019
imaginarium

Plataforma omnichannel com capilaridade em todo o território nacional

Investimos em diversas iniciativas para alavancar a nossa plataforma *omnichannel*, com a integração entre nossos canais de venda físicos e digitais, tais como:

- ***Ship from store*:** processo de atendimento, iniciado em 2019, que transforma a loja física em um ponto de distribuição utilizando o estoque local para atender pedidos *online* de forma mais rápida e barata;

- ***Pick-up in store***: processo de venda *online* com a retirada de pedidos em lojas físicas, também implementada em 2019;

- **Catálogo virtual:** ferramenta que permite aos nossos vendedores customizar catálogos de produtos e vender por meio do WhatsApp; e

- **Embaixadores virtuais:** projeto que permite que os nossos mais de 1,4 mil vendedores de nossas franquias recebam uma comissão por cada venda realizada no *e-commerce* com a utilização de cupons personalizados.

Essas iniciativas foram implementadas em nossas franquias, por meio de um modelo comercial *ganha-ganha*, benéfico tanto para franqueadora quanto para franqueado. Hoje, possuímos 72% das franquias Imaginarium e 10% das franquias Puket (em fase de implantação) integradas ao *omnichannel.* Contamos, ainda, com uma estrutura logística favorável para integração de nossos canais: possuímos franquias em todas as capitais do Brasil (exceto Macapá), o que nos permite implementar um serviço de entrega em 24 horas após a solicitação em praticamente todos os estados do país. Adicionalmente, contamos com um centro de distribuição estrategicamente localizado em Biguaçu/SC, que possui mais de 13 mil m^2 para garantir o abastecimento de nossas lojas, e um estoque avançado em São Paulo/SP – nosso principal centro consumidor – que proporciona maior agilidade ao nosso processo de entrega das vendas digitais.

As nossas vendas *omnichannel* representaram 33% das vendas no site da Imaginarium no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Por meio dessa estratégia, conseguimos oferecer uma experiência diferenciada para nossos clientes, reduzindo 7 dias do prazo de entrega nas regiões Norte e Nordeste, e com custo até 40% mais barato. As vantagens do modelo *omnichannel* são refletidas no NPS dos clientes multicanais, que é 15 pontos percentuais maior do que o NPS dos clientes *e-commerce,* e no *lifetime value* (LTV) por cliente, que é 20% maior.

A estruturação da plataforma *omnichannel* em um modelo de franquias foi possibilitada pela nossa capacidade de inovação, potencializada pela criação de uma área interna na Companhia dedicada para desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas e inteligência artificial, o nosso Uni.Labs. A área reúne uma equipe de mais de 20 pessoas altamente capacitadas e com sólido histórico no mundo digital, trabalhando em um modelo ágil de experimentação por meio de testes A/B e com o conceito de mínimo produto viável (*MVP*). Durante o período da pandemia, o Uni.Labs implementou diversas iniciativas para acelerar o processo de transformação digital e aumentar as vendas com as lojas fechadas, dentre elas o programa "Embaixador Digital" e as vendas por "Catálogo Virtual", além de acelerar iniciativas em curso como a criação do nosso *marketplace* proprietário e o aumento de nossa presença em outros *marketplaces*.

Com objetivo de acelerar o crescimento dos canais digitais, criamos centros de excelência e soluções, reunindo conhecimentos estratégicos e replicando rapidamente boas práticas nos negócios do Grupo Uni.co. Um desses centros é o *Growth Center* que, a partir da internalização da agência de mídia, se tornou a gestora de todo o ciclo de crescimento, que vai desde o investimento em mídias (*awareness*), passando por motores performance e se consolidando por meio da rentabilização dos clientes (CRM). Desta forma, acreditamos que conseguimos operar melhor todos os pontos envolvidos na jornada do cliente, elevando o *lifetime value* (LTV), conforme mencionado sobre a iniciativa *omnichannel*.

Reconhecida tecnologia de gestão de franquias de alto desempenho e modelo asset-light

Nosso modelo de negócios baseia-se principalmente em franquias, o que nos dá a vantagem competitiva de poder realizar expansões rápidas com baixo investimento próprio, uma vez que há pouca necessidade de aportes em ativos (*asset-light).* Entre 2013 e 2019, a nossa rede de franquia cresceu com uma taxa composta de 8% ao ano.

Evolução do número de Franquias Grupo Uni.co

**Dados até 30 de setembro de 2020, refletindo o efeito da COVID-19 na rede de franquias Imaginarium, Puket e Lovebrands desde 2013*

Nossos franqueados passam por um rigoroso processo de seleção e, após aprovados, contam com nossa experiência na gestão de franquias, que vem sendo desenvolvida há mais de 25 anos. Fornecemos aos franqueados soluções completas desde o início de suas operações, nos processos de definição de ponto comercial, negociação de aluguel, abertura de CNPJ, contratação e treinamento de equipe, e estruturação e montagem da loja. Possuímos um time de consultoria de negócio, responsável por garantir excelência comercial e operacional em toda a nossa rede. Apoiamos o franqueado na gestão do seu negócio, por meio de treinamentos presencias e virtuais específicos para cada etapa de sua jornada e com processos e tecnologia para suas atividades de abastecimento, vendas, marketing local, *visual merchandising*, entre outros.

Nossos parceiros de franquias têm forte influência na operacionalização de nossa estratégia comercial por possuírem o conhecimento local necessário para adaptar nosso modelo padrão de operação às particularidades regionais. Os franqueados se tornam "embaixadores" de nossas marcas e utilizam seus relacionamentos e expertises locais para potencializar a operação em cada localidade, o que contribui fortemente com nosso plano de negócios. Nossa presença nacional por meio do modelo de franquias possibilitou que aprendêssemos sobre as particularidades de cada região.

Ao longo dos últimos 25 anos, como forma de demonstração da nossa capacidade de gestão de franquias, recebemos mais de 35 selos da Associação Brasileira de Franquias com a Imaginarium e a Puket, além de diversos prêmios, tais como: Prêmio de Excelência em Franchising em 2019, Prêmio Pequenas Empresas & Grandes Negócios "As Melhores Franquias do Brasil" em 2020, Prêmio Alshop Lojista em 2016 e Prêmio Design em 2011. O nosso reconhecimento como operador de franquias também é refletido no tempo de parceria com nossos mais de 260 franqueados, dentre os quais 30% está conosco há mais de 10 anos e um total de 59% há mais de 5 anos. Apoiamos nossos franqueados na expansão de seus negócios e um em cada três franqueados possui mais de uma loja de nossas marcas.

Cadeia de fornecimento global com controle de qualidade

Contamos com uma ampla gama de fornecedores localizados, principalmente, em quatro países – China, Brasil, Taiwan e Índia – com os quais temos um sólido relacionamento. Atualmente, mantemos um relacionamento com mais de 200 fábricas, as quais produzem itens que abrangem categorias como: vestuário, eletrônico, decoração, acessórios têxteis, papelaria, entre outros. Para gerir essa rede, contamos com mais de 30 colaboradores divididos entre nossos escritórios administrativos na China e no Brasil.

O escritório da China, por meio do qual operamos há mais de dez anos, nos permite uma gestão eficiente de nossos fornecedores, agilidade nas etapas de desenvolvimento de produto e eficaz controle da qualidade. Favorece, ainda, a troca de experiência com as fábricas, adaptando nossos processos à cultura e ao método de trabalho chinês, o que traz maior credibilidade e, consequentemente, melhores condições comerciais.

O escritório, situado na cidade de Shenzhen, tem posição estratégica para nós. Sua localidade nos permite acesso a um dos maiores centros de inovação de produtos da China, nos conectando com os principais fabricantes do mundo. Assim, nossa cadeia de *supply* tem se mostrado fundamental para que o Grupo Uni.co continue se antecipando às tendências e trazendo produtos inovadores e exclusivos para nossos consumidores.

Histórico bem sucedido em integração de marcas e gestão comprometida com foco em resultados

A partir de 2012, com a aquisição da Imaginarium pela Squadra Investimentos – investidor nacional referência em seu segmento – passamos por um período de transformação, nos tornando uma empresa com alto grau de profissionalização e com cultura de excelência operacional no varejo. Ao longo desses anos, aprimoramos nossos controles e procedimentos internos, implementamos novas ferramentas de gestão, integramos e automatizamos sistemas e processos e evoluímos nosso processo decisório, adotando sólidas práticas de governança corporativa com foco em resultados.

Após a estruturação e expansão da Imaginarium, o Grupo Uni.co fez em 2016 a aquisição e incorporação da MinD e, em 2018, da Puket - empresa com porte similar ao da Imaginarium – criando então o Grupo Uni.co ("Companhia ou Grupo Uni.co"). Nosso sucesso na realização dessas transações comprova nossa experiência e a qualidade do nosso time em identificar bons ativos, concretizar aquisições a valores coerentes, mesmo em processos competitivos, além de integralizar o alvo trazendo resultados positivos em um curto espaço de tempo.

Isso é evidenciado pelo fato de que, após aquisição da Puket, a marca registrou um crescimento de 17% no número de franquias entre o final dos exercícios sociais de 2017 e 2019, enquanto nos anos anteriores o crescimento foi de apenas 3% (dezembro de 2015 a dezembro de 2017). Além disso, entre os exercícios sociais de 2018 e 2019 (encerrados em 31 de dezembro), o *sellout* do *e-commerce* da Puket teve um acréscimo de 116%, impulsionado pela internalização da operação e da expertise digital do Grupo Uni.co.

Desde a aquisição da Puket, com a revisão da política de estoques e melhoria de gestão, alcançamos uma redução de 62% no prazo médio de estoque, de R$32 milhões para R$10 milhões entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Preservando a independência criativa e o DNA da Puket, o processo de integração da marca ao Grupo Uni.co teve significativos ganhos de sinergia, podendo ser destacado, dentre outros, a redução no número de colaboradores do Grupo Uni.co na ordem de mais de 40% nos cargos administrativos e de liderança. A integração aconteceu ao longo de aproximadamente dois anos, tendo unificado as áreas de suporte, centros de distribuição e escritórios administrativos.

Dessa forma, acreditamos estar bem posicionados para aquisições futuras, tendo estabelecido procedimentos internos que permitem uma rápida integração de novas operações com captura de sinergias.

Responsabilidade social e práticas sustentáveis

Acreditamos no nosso potencial de transformação e geração de impacto socioambiental positivo e, por isso, assumimos forte compromisso com uma agenda de responsabilidade social e adoção de práticas sustentáveis. Desde a criação das marcas, diversos projetos com esse fim foram criados e implementados com sucesso.

Criamos em 2013 a campanha "Meias do Bem", na qual incentivamos nossos clientes a doarem pares de meia usados. As meias arrecadadas são recicladas em cobertores, os quais são destinados para doação em parceria com mais de 500 instituições beneficentes. Essa iniciativa foi capaz de coletar mais de 1,4 milhão de pares de meia até 2020, o que produziu mais de 53 mil cobertores. Na época do Natal, promovemos também a campanha "Natal do Bem", em que a cada três pares de meia vendidos, doamos um par novo para instituições cadastradas. Outra campanha promovida por nós é a "Tudo que Vai, Volta", em que encorajamos nossos consumidores a doarem suas mochilas usadas, no período de volta às aulas escolares.

Promovemos diversos outros projetos que refletem nosso compromisso social, envolvendo ações de doações de ração para ONGs de proteção animal, doações de máscaras durante a pandemia e uma parceria com a ONG TETO, na qual o lucro da venda de um produto lançado em *co-branding* é totalmente revertido para os projetos da organização.

Direcionamos nossos esforços para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valoriza a diversidade de gênero, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre nossos colaboradores. Nossos processos seletivos e de avaliação de desempenho buscam promover a diversidade e a cultura de transparência e isonomia no Grupo Uni.co. Em 30 de setembro de 2020, 47% dos nossos cargos de liderança eram ocupados por mulheres.

Estratégia

Pretendemos adotar as seguintes estratégias para alavancar nosso crescimento e agregar valor aos nossos acionistas:

Abrir novas franquias e aumentar nossa penetração nos canais multimarcas

Acreditamos no grande potencial de expansão orgânica dos nossos pontos de venda. Para isso, contamos com um variado modelo de lojas – franquia monomarca, *Lovebrands* (franquia multimarcas) e *store in store* – desenhado para atender o perfil de cada cidade.

Entendemos que nossas lojas são *hubs* de distribuição e pontos de experimentação e mídia localizados nos principais centros comerciais do Brasil. Por isso, acreditamos que a expansão do canal físico será importante para catalisar nossa expansão digital, oferecendo uma melhor experiência e nível de serviço para os nossos clientes. Em contrapartida, a integração entre os canais irá potencializar a receita de cada novo ponto de venda, com novos modelos como *pick-up in store*, prateleira infinita e *ship from store*. Assim se estabelece um modelo ganha-ganha com nossos franqueados, lojistas e clientes.

Para capturar nosso potencial, contamos com uma longa história no varejo, uma ampla rede de franqueados e excelência em operação de franquias que nos colocam em uma posição estratégica favorável para conseguir boas negociações, experientes operadores regionais aptos a inaugurar e operar novas lojas e velocidade na expansão com baixo investimento.

Nossa estrutura de distribuição estrategicamente localizada está apta para acomodar nosso crescimento. Isso foi feito por meio de investimentos de mais de R$2 milhões na construção e modernização do nosso centro de distribuição para apoiar o crescimento das vendas.

Expandir nosso ecossistema digital e fortalecer ainda mais o nosso e-commerce

Acreditamos que o cenário da pandemia do novo coronavírus acelerou a mudança de comportamento do consumidor, e que continuará consumindo em canais digitais. Dessa forma, pretendemos impulsionar ainda mais nosso *e-commerce* e ecossistema digital, que são em uma de nossas principais vias de crescimento.

Em 2021, planejamos finalizar o *rollout* de integração das franquias no *omnichannel* (*ship from store* e *pick-up in store*), além de implementar a terceira modalidade *omni* – prateleira infinita. O crescimento do nosso canal físico irá aumentar ainda mais a nossa capilaridade no digital. Também iremos consolidar a nossa estratégia de ecossistema digital, com o início dos *marketplaces* proprietários da Puket e MinD e a evolução do marketplace "Nossos Crushes" da Imaginarium, com a entrada de novos *sellers*. A partir do aumento da penetração do *omnichannel* e um mix de produtos mais diversificado, pretendemos aumentar o fluxo, o engajamento e a recorrência dos clientes em nossos sites.

Para acelerar o nosso *e-commerce,* iremos investir nos nossos centros de excelência, em especial o "*Growth Center*", visando maior eficiência em toda a jornada do cliente, reduzindo o CAC e aumentando o LTV. O Uni.Labs será fundamental para simplificar processos, testar cenários e criar ferramentas e implementar práticas que gerem crescimento. Por último, acreditamos que a nossa jornada de transformação digital pode se beneficiar de inovação em rede por meio de parcerias estratégicas com *startups* e outras empresas de mercado.

Adquirir e integrar novas marcas à nossa plataforma

Acreditamos que o momento atual é bastante propício para acelerar o processo de fusão e integração de empresas, pois existem diversas marcas que possuem desafios: *(i)* de sucessão; *(ii)* operacionais; *(iii)* de capital de giro; *(iv)* de expansão; ou *(v)* em suas transformações digitais, que podem aproveitar a plataforma desenvolvida no Grupo Uni.co para continuarem suas trajetórias de marca e serem cada vez maiores, melhores e longevas.

Acreditamos que o Grupo Uni.co está preparado para potencializar valores de novas marcas, por meio de quatro pilares principais:

- Expansão física acelerada e com baixo investimento: tecnologia e excelência em operação de franquias;
- Aumento da penetração digital: tecnologia de integração de franquia e time com sólida experiência digital;
- Ganho de eficiência de produto e possibilidade de novas categorias: rede global de suprimentos, com presença em um dos principais centros de inovação de produto da China;
- Ganho de eficiência operacional: estrutura organizacional e processos preparados para adicionar novas marcas capturando sinergias e preservando o DNA das marcas.

Dessa forma, pretendemos aproveitar da nossa bem-sucedida experiência anterior na aquisição e integração de empresas para realizar novas aquisições, mantendo a disciplina na seleção das empresas alvo e aplicando nosso modelo de negócios, buscando nos tornar um *"acquirer of choice"*.

Desenvolver ainda mais as operações de planejamento e desenvolvimento de produto

Focamos em melhorar constantemente as nossas operações por meio de novos sistemas, em tornar nossos processos mais eficientes e otimizar nossos custos para impulsionar o nosso crescimento e rentabilidade. Isso inclui tornar a nossa cadeia de fornecimento de produtos e outras operações do Grupo Uni.co mais eficientes. Investimos nos times e processos de planejamento e desenvolvimento de produto de modo a maximizar nossa taxa de sucesso na criação de coleções, aumentando nossas margens.

Estrutura Societária

Na data deste Prospecto Preliminar, a nossa estrutura societária era a seguinte:

Eventos Recentes

Não há eventos recentes que não tenham sido tratados acima.

Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos a nós, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4. e na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", na página 82 deste Prospecto Preliminar.

A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus causou e poderá ainda continuar a causar um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Em função da pandemia do novo coronavírus, e em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, bem como das decisões que a Companhia tomou, o centro de distribuição da Companhia e a maior parte das lojas da Companhia, sejam franquias monomarcas, multimarcas ou outras lojas parceiras que comercializam produtos da Companhia, foram obrigados a fechar ou a operar em horário reduzido devido aos esforços para impedir ou retardar a propagação do novo coronavírus. A Companhia também fechou seus escritórios administrativos e outras instalações, incluindo sua sede na cidade de São Paulo e escritório na cidade de Florianópolis, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos.

Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia nos nove primeiros meses do exercício social corrente sofreram um impacto adverso relevante, de forma que, nesse período, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$98,1 milhões, o que representou uma redução de 23,8% em relação ao mesmo período de 2019, quando a receita operacional líquida da Companhia havia sido de R$128,7 milhões.

A continuidade e o alcance do impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os negócios e desempenho financeiro da Companhia, inclusive a capacidade da Companhia de executar suas estratégias de curto e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado, dependerá dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

Caso a pandemia do novo coronavírus persista ou se agrave, ou uma segunda onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, a Companhia e seus lojistas franqueados e/ou parceiros podem enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento de lojas e/ou outras restrições operacionais com relação a algumas ou todas as fábricas que compõem sua cadeia de produção, centros de distribuição e lojas, incluindo aquelas localizadas em shopping centers, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Assim, a Companhia acredita que além da perda de receita e lucratividade que teve até 30 de setembro de 2020, os seus resultados financeiros poderão ainda continuar a ser afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Além disso, o receio dos consumidores de adoecerem poderá persistir, mesmo com a abertura das lojas dos franqueados e parceiros da Companhia, o que poderá afetar adversamente o tráfego de clientes nas lojas da Companhia e nas lojas multimarcas. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia do novo coronavírus. Isso pode afetar negativamente as vendas nas lojas dos franqueados e parceiros e a plataforma omnichannel da Companhia. Qualquer redução significativa no número e no gasto de consumidores nas lojas dos franqueados e parceiros da Companhia devido à pandemia do novo coronavírus, e qualquer diminuição no gasto em lojas e no *e-commerce* da Companhia devido à diminuição da confiança e de gastos do consumidor após a pandemia resultaria em perda de receita, afetando o lucro da Companhia e o seu resultado financeiro.

Se os negócios da Companhia não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos por meio das linhas de crédito concedidas à Companhia ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir as suas despesas, investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender suas outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar os negócios da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, o centro de distribuição da Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de uma segunda onda de disseminação do novo coronavírus. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos produtos da Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que grande parte da produção da Companhia está localizada na China, variações cambiais podem impactar o preço da mercadoria e, consequentemente, ser repassadas para os consumidores. E ainda, tendo em vista a dependência da Companhia dos produtos produzidos na China, o fechamento de fronteiras, em decorrência da pandemia, pode impactar o abastecimento do centro de distribuição e, consequentemente, das lojas, impactando na receita da Companhia.

Além disso, o fechamento das franquias da Companhia e o fechamento de muitos shopping centers em que parte das franquias da Companhia estão localizadas e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à pandemia do novo coronavírus, podem expor os lojistas franqueados e/ou parceiros da Companhia a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação a seus contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. Não há garantia de que os lojistas da Companhia ficarão isentos de qualquer de suas obrigações nos termos dos seus contratos de locação, ou que, após a pandemia do novo coronavírus, conseguirão retomar as operações em suas lojas nos atuais termos dos contratos de locação em vigor, ou se sequer conseguirão fazê-lo. Caso os lojistas da Companhia não consigam arcar com os pagamentos dos aluguéis de suas lojas, isso será considerado inadimplemento contratual, capaz de ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a continuidade da ocupação pelos lojistas da Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras. No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os seus negócios e resultados operacionais além dos impactos já refletidos nas suas últimas informações financeiras. Além disso, os efeitos da pandemia do novo coronavírus poderão exacerbar os efeitos de outros fatores de risco divulgados nesta seção do Formulário de Referência.

Flutuações cambiais nos países dos quais a Companhia importa mercadorias ou matérias-primas podem afetar adversamente seus negócios.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, a Companhia importou aproximadamente 79,9% de suas compras de mercadorias e matéria-prima de países como China e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tal porcentagem foi de 72,8%. Dessa forma, o preço praticado pela Companhia depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que adquire mercadorias ou matérias-primas, sendo limitada, contudo, à capacidade de repassar aos seus clientes eventuais aumentos de preço decorrentes de flutuações cambiais.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países ou ao dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao dólar norte-americano, os produtos da Companhia poderão ser menos atrativos para os clientes da Companhia ou poderá ter de diminuir suas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias, resultando em impacto adverso nos seus resultados operacionais.

O setor de varejo poderá ser afetado quando houver redução no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações da Companhia depende de vários fatores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia do novo coronavírus, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas, e fechamento temporário generalizado de lojas), tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. Os resultados operacionais da Companhia e sua situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. A Companhia não pode garantir que o PIB brasileiro cresça ou permaneça estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia opera por meio de canais distintos (franquias, multimarcas, e-commerce e outros). A falha na integração desses canais, ou o insucesso da Companhia em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

As operações da Companhia são realizadas por meio de lojas físicas (franquias monomarcas e franquias multimarcas) e por meio da plataforma digital no conceito *omnichannel* de integração de canais. A Companhia não pode garantir que conseguirá aprimorar sua estratégia *omnichannel* ou que será capaz de implementar inovações que sejam importantes para seus clientes, o que, em se confirmando, poderá ser extremamente prejudicial aos seus planos e poderá afetar negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

Além disso, caso a Companhia não seja capaz de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente a Companhia.

Outro risco da estratégia *omnichannel* é a possibilidade de os canais de vendas entrarem em competição. Em 30 de setembro de 2020, a maior parte de franquias da Companhia estava localizada em shopping centers, onde estão sujeitas ao pagamento de aluguel atrelado a um percentual das vendas realizadas na respectiva loja. Ainda existem incertezas no mercado de varejo quanto ao tratamento comercial a ser dado às vendas realizadas via *omnichannel* no que tange a origem da venda, o que pode ter um impacto adverso nos resultados da Companhia. Caso isso aconteça, a Companhia poderá não ser bem-sucedida em uma de suas estratégias de crescimento e a integração dos seus canais de vendas poderá não trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas *omnichannel* podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma *omnichannel* no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Quaisquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento da Companhia e o seu resultado operacional.

A Companhia pode não identificar ou não responder de forma rápida e bem-sucedida às mudanças nas tendências da moda e nas preferências dos Clientes.

A Companhia compete com outras marcas em relação a estilo, qualidade, preço, experiência de compra, promoções, localização e decoração das lojas, dentre outros. As vendas das coleções da Companhia e seu resultado operacional dependem de sua habilidade em gerenciar estoques e prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências nacionais e mundiais e nas preferências do consumidor, as quais são voláteis e tendem a mudar rapidamente.

Qualquer falha em antecipar, identificar, desenvolver novos produtos, novas coleções e responder às mudanças de tendências na moda pode afetar adversamente a aceitação das mercadorias e a imagem das marcas perante seu público-alvo, impactando adversamente a Companhia.

Além disso, a Companhia pode, eventualmente, desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou ser incapaz de planejar adequadamente seus estoques, em decorrência de falhas em identificar corretamente as tendências emergentes de estilo ou de preferências dos consumidores. Nesse caso, as marcas da Companhia podem não ser capazes de obter as mesmas vendas e margens obtidas com as marcas e produtos do portfólio atual e poderá ter um volume substancial de estoques não vendidos. Em resposta a essas situações, as marcas da Companhia poderão realizar vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente os seus resultados operacionais.

A Companhia depende da eficácia das suas campanhas de marketing e publicidade. A Companhia dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing, a fim de promover a atratividade e o movimento de seus canais de vendas.

Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, suas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e talvez a Companhia não consiga fortalecer suas marcas como esperado. Consequentemente, seus resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se a Companhia não for capaz de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em suas campanhas de marketing e publicidade, a Companhia pode ser adversamente afetada. Ademais, se as atividades de propaganda e marketing da Companhia não forem bem concebidas, planejadas e executadas, a Companhia pode não ser capaz de alcançar as metas e objetivos esperados e, consequentemente, ter impactos negativos em suas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização e reconhecimento de suas mercadorias e produtos. Com isso, a situação financeira e resultado operacional da Companhia podem ser afetados negativamente.

Informações Adicionais

Nossa sede localiza-se na Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1855, 11º, 12º, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e nosso número de telefone é +55 11 3838-0801. O endereço do site é https://ri.grupounico.com. Informações contidas no site não constituirão parte deste Prospecto Preliminar nem serão consideradas como aqui incorporadas por referência.

IDENTIFICAÇÃO DA COMPANHIA, DO COORDENADOR LÍDER, DOS CONSULTORES E DOS AUDITORES

Para fins do disposto no Item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos nos seguintes endereços:

Companhia e Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

Uni.co S.A.
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia
CEP 04548-903, São Paulo, SP
At.: Sr. Adilson José Perardt
Tel.: +55 11 3838-0801
https://ri.grupounico.com

Squadra

Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
Representado por seu gestor Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda.
Av. Borges de Medeiros 633/604 - Leblon
CEP 22430-041, Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Luiz Eduardo Ferreira
Tel.: +55 (21) 3622-8080
http://www.squadrainvestimentos.com

Coordenador Líder

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valos Mobiliários S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar.
CEP 04543-907, São Paulo - SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: +55 (21) 3265-3700
http://www.xpi.com.br

Auditores Independentes
(Auditores Independentes da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2016 e para o período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020)

KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio 38, Setor 2, 17º andar, Centro
CEP 20021-290, Rio de Janeiro - RJ
At.: Cristiano Aurélio Kruk
Tel.: +55 (21) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Consultor Legal Local do Coordenador Líder

Pinheiro Neto Advogados
Rua Hungria, 1100
CEP 01455-906, São Paulo - SP
At.: Guilherme Sampaio Monteiro
Tel.: +55 (11) 3247-8400
www.pinheironeto.com.br

Consultor Legal Local da Companhia

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
CEP 01403-001, São Paulo - SP
At.: Sra. Vanessa Fiusa
Tel.: +55 (11) 3147-7600
www.mattosfilho.com.br

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 153.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" a partir das páginas 19 e 82, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 353 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, a partir da página 325 deste Prospecto, respectivamente, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Ações	O conjunto das Ações da Oferta Primária e das Ações da Oferta Secundária, totalizando [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações da Oferta Primária	[•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações da Oferta Secundária	[•] ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de titularidade dos Acionistas Vendedores a serem distribuídas no âmbito da Oferta Secundária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Montante de até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia e [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, correspondentes a até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com o Coordenador Líder, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Ações Suplementares	Montante de até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia e [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, correspondentes a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, que poderá ser acrescido à Oferta, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400.

Opção de Ações Suplementares	Opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte do Coordenador Líder.
Agente Estabilizador	XP Investimentos, agente autorizado a realizar operações de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, nos termos do Contrato de Estabilização.
Anúncio de Encerramento	"*Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*", a ser disponibilizado imediatamente após a distribuição das Ações, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400, e disponibilizado nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto, informando o resultado final da Oferta.
Anúncio de Início	"*Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*", a ser disponibilizado na forma do artigo 52 e Anexo IV da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto, informando acerca do início do Prazo de Distribuição.
Anúncio de Retificação	Anúncio a ser imediatamente disponibilizado, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto, na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais quando da sua decisão de investimento, e/ou seja verificada a revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta. Para mais informações veja a seção "*Informações sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*", na página 68 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria "A" perante a CVM, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, bem como a aprovação da realização da Oferta pela Companhia, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência do(s) atua(is) acionista(s) da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social, seus termos e condições foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020, cuja ata [será] {ou} [foi] devidamente registrada em [•] de [•] de 2020 JUCESP sob o nº [•], e foi publicada no jornal "Data Mercantil" e no DOESP em 20 de outubro de 2020.

A fixação e justificativa do preço de emissão das novas ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação e a aprovação e homologação do aumento do capital social da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, e publicada no jornal "Data Mercantil" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pelo Squadra por ato discricionário de seu gestor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 15 de seu regulamento.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

Atividade de Estabilização

O Agente Estabilizador poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto.

Aviso ao Mercado

Aviso disponibilizado em [•] de [•] de 2020, a ser novamente disponibilizado em [•] de [•] de 2020, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção "Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais", a partir página 74 deste Prospecto.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$117.946.448,47 (cento e dezessete milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 86.613.247 (oitenta e três milhões, seiscentas e treze mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Carta-Convite

Carta disponibilizada pelo Coordenador Líder em [•] de [•] de 2020 para convidar a Instituições Consorciadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.

Contrato de Colocação

"*Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*" a ser celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores, pelo Coordenador Líder e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Empréstimo

"*Instrumento Particular de Empréstimos Diferenciado de Ativos*", celebrado o Squadra, na qualidade de doador e o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador.

Contrato de Estabilização	"*Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Agente Estabilizador, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, o qual foi devidamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Contrato de Participação no Novo Mercado	"*Contrato de Participação no Novo Mercado*", a ser celebrado entre a Companhia e a B3, por meio do qual a Companhia irá aderir às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.
Contrato de Prestação de Serviços	"*Contrato de Prestação de Serviços da B3 – Oferta Pública de Ações – ICVM 400 (Primária)*" a ser celebrado entre a Companhia e a B3.
Cronograma Estimado da Oferta	Veja a seção "*Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta*", na página 53 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira da Oferta, que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, com a entrega das Ações (considerando as Ações Adicionais) aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data da liquidação física e financeira das Ações objeto da Opção de Ações Suplementares, que ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados para: (i) amortização ou liquidação de dívidas vigentes; (ii) aquisição de novos negócios; (iii) investimentos em tecnologia e omnichanel; e (iv) reforço de capital de giro. A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, sendo que os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos dela resultantes. Para mais informações, ver seção "Destinação dos Recursos", na página 89 deste Prospecto. A Oferta Primária corresponderá a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares, e a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme descritos na seção "*Informações sobre a Oferta – Direitos, Vantagens e Restrições das Ações*", na página 71 deste Prospecto e na seção "*18 Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 639 deste Prospecto.
Distribuição Parcial	Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição da totalidade das Ações incialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", a partir da página 86 deste Prospecto**.
Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir de seus Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, nos termos descritos neste Prospecto.

Faixa Indicativa

A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto. Estima-se que o preço de subscrição por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

Fatores de Risco

Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia*" e "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", a partir das páginas 19 e 82 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 353 deste Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Obrigação do Coordenador Líder, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação, disponibilizado o Prospecto Definitivo e disponibilizado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, o Coordenador Líder, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá e liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas, no Brasil, por investidores e por esses liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

	Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso o Coordenador Líder, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas seção "*Informações sobre a Oferta – Estabilização de Preço das Ações*", na página 70 deste Prospecto, não estarão sujeitas a tais limites, devendo observar, entretanto, os termos e condições estabelecidos no Contrato de Estabilização.
Inadequação da Oferta	O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 325 deste Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, inadequado.
Instituições Consorciadas	Instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta exclusivamente para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, e que tenham aderido à Oferta por meio da assinatura da Carta-Convite.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenador Líder e as Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Instrumentos de *Lock-up*	Acordos de restrição à venda de Ações a serem assinados pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e cada um dos Administradores da Companhia.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, que sejam considerados investidores profissionais, nos termos da Instrução CVM 539, em qualquer caso, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$10.000.000,00 e que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, que apresentem intenções específicas e globais de investimentos, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento.
Investidores Não Institucionais	Investidores de Varejo e Investidores do Segmento *Private*, considerados em conjunto.
Investidores do Segmento *Private*	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que sejam considerados investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 539, e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento, que deverá ser sempre superior a R$[1.000.000,00] e o valor máximo de pedido de investimento de R$[10.000.000,00].
Investidores do Segmento *Private Lock-up*	Investidores do Segmento *Private* que optarem por se comprometer a não dispor das Ações que subscreverem por um período de 50 (cinquenta) dias.
Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária	Investidores do Segmento *Private* que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem durante o período do *Lock-up* Segmento *Private*.
Alocação Segmento *Private Lock-up*	O montante de, no mínimo [•]% ([•]) e no máximo [•]% ([•]), do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores do Segmento *Private Lock-up.*
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 e que não sejam considerados investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM 539 e/ou Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$[3.000,00] e o valor máximo de pedido de investimento de R$[1.000.000,00]

Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que optarem por se comprometer a não dispor das Ações que subscreverem por um período de 40 (quarenta) dias.
Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária	Investidores de Varejo que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações durante o período do *Lock-up* Varejo.
Alocação Varejo *Lock-up*	O montante de, no mínimo [•]% ([•]) e no máximo [•]% ([•]), do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinada à colocação publica para Investidores de Varejo *Lock-up.*
Lock-up* Segmento *Private	Compromisso dos Investidores do Segmento *Private Lock-up* de não disporem das Ações que subscreverem por um período de 50 (cinquenta) dias.
***Lock-up* Varejo**	Compromisso dos Investidores de Varejo *Lock-up* de não disporem das Ações que subscreverem por um período de 40 (quarenta) dias.
Negociação na B3	As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]".
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta Primária	A distribuição pública primária de [•] Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio do Coordenador Líder.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio do Coordenador Líder.
Oferta Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada a Investidores Institucionais. Para mais informações veja a seção "*Informações sobre à Oferta – Oferta Institucional*", na página 65 deste Prospecto.
Oferta Não Institucional	Distribuição pública de Ações, no âmbito da Oferta, direcionada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva dentro do Período de Reserva. Para mais informações veja a seção "*Informações sobre à Oferta – Oferta Não Institucional*", a partir da página 56 deste Prospecto.

Oferta do Segmento *Private Lock-up*	Alocação Segmento *Private Lock-up* sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida, de modo que as Ações Remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária; e (ii) superior a [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento *Private Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private Lock-up* para a Oferta de Varejo *Lock-up.*
Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária	O montante de, no mínimo [•]% ([•]) e no máximo [•]% ([•]), do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta do Segmento *Private*	Oferta do Segmento *Private Lock-up* e Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, consideradas em conjunto.

Oferta de Varejo *Lock-up*	Alocação Varejo *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida, de modo que as Ações Remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária; e (ii) superior a [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio ("Oferta de Varejo *Lock-up*"). Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento *Private Lock-up,* o montante máximo da Oferta de Varejo *Lock-up* poderá ser aumentado nos termos deste Prospecto.
Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária	O montante de, no mínimo [•]% ([•]) e no máximo [•]% ([•]), do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para os Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•]) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos deste Prospecto, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo	Oferta de Varejo *Lock-up* e Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, consideradas em conjunto.
Pedido de Reserva ou Pedidos de Reserva	Formulário específico celebrado, em caráter irrevogável e irretratável, para subscrição de Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, por Investidores Não Institucionais, inclusive os que sejam Pessoas Vinculadas.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para que as Instituições Participantes da Oferta efetuem a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre [•] de [•] de 2020, inclusive, e [•] de [•] de 2020, inclusive, terminando em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Período de *Lock-up*	Período de [•] ([•]) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, conforme alterada: (i) controladores e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores, conforme aplicável, ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta, diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam pessoas vinculadas.
Plano de Distribuição	Plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) elaborado pelo Coordenador Líder, com a expressa anuência da Companhia, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia e do Coordenador Líder com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia e do Coordenador Líder, observado que o Coordenador Líder assegurará: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução CVM 539; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações que terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2020, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, com data máxima estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.
Preço por Ação	Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação, coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Colocação, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding,* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", na página 85 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Prospecto Definitivo

O "*Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.

Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este "*Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*", incluindo o Formulário de Referência a ele anexo, bem como seus demais anexos.
Prospectos	Prospecto Definitivo e este Prospecto, considerados em conjunto.
Público Alvo da Oferta	Os Investidores Não Institucionais e os Investidores Institucionais, considerandos em conjunto.
Rateio Oferta do Segmento *Private Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento *Private Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*; ou (b) exceda o total máximo de Ações da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio Oferta *Private* Sem Alocação Prioritária	Caso o total de Ações da Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária: (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total máximo Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Rateio do Segmento *Private*	Rateio Oferta do Segmento *Private Lock-up* e Rateio Oferta *Private* Sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.
Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up:* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária; ou (b) exceda o total máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.

Rateio Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária	Caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, se houver, poderão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações.
Registro da Oferta	O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelo Squadra e pelo Coordenador Líder perante a CVM em [•] de outubro de 2020, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto.
Resolução de Conflitos	A Companhia, seus acionistas e Administradores, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores, e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.
Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)	A Companhia, os Acionistas Vendedores e cada um dos administradores da Companhia se comprometerão, perante o Coordenador Líder, a celebrar acordos de restrição à venda de Ações, por meio dos quais, observadas determinadas exceções previstas no Contrato de Colocação, concordarão em não emitir, ofertar, vender, celebrar contrato venda, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção de compra, fazer qualquer venda a descoberto ou de qualquer forma alienar ou conceder quaisquer direitos, direta ou indiretamente, pelo período de 180 (cento dias) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, de que sejam titulares imediatamente após a Oferta ou que venham a adquirir durante o Período de *Lock-Up*.

	As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e o do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 84 deste Prospecto**.
Termo de Adesão	"*Termo de Adesão ao Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.*", a ser celebrado pelo Coordenador Líder e pelas Instituições Consorciadas, representadas pela B3.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento de R$[3.000,00] e o valor máximo de pedido de investimento de R$[1.000.000,00], aplicável aos Investidores de Varejo.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva do Segmento *Private*	O valor mínimo de pedido de investimento, que deverá ser sempre superior a R$[1.000.000,00] e o valor máximo de pedido de investimento de R$[10.000.000,00], aplicável aos Investidores do Segmento *Private*.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo e Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva do Segmento *Private*, considerados em conjunto.
Valor Total da Oferta	R$[•], considerando o Preço por Ação (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$117.946.448,47 (cento e dezessete milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 86.613.247 (oitenta e três milhões, seiscentas e treze mil, duzentas e quarenta e sete) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, considerando o aumento de capital social homologado em [•] de [•] de 2020.

Nos termos do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração e independente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 (duzentas milhões ações), por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço e a quantidade de Ações a serem emitidas, bem como demais condições de subscrição/integralização dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após à Oferta**	
	Quantidade	**Valor(R$)**	**Quantidade**	**Valor(R$) (1)(2)**
Ordinárias.....	86.613.247	117.946.448,47	[•]	[•]
Total.....	86.613.247	117.946.448,47	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

Espécie	**Antes da Oferta**		**Após à Oferta**	
	Quantidade	**Valor(R$)**	**Quantidade**	**Valor(R$)(1)(2)**
Ordinárias.....	86.613.247	117.946.448,47	[•]	[•]
Total.....	86.613.247	117.946.448,47	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Espécie	**Antes da Oferta(1)**		**Após à Oferta**	
	Quantidade	**Valor(R$)**	**Quantidade**	**Valor(R$)(1)(2)**
Ordinárias.....	86.613.247	117.946.448,47	[•]	[•]
Total.....	86.613.247	117.946.448,47	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

O quadro abaixo indica a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Espécie	Antes da Oferta		Após à Oferta	
	Quantidade	Valor(R$)	Quantidade	Valor(R$)[1][2]
Ordinárias	86.613.247	117.946.448,47	[•]	[•]
Total	86.613.247	117.946.448,47	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Sem dedução de comissões, despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais de Ações, pelos membros Administração na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	–	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	**[•]**	**100,00**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	–	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	[•]	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	–	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total	**[•]**	**100,00**	[•]	100,00

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

	Composição Atual		Composição Após à Oferta	
Acionistas	**Ações Ordinárias**	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]
Administradores	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Tesouraria	–	–	[•]	[•]
Outros	[•]	[•]	[•]	[•]
Ações em Circulação	–	–	[•]	[•]
Total.....	**[•]**	**100,00**	[•]	100,00

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto a partir da página 620 deste Prospecto.

Identificação dos Acionistas Vendedores

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, fundo de investimento em participações, devidamente constituído e registrado na CVM, nos termos da Instrução CVM 578, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 17.071.800/0001-04.

[**Acionista Vendedor Pessoa Física**], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado(a) na [endereço completo do domicílio], inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•] e portador(a) da carteira de identidade nº [•].

[**Acionista Vendedor Pessoa Física**], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado(a) na [endereço completo do domicílio], inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•] e portador(a) da carteira de identidade nº [•].

[**Acionista Vendedor Pessoa Física**], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], residente e domiciliado(a) na [endereço completo do domicílio], inscrito(a) no CPF/ME sob o nº [•] e portador(a) da carteira de identidade nº [•].

Características Gerais da Oferta

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá (i) na distribuição pública primária de [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Ofício-Circular CVM/SRE, com o Código ANBIMA, bem como com as demais disposições aplicáveis, incluindo os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3, sob a coordenação do Coordenador Líder e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM. Não serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com o Coordenador Líder, ser acrescida em até 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia e [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento) do total de Ações inicialmente ofertado, ou seja, em até [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia e [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte do Coordenador Líder.

Aprovações Societárias

A submissão do pedido de registro de companhia aberta categoria “A” perante a CVM, bem como a reforma do seu Estatuto Social, de forma a adequá-lo às disposições do Regulamento do Novo Mercado, bem como a aprovação da realização da Oferta Primária pela Companhia, mediante aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado previsto em seu Estatuto Social, com a exclusão do direito de preferência do(s) atua(is) acionista(s) da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 6º do Estatuto Social, seus termos e condições foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020, cuja ata [será] {ou} [foi] devidamente registrada em [•] de [•] de 2020 JUCESP sob o nº [•], e foi publicada no jornal “Data Mercantil” e no DOESP em 20 de outubro de 2020.

A fixação e justificativa do preço de emissão das novas ações ordinárias de emissão da Companhia, e por extensão, do Preço por Ação e a aprovação e homologação do aumento do capital social da Companhia serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e antes da disponibilização do Anúncio de Início, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP, e publicada no jornal “Data Mercantil” na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive no que se refere à fixação do Preço por Ação, foram aprovadas pelo Squadra por ato discricionário de seu gestor, nos termos do parágrafo 1º do artigo 15 de seu regulamento.

Não será necessária qualquer aprovação societária em relação aos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária e na fixação do Preço por Ação.

Preço por Ação

Estima-se que o Preço por Ação estará situado na Faixa Indicativa, podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa. **Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observadas as condições de eficácia indicadas neste Prospecto, exceto no caso de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, conforme descrito neste Prospecto.**

O Preço por Ação será fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e terá como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade de demanda (por volume e preço) por Ação coletadas junto a Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas. **A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding,* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*", do Prospecto Preliminar, na página 85 deste Prospecto.**

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Após a realização da Oferta (considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares, um montante de até [•] Ações, representativas de, aproximadamente, [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado.

Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Composição do Capital Social*", a partir da página 42 deste Prospecto.

Quantidade, Montante e Recursos Líquidos

Os quadros abaixo indicam a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, o Preço por Ação, o valor total das comissões a serem pagas pela Companhia ao Coordenador Líder, bem como dos recursos líquidos das comissões oriundos da Oferta (sem considerar as demais despesas e tributos relativos à Oferta).

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões, sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$**[•]**, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação integral das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$**[•]**, que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Ofertante	Quantidade	Preço por Ação[1]	Montante	Comissões	Recursos Líquidos[2]
		(R$)	*(R$)*	*(R$)*	*(R$)*
Companhia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Squadra I Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	[•]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.
(2) Recursos líquidos de comissões e sem considerar a dedução das despesas e tributos da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Custos de Distribuição

As taxas de registro da CVM, B3 e ANBIMA relativas à Oferta, as despesas com auditores, advogados, consultores, bem como outras despesas descritas abaixo serão integralmente arcadas pela Companhia. As comissões, impostos, taxas e outras retenções sobre comissões serão pagas ao Coordenador Líder pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações por eles ofertadas.

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos[1]	**Valor**[2][3]	**% em Relação ao Valor Total da Oferta**[2][3]	**Valor por Ação**[2][3]	**% em Relação ao Preço por Ação**[2][3]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**

(1) Despesas a serem pagas pela Companhia, juntamente com as comissões e os tributos as serem pagos pela Companhia, na proporção das Ações efetivamente subscritas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(2) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(3) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(4) Abrange o valor máximo das comissões previsto no Contrato de Colocação, [sendo que tal montante poderá ser reduzido caso [•]]. Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme (que, conforme descritas no Contrato de Distribuição, constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, [correspondente a [•]% do produto entre a quantidade total de Ações efetivamente colocadas no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação].

(5) [A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro, entre outros, a sua percepção acerca do desempenho dos Coordenadores. A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.]

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e do Coordenador Líder.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(8) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares:

Custos[1]	**Valor**[2][3]	**% em Relação ao Valor Total da Oferta**[2][3]	**Valor por Ação**[2][3]	**% em Relação ao Preço por Ação**[2][3]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**

(9) Despesas a serem pagas pela Companhia, juntamente com as comissões e os tributos as serem pagos pela Companhia, na proporção das Ações efetivamente subscritas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(10) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(11) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(12) Abrange o valor máximo das comissões previsto no Contrato de Colocação, [sendo que tal montante poderá ser reduzido caso [•]]. Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme (que, conforme descritas no Contrato de Distribuição, constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, [correspondente a [•]% do produto entre a quantidade total de Ações efetivamente colocadas no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação].

(13) [A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro, entre outros, a sua percepção acerca do desempenho dos Coordenadores. A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.]

(14) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e do Coordenador Líder.

(15) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(16) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.

Abaixo segue a descrição dos custos relativos à Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares:

Custos[1]	**Valor**[2][3]	**% em Relação ao Valor Total da Oferta**[2][3]	**Valor por Ação**[2][3]	**% em Relação ao Preço por Ação**[2][3]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**

(17) Despesas a serem pagas pela Companhia, juntamente com as comissões e os tributos as serem pagos pela Companhia, na proporção das Ações efetivamente subscritas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(18) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(19) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(20) Abrange o valor máximo das comissões previsto no Contrato de Colocação, [sendo que tal montante poderá ser reduzido caso [•]]. Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme (que, conforme descritas no Contrato de Distribuição, constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, [correspondente a [•]% do produto entre a quantidade total de Ações efetivamente colocadas no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação].

(21) [A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro, entre outros, a sua percepção acerca do desempenho dos Coordenadores. A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.]

(22) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e do Coordenador Líder.

(23) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(24) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.

Assumindo a colocação da totalidade das Ações, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementares:

Custos[1]	**Valor**[2][3]	**% em Relação ao Valor Total da Oferta**[2][3]	**Valor por Ação**[2][3]	**% em Relação ao Preço por Ação**[2][3]
	(R$)		*(R$)*	
Comissão de Coordenação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Comissão de Garantia Firme[4]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Remuneração de Incentivo[5]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Comissões	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Impostos, Taxas e Outras Retenções	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na CVM	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Auditores	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro na ANBIMA	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Taxa de Registro da B3	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Despesas com Advogados[6]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Outras despesas da Oferta[7][8]	[•]	[•]%	[•]	[•]%
Total de Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**
Total de Comissões e Despesas	**[•]**	**[•]%**	**[•]**	**[•]%**

(25) Despesas a serem pagas pela Companhia, juntamente com as comissões e os tributos as serem pagos pela Companhia, na proporção das Ações efetivamente subscritas. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

(26) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa.

(27) Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

(28) Abrange o valor máximo das comissões previsto no Contrato de Colocação, [sendo que tal montante poderá ser reduzido caso [•]]. Comissão de Coordenação, Comissão de Colocação e Comissão de Garantia Firme (que, conforme descritas no Contrato de Distribuição, constituem parte da remuneração a ser paga aos Coordenadores) correspondem, respectivamente, a [•]%, [•]% e [•]% da remuneração base, [correspondente a [•]% do produto entre a quantidade total de Ações efetivamente colocadas no âmbito da Oferta; e (b) o Preço por Ação].

(29) [A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores a exclusivo critério da Companhia, utilizando como parâmetro, entre outros, a sua percepção acerca do desempenho dos Coordenadores. A Comissão de Incentivo é limitada a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre: (i) a quantidade total de Ações ofertadas; e (ii) o Preço por Ação.]

(30) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e do Coordenador Líder.

(31) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*).

(32) Incluídos os custos estimados com Assessoria Financeira, traduções, *printer* e outros.

Não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção ao Coordenador Líder, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização), exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Cronograma Estimado da Oferta

Abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

#	Eventos	Data[1]
1.	Protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM.	[•] de outubro de 2020
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Instituições Consorciadas). Disponibilização deste Prospecto Preliminar. Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*) Início do Procedimento de *Bookbuilding.*	[•] de [•] de 2020
3.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com logotipos das Instituições Consorciadas). Início do Período de Reserva. Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2020
4.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.	[•] de [•] de 2020
5.	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de 2020
6.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow*). Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*. Fixação do Preço por Ação. Assinatura do Contrato de Colocação e dos demais contratos relacionados à Oferta.	[•] de [•] de 2020
7.	Concessão do registro da Oferta pela CVM. Disponibilização do Anúncio de Início. Disponibilização do Prospecto Definitivo.	[•] de [•] de 2020
8.	Início de negociação das Ações no Novo Mercado. Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2020
9.	Data de Liquidação.	[•] de [•] de 2020
10.	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2020
11.	Data limite para a liquidação de Ações Suplementares.	[•] de [•] de 2020
12.	Data limite para o fim do *Lock-up* Varejo.	[•] de [•] de 2020
13.	Data limite para o fim do *Lock-up* Segmento *Private*.	[•] de [•] de 2020
14.	Data limite para a disponibilização do Anúncio de Encerramento.	[•] de [•] de 2021

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição das Ações a partir da data da nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), as quais somente serão confirmadas pelo subscritor por meio do preenchimento do termo de aceitação após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, este cronograma será alterado nos termos da Instrução CVM 400. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de disponibilização de Aviso ao Mercado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, consulte as seções "*Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta*", "*Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*" e "*Informações Sobre a Oferta – Inadequação da Oferta*", nas páginas 55, 68 e 73 deste Prospecto, respectivamente.

Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações liquidadas pelo Coordenador Líder, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Colocação, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 69 deste Prospecto.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder realizarão apresentações aos investidores (*roadshow*), exclusivamente no Brasil, no período compreendido entre a data em que este Prospecto Preliminar for disponibilizado e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Regime de Distribuição

A colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) objeto da Oferta será realizada em conformidade com o Contrato de Colocação.

Após: (i) a disponibilização do Aviso ao Mercado e de sua respectiva nova disponibilização (com os logotipos das Instituições Consorciadas); (ii) a disponibilização deste Prospecto Preliminar; (iii) o encerramento do Período de Reserva e do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas; (iv) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Colocação; (v) o deferimento do pedido de registro da Companhia de emissora de valores mobiliários sob a categoria "A" pela CVM; (vi) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (vii) a disponibilização do Anúncio de Início; e (viii) a disponibilização do Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), em mercado de balcão não organizado, em regime de Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelo Coordenador Líder, em conformidade com o disposto da Instrução CVM 400 e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado e as disposições deste Prospecto. Ainda, conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação por parte do Coordenador Líder.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder e à CVM, nos endereços indicados na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais*", a partir página 74 deste Prospecto, a partir da disponibilização do Anúncio de Início.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data da disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta*", na página 86 deste Prospecto.

Plano Distribuição da Oferta

O Coordenador Líder, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborará um plano de distribuição das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia e do Coordenador Líder com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que o Coordenador Líder assegurará: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

O público alvo da Oferta consiste em Investidores de Varejo, Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais.Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada, serão consideradas Pessoas Vinculadas à Oferta os investidores que sejam: (i) controladores e/ou administradores da Companhia ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º (segundo) grau; (ii) controladores e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta, desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro, ascendentes, filhos menores ou colaterais das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros que não sejam Pessoas Vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400: (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; ou (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 87 deste Prospecto.

Procedimento de Distribuição da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a distribuição pública das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, observado o disposto na Instrução CVM 400 e os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado, por meio de 2 (duas) ofertas distintas, quais sejam: (i) Oferta Não Institucional; e (ii) Oferta Institucional, conforme descritas adiante.

I. Oferta Não Institucional:

Desde que haja demanda, a Oferta Não Institucional será destinada aos Investidores Não Institucionais observado o montante de, no mínimo, [10]% (dez por cento) e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, o montante de, no máximo, [40]% ([quarenta] por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), realizada pelas Instituições Consorciadas, compreendendo:

(a) uma oferta aos Investidores do Segmento *Private*, por meio da qual os investidores terão seus Pedidos de Reserva atendidos de maneira prioritária em relação aos Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, desde que optem por se comprometer com o *Lock-up* Segmento *Private*;

(b) uma oferta aos Investidores do Segmento *Private* que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações que subscreverem durante o período do *Lock-up* Segmento *Private*;

(c) uma oferta aos Investidores de Varejo, por meio da qual os investidores terão seus Pedidos de Reserva atendidos de maneira prioritária em relação aos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária (conforme definido abaixo), desde que optem por se comprometer com o *Lock-up* Varejo; e

(d) uma oferta aos Investidores de Varejo que não se comprometerem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, a não dispor das Ações durante o período do *Lock-up* Varejo.

II. Oferta Institucional:

A Oferta Institucional será destinada aos Investidores Institucionais, e será realizada exclusivamente pelo Coordenador Líder.

Procedimento da Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, durante o Período de Reserva, ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, constantes deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade total de Ações inicialmente ofertada, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade total de Ações inicialmente ofertada.

No contexto da Oferta Não Institucional, o montante de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) e, a exclusivo critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, o montante de, no máximo, [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores Não Institucionais que realizarem Pedido de Reserva, conforme o caso aplicável, de acordo com as condições previstas neste Prospecto:

I. o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) e no máximo [•]% ([•] por cento), do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para **Investidores do Segmento *Private*,** sendo certo que:

(a) o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) e no máximo [•]% ([•] por cento), do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para Investidores do Segmento *Private Lock-up* sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida, de modo que as Ações Remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desdeque o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento *Private Lock-up*, poderá haver a realocação das Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private Lock-up* para a Oferta de Varejo *Lock-up*; e

(b) o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) e no máximo [•]% ([•] por cento), do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinado à colocação pública para Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, sendo certo que, caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (a) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

II. o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) e no máximo [•]% ([•] por cento), do total das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação pública para **Investidores de Varejo** conforme disposto a seguir, observado que, caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento *Private Lock-up*, o montante máximo da Oferta de Varejo poderá ser aumentado diante da hipótese de realocação das Ações reservadas para a Oferta do Segmento *Private Lock-up*:

(a) o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) e no máximo [•]% ([•] por cento), do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinada à colocação publica para Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida, de modo que as Ações Remanescentes, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária tenha sido atendido, nos termos do item (b) abaixo, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio. Caso não haja demanda suficiente para suprir a alocação mínima reservada para a Oferta do Segmento *Private Lock-up,* o montante máximo da Oferta de Varejo *Lock-up* poderá ser aumentado nos termos do item I(a) acima; e

(b) o montante de, no mínimo [•]% ([•] por cento) e no máximo [•]% ([•] por cento), do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado à colocação publica para os Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária, sendo certo que caso haja demanda: (i) de até [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), tais pedidos serão atendidos e terão alocação garantida; e (ii) superior a [•]% ([•] por cento) do total das Ações inicialmente ofertada (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a alocação, desde que o montante mínimo estipulado para a Oferta de Varejo *Lock-up* tenha sido atendido, nos termos do item (a) acima, será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização dos Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à prioridade na alocação, à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*" e " *Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações*", nas páginas 19 e 82 deste Prospecto, respectivamente, bem como o item "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Procedimento da Oferta Não Institucional – Segmento *Private*

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores do Segmento *Private* a participação na Oferta do Segmento *Private* mediante preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva do Segmento *Private* por Investidor do Segmento *Private*.

Os Investidores do Segmento *Private* que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores do Segmento *Private* deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, cada um dos Investidores do Segmento *Private* interessados em participar da Oferta Não Institucional deverá realizar Pedido de Reserva, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (c), (e), (f), (h), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do Pedido de Reserva;

(b) os Investidores do Segmento *Private* que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Segmento *Private*, sob pena de serem considerados Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária e não participarem da Alocação Segmento *Private Lock-up*;

(c) os Investidores do Segmento *Private* que tenham interesse em participar diretamente da Oferta do Segmento *Private*, mas não possuem interesse em participar do *Lock-up* Segmento *Private*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser considerados Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária;

(d) os Investidores do Segmento *Private* poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor do Segmento *Private*, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(e) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private* titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores do Segmento *Private* interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos à prioridade na alocação, à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto Preliminar; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada;

(f) os Investidores do Segmento *Private* deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores do Segmento *Private* que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada;

(g) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores do Segmento *Private* que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private* que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção àqueles Pedidos de Reserva que forem realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(h) caso o total de Ações da Oferta do Segmento *Private Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private Lock-up*: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*; ou (b) exceda o total máximo de Ações da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta Segmento *Private Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(i) caso o total de Ações da Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária: (a) seja igual ou inferior ao montante de Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes da Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total máximo Ações destinadas à Oferta do Segmento *Private* Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta *Private* Sem Alocação Prioritária, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(j) até as 16h00 do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor do Segmento *Private* pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio do Segmento *Private*), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(k) até as 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor do Segmento *Private* que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado na alínea (c) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor do Segmento *Private*;

(l) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor do Segmento *Private* que tenha realizado Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto na alínea (i) acima;

(m) caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores do Segmento *Private* ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor do Segmento *Private* poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor do Segmento *Private* está ciente de que os termos da Oferta foram alterados e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor do Segmento *Private* não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor do Segmento *Private* deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor do Segmento *Private* já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(n) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor do Segmento *Private* o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor do Segmento *Private* já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up Segmento *Private*. Os Investidores do Segmento *Private* que indicarem em seu Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Segmento *Private* e subscreverem Ações no âmbito da Oferta Não Institucional não poderão, pelo prazo de 50 (cinquenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia, ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta Não Institucional, cada Investidor do Segmento *Private*, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 50 (cinquenta) dias de *Lock-up* Segmento *Private*.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores do Segmento *Private* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Segmento *Private*, e tendo em vista a impossibilidade das Ações serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Segmento Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 88 deste Prospecto.**

Procedimento da Oferta Não Institucional – Oferta de Varejo

Observado o disposto neste item, será permitida aos Investidores de Varejo a participação na Oferta de Varejo mediante o preenchimento de Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva de Varejo por Investidor de Varejo.

Os Investidores de Varejo que aderirem à Oferta Não Institucional não participarão do Procedimento de *Bookbuilding*, e, portanto, não participarão da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores de Varejo deverão observar, além das condições previstas nos Pedidos de Reserva, o procedimento abaixo:

(a) durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, cada um dos Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta Não Institucional deverá realizar Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nas alíneas (c), (e), (f), (h), (j) e (k) abaixo, observadas as condições do Pedido de Reserva;

(b) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up*, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up Varejo*, sob pena de serem considerados Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária e não participarem da Alocação Varejo *Lock-up*;

(c) os Investidores de Varejo que tenham interesse em participar diretamente da Oferta de Varejo, mas não possuem interesse em participar do *Lock-up* Varejo, deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que desejam ser considerados Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária;

(d) os Investidores de Varejo poderão estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, sem necessidade de posterior confirmação, sendo que, caso o Preço por Ação seja fixado em valor superior ao valor estabelecido pelo Investidor de Varejo, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado;

(e) as Instituições Consorciadas somente atenderão Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor. Recomenda-se aos Investidores de Varejo interessados na realização de Pedidos de Reserva que: (i) leiam cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva especialmente os procedimentos relativos à prioridade na alocação, à liquidação da Oferta e as informações constantes deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigirá a manutenção de recursos em conta nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada;

(f) os Investidores de Varejo deverão realizar seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva, sendo que os Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sob pena de seu Pedido de Reserva ser cancelado pela Instituição Consorciada;

(g) caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será vedada a colocação de Ações aos Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção àqueles Pedidos de Reserva que forem realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(h) caso o total de Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up:* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo *Lock-up*, se houver, poderão ser destinadas aos Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária; ou (b) exceda o total máximo de Ações destinadas à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros, ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(i) caso o total de Ações da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária: (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária, de modo que as Ações remanescentes da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, se houver, poderão destinadas aos Investidores Institucionais; ou (b) exceda o total de Ações da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária, será realizado rateio proporcional ao valor das respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações. Caso haja Rateio Investidores de Varejo Sem Alocação Prioritária, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da Data de Liquidação;

(j) até as 16h00 do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, serão informados a cada Investidor de Varejo pela Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por fac-símile, telefone ou correspondência, a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas (ajustada, se for o caso, em decorrência do Rateio de Varejo), o Preço por Ação e o valor do respectivo investimento, sendo que, em qualquer caso, o valor do investimento será limitado àquele indicado no respectivo Pedido de Reserva;

(k) até as 10h00 da Data de Liquidação, cada Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva deverá efetuar o pagamento, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, do valor indicado na alínea (c) acima à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado; em caso de tal cancelamento automático, a Instituição Consorciada que tenha recebido o Pedido de Reserva deverá garantir a liquidação por parte do respectivo Investidor de Varejo;

(l) na Data de Liquidação, a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva entregará, por meio da B3, as Ações alocadas ao respectivo Investidor de Varejo que tenha realizado Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, desde que tenha efetuado o pagamento previsto na alínea (i) acima;

(m) caso: (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores de Varejo ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor de Varejo poderá desistir do respectivo Pedido de Reserva devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva (1) até as 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (2) até as 12h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data da suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos das alíneas (b) e (c) acima. Adicionalmente, os casos das alíneas (b) e (c) acima serão imediatamente divulgados por meio de anúncio de retificação, nos mesmos veículos utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400. No caso da alínea (c) acima, após a disponibilização do anúncio de retificação, a respectiva Instituição Consorciada deverá acautelar-se e certificar-se, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o respectivo Investidor de Varejo está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Caso o Investidor de Varejo não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva, será considerado válido e o Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento do valor do investimento. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva; e

(n) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos os Pedidos de Reserva serão cancelados e a Instituição Consorciada que tenha recebido o respectivo Pedido de Reserva comunicará ao respectivo Investidor de Varejo o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor de Varejo já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (i) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta.

Lock-up Varejo. Os Investidores de Varejo que indicarem em seu Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* Varejo e subscreverem Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, não poderão, pelo prazo de 40 (quarenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Dessa forma, como condição para a sua participação na Oferta Não Institucional, cada Investidor de Varejo, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizará seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 40 (quarenta) dias de *Lock-up* Varejo.

Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Varejo, e tendo em vista a impossibilidade das Ações serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores do Segmento Private e os Investidores de Varejo que se comprometerem a observar o Lock-up Segmento Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações*", na página 88 deste Prospecto.**

Procedimento da Oferta Institucional

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos deste Prospecto, as Ações remanescentes da Oferta serão destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio do Coordenador Líder, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e não sendo estipulados valores mínimos ou máximo de investimento. Cada Investidor Institucional interessado em participar da Oferta Institucional deverá assumir a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento, em valor financeiro, durante o Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com as seguintes condições:

(a) caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding,* na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, levando em consideração o disposto no Plano de Distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo da Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional;

(b) até as 16h00 do 1º (primeiro) dia útil imediatamente subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou fax, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocada e o valor do respectivo investimento;

(c) a entrega das Ações alocadas deverá ser realizada na Data de Liquidação, mediante pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocada ao Investidor Institucional, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação;

(d) A subscrição/aquisição das Ações será formalizada, nos termos do parágrafo 1º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, por meio do sistema de registro da B3. Ainda, o Coordenador Líder solicitou a dispensa da apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda, nos termos do parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação CVM nº 860, de 22 de julho de 2020. Na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Institucional poderá desistir de suas intenções de investimento até as 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada, por escrito, a divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência ao Coordenador Líder por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço do Coordenador Líder, conforme disposto na seção “Informações Adicionais”, na página 74 deste Prospecto. Caso o Investidor Institucional não informe por escrito o Coordenador Líder de sua desistência será presumido que tal Investidor Institucional manteve suas respectivas intenções de investimento e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos;

(e) caso não haja conclusão da Oferta ou em caso de resilição do Contrato de Colocação ou de cancelamento ou revogação da Oferta, todos as intenções de investimento serão canceladas e o Coordenador Líder comunicará ao respectivo Investidor Institucional o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante disponibilização de comunicado ao mercado. Caso o Investidor Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos da alínea (c) acima, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da comunicação do cancelamento da Oferta; e

(f) poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding,* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de, no mínimo,* [•]*% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 12% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding poderá impactar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário*"", na página 85 deste Prospecto.

Prazos da Oferta

Nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, o prazo para a distribuição das Ações terá início na data de disponibilização do Anúncio de Início, nos termos do artigo 52 e 54-A da Instrução CVM 400, e será encerrado na data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de 6 (seis) meses, contado a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, em conformidade com os artigos 18 e 29 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações. A liquidação física e financeira da Oferta deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição de Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira deverá ser realizada até o 2º (segundo) dia útil contado da(s) respectiva(s) data(s) de exercício da Opção de Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

A data de início da Oferta será anunciada mediante a disponibilização do Anúncio de Início em conformidade com o artigo 52 da Instrução CVM 400. O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Contrato de Colocação

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder, tendo como interveniente anuente a B3. De acordo com os termos do Contrato de Colocação, o Coordenador Líder concordou em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação, a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares), diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado.

O Coordenador Líder prestará Garantia Firme de Liquidação, conforme disposto na seção "*Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação*", na página 69 deste Prospecto.

O Contrato de Colocação estabelecerá que a obrigação do Coordenador Líder de efetuar o pagamento pelas Ações estará sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e do Coordenador Líder, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos Administradores, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação, a Companhia e os Acionistas Vendedores assumirão a obrigação de indenizar o Coordenador Líder em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Coordenador Líder e à CVM, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto.

Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta

Caso: (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes deste Prospecto e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não Institucionais, ou a sua decisão de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4°, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400; e/ou (iv) o Preço por Ação seja fixado abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sobre o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e do item 21 do Ofício-Circular CVM/SRE, poderão os Investidores Não Institucionais desistir de seus respectivos Pedidos de Reserva sem quaisquer ônus, nos termos abaixo descritos.

A revogação, suspensão, cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação a ser disponibilizado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes deste Prospecto, mesmos meios utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, ou da ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, as Instituições Consorciadas deverão acautelar-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Consorciada deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedido de Reserva junto a tal Instituição Consorciada a respeito da modificação efetuada. Em tais casos, o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, nos termos acima descritos, até as 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Anúncio de Retificação ou à data de recebimento, pelo Investidor Não Institucional, da comunicação direta pela Instituição Consorciada acerca da suspensão ou modificação da Oferta.

Caso o Investidor Não Institucional não informe, por escrito, sua decisão de desistência do Pedido de Reserva, nos termos descritos acima, seu respectivo Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor total de seu investimento nos termos deste Prospecto.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos desse Prospecto e decida desistir do Pedido de Reserva nas condições previstas acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que, caso venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados, e cada uma das Instituições Consorciadas que tenha recebido Pedidos de Reserva comunicará ao respectivo Investidor Não Institucional sobre o cancelamento da Oferta, o que poderá ocorrer, inclusive, mediante divulgação de comunicado ao mercado.

Caso o Investidor Não Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos deste Prospecto, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento pelo investidor da comunicação acerca de quaisquer dos eventos acima referidos.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A Garantia Firme de Liquidação consiste na obrigação do Coordenador Líder, observado o disposto no Contrato de Colocação, de liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação. A Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, concedido o registro da Oferta pela CVM, assinado o Contrato de Colocação, disponibilizado o Prospecto Definitivo e divulgado o Anúncio de Início.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto de Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas por investidores não sejam totalmente liquidadas por estes até a Data de Liquidação, o Coordenador Líder, observado o disposto no Contrato de Colocação, subscreverá e liquidará, na Data de Liquidação, pelo Preço por Ação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelo Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Colocação e multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) objeto da Garantia Firme de Liquidação efetivamente subscritas, no Brasil, por investidores e por esses liquidadas no mercado, multiplicada pelo Preço por Ação.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso o Coordenador Líder, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenha interesse em vender tais Ações antes da disponibilização do Anúncio de Encerramento, o preço de venda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que as operações realizadas em decorrência das Atividades de Estabilização não estarão sujeitas a tais limites.

Coordenador da Oferta	**Quantidade[1]**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	100,00
Total	[•]	**100,00**

(1) Sem considerar as Ações Adicionais.

Coordenador da Oferta	**Quantidade[1]**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	100,00
Total	[•]	**100,00**

(1) Considerando as Ações Adicionais.

Estabilização de Preços das Ações e Formador de Mercado

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar operações bursáteis visando à estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, dentro de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador de realizar operações bursáteis e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas e retomadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador poderá escolher livremente as datas em que realizará as operações de compra e venda das Ações no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigado a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços indicados na seção "*Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais*", na página 74 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, o Coordenador Líder recomendou à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Violações das Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na Carta-Convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações (considerando as Ações Adicionais), emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo do Coordenador Líder e sem prejuízo das demais medidas por ele julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais) no âmbito da Oferta, sendo canceladas todas as ordens de investimento e Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações (considerando as Ações Adicionais), no prazo máximo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos, perdas, incluindo lucros cessantes, danos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação do Coordenador Líder. O Coordenador Líder não será, em hipótese alguma, responsável por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e Pedidos de Reserva cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada. A Instituição Consorciada deverá comunicar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido ordem de investimento e Pedido de Reserva, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de divulgação de seu descredenciamento.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do capital social da Companhia, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelo(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de saída da Companhia do Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus Administradores e/ou acionistas controladores;

(g) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e

(h) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção "*18. Valores Mobiliários*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 639 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

A Companhia e a B3 celebrarão oportunamente o Contrato de Participação no Novo Mercado, por meio do qual a Companhia às práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrará em vigor na data de disponibilização do Anúncio de Início.

As Ações passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à disponibilização do Anúncio de Início sob o código "[•]".

As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado encontram-se resumidas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 325 deste Prospecto. Para informações adicionais sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura, além deste Prospecto, do Formulário de Referência, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações.

Acordos de Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Vendedores e cada um dos administradores da Companhia se comprometerão, perante o Coordenador Líder, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas determinadas exceções previstas no Contrato de Colocação, concordarão em não emitir, ofertar, vender, celebrar contrato venda, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção de compra, fazer qualquer venda a descoberto ou de qualquer forma alienar ou conceder quaisquer direitos, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, de que sejam titulares imediatamente após a Oferta ou que venham a adquirir durante o Período de *Lock-Up*.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.

Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia*", na página 84 deste Prospecto.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração, custódia e transferência das ações ordinárias de emissão da Companhia é o Banco Bradesco S.A.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Informações Adicionais

A subscrição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam este Prospecto, em especial as seções "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta* e *às Ações*" e "*Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia*", nas páginas 19 e 82 deste Prospecto, respectivamente, bem como a seção "*4. Fatores de Risco*" do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 353, antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

O Coordenador Líder recomenda fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta, bem como as informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, especialmente as seções que tratam sobre os riscos aos quais a Companhia está exposta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar do Prospecto Preliminar ou informações adicionais sobre a Oferta deverão se dirigir, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos seguintes endereços e páginas da rede mundial de computadores da Companhia, do Coordenador Líder e/ou das demais Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme abaixo indicados:

Companhia

UNI.CO S.A.
Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia
CEP 04548-903, São Paulo, SP
At.: Sr. Adilson José Perardt
Tel.: +55 11 3838-0801
https://ri.grupounico.com (neste website, clicar em "[•]")

Coordenador Líder

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALOS MOBILIÁRIOS S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar.
CEP 04543-907, São Paulo - SP
At.: Sr. Vitor Saraiva
Tel.: + 55 (21) 3265-3700
http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Uni.co S.A." e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Este Prospecto também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br – neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na tabela de "Primárias", clicar no item "Ações", depois, na página referente a "Ofertas Primárias em Análise", na tabela "Oferta Inicial (IPO) – Volume em R$", acessar o link referente ao "Uni.co S.A." e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Preliminar disponível); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/, clicar em clicar em "Uni.co S.A." e, posteriormente, acessar "Prospecto Preliminar").

Links para Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O AVISO AO MERCADO, BEM COMO SUA NOVA DISPONIBILIZAÇÃO (COM O LOGOTIPO DAS INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS), O ANÚNCIO DE INÍCIO, O ANÚNCIO DE ENCERRAMENTO, EVENTUAIS ANÚNCIOS DE RETIFICAÇÃO, BEM COMO TODO E QUALQUER AVISO OU COMUNICADO RELATIVO À OFERTA SERÃO DISPONIBILIZADOS, ATÉ O ENCERRAMENTO DA OFERTA, EXCLUSIVAMENTE, NAS PÁGINAS NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES DA COMPANHIA, DO COORDENADOR LÍDER E/OU DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA INDICADAS ABAIXO.

NOS TERMOS DO ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO CVM 400, OS ACIONISTAS VENDEDORES FOI DISPENSADO PELA CVM DE DISPONIBILIZAR OS ANÚNCIOS E AVISOS RELACIONADOS À OFERTA, BEM COMO O PROSPECTO PRELIMINAR, UMA VEZ QUE NÃO POSSUEM PÁGINA PRÓPRIA REGISTRADA NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES PARA ESTE FIM.

Companhia

Uni.co S.A.
https://ri.grupounico.com (neste *website*, clicar em "[•]").

Coordenador Líder

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALOS MOBILIÁRIOS S.A.
[http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias da Uni.co S.A." e, então, clicar em "Aviso ao Mercado").]

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

A Companhia e o Coordenador Líder não realizarão nenhum registro da Oferta ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, e não serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior. Portanto, qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada em qualquer outro país, exceto o Brasil.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia e a Oferta, a Companhia e o Coordenador Líder alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto, do Prospecto Definitivo e do Formulário de Referência.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "*SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA*" E "*FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES*", NAS PÁGINAS 19 E 82 DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "*4. FATORES DE RISCO*" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, A PARTIR DA PÁGINA 353 DESTE PROSPECTO PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA, À OFERTA E SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de outubro de 2020.

O REGISTRO DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS.

A Oferta é inadequada aos investidores que não se enquadrem nas definições de Investidor Não Institucional ou de Investidor Institucional. Uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir em ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever ações ou, com relação à qual o investimento em ações seria, no entendimento da Companhia e do Coordenador Líder, inadequado.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) asset management, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 30 de junho de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.360.000 (dois milhões, trezentos e sessenta mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$436 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (Bonds), Securitização, *Equity Capital Market*s, M&A, Crédito Estruturado, Project Finance e Development Finance.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores. Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,30 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2.041 milhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5.837 milhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1.627 milhões de reais e no IPO do Banco BMG no valor de R$1.391 milhões, *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9.276 milhões e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1.837 milhões.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1.100 milhões; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow*-on de Irani no valor de R$405 milhões; *follow*-on da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1.027 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E O COORDENADOR LÍDER

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não mantém relacionamento comercial relevante com a Companhia.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico da Companhia.

A Companhia e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não Ações ou valores mobiliários referenciados, conversíveis, ou permutáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações conforme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pela Companhia ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP Investimentos como coordenador líder na Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E O COORDENADOR LÍDER

Relacionamento entre o Squadra e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não mantém relacionamento comercial relevante com o Squadra.

Além disso, nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico não participou de (i) qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão do Squadra; ou (ii) operações relevantes de financiamento, ou reestruturações societárias envolvendo o grupo econômico do Squadra.

O Squadra e/ou sociedades controladas poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para celebrar acordos e para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão negociar outros valores mobiliários de emissão do Squadra. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão do Squadra, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão do Squadra com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas ações ordinárias de emissão do Squadra; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra e venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Ações como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar seus clientes a taxa de retorno das Ações, contra o recebimento de taxas de juros fixas e flutuantes (incluindo operações de *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico poderão adquirir Ações conforme de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção "*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*" na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelo Squadra ao Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações.

O Squadra declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer conflito de interesses referente à atuação da XP Investimentos como coordenador líder na Oferta. Ainda, o Squadra declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Squadra e o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou outras sociedades do seu conglomerado financeiro, prestam serviços bancários ao para alguns Acionistas Vendedores Pessoas Físicas, incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

Na data deste Prospecto, exceto pelo disposto acima e, pelo relacionamento decorrente da presente Oferta, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro.

Entretanto, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio. Nos últimos 12 meses que antecederam o lançamento da presente Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico não participaram de qualquer outra oferta pública de títulos e valores mobiliários de emissão dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e não foram realizadas aquisições e vendas, pelo Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico, de valores mobiliários dos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, prevista em “Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 48 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre nós, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder e/ou outras sociedades pertencentes ao seu grupo econômico que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia" a partir da página 19 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, anexo este Prospecto a partir da página 353, as informações trimestrais e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir da página 167, respectivamente, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, anexas este Prospecto a partir da página 235, respectivamente.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dos fatores de risco mencionados abaixo e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das Ações pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência da Companhia, a partir de página 353 deste Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como do atual coronavírus (COVID-19), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a MERS e a SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão. Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente do COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto do COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as ações ordinárias de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Como exemplo, em 31 de dezembro de 2019, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de, aproximadamente, R$4,8 trilhões, com um volume diário de negociação de R$11,5 bilhões bilhões durante o ano de 2018. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 representam, aproximadamente, 47% da capitalização de mercado da B3 em 31 de dezembro de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US$20,7 trilhões em 31 de dezembro de 2018 e um volume diário médio de negociação de US$74,1 bilhões durante o ano de 2018.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as Ações, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global e brasileiras poderão afetar a percepção do risco no Brasil e em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. Embora a conjuntura econômica desses países seja significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das Ações, inclusive pelos Acionistas Vendedores, após a conclusão da Oferta e do Período de Lock-up, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e cada um dos administradores da Companhia se comprometerão, perante o Coodenador Líder, a celebrar Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais, observadas determinadas exceções previstas no Contrato de Colocação, concordarão em não emitir, ofertar, vender, celebrar contrato venda, empenhar, emprestar, conceder qualquer opção de compra, fazer qualquer venda a descoberto ou de qualquer forma alienar ou conceder quaisquer direitos, direta ou indiretamente, pelo Período de *Lock-up*, quaisquer Ações de que sejam titulares imediatamente após a Oferta, ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por, ou que representem um direito de receber Ações, ou que admitam pagamento mediante entrega de Ações, bem como derivativos nelas lastreados, ressalvadas as Ações Suplementares, de que sejam titulares imediatamente após a Oferta ou que venham a adquirir durante o Período de *Lock-Up*.

As vedações listadas acima não se aplicam nas hipóteses descritas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, como nas hipóteses descritas nos Instrumentos de *Lock-up*.

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações detidas pelos Acionistas Vendedores e cada um dos Administradores, estarão disponíveis para venda no mercado. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das Ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para informações adicionais, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Acordos de Restrição à Venda de Ações (Lock-up)*", na página 73 deste Prospecto.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço de mercado das Ações e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de Bookbuilding, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as ordens ou intenções de investimento automaticamente canceladas.

A participação de, no mínimo, [•]% ([•] por cento) dos Investidores Institucionais, sendo até no máximo 20% (vinte por cento) Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, no Procedimento de *Bookbuilding*, poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam ou não Pessoas Vinculadas poderá reduzir a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, que possibilitará a opção de desistência dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta Não Institucional. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta na ocorrência de um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção “Destinação dos Recursos” na página 89 deste Prospecto, e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impacto adverso no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) no âmbito da Oferta.

A garantia firme de liquidação consiste na obrigação do Coordenador Líder de liquidar financeiramente as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que tenham sido subscritas, porém não liquidadas, no Brasil, pelos seus respectivos investidores na Data de Liquidação. Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso a totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) não sejam integralmente subscritas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Suspensão, Modificação, Revogação ou Cancelamento da Oferta*", na página 68 deste Prospecto.

Investidores que subscreverem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação ordinárias das ações ordinárias emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta, resultando em diluição imediata do valor de seu investimento. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção "Diluição", na página 93 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais), com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante as Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no Termo de Adesão, na Carta-Convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, Instituição Consorciada, a critério exclusivo do Coordenador Líder e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenador Líder, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária e, ainda, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, eventualmente incidentes. Para mais informações, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta*", na página 71 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

O Coordenador Líder e sociedades de seu grupo econômico poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as Ações como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Após a Oferta, a Companhia continuará sendo controlada pelo Acionista Controlador, cujo interesse pode diferir dos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Imediatamente após a conclusão da Oferta, o Acionista Controlador permanecerá com o controle de fato da Companhia. Dessa forma, o atual Acionista Controlador, por meio de seu poder de voto nas assembleias gerais, continuará capaz de influenciar fortemente ou efetivamente exercer o poder de controle sobre as decisões da Companhia, o que pode se dar de maneira divergente em relação aos interesses dos demais acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia ou o Coordenador Líder poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo este Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia ou o Coordenador Líder, ou, ainda, contendo certos dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia ou do Coordenador Líder sobre a Oferta até a disponibilização do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia ou do Coordenador Líder.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam deste Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

Os Investidores do Segmento Private Lock-up e os Investidores de Varejo Lock-up que se comprometerem a observar o Lock-up Segmento Private e o Lock-up Varejo, respectivamente, diante da impossibilidade de transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores do Segmento *Private Lock-up* e os Investidores de Varejo *Lock-up* devem se comprometer, observadas as exceções previstas nos demais documentos da Oferta, conforme aplicável, durante o período de 50 (cinquenta) dias e 40 (quarenta) dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Desta forma, caso o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia venha a cair e/ou os Investidores do Segmento *Private Lock-up* e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Segmento *Private* e/ou período de *Lock-up* Varejo aplicáveis, e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta Não Institucional serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, durante referidos períodos, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, a Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta serão de aproximadamente: (i) R$[•], após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementes; e (ii) R$, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementes.

Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*", na página 48 deste Prospecto.

A Companhia pretende investir os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta na/para:(i) amortização ou liquidação de dívidas vigentes; (ii) aquisição de novos negócios; (iii) investimentos em tecnologia e omnichanel; e (iv) reforço de capital de giro.

A Oferta Primária corresponderá a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares, e a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, na proporção indicada abaixo sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementes:

Destinação	Percentual dos Recursos líquidos	Valor estimado líquido (em R$ milhares)[1][2]
Amortização de Dívidas[3]	[•]	[•]
Aquisição de Novos Negócios[4]	[•]	[•]
Investimento em tecnologia e omnichanel[5]	[•]	[•]
Reforço de capital de giro[6]	[•]	[•]
Total	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Amortização de Dívidas", abaixo.
(4) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Aquisição de Novos Negócios", abaixo.
(5) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Investimento em tecnologia e omnichanel", abaixo.
(6) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Reforço de capital giro", abaixo.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações que a Companhia pretender dar aos recursos líquidos provenientes da Oferta, na proporção indicada abaixo considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementes:

Destinação	Percentual dos Recursos líquidos	Valor estimado líquido (em R$ milhares)[1][2]
[Amortização de Dívidas][3]	[•]	[•]
[Aquisição de Marcas][4]	[•]	[•]
[Investimento em tecnologia e omnichanel][5]	[•]	[•]
[Reforço de capital de giro][6]	[•]	[•]
Total	**100%**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa.
(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.
(3) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Amortização de Dívidas", abaixo.
(4) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Aquisição de Novos Negócios", abaixo.
(5) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Investimento em tecnologia e omnichanel", abaixo.
(6) Para informações adicionais sobre como os recursos serão utilizados, veja o item "Reforço de capital de giro", abaixo.

Amortização de Dívidas

O percentual de [•]% dos recursos líquidos provenientes da Oferta, equivalente a R$[•] (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementes), será destinado para a amortização de dívidas da Companhia e suas Controladas, conforme disposto na tabela abaixo:

Credor	Saldo	Taxa	Vencimento	Valor a ser pago
	(em R$)			*(em R$)*
Banco do Brasil	R$44.808.719,03	CDI + 2,85% a 3%	20/12/2024	[•]
Bocom BBM	R$9.296.034,00	CDI + 3%	28/12/2023	[•]
Bradesco	R$2.289.001,19	CDI + 3,41%	27/09/2021	[•]
Itaú	R$40.073.655,81	CDI + 2,85%	16/10/2024	[•]

Para mais informações, veja o item 10.1(f) do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, a partir da página 97 deste Prospecto.

Aquisição de novos negócios

A Companhia pretende utilizar parte dos recursos da Oferta para acelerar o processo de fusão e integração de empresas, pois existem diversas marcas que possuem desafios: (i) de sucessão; (ii) operacionais; (iii) de capital de giro; (iv) de expansão; ou (v) em suas transformações digitais, que podem aproveitar a plataforma desenvolvida no Grupo Uni.co para continuarem suas trajetórias de marca.

Na data deste Prospecto, não há uma posição definida sobre potenciais alvos relevantes a serem adquiridos pela Companhia, nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas, não tendo celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para quaisquer aquisições relevantes. Não há previsão para aquisição de empresas-alvo de partes relacionadas.

Investimento em tecnologia e omnichanel

A Companhia pretende utilizar parte dos recursos da Oferta para impulsionar o e-commerce e ecossistema digital da Companhia, com a maior integração entre seus canais físicos e digitais.

Reforço de Capital de Giro

A Companhia pretende utilizar parte dos recursos da Oferta para reforçar o seu capital de giro.

Um aumento ou uma redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, conforme o caso, de: (i) R$[•] nos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, sem considerar a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementes; e (ii) R$[•] nos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, considerando a colocação integral das Ações Adicionais e das Ações Suplementes. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos acima descritos não forem destinados para as finalidades destacadas, no curso regular dos negócios da Companhia, os recursos captados na Oferta Primária poderão ser investidos em aplicações financeiras que a Administração da Companhia acredita estarem dentro de sua política de investimento, visando a preservação do capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Caso os recursos efetivamente captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, sua aplicação será reduzida, priorizando o investimento em tecnologia e *omnichanel* e depois o pagamento de dívidas, o reforço de capital de giro e a aquisição de novos negócios. Para buscar a manutenção do plano original de crescimento, a Companhia poderá buscar recursos adicionais junto a terceiros, inclusive instituições financeiras, mediante a contratação de empréstimos ou financiamentos diretos, oferta de títulos e valores mobiliários representativos de dívida nos mercados local e internacional ou mesmo mediante a realização de outra oferta pública ou privada de ações de emissão da Companhia, tendo sempre como principal critério o menor custo de capital. A forma de obtenção desses recursos será definida pela Companhia à época da respectiva captação, dependendo inclusive das condições de mercado.

Tendo em vista que a Oferta Secundária é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

Para mais informações sobre o impacto dos recursos líquidos da Oferta na situação patrimonial da Companhia, veja a seção "*Capitalização*", a partir da página 92 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia e sua estrutura de capital em 30 de setembro de 2020 e indicam: (i) a posição naquela data; (ii) os valores ajustados para refletir o aumento de capital social da Companhia realizado em [•] de [•] de 2020; e (iii) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R$[•], com base no Preço por Ação de R$[•] após a dedução das comissões e despesas estimadas.

As informações abaixo, referentes à coluna "Efetivo", foram extraídas das informações financeiras trimestrais da Companhia relativas ao período de três meses findo em 30 de setembro de 2020, revisadas pelos Auditores Independentes, e devem ser lidas em conjunto com as mesmas, bem como as seções 3 e 10 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto Preliminar.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020		
	Efetivo	**Ajustado para refletir o aumento de capital social[1]**	**Ajustado para a Oferta**
		(em R$ mil)	
Empréstimos e financiamentos (circulante)	37.100	[•]	[•]
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	69.834	[•]	[•]
Patrimônio líquido	**71.072**	**[•]**	**[•]**
Capitalização Total[2]	**178.006**	**[•]**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o aumento do capital social realizado em [•] de [•] de 2020, no montante de R$[•]. Para mais informações, vide item "Eventos Recentes" do Sumário na página 19 deste Prospecto Preliminar.

(2) Capitalização total corresponde à soma total de empréstimos e financiamentos e o patrimônio líquido nas datas indicadas.

Além do aumento de capital social descrito acima, não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de setembro de 2020.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] no nosso patrimônio líquido, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O valor do nosso patrimônio líquido após a conclusão da Oferta, está sujeito a alterações do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding.*

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$71.072 mil e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R$2,37. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2020.

Após o aumento de capital social realizado em [•] de [•] de 2020, mediante a emissão de [8.624.143] ações, o valor patrimonial por ação ordinária de emissão da Companhia, é de R$[•].

Considerando a subscrição de [•] Ações no âmbito da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R$[•], e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido ajustado da Companhia em 30 de setembro de 2020 seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R$[•] por ação para os acionistas existentes, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R$[•] para os novos investidores, no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial contábil por Ação imediatamente após a conclusão da Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção "Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição" na página 48 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de setembro de 2020 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020	R$2,37
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir o aumento de capital social[2]	R$[•]
Valor patrimonial contábil por ação em de 30 de setembro de 2020 ajustado para refletir a Oferta	R$[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas	R$[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores[3]	R$[•]
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta[4]	[•]%

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, sem considerar a colocação das Ações Suplementares.

(2) Ajustado para refletir o aumento do capital social realizado em [•] de [•] de 2020, no montante de R$[•]. Para mais informações, vide item "Eventos Recentes" do Sumário na página 19 deste Prospecto Preliminar.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 38 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta: (i) de R$[•] milhões no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores já foram emitidas pela Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo

[Descrição a ser incluída previamente ao 2º protocolo]

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, considerando: (i) a emissão de ações no âmbito da Oferta [(considerando e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)]; e (ii) o exercício de todas as opções passíveis de outorga na data deste Prospecto Preliminar no âmbito dos Planos.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020	178.006.000
Quantidade de ações de emissão da Companhia considerando o aumento de capital social[2]	[•]
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano	[•]
Quantidade total de ações após as emissões acima	**[•]**
Valor patrimonial contábil por ação 30 de setembro de 2020	2,37
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020 ajustado considerando todos os eventos acima[3]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas, considerando todos os eventos acima	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores, considerando todos os eventos acima[4]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante dos eventos descritos acima[5]	[•]

(1) O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(2) Ajustado para refletir o aumento do capital social realizado em [•] de [•] de 2020, no montante de R$[•]. Para mais informações, vide item "Eventos Recentes" do Sumário na página 19 deste Prospecto Preliminar.

(3) Considera o preço de exercício de R$[•].

(4) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação de R$[•] a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia, imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.

(5) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

Data	Natureza da operação	Tipo de Ação	Quantidade de Ações	Valor Pago	Valor Pago por Ação	Preço por Ação[1]
				(R$)	*(R$)*	*(R$)*
22/12/2017	Aumento de capital	Ordinária	5.625.833	20.000.000,00	3,555	[•]
02/01/2020	Aumento de capital	Ordinária	8.264.463	20.000.000,00	2,42	[•]
02/01/2020	Aquisição de ações	Ordinárias	614.741	2.286.836,52	3,72	[•]
19/03/2020	Aquisição de ações	Ordinárias	303.139	742.690,55	2,45	[•]
04/06/2020	Aquisição de ações	Ordinárias	303.405	746.376,30	2,46	[•]
14/09/2020	Aumento de capital	Ordinária	34.484	83.363,91	2,41	[•]
[•]/[•]/2020	Aumento de capital	Ordinária	[20.848.871,00]	[8.624.143]	[2,42]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá ser fixado acima ou abaixo desta faixa, a qual é meramente indicativa.

Além dos aumentos de capital acima, não houve outras aquisições de ações de emissão da Companhia por administradores, controladores ou detentores de opções nos últimos cinco anos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

ANEXO B – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, O PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

ANEXO C – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU A ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

ANEXO D – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

ANEXO E – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ANEXO F – DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ANEXO G – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ANEXO H – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

ANEXO J – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO A – ESTATUTO SOCIAL VIGENTE DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNI.CO S.A.

CNPJ: 15.825.887/0001-24
NIRE: 35300541481

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO E OBJETO.

ARTIGO 1º - A Uni.co S.A. é uma sociedade anônima que reger-se-á pelas leis e usos do comércio, por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 1° - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo 2° - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

ARTIGO 2º - A Companhia tem por objeto: a) a participação em outras sociedades empresariais e não empresariais, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio; b)a gestão de participações societárias; e c) participação em empresas no segmento do comércio, atacado e varejo.

ARTIGO 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria fixar e alterar o endereço da sede, bem como criar, transferir e extinguir sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observadas as exigências legais e estatutárias pertinentes à matéria.

ARTIGO 4º - O prazo de duração da sociedade será indeterminado.

CAPÍTULO II

DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

ARTIGO 5º – O Capital Social do Companhia é de R$ 97.097.577,91 (noventa e sete milhões, noventa e sete mil, quinhentos e setenta e sete reais e noventa e um centavos), dividido em 74.989.104 (setenta e

quatro milhões, novecentas e oitenta e nove mil, cento e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

§ 1º - Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

§2º - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados.

§ 3º - A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações é também expressamente proibido, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias.

§ 4º - Fica vedada a emissão de partes beneficiárias da Companhia.

§ 4º - As ações serão indivisíveis perante a Companhia, que não lhes reconhecerá mais de um proprietário para cada unidade.

ARTIGO 6º – A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 200.000.000 (duzentas milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária.

§ 1º O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

§ 2º - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

§ 3º - A subscrição e a integralização de ações de emissão da Companhia obedecerão aos critérios estabelecidos neste Artigo:

até o limite do capital autorizado, a emissão, a quantidade, o preço, prazo e forma de integralização de ações a serem emitidas pela Companhia serão estabelecidos pelo Conselho de Administração;

a deliberação de aumento de capital para integralização em bens, que não sejam créditos em moeda corrente detidos contra a Companhia, será privativa da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

§ 4º - A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado, emitir novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, com exclusão do direito de preferência dos antigos

acionistas, ou com redução do prazo para seu exercício, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou por meio de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda nos termos de planos de outorga de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral e detalhados pelo Conselho de Administração, a favor de administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou às sociedades sob seu controle, direto ou indireto, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

§ 5º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

ARTIGO 7º - O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei n. 6.404/76.

ARTIGO 8º - A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede.

CAPÍTULO III

ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 9º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais e/ou as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável assim o exigirem.

§ 1º - As Assembleias Gerais poderão ser convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

§ 2º - As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por pessoa indicada pelos acionistas, por maioria de votos. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

§ 3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

§ 4º - Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, ou ainda, se enviados ao Presidente da Assembleia, por meio eletrônico, com 03 (três) dias de antecedência.

§5° - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

ARTIGO 10º - Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

(a) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 5° do presente Estatuto;

(b) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações, nos termos do art. 5º, §3º;

(c) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

(d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(e) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(f) distribuir dividendos em montante inferior ao dividendo obrigatório;

(g) constituir reservas além das legais.

(h) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre

o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(i) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(j) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 5º deste Estatuto Social;

(k) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(l) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e

(m) aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias.

CAPÍTULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Disposições Gerais

ARTIGO 10º – A companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

§1° - A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 27 abaixo.

§ 2° - O prazo de gestão do Conselho de Administração ou da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito para preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído.

§ 3° - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

Seção II - Conselho de Administração

ARTIGO 11º - O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

§1º Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

§2º - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

§3º A Presidência do Conselho de Administração caberá ao membro eleito pelo voto afirmativo da maioria dos Conselheiros, na primeira reunião do Conselho após a Assembleia Geral que eleger os seus membros.

§3º Na hipótese de impedimento permanente, renúncia, ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou destituição de qualquer dos cargos dos membros do Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes deverão eleger um Conselheiro substituto, observado o disposto no §1º acima, que completará o mandato do Conselheiro substituído. Se ocorrer a vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição.

Parágrafo 5º - Em caso de vacância temporária de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, o Conselheiro ausente indicará seu substituto dentre os membros do Conselho de Administração, ou procurador, desde que devidamente constituído, para que o represente na reunião em que não comparecerá, por meio de notificação escrita ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente da reunião antes de sua instalação.

ARTIGO 12º - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou pelo seu substituto, ou quando extraordinariamente convocado por qualquer dos seus membros. Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

§1º A convocação referida no caput do artigo 12 será feita com antecedência de 8 (oito) dias em primeira convocação, e 2 (dois) dias em segunda convocação, com a apresentação da ordem do dia, considerando regularmente convocado qualquer membro presente à reunião. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá, individualmente, solicitar ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de reunião extraordinária, devendo este fazê-la no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da entrega da solicitação por escrito, a qual deverá relacionar os assuntos a serem tratados.

§ 2º As reuniões do Conselho de Administração só serão realizadas em primeira convocação com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros e, em segunda convocação, com a presença de no mínimo três conselheiros.

§3º - Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O conselheiro que assim participar à distância será considerado como presente em referida reunião.

§4º - A reunião do Conselho de Administração será presidida sempre por seu Presidente, ou, na ausência deste, por outro conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos conselheiros presentes, sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Presidente da reunião.

§ 5º - As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas mediante o voto favorável da maioria dos seus membros e serão registradas em ata, em livro próprio, pelo secretário da reunião, indicado pelo Presidente.

§ 6º - Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

ARTIGO 13º – A remuneração global dos membros do Conselho de Administração da Companhia será fixada pela Assembleia Geral observado o art. 152 da Lei das Sociedades por Ações, devendo o Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual para seus próprios membros.

ARTIGO 14º - O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

(a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

(b) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

(c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

(d) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art. 9º do presente Estatuto;

(e) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, nos termos do Art. 6° do presente Estatuto;

(f) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers* , notas promissórias, *bonds* , *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(g) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(h) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(i) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(j) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(k) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme os disposto neste Estatuto;

(l) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, sendo que a empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

(m) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

(n) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(o) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(p) aprovar toda e qualquer operação ou conjunto de operações com partes relacionadas cujo valor seja igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia.

(q) aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por exercício social, estipulando prazos e demais condições;

(r) concessão de empréstimo ou adiantamento a qualquer pessoa, incluindo empregados e administradores exceto quando se tratar de adiantamentos e despesas dentro do curso normal dos negócios ou em conformidade com plano de opções de compra de ações previamente aprovados pelo Conselho de Administração;

(s) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) por exercício social, estipulando prazos e demais condições;

(t) outorga de garantias para empresas controladas e coligadas, salvo se respeitada a participação proporcional da Companhia nas coligadas ou controladas;

(u) prestação de garantias, exceto recebíveis ou créditos comerciais da própria Companhia ou de suas subsidiárias que surjam no curso normal do negócio;

(v) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(w) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(x) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Primeiro abaixo;

(y) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; e

(z) outras matérias que porventura estejam previstas em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

Parágrafo único - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Seção III – Diretoria

ARTIGO 15º – A diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez) Diretores, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro, um Diretor de Relações com Investidores e os demais sem

designação específica, residentes no País, acionistas ou não, sendo a eleição e destituição de seus membros competência do Conselho de Administração.

§ 1º - O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos.

§2º - Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

§ 3º - A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo de posse lavrado no livro de "Atas das Reuniões da Diretoria", nos termos do art. 10, §1º, deste Estatuto Social. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pelo próprio Conselho de Administração, dispensadas quaisquer outras formalidades.

§ 4º - Em caso de vacância do cargo ou impedimento definitivo do Diretor Presidente, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, sendo admitida a reeleição Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro.

§ 5º - Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por mandatários da Companhia que vierem a constituir, onde serão especificados nos atos ou operações o que poderão praticar, e a duração do mandato, sendo no caso de mandato judicial, poderá esse ser por prazo indeterminado.

§ 6º - Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada.

§7º - No caso de vacância no cargo de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

§ 7º - A remuneração global dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, e o montante individual pelo Conselho de Administração , ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

ARTIGO 16º - A Diretoria, terá poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de atos e realização de operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste

Estatuto, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e orçamento de capital aprovados pelos acionistas, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

(b) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto;

(c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(d) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social);

(e) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

§1º A Diretoria será responsável pelos negócios diários da Companhia e não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto e em lei, devendo abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração, especialmente nas seguintes matérias:

a) política comercial;

b) marketing;

c) tecnologia da informação;

d) financeiro e pessoal;

e) orçamento;

f) estrutura de capital; e

g) distribuição de dividendos;

§2º - Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto:

(a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

(b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

(c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(d) manter os membros da Diretoria informados sobre as atividades e operações da Companhia;

(e) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;

(f) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social "*ad referendum*" do Conselho de Administração; e

(g) realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração.

§3º - Compete ao Diretor Financeiro, além das demais atribuições previstas neste Estatuto:

(a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;

(b) disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da Companhia;

(c) dirigir as atividades de controle e escrituração contábil-fiscais e guardar fielmente os livros societários;

(d) propor, controlar e acompanhar o programa orçamentário da Companhia;

(e) gerenciar o fluxo de caixa e obter fontes de financiamento;

(f) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e por um adequado retorno sobre o capital investido;

(g) dirigir as atividades de prestação de serviços de arrecadação de tributos; e

(h) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

§ 4º - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, além das demais atribuições previstas neste Estatuto:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

§5º - Os demais Diretores sem designação específica terão as atribuições que lhe foram dadas pelo Conselho de Administração e pelo Diretor Presidente.

ARTIGO 17º - A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita por qualquer Diretor, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores.

§ 1º - A Diretoria somente se reunirá com a presença mínima de 2 (dois) ou 1/3 (um terço) dos Diretores, o que for maior, desde que pelo menos um dos presentes seja o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia.

§2º - Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a reunião será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião

§ 3º - As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião.

§ 4º - As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio.

ARTIGO 18º - Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto.

ARTIGO 19º - A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observado quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo.

§ 1º - Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado.

§2º - O Conselho de Administração poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia, em casos específicos.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 20º - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento.

§ 1º – Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§ 2º – As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

CAPÍTULO VI

EXERCICIO SOCIAL E LUCROS

ARTIGO 21º - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício, que deverão ser examinadas por auditores externos, devidamente registrados na CVM.

Parágrafo Único - Além das demonstrações financeiras ao fim de cada exercício social, a Companhia fará elaborar as demonstrações financeiras trimestrais, com observância dos preceitos legais pertinentes.

ARTIGO 22º - Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, salvo deliberação unânime da Assembleia de Acionistas em sentido contrário

ARTIGO 23º - Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

ARTIGO 24º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

§ 1º- Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado.

§ 2º - Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

§ 3º - Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

CAPÍTULO VII

Alienação de Controle e Saída do Novo Mercado

ARTIGO 25º - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente de controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar o tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

ARTIGO 26º - Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único - A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VIII

Arbitragem

ARTIGO 27º - A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste

Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX

Liquidação

ARTIGO 28º - A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei.

§ 1º - À Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração.

§ 2º - A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, elegerá o Conselho Fiscal para o período da liquidação, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

CAPÍTULO IX

Das Disposições Gerais

ARTIGO 29º - A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenes seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

ARTIGO 30º – A Companhia passará por auditoria anual, ao fim de cada exercício social, de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, que poderão ser escolhidos e destituídos pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 31º – Deverão ficar disponíveis para os acionistas, na sede social da Companhia, o Estatuto Social, Código de Ética, Políticas, os contratos com partes relacionadas, Acordos de Acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia.

ARTIGO 32º - As disposições contidas nos Parágrafos 1º e 2º do Artigo 1º, Parágrafos 1º e 3º do Artigo 10, Parágrafos 1º e 2º do Artigo 11, alínea "w" do Artigo 14 e Artigo 25, 26 e 27, somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO B – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU, O PEDIDO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

Data, Hora e Local: Realizada no dia 15 de outubro de 2020, às 09 horas, na sede social da Uni.co S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia.

Convocação: Dispensada a publicação de Edital de Convocação, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ação").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social das Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

Composição da Mesa: Presidente: Sr. Wellington Einstein Dalvi dos Santos; Secretário: Sr. Luiz Eduardo Lima Ferreira.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a alteração da denominação social da Companhia; **(ii)** alteração da sede da Companhia; **(iii)** a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(iv)** a submissão (a) do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(v)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para (a) incluir as alterações aprovadas nas deliberações (i) e (ii) acima, (b) determinar um capital autorizado, (c) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores, e (d) adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outros; **(vi)** a realização de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(vii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; **(viii)** a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto"); (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; e **(ix)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

Deliberações: Foram aprovados, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem ressalvas:

(i) a alteração da denominação social da Companhia, a qual passará de "Butler RJ Participações S.A." para "Uni.co S.A.".

(ii) a alteração da sede social da Companhia para a Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(iii) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(iv) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado, incluindo a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado.

(v) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para **(a)** incorporar as alterações aprovadas nos itens (i) e (ii) acima, **(b)** criar um capital autorizado de 200.000.000,00 (duzentos milhões) de ações, **(c)** criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores e estabelecer suas respectivas atribuições, e **(d)** incluir as cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, dentre outros, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

(vi) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta"), sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e dos acionistas vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos acionistas vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

(vii) a eleição seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos: **(a) Luiz Eduardo Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08146272-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.733.677-51, com escritório na Avenida Borges de Medeiros, nº 633 salas 703 e 704 (parte), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como presidente do Conselho de Administração; **(b) Guilherme Mexias Ache**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08014157-5 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 960.753.177-91, com endereço na Rua Marituba, 248, casa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(c) Agapito Troina**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº 118535327 Detran/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.813.707-03, com endereço na Avenida Vice Presidente José Alencar, nº 1515, bloco 5, apto 701, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(d) Anna Gabriela Chagas Antici**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 06977803-3 IFP/RJ e inscrita no CPF/ME sob o nº 012.016.867-76, com endereço na Rua Vensceslau Flesha, nº 55, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro independente do Conselho de Administração; e **(e) Ricardo Dias Mieskalo Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.637.079-6 SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 038.840.019-65, com endereço na Rua Jerônimo da Veiga, nº 421, apto. 6, Jardim Europa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro independente do Conselho de Administração, na forma dos termos de posse dos **Anexo II a VI** à presente ata, prevendo o prazo de mandato e a sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.

A caracterização dos conselheiros ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas.

Dessa forma, os acionistas da Companhia declaram que o Conselho de Administração fica composto pelos seguintes membros, os quais podem ser reeleitos: (i) Presidente: Luiz Eduardo Lima Ferreira; (ii) Membro do Conselho: Guilherme Mexias Ache; (iii) Membro do Conselho: Agapito Troina; (iv) Membro Independente do Conselho: Anna Gabriella Chagas Antici; e (v) Membro Independente do Conselho: Ricardo Dias Mieskalo Silva.

(viii) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: **(a)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; **(b)** fixar o preço de emissão das Ações; **(c)** aprovar o Prospecto; **(d)** celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e **(e)** definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta.

(ix) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Assinaturas: Presidente: Sr. Wellington Einstein Dalvi dos Santos; Secretário: Sr. Adilson José Perardt.

Acionistas: Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Adilson José Perardt, Newton Soares Ribeiro Neto, Pablo Zetterman da Fontoura, Fernanda de Abreu Prazeres, Andrea de Oliveira Mendes, Uggo Frederico Angioletti.

A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada e assinada por todos os presentes no livro de Atas das Assembleias Gerais.

São Paulo, 15 de outubro de 2020

Mesa:

Wellington Einstein Dalvi dos Santos
Presidente da Mesa

Luiz Eduardo Lima Ferreira
Secretário da Mesa

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

UNI.CO S.A.
NIRE 35300541481
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO II
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Luiz Eduardo Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08146272-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.733.677-51, com escritório na Avenida Borges de Medeiros, nº 633 salas 703 e 704 (parte), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para o cargo de presidente do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

LUIZ EDUARDO LIMA FERREIRA

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO III
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Guilherme Mexias Ache**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08014157-5 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 960.753.177-91, com endereço na Rua Marituba, 248, casa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

GUILHERME MEXIAS ACHE

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO IV
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Agapito Troina**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº 118535327 Detran/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.813.707-03, com endereço na Avenida Vice Presidente José Alencar, nº 1515, bloco 5, apto 701, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

AGAPITO TROINA

UNI.CO S.A.
NIRE 35300541481
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO V
TERMO DE POSSE

Eu, a Sra. **Anna Gabriela Chagas Antici**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 06977803-3 IFP/RJ e inscrita no CPF/ME sob o nº 012.016.867-76, com endereço na Rua Vensceslau Flesha, nº 55, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo sido eleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeita à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

ANNA GABRIELA CHAGAS ANTICI

UNI.CO S.A.
NIRE 35300541481
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO VI
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Ricardo Dias Mieskalo Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.636.079-6 SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 038.840.019-65, com endereço na Rua Jerônimo da Veiga, nº 421, apto. 6, Jardim Europa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo sido eleito para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

RICARDO DIAS MIESKALO SILVA

ANEXO C – ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020, QUE APROVOU A ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

Data, Hora e Local: Realizada no dia 15 de outubro de 2020, às 09 horas, na sede social da Uni.co S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia.

Convocação: Dispensada a publicação de Edital de Convocação, nos termos do § 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ação").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social das Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

Composição da Mesa: Presidente: Sr. Wellington Einstein Dalvi dos Santos; Secretário: Sr. Luiz Eduardo Lima Ferreira.

Ordem do Dia: Deliberar sobre: **(i)** a alteração da denominação social da Companhia; **(ii)** alteração da sede da Companhia; **(iii)** a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(iv)** a submissão (a) do pedido de adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"), e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3; **(v)** a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia para (a) incluir as alterações aprovadas nas deliberações (i) e (ii) acima, (b) determinar um capital autorizado, (c) criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores, e (d) adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao regulamento do Novo Mercado, dentre outros; **(vi)** a realização de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); **(vii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; **(viii)** a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações da Companhia ("Prospecto"); (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; e **(ix)** a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima.

Deliberações: Foram aprovados, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes e sem ressalvas:

(i) a alteração da denominação social da Companhia, a qual passará de "Butler RJ Participações S.A." para "Uni.co S.A.".

(ii) a alteração da sede social da Companhia para a Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(iii) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480.

(iv) a submissão à B3 **(a)** do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e **(b)** do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado, incluindo a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado.

(v) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, para **(a)** incorporar as alterações aprovadas nos itens (i) e (ii) acima, **(b)** criar um capital autorizado de 200.000.000,00 (duzentos milhões) de ações, **(c)** criar o cargo de Diretor de Relações com Investidores e estabelecer suas respectivas atribuições, e **(d)** incluir as cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, dentre outros, que passa a vigorar com a redação constante do **Anexo I** da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas.

(vi) a aprovação da realização da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (em conjunto, os "Coordenadores da Oferta"), sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e as demais disposições legais aplicáveis.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e dos acionistas vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos acionistas vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

(vii) a eleição seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia para mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos: **(a) Luiz Eduardo Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08146272-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.733.677-51, com escritório na Avenida Borges de Medeiros, nº 633 salas 703 e 704 (parte), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como presidente do Conselho de Administração; **(b) Guilherme Mexias Ache**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08014157-5 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 960.753.177-91, com endereço na Rua Marituba, 248, casa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(c) Agapito Troina**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº 118535327 Detran/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.813.707-03, com endereço na Avenida Vice Presidente José Alencar, nº 1515, bloco 5, apto 701, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como membro efetivo do Conselho de Administração; **(d) Anna Gabriela Chagas Antici**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 06977803-3 IFP/RJ e inscrita no CPF/ME sob o nº 012.016.867-76, com endereço na Rua Vensceslau Flesha, nº 55, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro independente do Conselho de Administração; e **(e) Ricardo Dias Mieskalo Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.637.079-6 SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 038.840.019-65, com endereço na Rua Jerônimo da Veiga, nº 421, apto. 6, Jardim Europa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como membro independente do Conselho de Administração, na forma dos termos de posse dos **Anexo II a VI** à presente ata, prevendo o prazo de mandato e a sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.

A caracterização dos conselheiros ora eleitos como conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, foi atestada por cada um deles mediante declarações previamente encaminhadas.

Dessa forma, os acionistas da Companhia declaram que o Conselho de Administração fica composto pelos seguintes membros, os quais podem ser reeleitos: (i) Presidente: Luiz Eduardo Lima Ferreira; (ii) Membro do Conselho: Guilherme Mexias Ache; (iii) Membro do Conselho: Agapito Troina; (iv) Membro Independente do Conselho: Anna Gabriella Chagas Antici; e (v) Membro Independente do Conselho: Ricardo Dias Mieskalo Silva.

(viii) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: **(a)** deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; **(b)** fixar o preço de emissão das Ações; **(c)** aprovar o Prospecto; **(d)** celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e **(e)** definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta.

(ix) a autorização para que o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata.

Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos.

Assinaturas: Presidente: Sr. Wellington Einstein Dalvi dos Santos; Secretário: Sr. Adilson José Perardt.

Acionistas: Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Adilson José Perardt, Newton Soares Ribeiro Neto, Pablo Zetterman da Fontoura, Fernanda de Abreu Prazeres, Andrea de Oliveira Mendes, Uggo Frederico Angioletti.

A presente ata é cópia fiel da ata original lavrada e assinada por todos os presentes no livro de Atas das Assembleias Gerais.

São Paulo, 15 de outubro de 2020

Mesa:

Wellington Einstein Dalvi dos Santos
Presidente da Mesa

Luiz Eduardo Lima Ferreira
Secretário da Mesa

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO I
ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

UNI.CO S.A.
NIRE 35300541481
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO II
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Luiz Eduardo Lima Ferreira**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08146272-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 014.733.677-51, com escritório na Avenida Borges de Medeiros, nº 633 salas 703 e 704 (parte), na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para o cargo de presidente do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

LUIZ EDUARDO LIMA FERREIRA

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO III
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Guilherme Mexias Ache**, brasileiro, solteiro, economista, portador da cédula de identidade RG nº 08014157-5 SSP/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 960.753.177-91, com endereço na Rua Marituba, 248, casa, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

GUILHERME MEXIAS ACHE

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO IV
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Agapito Troina**, brasileiro, solteiro, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG nº 118535327 Detran/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 112.813.707-03, com endereço na Avenida Vice Presidente José Alencar, nº 1515, bloco 5, apto 701, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo sido eleito para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

AGAPITO TROINA

UNI.CO S.A.
NIRE 35300541481
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO V
TERMO DE POSSE

Eu, a Sra. **Anna Gabriela Chagas Antici**, brasileira, casada, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 06977803-3 IFP/RJ e inscrita no CPF/ME sob o nº 012.016.867-76, com endereço na Rua Vensceslau Flesha, nº 55, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo sido eleita para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incursa em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeita à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

ANNA GABRIELA CHAGAS ANTICI

UNI.CO S.A.
NIRE 35300541481
CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ANEXO VI
TERMO DE POSSE

Eu, o Sr. **Ricardo Dias Mieskalo Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 4.636.079-6 SESP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 038.840.019-65, com endereço na Rua Jerônimo da Veiga, nº 421, apto. 6, Jardim Europa, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo sido eleito para o cargo de membro independente do Conselho de Administração da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), com mandato de 2 (dois) anos, contados a partir de 16 de outubro de 2020, estendendo-se até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no exercício social de 2023, declaro aceitar minha eleição e assumir o compromisso de cumprir fielmente todos os deveres inerentes ao meu cargo, de acordo com a lei e o Estatuto Social da Companhia, pelo que firmo este Termo de Posse.

Declaro, outrossim, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que me impeçam de exercer a atividade empresária, estando ciente do disposto no Artigo 147 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

Para os fins do Artigo 149, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, declaro que receberei eventuais citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de minha gestão no endereço acima indicado, sendo que eventual alteração será comunicada por escrito à Companhia.

Por fim, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, declaro estar sujeito à cláusula compromissória prevista no Regulamento do Novo Mercado e transcrita no Estatuto Social da Companhia.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

RICARDO DIAS MIESKALO SILVA

ANEXO D – MINUTA DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNI.CO S.A.

NIRE 35300541481

CNPJ/ME nº 15.825.887/0001-24

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REALIZADA EM [●] DE [DEZEMBRO] DE 2020

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em [●] de [dezembro] de 2020, às [18:00] horas, na sede social da Uni.co S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

MESA: Presidente: Sr. Wellington Einstein Dalvi dos Santos; Secretário: Sr. Adilson José Perardt.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por unidade de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 6º, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(iv)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(vii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a Reunião do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração presentes, [de forma unânime], tomaram as seguintes deliberações:

(i) aprovaram, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[●] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido

com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovaram, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●], o qual passará de R$[●] ([●] reais) para R$[●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$[●], que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de [●] ([●]) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 6º, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia;

aprovaram, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iii) homologaram, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(iv) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovaram, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R$ [●] ([●] de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

(v) aprovaram o prospecto definitivo e o final offering memorandum a serem utilizados na Oferta;

(vi) autorizaram a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o Contrato de Coordenação, Distribuição das Ações e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.; (ii) o Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A.; (iii) o Placement Facilitation Agreement; e (iv) o Contrato de Prestação de Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos;

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, a qual lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos presentes.

<u>Assinaturas</u>: <u>Mesa</u>: Presidente: Sr. Wellington Einstein Dalvi dos Santos; Secretário: Sr. Adilson José Perardt.

<u>Membros do Conselho de Administração</u>: Luiz Eduardo Lima Ferreira; Guilherme Mexias Ache; Agapito Troina; Anna Gabriella Chagas Antici; e Ricardo Dias Mieskalo Silva

A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de [dezembro] de 2020

Mesa:

Wellington Einstein Dalvi dos Santos	**Adilson José Perardt**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO E – DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

UNI.CO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, CEP 04.548-903, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Companhia**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de sua emissão ("**Ações**") e de titularidade dos acionistas vendedores mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A. ("**Acionistas Vendedores**" e "**Prospecto Preliminar**", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), coordenada pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Coordenador Líder**"), autorizada a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, sem esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

UNI.CO S.A.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO F – DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

SQUADRA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações, devidamente constituído e registrado na CVM, nos termos da Instrução CVM 578, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 17.071.800/0001-04, neste ato representado na forma de seu regulamento por sua gestora, a **SQUADRA PARTICIPAÇÕES – GESTÃO DE RECURSOS LTDA.,** sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Borges de Medeiros, 633 / 703 e 704 (parte), Leblon, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.528.915/0001-77, autorizada para prestar o serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliário por meio do Ato Declaratório CVM nº 13.178 ("**Ofertante**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **UNI.CO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, CEP 04.548-903, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("**Companhia**"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), que compreende a distribuição pública primária e secundária de Ações de titularidade dos acionistas mencionados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.Co S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"), coordenada pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Coordenador Líder**"), autorizada a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, sem esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Ofertante, os demais acionistas vendedores (quando em conjunto com o Ofertante, "**Acionistas Vendedores**") e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, iniciada em setembro de 2020 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Uni.co S.A. ("**Prospecto Definitivo**");

(C) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo;

(D) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder à Companhia e aos Acionistas Vendedores documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado;

(E) foram disponibilizados pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais;

O Ofertante **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores por ocasião do registro da Oferta, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes.

São Paulo, [●] de [●] de 2020.

SQUADRA I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
p. SQUADRA PARTICIPAÇÕES – GESTÃO DE RECURSOS LTDA.

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

ANEXO G – DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER, NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira, com escritório comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04543-907, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 02.332.886/0001-04, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder" ou "XP Investimentos"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, de emissão da **UNI.CO S.A.** sociedade por ações, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Oferta" e "Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a sua coordenação vem pela presente, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400:

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia e Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor"), e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta ("Assessores Legais");

(ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em outubro de 2020, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) para a realização da Oferta, a Companhia contratou a KPMG Auditores Independentes para aplicação dos procedimentos previstos nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade CTA 23 de acordo com os parâmetros definidos pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Companhia ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos;

(iv) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para

análise do Coordenador da Oferta e de seus Assessores Legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelos Assessores Legais, em nome do Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;

(vi) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus Assessores Legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder e de seus Assessores Legais, como o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com o Coordenador da Oferta e Assessores Legais participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seu Assessores Legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor (incluindo, mas não se limitando, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo), nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ANBIMA.

São Paulo, [•] de outubro de 2020.

XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO H – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2020 E 2019

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relativo as demonstrações contábeis intermediárias para o período findo em 30 de setembro de 2020

ÍNDICE

1. Mensagem Diretoria
    a. História
    b. Marcas
    c. Canais
    d. Diferenciais
2. Resultado Financeiro
    a. Receita Bruta
    b. Lucro Bruto
    c. EBITDA Ajustado
    d. Demonstrativo de Resultado
3. Declaração dos Diretores
4. Relacionamento com Auditores Independentes
5. Agradecimentos

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

a. História

O atual Grupo Uni.co foi iniciado em dezembro de 2012, com a aquisição da marca Imaginarium pelo Squadra 1 Fundo de Investimentos em Participações ("FIP Squadra"), gerido pela Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra Investimentos") – investidor nacional referência em seu segmento. Desde então, a Companhia passou por um processo de transformação que profissionalizou a sua gestão, implementou uma cultura de excelência operacional no varejo e aprimorou a infraestrutura e processos internos.

A marca Imaginarium foi fundada em 1991 e busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. A Imaginarium iniciou o modelo de franquia no ano de 1993 e desde então vem expandindo sua rede, alcançando o marco de 100 franquias em 2012, dobrando para 200 em 2016.

Para aumentar sua capilaridade, a Imaginarium desenvolveu em 2007 a bandeira "Imaginarium Na Medida", modelo de loja "*store in store*" desenhado para atender o canal de varejo multimarcas em localidades onde a companhia não tem franquia. Já em 2012, lançou o modelo de franquia multimarcas chamado de "Lovebrands", que iniciou sua operação com as marcas Imaginarium, Puket e Balonè e que, a partir de 2017, passou a contar também com a Chilli Beans como marca parceira.

O principal diferencial da marca sempre foi criar produtos inovadores, criativos e surpreendentes, alcançando em 2003 o marco de criar em média 1 produto por dia. Para materializar sua criatividade, a marca vem ao longo de mais de 10 anos evoluindo sua cadeia de fornecedores na China e em outros países da Ásia. Em 2006 a Imaginarium iniciou seu processo de importação de produtos asiáticos, e com isso impulsionou a entrada de novas categorias, como eletrônicos, em 2009. Com o objetivo de aprofundar sua relação com fornecedores e estar presente em um dos principais polos de inovação de produtos do mundo, a Companhia inaugurou em 2010 o seu escritório na cidade chinesa de Shenzhen.

No ano de 2016, a marca MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co. Fundada em 2014, a MinD atua no segmento de decoração e tem como propósito fazer com que seus clientes se apaixonem por suas casas todos os dias. Já em 2018, o Grupo Uni.co incorporou a Puket, marca com porte similar ao da Imaginarium.

A Puket foi fundada em 1988 com intuito de ser uma marca de meias irreverentes. A marca iniciou sua expansão em novas categorias a partir de 2000, desenvolvendo produtos para linha de pijamas e lingerie e, em 2005, com a linha de acessórios (mochila, necessaire, estojo, entre outros).

No ano de 2004 a Puket inaugurou sua primeira loja e já no início de 2013 atingiu o marco de 100 lojas. Desde sua fundação, a marca sempre teve presença no varejo nacional de meias, e no ano de 2011 criou a bandeira "Aqui Tem Puket" (modelo de loja "*store in store*"), qualificando o seu canal de varejo e ofertando a linha completa de produtos em cidades onde não possui lojas.

Desde a aquisição, o Grupo Uni.co tem evoluído a integração da Puket na sua plataforma de operação, concluindo a unificação da cadeia de suprimentos no ano de 2019 e do centro de distribuição em março de 2020. Além disso, o Grupo Uni.co está finalizando a união dos escritórios das marcas Imaginarium, MinD e Puket.

Em fevereiro de 2018 o Grupo Uni.co iniciou seu projeto *omnichannel*, começando pela marca Imaginarium. O grupo está em constante processo de evolução digital, o que foi intensificado em setembro de 2019 com a criação da Diretoria Digital do Grupo Uni.co. Além disso, concluiu em 2020 a implantação do modelo *ship from store* e *pick-up store* para a rede de franquia Imaginarium, iniciou o modelo *omnichannel* na Puket e inaugurou o *marketplace* proprietário da Imaginarium – o "Nossos Crushes".

b. Marcas

O Grupo Uni.co é constituído por três marcas amadas que inovam, encantam e oferecem experiências únicas para os clientes:

Puket: é a *love brand* de vestuário e acessórios para todas as idades. Fundada em 1988 com o intuito de ser uma marca de meias irreverentes, vem expandindo suas categorias e seus canais de atuação. A marca tem o propósito de conectar as famílias e pessoas que se gostam por meio de produtos com design divertido, colorido e criativo, permitindo aos pais se vestirem de filhos e vivenciarem juntos momentos lúdicos. O seu time de criação desenvolve anualmente mais de 1.000 estampas e 2.500 produtos exclusivos. A marca foi integrada ao Grupo Uni.co em 2018 e, em 30 de setembro de 2020, contava com mais de 1,2 milhão de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 172 franquias monomarcas e um ticket médio de R$ 179.

Imaginarium: é a *love brand* de design e presentes, com DNA de inovação e diversão. Fundada em 1991, a marca busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. Com o desafio, desde 2003, de entregar 1 produto por dia, a marca criou no ano de 2019 495 produtos. A Imaginarium é, desde dezembro de 2012, a marca inicial do Grupo Uni.co e em 30 de setembro de 2020 contava com mais de 2,3 milhões de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 219 franquias monomarcas e ticket médio de R$ 145.

MinD: é a *love brand* de decoração, com modernidade e aconchego impressos em seu DNA. Fundada em 2014, tem como propósito fazer com que nossos clientes se apaixonem por suas casas todos os dias, trazendo afeto ao ato de decorar. A marca lança artigos inovadores e alinhados com as tendências de arquitetura e design a cada nova estação, com mais de 300

novidades por ano. São produtos pensados para pessoas que acreditam que a decoração também faz parte de quem somos. A MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co em dezembro de 2016 e hoje atua 100% nos canais digitais. Em 30 de setembro de 2020, a marca contava com mais de 300 mil seguidores em suas redes sociais e tem ticket médio de R$ 230.

c. Canais

O grupo atende os clientes em todos os estados do Brasil e Distrito Federal por meio de canais físicos e digitais, os quais estão em crescente processo de integração, pois acredita que essa conexão enriquece a experiência de consumo. A rede de lojas físicas é composta por franquias monomarcas, franquias multimarcas, lojas no modelo *store in store* e lojas de varejo multimarcas. As franquias monomarcas da marca Imaginarium e Puket somam, em 30 de setembro de 2020, 391 lojas.

Para atender cidades menores, com população entre 40 a 210 mil habitantes, o grupo criou em 2012 o modelo inovador de franquia multimarcas, chamado de Lovebrands. Nessas lojas, os clientes encontram as marcas Puket e Imaginarium, além das marcas convidadas Chilli Beans e Balonè.

O modelo *store in store* é uma "pequena loja" dentro de uma loja multimarcas. Foram selecionadas lojas multimarcas reconhecidas em localidades onde ainda não havia franquias do Grupo Uni.co para implantar esse modelo e proporcionar aos consumidores uma experiência de consumo equivalente ao das franquias. Nesse sentido, o grupo conta com duas bandeiras de *store in store*: "Aqui Tem Puket" e "Imaginarium Na Medida".

O grupo também atende clientes multimarcas em todos os Estados brasileiro e o Distrito Federal. Nesse canal é oferecido um mix reduzido de produtos considerando suas particularidades e sua interação com os demais canais de vendas.

No canal digital, a companhia comercializa seus produtos em três websites proprietários de *e-commerce*. O grupo conta com uma força de mais de 1,4 mil vendedores de suas franquias, que participam do programa "Embaixadores Digitais", no qual são comissionados por vendas *online* com a utilização de cupons, e que também utilizam o "Catálogo Virtual", ferramenta que permite realizar vendas via WhatsApp. O Uni.co utiliza estrategicamente *marketplaces* como Mercado Livre, B2W, Magazine Luiza e Rappi, entre outros, como canais de popularização das suas marcas. Seus franqueados estão cada vez mais integrados ao *e-commerce* por meio das iniciativas *omnichannel*. Com isso, o estoque da ampla rede de franquias consegue atender os clientes com menores prazos de entrega e custo de frete, proporcionando conveniência e melhorando a experiência do consumidor.

Essas iniciativas criaram uma sólida base para suportar o potencial de crescimento de fluxo e da taxa de conversão do *e-commerce,* gerando já no primeiro trimestre de 2020 um aumento de 88% das vendas digitais em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento

foi ainda maior no segundo trimestre de 2020, em que a venda digital cresceu mais de 5 vezes em relação ao mesmo período de 2019, devido às iniciativas internas da companhia e às medidas de restrição de circulação de pessoas decorrentes da pandemia de COVID-19. No terceiro trimestre de 2020, o grupo manteve sua trajetória de crescimento digital, com um patamar de venda *online* 3 vezes maior do que o mesmo período do ano anterior.

Gross Merchandising Volume (GMV) corresponde ao volume bruto de mercadorias dentro de plataformas digitais

Seguindo a estratégia de digitalização, a Imaginarium lançou, em julho de 2020, o seu primeiro *marketplace* proprietário: o "*Nossos Crushes*". O *marketplace* proprietário anuncia e vende produtos de marcas parceiras (e.g. Livraria Cultura, Livo e Weasy), sendo o mix de produtos cuidadosamente selecionado pelo experiente time interno de curadoria. Essa iniciativa tem o objetivo de oferecer produtos e soluções que se conectam com os consumidores e com o nosso DNA, além de proporcionar uma experiência cada vez mais completa para os clientes da companhia. Os projetos implementados permitiram aumentar o fluxo e a conversão dos *websites* do grupo, que receberam mais de 20 milhões de acessos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

d. Diferenciais

O Uni.co acredita que o DNA de cada *love brands*, desenvolvido ao longo de suas jornadas de conexão e encantamento com seus consumidores, é o seu principal ativo. Por isso, criou uma plataforma que permite que suas marcas preservem seus DNAs e foquem em seu *core business*: encantar o cliente.

O grupo entrega para todas as marcas um cardápio de serviços que inclui: *(i)* tecnologia para operação de franquias, *(ii)* rede global de *sourcing* com times alocados na China e no Brasil, *(iii)*

plataforma *omnichannel* com tecnologia e processos desenvolvidos para integrar as franquias com os canais digitais e *(iv)* processos de suporte, gente e gestão e governança eficientes.

O Uni.co acredita que as seguintes vantagens competitivas o diferenciam dos concorrentes e contribuem para o seu sucesso.

Marcas líderes que se conectam com as novas gerações de maneira continuada

Há 30 anos, as marcas vêm se conectando com seus públicos, sendo reconhecidas pelos seus produtos e experiências. Para que isso seja possível, é preservado o DNA único de cada uma mantendo a independência dos times de marca, criação e desenvolvimento de produtos, que atualmente contam com mais de 55 colaboradores divididos nas três marcas. O processo criativo tem a capacidade de antecipar tendências, seja na moda, tecnologia ou decoração, e de criar produtos desejáveis e que geram conexões emocionais com os consumidores. São criados mais de 3.000 produtos por ano, reconhecidos pelos consumidores e por parceiros como inovadores, criativos e surpreendentes.

A estratégia *customer-centric* (foco no cliente) fortalece a conexão do Uni.co com os mais de 1,8 milhão de clientes ativos e é refletida diretamente nos indicadores de satisfação dos seus consumidores. Na data de 30 de setembro de 2020 as marcas tinham aproximadamente 4,0 milhões de seguidores em suas redes sociais, *Net Promoter Score* (NPS) médio de 74 e pontuação média no ReclameAqui de 7.8 para lojas online e 8.7 para lojas físicas. Além disso, em 2019, a Imaginarium foi reconhecida com o Prêmio Negócios – ReclameAqui de "As Melhores Empresas para o Consumidor".

Plataforma omnichannel com capilaridade em todo o território nacional

O Uni.co investe em diversas iniciativas para alavancar a sua plataforma *omnichannel*, com a integração entre os canais de venda físicos e digitais, tais como:

- ***Ship from store***: processo de atendimento, iniciado em 2019, que transforma a loja física em um ponto de distribuição utilizando o estoque local para atender pedidos *online* de forma mais rápida e barata;
- ***Pick-up in store***: processo de venda *online* com a retirada de pedidos em lojas físicas, também implementada em 2019;
- ***Catálogo virtual:*** ferramenta que permite aos vendedores customizar catálogos de produtos e vender por meio do WhatsApp; e
- ***Embaixadores virtuais:*** projeto que permite que os mais de 1,4 mil vendedores das franquias do Grupo Uni.co recebam uma comissão por cada venda realizada no *e-commerce* com a utilização de cupons personalizados.

Essas iniciativas foram implementadas nas franquias, por meio de um modelo comercial *ganha-ganha*, benéfico tanto para franqueadora quanto para franqueado. O grupo conta, ainda, com uma estrutura logística favorável para integração dos canais: o Uni.co possui franquias em todas as capitais do Brasil (exceto Macapá), o que permite implementar um serviço de entrega em 24 horas após a solicitação em praticamente todos os estados do país. Adicionalmente, o Uni.co conta com um Centro de Distribuição estrategicamente localizado em Biguaçu/SC, que possui mais de 13 mil m^2 para garantir o abastecimento das lojas, e um estoque avançado em São Paulo/SP – principal centro consumidor das marcas – que proporciona maior agilidade ao processo de entrega das vendas digitais.

As vendas *omnichannel* representaram 33% das vendas no site da Imaginarium no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Por meio dessa estratégia, o grupo oferece uma experiência diferenciada para seus clientes, reduzindo 7 dias do prazo de entrega nas regiões Norte e Nordeste, e com custo até 40% mais barato. As vantagens do modelo *omnichannel* são refletidas no NPS dos clientes multicanais, que é 15 pontos percentuais maior do que o NPS dos clientes *e-commerce,* e no *lifetime value* (LTV) por cliente, que é 20% maior.

A estruturação da plataforma *omnichannel* em um modelo de franquias foi possibilitada pela capacidade de inovação do Grupo Uni.co, potencializada pela criação de uma área interna na Companhia dedicada para desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas e inteligência artificial, o Uni.Labs. A área reúne uma equipe de mais de 20 pessoas altamente capacitadas e com sólido histórico no mundo digital, trabalhando em um modelo ágil de experimentação por meio de testes A/B e com o conceito de mínimo produto viável (*MVP*). Durante o período da pandemia, o Uni.Labs implementou diversas iniciativas para acelerar o processo de transformação digital e aumentar as vendas com as lojas fechadas, dentre elas o programa "Embaixador Digital" e as vendas por "Catálogo Virtual", além de acelerar iniciativas em curso como a criação do nosso *marketplace* proprietário e o aumento de nossa presença em outros *marketplaces*.

Com objetivo de acelerar o crescimento dos canais digitais, a companhia criou centros de excelência e soluções, reunindo conhecimentos estratégicos e replicando rapidamente boas práticas nos negócios do grupo. Um desses centros é o *Growth Center* que, a partir da internalização da agência de mídia, se tornou a gestora de todo o ciclo de crescimento, que vai desde o investimento em mídias (*awareness*), passando por motores performance e se consolidando através da rentabilização dos clientes (CRM). Desta forma, o Grupo Uni.co acredita que conseguirá operar melhor todos os pontos envolvidos na jornada do cliente, elevando o *lifetime value* (LTV), conforme mencionado sobre a iniciativa *Omnichannel*.

Reconhecida tecnologia de gestão de franquias de alto desempenho e modelo asset-light

O modelo de negócios baseia-se principalmente em franquias, o que dá a vantagem competitiva de poder realizar expansões rápidas com baixo investimento próprio, uma vez que há pouca necessidade de aportes em ativos (*asset-light).* Entre 2013 e 2019, a rede de franquias do Grupo Uni.co cresceu com uma taxa composta de 8% ao ano.

Evolução do número de Franquias Puket, Imaginarium e Lovebrands

**Dados até 30 de setembro de 2020, refletindo o efeito da COVID-19 na rede de franquias.*

Os franqueados passam por um rigoroso processo de seleção e, após aprovados, contam com a experiência do grupo na gestão de franquias, que vem sendo desenvolvida há mais de 25 anos. O Grupo Uni.co fornece aos franqueados soluções completas desde o início de suas operações, nos processos de definição de ponto comercial, negociação de aluguel, abertura de CNPJ, contratação e treinamento de equipe, e estruturação e montagem da loja. O Uni.co possui um time de consultoria de negócio, responsável por garantir excelência comercial e operacional em toda a sua rede. O grupo apoia o franqueado na gestão do seu negócio, por meio de treinamentos presencias e virtuais específicos para cada etapa de sua jornada e com processos e tecnologia para suas atividades de abastecimento, vendas, marketing local, *visual merchandising*, entre outros.

Os parceiros de franquias têm forte influência na operacionalização da estratégia comercial do Uni.co por possuírem o conhecimento local necessário para adaptar o modelo padrão de operação às particularidades regionais. Os franqueados se tornam "embaixadores" das marcas e utilizam seus relacionamentos e expertises locais para potencializar a operação em cada localidade, o que contribui fortemente com o plano de negócios da companhia. A presença nacional por meio de franquias do Grupo Uni.co possibilitou o aprendizado sobre as particularidades de cada região.

Ao longo dos últimos 25 anos, como forma de demonstração da capacidade do Uni.co de gestão de franquias, o grupo recebeu mais de 35 selos da Associação Brasileira de Franquias com a Imaginarium e a Puket, além de diversos prêmios, tais como: Prêmio de Excelência em Franchising em 2019, Prêmio Alshop Lojista em 2016, Prêmio Design em 2011 e, recentemente, Prêmio Pequenas Empresas & Grandes Negócios "As Melhores Franquias do Brasil" em 2020.

Cadeia de fornecimento global com controle de qualidade

A companhia conta com uma ampla gama de fornecedores localizados, principalmente, em quatro países – China, Brasil, Taiwan e Índia – com os quais tem um sólido relacionamento. Atualmente,

o grupo mantém um relacionamento com mais de 200 fábricas, as quais produzem itens que abrangem categorias como: vestuário, eletrônico, decoração, acessórios têxteis, papelaria, entre outros. Para gerir essa rede, o Grupo Uni.co conta com mais de 30 colaboradores divididos entre os escritórios administrativos na China e no Brasil.

O escritório da China, por meio do qual a companhia opera há mais de dez anos, permite uma gestão eficiente dos fornecedores, agilidade nas etapas de desenvolvimento de produto e eficaz controle da qualidade. Favorece, ainda, a troca de experiência com as fábricas, adaptando os processos do Uni.co à cultura e ao método de trabalho chinês, o que traz maior credibilidade e, consequentemente, melhores condições comerciais.

O escritório, situado na cidade de Shenzhen, tem posição estratégica para o Grupo Uni.co. Sua localidade permite acesso a um dos maiores centros de inovação de produtos da China, conectando a companhia com os principais fabricantes do mundo. Assim, a cadeia de *supply* tem se mostrado fundamental para que o grupo continue se antecipando às tendências e trazendo produtos inovadores e exclusivos para seus consumidores.

Histórico bem sucedido em integração de marcas e gestão comprometida com foco em resultados

A partir de 2012, com a aquisição da Imaginarium pela Squadra Investimentos – investidor nacional referência em seu segmento – O Grupo Uni.co passou por um período de transformação, tornando-se uma empresa com alto grau de profissionalização e com cultura de excelência operacional no varejo. Ao longo desses anos, a companhia aprimorou seus controles e procedimentos internos, implementou novas ferramentas de gestão, integrou e automatizou sistemas e processos e evoluiu seu processo decisório, adotando sólidas práticas de governança corporativa com foco em resultados.

Após a estruturação e expansão da Imaginarium, o grupo fez em 2016 a aquisição e incorporação da MinD e, em 2018, da Puket - empresa com porte similar ao da Imaginarium – criando então o Grupo Uni.co. Seu sucesso na realização dessas transações comprova sua experiência e a qualidade do seu time em identificar bons ativos, concretizar aquisições a valores coerentes, mesmo em processos competitivos, além de integralizar o alvo trazendo resultados positivos em um curto espaço de tempo.

Isso é evidenciado pelo fato de que, após aquisição da Puket, a marca registrou um crescimento de 17% no número de franquias entre o final dos exercícios sociais de 2017 e 2019, enquanto nos anos anteriores o crescimento foi de apenas 3% (dezembro de 2015 a dezembro de 2017). Além disso, entre os exercícios sociais de 2018 e 2019 (encerrados em 31 de dezembro), o *sellout* do *e-commerce* da Puket teve um acréscimo de 116%, impulsionado pela internalização da operação e da expertise digital do Grupo Uni.co.

Desde a aquisição da Puket, com a revisão da política de estoques e melhoria de gestão, a marca alcançou uma redução de 62% no prazo médio de estoque, de R$ 32 milhões para R$ 10 milhões entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, a companhia acredita estar bem posicionada para aquisições futuras, tendo estabelecido procedimentos internos que permitem uma rápida integração de novas operações com captura de sinergias.

Responsabilidade social e práticas sustentáveis

O Uni.co acredita no seu potencial de transformação e geração de impacto socioambiental positivo e, por isso, assume forte compromisso com uma agenda de responsabilidade social e adoção de práticas sustentáveis. Desde a criação das marcas, diversos projetos com esse fim foram criados e implementados com sucesso.

A companhia criou em 2013 a campanha "Meias do Bem", na qual incentiva seus clientes a doarem pares de meia usados. As meias arrecadadas são recicladas em cobertores, os quais são destinados para doação em parceria com mais de 500 instituições beneficentes. Essa iniciativa foi capaz de coletar mais de 1,4 milhão de pares de meia até 2020, o que produziu mais de 53 mil cobertores. Na época do Natal, o Uni.co também promove a campanha "Natal do Bem", em que a cada três pares de meia vendidos, a empresa doa um par novo para instituições cadastradas. Outra campanha promovida pela companhia é a "Tudo que Vai, Volta", em que o grupo encoraja seus consumidores a doarem suas mochilas usadas, no período de volta às aulas escolares.

O Uni.co promove diversos outros projetos que refletem seu compromisso social, envolvendo ações de doações de ração para ONGs de proteção animal, doações de máscaras durante a pandemia e uma parceria com a ONG TETO, na qual o lucro da venda de um produto lançado em *co-branding* é totalmente revertido para os projetos da organização.

O esforço da companhia é direcionado para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valoriza a diversidade de gênero, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre seus colaboradores. Os processos seletivos e de avaliação de desempenho buscam promover a diversidade e a cultura de transparência e isonomia no grupo.

2. RESULTADO FINANCEIRO

a. Receita Bruta

A receita bruta total do grupo caiu 21% entre os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019. Essa redução é atribuída substancialmente à crise provocada pela pandemia de COVID-19, que afetou as vendas da Companhia e, consequentemente, seu faturamento. A crise começou a impactar o resultado da Companhia já na segunda quinzena de março de 2020, quando as empresas de Santa Catarina, incluindo o Centro de Distribuição, ficaram fechadas por determinação do Governo do Estado. Além disso, o fechamento de shoppings centers e as

restrições de circulação em todo o país nos meses seguintes afetaram o faturamento para as franquias e multimarcas.

Em 31 de julho de 2020 85% das franquias monomarcas do grupo puderam retomar suas atividades, crescimento de 6 pontos percentuais quando comparado ao final do mês anterior. A volta total das franquias só aconteceu em meados de setembro. Apesar da reabertura das lojas, o fluxo de consumidores foi abaixo do esperado para o período. A receita bruta do canal franquia foi a que teve maior impacto da crise do novo coronavírus com redução de 47% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado com o mesmo período de 2019.

O canal digital teve um acréscimo de receita de 238% nos nove primeiros meses do ano de 2020, comparado com o mesmo período de 2019. Mesmo com a maioria das lojas abertas no terceiro trimestre de 2020, a receita bruta do *e-commerce* cresceu 210% quando comparado com o terceiro trimestre de 2019, reforçando a estratégia correta de digitalização do Uni.co. A integração com as franquias continua avançando e no período de três meses findo em 30 de setembro de 2020 o ominichannel da Imaginarium representou 44% das vendas do canal digital.

b. Lucro Bruto

A companhia teve uma redução de 20% no lucro bruto entre os períodos de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, com um aumento de margem de 2 pontos percentuais. A redução do lucro bruto foi em função da menor receita e da alta do dólar como consequência da COVID-19. A melhora da margem bruta do período é atribuída à maior participação do canal digital, representando 30% da receita bruta dos primeiros nove meses de 2020, contra 7% do mesmo período de 2019.

c. EBITDA Ajustado

O Grupo Uni.co acompanha o EBITDA Ajustado para analisar a performance financeira operacional, por entender que é a medida que mais aproxima o resultado operacional da geração de caixa operacional da companhia. O EBITDA Ajustado elimina efeitos não recorrentes, retirando os efeitos pontuais registrados e aumentando a comparabilidade dos números. O acumulado nos nove primeiros meses de 2020 foi negativo em R$ 20 milhões. O período foi fortemente impactado pela pandemia.

Conciliação EBITDA Ajustado (R$ milhares)	**3T20**	**3T19**
Resultado líquido do exercício	(43.358)	(19.223)
(+/-) IRPJ/CSLL corrente e diferido	3.200	8.721
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	11.971	7.474
(+) Depreciação e Amortização	8.554	5.180
(=) EBITDA	(19.633)	2.152
(+/-) Resultado Líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	54
(+/-) Despesas não operacionais relacionadas à integração Administrativas e Logística das Marcas	6.418	2.988

(+/-) Resultado da Ação ICMS na base do PIS/COFINS e outras Ações Judiciais e Consultoria para alongamento da dívida bancária	979	(3.263)
(+/-) Custos e Despesas não operacionais relacionadas ao encerramento da fábrica de meias Puket	(5.108)	2.168
(+/-) Resultados Lojas Próprias encerradas	410	183
(+/-) Passivo de Arrendamento (Exclusão do efeito IRFS-16)	(3.513)	(1.769)
(=) EBITDA Ajustado	**(20.446)**	**2.513**
Receita Líquida Ajustada	**103.747**	**165.416**

d. Demonstrativo de Resultado

DRE (milhares R$)	9M20	9M19
Receita Líquida	98.048	128.715
Lucro Bruto	55.223	68.944
Margem Bruta	*56%*	*54%*
SG&A	(83.947)	(75.988)
Receitas e Despesas Financeiras	(11.971)	(7.474)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(43.895)	(23.239)
Margem Líquida	*-45%*	*-18%*

3. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n. 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões e conclusões apresentadas no relatório de auditoria e revisão da KPMG Auditores Independentes, emitidos em 21 de outubro de 2020, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, informações trimestrais de 30 de março 30 de junho de 2020, e 30 de setembro de 2020 e demonstrações contábeis para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

4. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em conformidade da instrução CVM n. 381/037 informamos que a Companhia consultou os auditores independentes KPMG Auditores Independentes no sentido de assegurar o cumprimento

das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei 9.295/46 e alterações posteriores. Também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

A Companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditarem os seus próprios serviços, e tão pouco de terem participado de qualquer função de gerência da Companhia.

A KPMG Auditores Independentes estava contratada para execução de serviços de auditoria do exercício corrente e de revisão das informações trimestrais do mesmo exercício.

5. AGRADECIMENTOS

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os nossos colaboradores, fornecedores, franqueados, parceiros, sócios, acionistas e em especial aos nossos clientes por fazerem parte da nossa história.

Butler RJ Participações S.A.

Informações financeiras trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2020

KPDS 735926

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras trimestrais **3**

Balanço patrimonial **6**

Demonstrações de resultados **7**

Demonstrações de resultados abrangentes **8**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **9**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **10**

Demonstrações do valor adicionado **11**

Notas explicativas às informações trimestrais **12**

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras trimestrais - ITR

Aos Acionistas e Administradores
Butler RJ Participações S.A. e Controladas
São Paulo – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Butler RJ Participações S.A. e Controladas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Financeiras Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Financeiras Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações financeiras trimestrais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações do valor adicionado acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Joinville, 21 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Butler RJ Participações S.A.
Balanço patrimonial
em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado	
Ativo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	5	106	11	11	63.868	26.476
Contas a receber de clientes	6	-	-		57.551	126.510
Estoques	7	-	-		29.512	33.217
Impostos a recuperar	8	30	-	2	5.800	6.655
Adiantamentos	11	150	150	-	4.007	7.583
Ativos mantidos para venda	9	-	-	-	-	845
Outras contas a receber	10	14	-	-	1.394	925
		300	**161**	**13**	**162.132**	**202.211**
Não circulante						
Outras contas a receber	10	6.207	2.409	2.612	6.778	3.154
Contas a receber de clientes	6	-	-	-	-	381
Impostos a recuperar	8	-	-	-	15.090	16.930
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	-	18.860	19.893
Depósitos judiciais	10	-	-	-	3.816	3.206
Investimentos	14	61.554	125.397	139.379	-	-
Ativo de direito de uso	33	-	-	-	16.252	18.654
Imobilizado	15	-	-	-	5.576	8.524
Intangível	16	-	-	-	67.250	70.559
		67.761	**127.806**	**141.991**	**133.622**	**141.301**
Total do ativo		**68.061**	**127.967**	**142.004**	**295.754**	**343.512**

		Controladora		Consolidado	
Passivo	**Nota**	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	37.100	34.929
Passivo de arrendamento	33	-	-	1.856	3.960
Fornecedores	18	-	-	5.069	13.334
Obrigações sociais e trabalhistas	19	-	-	9.510	7.205
Obrigações tributárias	20	1	1	11.150	9.919
Imposto de renda e contribuição social	21	-	2	2.725	2.820
Investimentos a pagar	22	-	87	23.577	23.175
Adiantamento de dividendos	25	-	18.966	-	-
Partes relacionadas - AFAC	31	-	20.000	-	20.000
Outras contas a pagar	24	21	-	6.607	4.949
		22	**39.056**	**97.594**	**120.291**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	69.834	80.257
Provisão para contingências	23	-	-	37.441	18.284
Passivo de arrendamento	33	-	-	15.825	16.312
Investimentos a pagar	22	-	-	7.021	19.527
		-	**-**	**130.121**	**134.380**
Patrimônio líquido					
Capital social	26	97.014	77.014	97.014	77.014
Reserva de lucros		14.825	14.742	14.825	14.742
Reserva de capital		1.400	(95)	1.400	(95)
Ações em tesouraria		-	(2.283)	-	(2.283)
Prejuízo do período		(43.358)	-	(43.358)	-
Ajustes acumulados de conversão		(1.842)	(467)	(1.842)	(467)
		68.039	88.911	68.039	88.911
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	(70)
		68.039	88.911	68.039	88.841
Total do passivo e patrimônio líquido		**68.061**	**127.967**	**295.754**	**343.512**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Butler RJ Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)		Período de nove meses findo em				Períodos de três meses findo em			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita operacional líquida	27	-	-	98.048	128.715	-	-	36.739	42.707
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	28	-	-	(42.825)	(59.771)	-	-	(16.473)	(20.697)
Lucro bruto		-	-	55.223	68.944	-	-	20.266	22.010
Despesa de vendas	28	-	-	(40.177)	(36.980)	-	-	(18.117)	(13.950)
Despesas gerais e administrativas	28	(44)	(42)	(39.792)	(41.593)	(20)	(5)	(14.472)	(14.376)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	(2.963)	(1.442)	-	-	(69)	(993)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	-	-	(1.015)	4.027	-	-	(1.062)	3.833
Participação nos lucros (prejuízos) de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	14	(43.309)	(19.258)	-	-	(16.025)	(6.294)	-	-
Resultado antes dos resultados financeiros, líquidos, e impostos		(43.353)	(19.300)	(28.724)	(7.044)	(16.045)	(6.299)	(13.454)	(3.476)
Despesas financeiras	30	(28)	(23)	(17.408)	(13.108)	6	(5)	(5.289)	(3.855)
Receitas financeiras	30	23	111	5.437	5.634	(50)	35	994	2.076
Resultados financeiros líquidos		(5)	88	(11.971)	(7.474)	(44)	30	(4.295)	(1.779)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(43.358)	(19.212)	(40.695)	(14.518)	(16.089)	(6.269)	(17.749)	(5.255)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	(11)	(2.384)	(4.723)	-	(6)	(790)	(1.482)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	(816)	(3.998)	-	-	(366)	(311)
Total do imposto de renda e da contribuição social		-	(11)	(3.200)	(8.721)	-	(6)	(1.156)	(1.793)
Resultado líquido das operações continuadas		**(43.358)**	**(19.223)**	**(43.895)**	**(23.239)**	**(16.089)**	**(6.275)**	**(18.905)**	**(7.048)**
Operações descontinuadas									
Resultado líquido das operações descontinuadas	33	-	-	537	4.016	-	-	2.816	773
Resultado líquido do exercício		**(43.358)**	**(19.223)**	**(43.358)**	**(19.223)**	**(16.089)**	**(6.275)**	**(16.089)**	**(6.275)**
Resultado atribuído Aos:									
Acionistas		(43.358)	(19.223)	(43.358)	(19.169)	(16.089)	(6.275)	(16.089)	(6.221)
Acionistas não controladores		-	-	-	(54)	-	-	-	(54)
		(43.358)	**(19.223)**	**(43.358)**	**(19.223)**	**(16.089)**	**(6.275)**	**(16.089)**	**(6.275)**
Resultado por ação									
Resultado por ação ordinária - Básico e diluído (em R$)	34	(0,5785)	(0,2936)	(0,5785)	(0,2928)	(0,2147)	(0,0958)	(0,2146)	(0,0951)
Operações continuadas									
Resultado por ação ordinária- Básico e diluído (em R$)		(0,5785)	(0,2936)	(0,5856)	(0,3550)	(0,2147)	(0,0958)	(0,2522)	(0,1077)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Períodos de três meses e nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Período de nove meses findo em				Período de três meses findo em			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Resultado líquido do período	(43.358)	(19.223)	(43.358)	(19.223)	(16.089)	(6.275)	(16.089)	(6.275)
Outros resultados abrangentes								
Itens que podem ser subsequentemante reclassificados para o resultado								
Ajustes acumulados de conversão	(1.375)	(215)	(1.375)	(215)	(212)	(281)	(212)	(281)
Resultado abrangente do período	**(44.733)**	**(19.438)**	**(44.733)**	**(19.438)**	**(16.301)**	**(6.556)**	**(16.301)**	**(6.556)**
Resultado abrangente atribuídos aos:								
Acionistas controladores	(44.733)	(19.438)	(44.733)	(19.438)	(16.301)	(6.556)	(16.301)	(6.556)
Acinionistas não controladores	-	-	-		-	-	-	-
	(44.733)	**(19.438)**	**(44.733)**	**(19.438)**	**(16.301)**	**(6.556)**	**(16.301)**	**(6.556)**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimonio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Lucros à destinar	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio Líquido dos Acionistas	Participação de Acionista Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**77.014**	**(95)**	**(1.756)**	**3.325**	**60.611**	**-**	**(373)**	**138.726**	**-**	**138.726**
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	(215)	(215)	-	(215)
Estorno de dividendos provisionados	27.e	-	-	-	-	2.576	-	-	2.576	-	2.576
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(19.169)	-	(19.169)	(54)	(19.223)
Saldos em 30 de setembro de 2019		**77.014**	**(95)**	**(1.756)**	**3.325**	**63.187**	**(19.169)**	**(588)**	**121.918**	**(54)**	**121.864**
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	(94)	(94)	-	(94)
Recompra de ações	27.d	-	-	(527)	-	-	-	-	(527)	-	(527)
Estorno de dividendos provisionados	27.e	-	-	-	-	2.576	-	-	2.576	-	2.576
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(51.770)	-	(51.770)	(70)	(51.840)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros		-	-	-	-	(51.770)	51.770	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**77.014**	**(95)**	**(2.283)**	**3.325**	**11.417**	**-**	**(467)**	**88.911**	**(70)**	**88.841**
Aumento de capital		20.000	-	-	-	-	-	-	20.000	-	20.000
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	(1.375)	(1.375)	-	(1.375)
Saldo de incorporação		-	-	-	-	83	-	-	83	-	83
Venda de ações em tesouraria	27.d	-	1.495	2.283	-	-	-	-	3.778	-	3.778
Transações de capital - compra minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	70	70
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(43.358)	-	(43.358)	-	(43.358)
Saldos em 30 de setembro de 2020		**97.014**	**1.400**	**-**	**3.325**	**11.500**	**(43.358)**	**(1.842)**	**68.039**	**-**	**68.039**

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado líquido do exercício	(43.358)	(19.223)	(43.358)	(19.223)
Ajustes para:				
Resultado de equivalência patrimonial	43.309	19.258	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	2.963	1.442
Provisão para contingências	-	-	6.407	1.921
Provisão para perda de estoques	-	-	(4.352)	-
Baixa de ativo imobilizado, ativo intangível e disponível para venda	-	-	3.714	4.128
Impostos diferidos	-	-	826	3.998
Juros sobre impostos	-	-	1.669	-
Juros sobre arrendamentos			1.121	280
Juros sobre aquisição	-	-	432	693
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	-	6.731	4.187
Depreciação e amortização	-	-	8.554	5.180
Imposto de renda e contribuição social	-	-	2.384	4.723
	(49)	35	(12.909)	7.329
Redução (aumento) nos ativos:				
Contas a receber de clientes	-	-	66.377	45.949
Estoques	-	-	8.057	(16.012)
Impostos a recuperar	(8)	(3)	2.717	(5.618)
Adiantamentos	-	(150)	3.576	(3.266)
Depósitos judiciais	-	-	(610)	(516)
Outras contas a receber	39	363	(942)	1.130
	31	210	79.175	21.667
Aumento (redução) nos passivos:				
Fornecedores	-	-	(8.265)	(3.342)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.855	(1.163)
Obrigações tributárias	-	-	358	(864)
Investimentos a pagar	-	(227)	-	-
Outras contas a pagar	9	(23)	208	1.498
	9	(250)	(5.844)	(3.871)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9)	(5)	60.422	25.125
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	-	-	(5.186)	(1.370)
Pagamento de encargos de arrendamentos	-	-	(743)	(693)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(2)	(2)	(2.825)	(6.076)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(11)	(7)	51.668	16.986
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	(176)	-	-	-
Investimentos a pagar	(87)	-	-	
Recebimento de dividendos	369	-	-	-
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	(527)
Adições ao imobilizado	-	-	(1.564)	(3.846)
Adições ao intangível	-	-	(145)	-
Fluxo de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	106	-	(1.709)	(4.373)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	34.214	10.935
Pagamento de passivos com arrendamentos	-	-	(2.770)	(1.076)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(44.011)	(32.888)
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de financiamento	-	-	(12.567)	(23.029)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	95	(7)	37.392	(10.416)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	11	11	26.476	25.505
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	106	4	63.868	15.089
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	95	(7)	37.392	(10.416)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Butler RJ Participações S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receitas				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	116.052	144.359
Outras receitas	-	-	1.174	4.086
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	-	-	(2.963)	(1.442)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(46.508)	(60.639)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(38)	(34)	(39.126)	(36.477)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	(171)	(75)
Valor adicionado bruto	(38)	(34)	28.458	49.812
Depreciação e amortização	-	-	(8.554)	(5.180)
Valor adicionado líquido gerado	(38)	(34)	19.904	44.632
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(40.276)	(19.258)	-	-
Receitas financeiras	23	111	5.438	5.634
Resultado em operações descontinuadas		-	537	4.016
Valor adicionado total a distribuir	(40.291)	(19.181)	25.879	54.282
Distribuição do valor adicionado	(40.291)	(19.181)	25.879	54.282
Empregados				
Remuneração direta	-	-	19.091	25.741
Benefícios	-	-	3.667	4.614
FGTS	-	-	2.766	2.487
Valor distribuído - Empregados	-	-	25.524	32.842
Tributos				
Federais	7	17	13.039	18.177
Estaduais	-	3	5.959	1.925
Municipais	-	-	-	1.831
Valor distribuído - Tributos	7	20	18.998	21.933
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	27	22	15.985	12.869
Aluguéis	-	-	4.286	4.313
Royalties	-	-	900	1.261
Outros	-	-	3.544	287
Valor distribuído - Remuneração de capitais de terceiros	27	22	24.715	18.730
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	-		-	-
Lucros retidos do período	(40.325)	(19.223)	(43.358)	(19.223)
Valor distribuído - Remuneração de capitais próprios	(40.325)	(19.223)	(43.358)	(19.223)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas às informações financeiras trimestrais do período findo em 30 de setembro de 2020

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Butler RJ Participações S.A ("Butler" ou "Companhia") é uma sociedade anônima nacional sediada na Avenida Mofarrej, número 348, conjunto 1503, na cidade de São Paulo, constituída em 11 de junho de 2012 conforme ata de constituição registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O Grupo está envolvido primariamente na participação em outras sociedades empresária e não empresária, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). As entidades operacionais do Grupo atuam no varejo, por meio de franquias das marcas Imaginarium, referência em inovação e diversão, com 219 franquias; Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear,* e possui 172 franquias; Lovebrands franquia multimarcas (Imaginarium, Puket e marcas convidadas) modelo foi desenvolvido pensando na expansão das marcas para cidades com até 200 mil habitantes, com 53 franquias ; e Mind, que comercializa objetos de decoração para casa, com atuação 100% via *e-commerce*.

O Grupo possui sazonalidade em sua receita e, consequentemente, no seu resultado e capital de giro. A representatividade por trimestre da sua receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de:

- 1º Trimestre: 17,3%
- 2º Trimestre: 21,4%
- 3º Trimestre: 19,2%
- 4º Trimestre: 42,1%

Isso ocorre porque o Grupo é muito sensível a datas representativas no varejo, principalmente as do final de ano (Natal e Black Friday).

Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passará de "Butler RJ Participações S.A."para "Uni.co S.A.

Impactos do COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 13 de março a OMS considerou o corona vírus como uma Pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

Em atendimento a determinações da Organização Mundial da Saúde, diversas normas legais vêm sendo editadas em âmbito federal, estadual e municipal, exigindo fechamento temporário de estabelecimentos, isolamento de pessoas, modificação da legislação em diversas áreas e adoção de mecanismos de preservação de empresas e de empregos diante da anômala situação. Estamos atentos a todas às normas legais no contexto que estamos inseridos. Em linhas gerais, o COVID-19 traz impactos para o Grupo tanto do ponto de vista da força de trabalho, quanto do lado da oferta e da demanda para a comercialização de marcas, produtos e serviços.

Do lado da oferta, o Grupo considera baixo o risco de restrição no abastecimento de seus produtos no curto prazo decorrente da crise do COVID-19. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês, em 25 de janeiro, a maioria dos fornecedores asiáticos do Grupo já estão com suas operações ativas. Além disso, o Grupo trabalha com cobertura de estoque de segurança que a permite passar por eventuais rupturas de curto prazo no suprimento de seus fornecedores estrangeiros sem impacto relevante no abastecimento aos seus clientes.

Embora tenha ocorrido uma uma redução de 24% da receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, o Grupo revisou sua verba de compra e conseguiu reduzir o estoque em R$ 3.705 em 30 de setembro de 2020 se comparado com a mesma data do ano anterior. Essa redução na compras contribuiu com a manutenção do caixa do Grupo durante esse período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

Do lado da demanda, tendo em vista a já observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil, a nova pandemia do corona vírus impactou relativamente o Grupo na demanda por seus produtos, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto ao Grupo. O Grupo tem proximidade com a rede de franquia, com o acompanhamento das vendas e a saúde financeira de cada franqueado. Implementamos planos parcelados de pagamento com adesão de praticamente 80% da rede de franquia. O montante recebido dos valores vencidos em relação ao último trimestre foi de R$ 5.600, e reduzido em 30% da base de clientes em atraso. No nosso cenário básico trabalhamos com redução da rede e aumento de inadimplência em função da retração da atividade econômica e consequentemente da demanda. Porém, o conhecimento da rede de franquias das duas marcas, o fato dos franqueados só poderem comprar obrigatoriamente do Grupo e o conhecimento do fluxo de vendas e de estoque da rede facilitam o acompanhamento das vendas e da inadimplência, mitigando a exposição ao risco do Grupo. No segundo e terceiro trimestres as lojas franqueadas das redes Imaginarium e Puket foram gradativamente voltando as atividades de acordo com as legislações e possibilidades locais e respeitando todas as orientações da OMS para assegurar a saúde de funcionários e clientes. A reabertura alcançou 100% do total de lojas em setembro nas duas marcas.

Visando reduzir despesas salariais de curto prazo foram reduzidas 39 posições com economia de R$ 711 no ano.

Foram realizadas avaliações de *impairment* dos ativos não financeiros com base nas projeções de resultado e que não foi necessário constituir nenhuma redução. Na avaliação dos ativos financeiros o Grupo atingiu o valor de R$ 6.457 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa 7. Adicionalmente, foi aplicado o desconto comercial em R$ 5.020 em duplicas a receber das operações de outlets.

A Administração continua monitorando todos os assuntos relacionados a pandemia diariamente e entende que as medidas adotadas garantirão a preservação do caixa e a continuidade das operações do Grupo. Num cenário de tamanha incerteza, a Companhia não observou indícios, em 30 de setembro de 2020, que perdas por redução do valor recuperável de ativos deveriam ser reconhecidas. A Administração monitora constantemente o tema e irá reavaliar o cenário no quarto trimestre de 2020.

2 Entidades do Grupo

Seguem abaixo as controladas do Grupo:

	País	Participação	
Controladas diretas		**30/09/2020**	**31/12/2019**
Uni.Co Comércio S.A	Brasil	100%	100%
Imaginarium Franchising S/A	Brasil	100%	100%
Empoli Franchising S/A	Brasil	100%	100%
Controladas indiretas			
Uni.Co Hong Kong Limited	Hong Kong	100%	100%
Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.	China	100%	100%
IMB Têxtil S/A	Brasil	100%	100%
Mone Gestão de Franquias Ltda	Brasil	100%	100%
Love Brands Gestão de Sistemas Ltda	Brasil	100%	66%
MND Comércio de Utilidades Domésticas Eirelli	Brasil	100%	100%

Controladas diretas:

Uni.Co Comércio S.A.

A Uni.Co Comércio S.A., até fevereiro de 2019 demoninada Imaginárium Comércio de Presentes e Decorações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Gercinio Machado, 207 no bairro Beira Rio, cidade de Biguaçu – SC e tem por objeto social, o comércio atacadista , importação e exportação de artigos para decoração, presentes em madeira, metal, couro, vidro, ferro, cerâmica, plásticos e utilidades do lar, comércio de artigos do vestuário e seus acessórios, aparelhos eletrônicos, exploração de atividade de franchising de artigos para presentes e objetos de decoração.

Imaginarium Franchising S.A.

A Imaginarium Franchising S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Gercinio Machado, 207 no bairro Beira Rio, cidade de Biguaçu – SC e tem por objeto social, a exploração da atividade de franchising de artigos para presentes, objetos de decoração para o lar e seus acessórios.

Empoli Franchising S.A.

A Empoli Franchising S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 371 sala 04 no bairro Distrito Industrial, cidade de São José – SC e tem por objeto social, a exploração da atividade de franchising de artigos para presentes, objetos de decoração para o lar e seus acessórios.

Controladas indiretas (subsidiárias da Uni.Co Comércio S.A.):

Uni.Co Hong Kong Limited

A Uni.co Hong Kong Limited, até fevereiro de 2019 denoninada Imaginarium Hong Kong Limited, possui como atividade principal a comercialização de mercadoria com a controladora no Brasil, Uni.co Comércio S.A. e a IMB Têxtil S.A.

Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.
A Uni.co Development (Shenzhen) Co.,LTD., até fevereiro de 2019 denoninada IMG Development (Shenzhen) Company Limited, possui como principais atividades a inspeção, o controle de qualidade, suprimentos, aquisições e serviços de logística para a Uni.Co Hong Kong, no que se refere ao comércio de bens originários da República Popular da China.

IMB Têxtil S/A
A IMB Têxtil S.A possui como atividades predominantes o comércio, importação e exportação de meias, confecção de roupas intimas, artigos de vestuário e têxteis em geral, além de beneficiamento, tingimento e estampagem de produtos têxteis. A empresa tem sede em São Paulo – SP.

Lojas Puket Ltda.
A Lojas Puket Ltda. atua no varejo, comercializando os produtos da marca Puket e tem como principais produtos meias e artigo de *homewear*.

Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.
A Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tem como atividade principal a exploração de concessão e gestão de franquias da marca Puket. A empresa tem sede em São Paulo – SP.

LB Gestão de Marcas e Franquias Ltda
A LB Gestão de Marcas e Franquias Ltda. é uma sociedade limitada, situada na Alameda Ásia, 382 na cidade de santada da Parnaíba – SP e tem por objeto social a concessão de franquias de lojas designadas pela marca "Love Brands". Em 1º de janeiro de 2020 a controladora direta Uni.co Comércio S.A., adquiriu 33,33% da LB Gestão de Marcas e Franquias Ltda, passando a deter 100% do capital da investida.

MND Comércio e Utilidades Domésticas Eireli
A MND Comércio e Utilidades Domésticas Eireli tem como atividade predominante o comércio de produtos de decoração, luminárias, móveis e artigos têxteis para casa, dentre outros. A empresa tem sede em São Paulo – SP.

3 Base de preparação e apresentação das informações financeiras trimestrais

As informações financeiras trimestrais são apresentadas em milhares de reais ("R$"), que é a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

As informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e IAS 34 – Interim Financial Reporting, de acordo com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As práticas, políticas e os principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram divulgadas em 21 de outubro de 2020 e devem ser lidas em conjunto.

A emissão das informações financeiras trimestrais foi autorizada pela Administração no dia 21 de outubro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

— Risco de crédito (veja (ii));
— Risco de liquidez (veja (iii)); e
— Risco de mercado (veja (iv)).

(i) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações intermediárias de 30 de setembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(ii) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, o Grupo monitora o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das informações financeiras trimestrais consolidadas estão demonstrados a seguir:

	30/09/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	63.868	26.476
Contas a receber de clientes	57.551	126.891
Outras contas a receber	8.171	4.079
Adiantamentos	4.007	7.583
	133.597	**165.029**

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber são divulgadas na nota explicativa número 8.

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as

previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, o Grupo mantêm saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os equivalentes de caixa mantido pelo Grupo em 30 de setembro de 2020, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, em 30 de setembro de 2020. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

30 de setembro de 2020	**Consolidado**					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 a 2029**	**Fluxo financeiro total**
Investimento a pagar	30.598	23.577	7.021	-	-	30.598
Fornecedores e outras contas a pagar	11.612	11.612	-	-	-	11.612
Empréstimos e financiamentos	106.934	15.841	33.616	27.354	31.593	108.404
	163.530	51.570	42.797	29.514	46.996	170.877

31 de dezembro de 2019	**Consolidado**					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 a 2029**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	42.702	23.175	19.527	-	-	42.702
Fornecedores e outras contas a pagar	17.889	17.889	-	-	-	17.889
Empréstimos e financiamentos	115.186	39.052	32.420	27.185	31.376	130.033
	175.777	80.116	51.947	27.185	31.376	190.624

(iv) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

A exposição cambial está assim representada:

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Contas a receber – exterior – USD	510	1.350
Fornecedores – exterior - USD	(487)	(9.416)
Exposição líquida	**23**	**2.615**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio
O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira, principalmente o dólar-americano (USD) em 30 de setembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado			
	Base de cálculo	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
DÓLAR				
Taxa de câmbio em 30/09/2020		5,641	5,641	5,641
Taxa câmbio estimada		5,250	6,563	7,875
Contas a receber - exterior	510	(35)	83	202
Fornecedores estrangeiros	(487)	34	(80)	(193)
Despesa de variação cambial no resultado		**(2)**	**4**	**9**

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade do Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos.

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado do Grupo, de forma imediata.

A exposição ao risco de taxa de juros pós-fixada está assim representada:

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada		
Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa	56.744	23.145
Empréstimos e financiamentos	106.934	115.186

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros
Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos do Grupo são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 30 de setembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 4,42%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

			Consolidado					
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**Provável**		**Possível**		**Remoto**	
			Taxa CDI estimada	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**
Aplicações financeiras	56.744	Baixa CDI	4,42	2.508	3,32	(1.881)	2,21	(1.254)
Empréstimos e financiamentos	(106.934)	Alta CDI	4,42	(4.726)	5,53	(5.908)	6,63	(7.090)
Investimentos a pagar	(30.598)	Alta CDI	4,42	(1.352)	5,53	(1.691)	6,63	(2.029)
Efeito líquido				**(3.570)**		**(9.480)**		**(10.372)**

(vi) Risco operacional
É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

b. Instrumentos financeiros – valor justo
Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas informações financeiras trimestrais de 30 de setembro de 2020 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa 3 d.(iii) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019:

Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber , outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos e investimentos a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Caixa	74	-	77	1
Depósitos bancários	32	-	7.047	3.330
Aplicações financeiras	-	11	56.744	23.145
	106	**11**	**63.868**	**26.476**

As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) (mesmas taxas em 31 de dezembro de 2019) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Duplicatas a receber	59.461	124.257
Duplicatas a receber – exterior	510	1.350
Royalties a faturar (i)	401	2.387
Valores a receber de operadora de cartão de crédito	3.636	2.010
	64.008	**130.004**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.457)	(3.494)
Circulante	**57.551**	**126.510**
Clientes longo prazo	-	381
Não circulante	**-**	**381**

O Grupo avalia periodicamente o efeito do ajuste a valor presente. Em 30 de setembro de 2020 não possuía saldos a receber de longo prazo e em 31 de dezembro de 2019 os saldos não eram

materiais. O cálculo do ajuste a valor presente, não resultou em efeitos relevantes a serem contabilizados e/ou divulgados.

(i) Refere-se as receita de royalties reconhecidas pela investida Imaginarium Franchising S.A., em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, de acordo com a competência, porém, faturadas somente no período seguinte.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2020	**2019**
Saldo inicial – 01 de janeiro	**(3.494)**	**(1.246)**
Adições	(5.543)	-
Reversões	2.580	-
Saldo final – 30 de setembro	**(6.457)**	**(1.246)**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, o valor de R$ 1.442 de perdas com clientes foi efetivamente baixado no resultado.

A composição do contas a receber por vencimento é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
A vencer	34.153	114.594
Vencidos até 30 dias	5.684	5.606
Vencidos de 31 a 60 dias	4.759	1.444
Vencidos de 61 a 90 dias	5.274	1.302
Vencidos de 91 a 180 dias	8.840	3.499
Vencidos a mais de 180 dias	5.298	3.940
	64.008	**130.385**

7 Estoques

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Mercadorias para revenda	28.735	32.632
Produtos acabados	1.358	5.182
Matérias-primas	1.013	903
Produtos em elaboração	663	629
Materiais de embalagens, catálogos e outros	70	550
(-) Ajuste ao valor realizável líquido	(2.327)	(6.679)
	29.512	**33.217**

Determinados itens, de baixa rotatividade ou classificados como não vendáveis, por defeitos diversos, são considerados obsoletos e foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização, na controlada IMB Têxtil S.A.

Os saldos de produtos acabados e em elaboração correspondem a facção de linha de lingerie e banho da controlada IMB Têxtil S.A.

a. Ajuste ao valor realizável líquido

	Consolidado	
	2020	**2019**
Saldo inicial – 01 de janeiro	(6.679)	(968)
Adições	-	-
Reversões	4.352	649
Saldo final – 30 de setembro	**(2.327)**	**(319)**

8 Impostos a recuperar

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Exclusão de ICMS da base de PIS e Cofins (a)	16.790	18.630
PIS e Cofins a recuperar (b)	2.149	3.343
ICMS a recuperar	1.098	1.144
IRPJ a recuperar	741	155
IPI a recuperar	72	215
IRRF	7	98
Outros	33	-
	20.890	**23.585**
Ativo circulante	**5.800**	**6.655**
Ativo não circulante	**15.090**	**16.930**

(a) Refere-se ao trânsito em julgado em 2019 do processo onde a controlada indireta IMB Têxtil S.A. requeria a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. De acordo com os assessores jurídicos o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal de saída. Dessa forma, a IMB realizou a apuração do crédito, considerando esse entendimento e reconheceu o montante apresentado acima. O saldo deverá ser compensado com débitos de PIS e Cofins durante os próximos exercícios. O efeito no resultado está apresentado na linha de outras receitas para o valor principal e receitas financeiras para os juros.

(a) Valor de mesma natureza do item acima (a). No entanto refere-se a controlada Uni.co Comércio S.A., com compensação estimada para o exercício de 2020.

9 Ativos disponíveis para venda

Em dezembro de 2019, a Administração se comprometeu com um plano de vender suas máquinas de tecelagem e remalho que eram utilizadas na fábrica que foi descontinuada na cidade de São Paulo, da controlada IMB Têxtil S.A. A Controlada possuia 85 máquinas que foram avaliadas pelo

valor justo de R$ 845, sendo reconhecido um *impairment* de R$ 139. Em 30 de setembro de 2020 todas as máquinas tinham sido vendidas.

10 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Financiamento de ações (nota explicativa 32)	6.207	2.409	6.207	2.409
Contas a receber por venda de ativos	-	-	720	905
Royalties sobre licenças a apropriar (a)	-	-	838	485
Outros recebíveis	14	-	407	280
	6.221	**2.409**	**8.172**	**4.079**
Ativo circulante	14	-	1.394	925
Ativo não circulante	6.207	2.409	6.778	3.154

(a) Refere-se a valores de licenciamento de marcas, antecipados de acordo com os contratos.

11 Depósitos judiciais

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Depósito judicial	3.816	3.206
	3.816	**3.206**

Esse valor corresponde ao Imposto sobre Serviços – ISS, o qual aguarda decisão judicial, onde foi deferido parcialmente o pedido de inexistência de relação jurídica tributaria de tutela antecipada, a favor da controlada Imaginarium Franchising S/A.

12 Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Adiantamentos a fornecedores	-	-	3.756	7.323
Adiantamentos de bônus	150	150	150	150
Outros adiantamentos	-	-	101	110
	150	**150**	**4.007**	**7.583**

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo fiscal e base negativa	37.700	37.700
(-) *Impairment*	(22.829)	(22.829)
Ágio fiscal (a)	3.989	5.022
Imposto diferido	**18.860**	**19.893**

Abaixo segue a movimentação ocorrida no período na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	R$
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018	**47.280**
Realização de diferenças temporárias no exercício	(3.179)
Realização de 9 parcelas do IR e CS sobre ágio (a)	(1.034)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2019	**43.067**
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2019	**19.893**
Realização de 9 parcelas do IR e CS sobre ágio (a)	(1.033)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2020	**18.860**

(a) Por entender que terá benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição, em 31 de dezembro de 2012 o Grupo registrou o ágio referente a incorporação de controlada, resultando em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O referido benefício fiscal está sendo aproveitado na proporção de 1/96 avos, conforme laudo emitido por especialistas. Em 2019 o Grupo realizou 12 parcelas do referido benefício, no montante de R$ 1.379. Até 30 de setembro de 2020 foram realizadas 9 parcelas totalizando R$ 1.033.

O Grupo não reconheceu créditos tributários sobre prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social do período corrente, no total de R$ 11.487 (R$ 15.887 em 31 de dezembro de 2019), que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pelo Grupo.

Baseada nas projeções de resultados tributáveis, o Grupo estima recuperar parte do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa nos próximos exercícios.

A seguir a expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos:

	R$
Exercícios:	
2022	(375)
2023	(1.517)
2024	(2.143)
2025 a 2029	(14.825)
	(18.860)

14 Investimentos - Controladora

	30/09/2020	31/12/2019
Uni.co Comércio S.A. - participação societária (a)	30.603	35.473
Imaginarium Franchising S.A.- participação societária (b)	4.780	28.697
Empoli Franchising - participação societária (c)	(1.013)	(549)
Ágio na aquisição da Empoli Franchising (c)	1.597	1.597
Ágio na aquisição da Uni.co Comércio S.A. (a)	21.412	21.412
Ágio na aquisição da Imaginarium Franchising (b)	3.998	3.998
AFAC – Uni.co Comércio S.A. (a)	-	34.769
AFAC – Empoli Franchising S.A. (c)	177	-
	61.554	**125.397**
(a) Uni.co Comércio S.A	52.015	91.654
(b) Imaginarium Franchising S.A	8.778	32.695
(c) Empoli Franchising S.A	761	1.048
	61.554	**125.397**

Composição e movimentação dos saldos

	Uni.co Comércio 100%	**Imaginarium Franchising** 100%	**Empoli Franchising** 100%	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**118.511**	**19.397**	**1.471**	**139.379**
Equivalência patrimonial	(25.723)	7.430	(965)	(19.258)
Ajuste acumulado de conversão	(215)	-	-	(215)
Saldos em 30 de setembro de 2019	**92.573**	**26.827**	**506**	**101.119**
Integralização de capital	1.985	-	1.185	3.170
Adiantamento para futuro aumento de capital	34.769	-	-	34.769
Equivalência patrimonial	(37.793)	5.868	(643)	(32.568)
Ajuste acumulado de conversão	120	-	-	120
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**91.654**	**32.695**	**1.048**	**125.397**
Equivalência patrimonial	(38.264)	(4.582)	(463)	(43.309)
Dividendos pagos	-	(19.335)	-	(19.335)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	176	176
Ajuste acumulado de conversão	(1.375)	-	-	(1.375)
Saldos em 30 de setembro de 2020	**52.015**	**8.778**	**761**	**61.554**

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas durante o período:

30/09/2020

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Uni.co Comércio S.A	100,00%	136.955.577	79.918	115.162	195.080	54.686	92.114	146.800	48.283	29.181	(38.264)	(38.264)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	5.000	29.127	3.254	32.381	6.968	-	6.968	6.089	10.070	(4.582)	(4.582)
Empoli Franschising S/A	100,00%	7.069	90	-	90	44	621	665	-	-	(463)	(463)
												(43.309)

31/12/2019

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Uni.co Comércio S.A	100,00%	136.955.577	93.713	123.066	216.779	52.583	93.954	146.537	68.264	72.359	(63.516)	(63.516)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	5.000	34.096	3.538	37.634	8.938	-	8.938	28.696	37.394	13.298	13.298
Empoli Franschising S/A	100,00%	7.069	78	-	78	117	510	627	(549)	-	(1.608)	(1.608)
												(51.826)

15 Imobilizado

O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações do Grupo.

i. Composição do imobilizado

	Consolidado					
	30/09/2020			31/12/2019		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.835	(1.832)	3	3.653	(1.776)	1.877
Equipamentos de processamento de dados	5.784	(4.313)	1.471	5.601	(3.304)	2.297
Instalações	3.331	(984)	2.347	2.570	(749)	1.821
Máquinas e equipamentos	4.850	(3.793)	1.057	5.076	(3.522)	1.554
Móveis e utensílios	1.714	(1.016)	698	1.919	(944)	975
TOTAL	**17.514**	**(11.938)**	**5.576**	**18.819**	**(10.295)**	**8.524**

ii. Conciliação do valor contábil líquido do imobilizado

	Consolidado					
	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 30/09/2020
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11%	1.877	-	(1.818)	(56)	3
Equipamentos de processamento de dados	20%	2.297	189	(6)	(1.009)	1.471
Instalações	10%	1.821	944	(183)	(235)	2.347
Máquinas e equipamentos	10%	1.554	349	(575)	(271)	1.057
Móveis e utensílios	10%	975	82	(287)	(72)	698
TOTAL		**8.524**	**1.564**	**(2.869)**	**(1.643)**	**5.576**

16 Intangível

i. Composição do intangível

	Consolidado					
	30/09/2020			31/12/2019		
	Custo	Amortização/ Impairment acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização/ Impairment acumulada	Valor contábil
Softwares	3.567	(2.570)	997	3.422	(1.832)	1.590
Marcas e patentes	2.611	-	2.611	2.611	-	2.611
Carteira de clientes (b)	11.885	(810)	11.075	11.885	-	11.885
Cessão de direito de uso	14.516	(7.067)	7.449	14.516	(5.161)	9.355
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	21.412	21.412	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	1.387	1.387	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	1.597	(1.096)	501	1.597	(1.096)	501
Àgio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	21.818	21.818	-	21.818
TOTAL	**78.793**	**(11.543)**	**67.250**	**78.648**	**(8.089)**	**70.559**

ii. Conciliação do valor contábil líquido do intangível

	Consolidado				
	31/12/2019	Adições	Baixas	Amortização	30/09/2020
Softwares	1.590	145	-	(738)	997
Marcas e patentes – Imaginarium (a1)	2.611	-	-	-	2.611
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a2)	11.885	-	-	(810)	11.075
Carteira de clientes (b)	9.355	-	-	(1.906)	7.449
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	-	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	-	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	501	-	-	-	501
Ágio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	-	-	21.818
TOTAL	**70.559**	**145**	**-**	**(3.454)**	**67.250**

(a1) O Grupo adquiriu os direitos sobre o nome comercial "Imaginarium". Ao longo dos anos, o Grupo desenvolveu uma marca que é reconhecida em seu segmento de mercado. Tal marca foi mensurada pelo montante de R$ 2.611, e não possui vida útil definida.

(a2) Na aquisição da controlada indireta IMB Têxtil pela controlada direta Uni.co Comércio S.A, foram identificados por meio de um laudo de avaliação da empresa certos ativos intangíveis.

(b) Refere-se principalmente a carteira de clientes, referente a aquisição da IMB mencionada na nota (a2).

(c) Refere-se ao ágio pago na aquisição do Grupo Imaginarium. O referido ágio é testado anualmente por meio de fluxo de caixa descontado para verificar perdas por *impairment*. Caso perdas por *impairment* sejam identificadas os valores são reconhecidos como despesa. Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não foram identificadas provisões de *impairment* a serem constituídas.

(d) Refere-se ao ágio pago na aquisição dos 25% remanescentes da controlada Empoli Franchising S.A. Em 31 de dezembro de 2019 a controlada direta Empoli Franchising S/A efetuou uma avaliação da recuperabilidade dos investimentos na empresa MND Comércio Eirelli (controlada indireta) e reconheceu uma perda no valor de recuperação de ativos (*impairment*) no valor de R$ 260.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis
O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

(i) Definição de Unidade Geradora de Caixa (UGC):
O grupo definiu como UGC o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

As UGS foram divididas entre:

- UGC Imaginarium – Refere-se as empresa Imaginarium Franchising S.A. e Uni.co Comércio S.A.;

- UGC Puket - Refere-se as empresas Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. e IMB Têxtil S.A.

Os valores contábeis sujeitos a teste são os ágios gerados na aquisição da empresa, somado ao capital de giro da unidade geradora de caixa.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes premissas:

	3T20	2019
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos (a.a.) (1)	11,4%	11,5%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 anos	24,5%	6,1%
Perpetuidade	3,00%	3,00%

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual do Grupo e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, o Grupo não identificou perdas por não recuperação dos ágios e ativos intangíveis, de vida útil indefinida, registrados.

(1) Refere-se ao custo médio ponderado de capital da empresa

17 Empréstimos e financiamentos

					30/09/2020		31/12/2019	
Controlada		**Modalidade**	**Taxa de juros (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Uni.Co Comércio	Brasil	CCB - Cédula de crédito bancário	CDI + 2,08% a.a	Dez/2023	237	9.059	9.677	-
Uni.Co Comércio	Brasil	Capital de Giro	CDI + 3% a.a.	Jan/2025	15.523	29.286	11.929	39.583
IMB Têxtil	Brasil	CCB - Cédula de crédito bancário	CDI + 1,64% a 3% a.a.	Dez/2024	21.329	31.489	13.206	40.674
Empoli Franchising	Brasil	Capital de giro	CDI + 7% a.a.	Out/2020	11	-	117	-
					37.100	**69.834**	**34.929**	**80.257**

Todos os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval e/ou recebíveis

A movimentação dos empréstimos e financiamentos no período está apresentada abaixo:

Movimentação	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Saldo inicial	115.186	113.955
(+) Captações	34.214	80.841
(+-) Variação cambial s/ empréstimos	324	(291)
(+) Juros	6.407	11.223
(-) Amortização de principal	(44.011)	(79.090)
(-) Amortização de juros	(5.186)	(11.452)
Saldo final	**106.934**	**115.186**
Circulante	**37.100**	**34.929**
Não circulante	**69.834**	**80.257**

18 Fornecedores

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Fornecedores nacionais	4.582	3.918
Fornecedores estrangeiros (US$)	487	9.416
	5.069	**13.334**

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Salários a pagar	1.167	1.474
Férias e rescisões	2.540	3.829
13º salário a pagar	1.129	-
INSS a recolher	3.866	728
FGTS a recolher	422	337
IRRF sobre salários	237	714
Participação nos lucros a pagar	149	123
	9.510	**7.205**

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
ISS a recolher (a)	-	-	7.248	5.788
ICMS a recolher	-	-	1.072	1.928
COFINS a recolher	1	1	938	1.123
IPI a recolher	-	-	1.041	435
INSS retido a recolher	-	-	77	161
PIS a recolher	-	-	206	118
CSRF a recolher	-	-	9	21
IRRF a recolher	-	-	16	15
Outros	-	-	543	330
	1	**1**	**11.150**	**9.919**

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Depósito judicial – ISS a pagar (a) (nota explicativa 12)	3.816	3.206
	3.816	**3.206**

(a) Em 20 de maio de 2020, foi realizado julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, onde julgou desfavorável aos contribuites os processos referente ao ISS – Imposto sobre Serviços – sobre receitas de franquias, alterando as chances de êxito de provável para remota. Até essa decisão o Grupo

reconhecia o ISS a pagar e realizava o depósito judicial, conforme tutela antecipada (decisão não definitiva) proferida a seu favor. O saldo de ISS a pagar, líquido do depósito judicial, é de R$ 3.432.

21 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
IRPJ a recolher	-	1	1.991	2.069
CSLL a recolher	-	1	734	751
	-	**2**	**2.725**	**2.820**

(b) Reconciliação do resultado

Controladora

	Nove meses findo Controladora		Três meses findo Controladora	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Resultado antes dos impostos	(41.689)	(19.212)	(14.420)	(6.269)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	14.174	6.532	4.903	2.131
Exclusões temporárias e permanentes:				
Equivalência patrimonial	(14.157)	(6.547)	(4.881)	(2.144)
Outras adições /exclusões	(17)	4	(22)	2
Imposto após as adições e exclusões	-	(11)	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(11)	-	(11)
Alíquota efetiva	-	0,06%	-	0,18%

Consolidado

(i) Lucro real

	Nove meses findo Consolidado		Três meses findo Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Resultado antes dos impostos	(40.695)	(14.518)	(17.149)	(5.255)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	13.836	4.936	5.831	1.787
Exclusões temporárias e permanentes:				
Provisão para devedores duvidosos	(469)	(449)	288	(296)
Provisão de realização dos estoques	1.480	221	1.480	163
Provisão para contingências	(2.030)	(653)	(688)	(33)
Variação cambial	(123)	(152)	-	-
Realização de diferenças temporárias do período	-	(3.180)	-	-
Realização do ágio	(1.033)	(1.033)	(344)	(344)
Outras adições /exclusões	(12.477)	(3.711)	(6.931)	(1.594)
Imposto presumido controladas (vide ii)	(2.384)	(4.700)	(792)	(1.476)
	(3.200)	(8.721)	(1.156)	(1.793)
Imposto de renda e contribuição social				
	(2.384)	(4.723)	(790)	(1.482)
Parcela não reconhecida de prejuizos fiscais	(816)	(3.998)	(366)	(311)
	7,86%	60,07%	6,74%	34,12%
Imposto após as adições e exclusões	(40.695)	(14.518)	(17.149)	(5.255)
	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.836	4.936	5.831	1.787
Alíquota efetiva				

(ii) Lucro presumido

	Nove meses findo Consolidado		Três meses findo Consolidado	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
IRPJ				
Receita bruta serviços	20.892	40.297	6.767	12.597
IRPJ calculado pelas alíquotas fiscais (4,8%)	(1.003)	(1.934)	(325)	(604)
Outras receitas	432	1.032	199	347
IRPJ renda calculado pelas alíquotas fiscais (15%)	(65)	(155)	(30)	(52)
Base de cálculo adicional (32%) (-) 20 mil mês	6.757	13.567	2.244	4.258
IRPJ adicional calculado pelas alíquotas fiscais (10%)	(676)	(1.357)		
CSLL				
Receita bruta serviços	20.892	40.297	6.767	12.597
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (2,88%)	(602)	(1.161)	(195)	(363)
Outras receitas	432	1.032	199	347
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (9%)	(38)	(93)	(18)	(31)
Despesa efetiva total de imposto de renda e contribuição social	(2.384)	(4.723)	(568)	(1.050)
Alíquota efetiva	-11,42%	-11,66%	-8,39%	-8,34%

As controladas Imaginarium Franchising S/A. e Mone Gestão de Franquias Ltda. tem como regime de tributação o lucro presumido. Neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de imposto de renda sobre a receita financeira apurada no período;

-10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R$ 20 pelo número de meses do período de apuração;

- 9% de contribuição social sobre a receita financeira apurada no período.

22 Investimentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**	**30/09/2020**	**31/12/2019**
Aquisição Empoli Franchising S.A	-	87	-	87
Aquisição IMB Têxtil S.A (a)	-	-	30.598	42.615
	-	**87**	**30.598**	**42.702**
Passivo circulante	**-**	**87**	**23.577**	**23.175**
Passivo não circulante	**-**	**-**	**7.021**	**19.527**

(a) Durante o exercício de 2018 a controlada direta Uni.co Comércio adquiriu 100% da participação societária da controlada indireta IMB Têxtil S.A., o saldo remanescente a pagar oriundo dessa aquisição foi de R$ 32.815, e são atualizados por 100% da CDI. Em 30 de setembro de 2020, os saldos

estão atualizados pelos dois eventos descritos a seguir. 1) Conforme contrato de compra e venda,o Grupo deve repassar para os vendedores os créditos ou benefícios recebidos de direito destes acionistas. Em 2019, a controlada IMB teve o seu processo que tratava sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e Cofins transitado em julgado, e reconheceu os créditos nas suas demonstrações financeiras. A Uni.co Comércio reconheceu a obrigação de mesmo montante destes créditos, líquidos de impostos, em Investimentos a pagar para repasse aos antigos acionistas após as devidas compensações, no valor de R$ 10.533, com expectativa de recuperar R$ 1.700 em 2020 e o restante nos anos subsequentes. Ainda, de acordo com o referido contrato, os antigos acionistas são responsáveis por eventuais contingências que surjam, anteriores a 31 de dezembro de 2017. 2) Em maio de 2020, a controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. recebeu notificação referente ao um processo do ISS – Impostos sobre Serviços - sobre a receita de franquias, resultando no provisionamento do montante de R$ 12.750 em 30 de setembro de 2020. Esse valor foi descontado do saldo a pagar aos antigos acionistas e devidamente provisionado em contingencias tributárias. Com estes ajustes, o saldo final total a pagar para o antigo acionista em 30 de setembro de 2020 é de R$ 30.598, divididos entre circulante e não circulante, conforme apresentado no quadro acima.

23 Provisão para contingências

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Cíveis	122	122
Tributárias	37.190	17.738
Trabalhistas	129	424
	37.441	**18.284**

As controladas são partes em processos cíveis, trabalhistas e tributários que estão sendo discutidos judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R$ 37.441 (R$ 18.284 em 31 de dezembro de 2019) para os processos que o risco de perda foi classificado como provável. Existem outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos das controladas não apresentam risco provável de desembolso futuro, no montante de R$ 5.402 oriundos de processos cíveis e tributários, os quais foram classificados com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões.

Do total classificado como provável de perda, os principais valores são montante de R$ 22.826 (R$17.738 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a contingências tributárias oriundas da suspensão da exigibilidade do recolhimento do IPI, conforme decisão do STJ de 05 de abril de 2016. Adicionalmente o montante de R$ 12.750 refere-se a ação sobre o ISS – Imposto sobre serviços sobre a receita de Royalties da controlada indireta, Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. Esse valor foi reclassificado em maio de 2020, do passivo de investimentos a pagar aos antigos ex-acionistas da IMB Têxtil S.A., para provisão para contingências, após notificação recebida pela controlada Mone Gestão de Franquias e Participações, cuja responsabilidade é dos antigos acionistas da IMB Têxtil S.A., conforme previsto no contrato de compra e venda.

A Uni.co Comércio propôs a ação em agosto de 2010 conforme processo 5005932-14.2010.404.7200, em que se discute a não incidência de IPI na revenda de mercadorias estrangeiras quando ausente qualquer ato de industrialização. O processo encontra-se suspenso devido à Repercussão Geral do tema 906 no STF - Supremo Tribunal Federal, a administração a partir de julho de 2016 optou por suspender o pagamento do IPI, todavia manteve o provisionamento do valor nas demonstrações financeiras até que o processo seja julgado em definitivo. Em 21 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamentos da repercussão geral sobre a incidência de IPI na revenda de mercadorias importadas. A conclusão dada pela maioria da Corte foi pela constitucionalidade da

cobrança. O Grupo reconheceu o montante de R$ 2.635, referente a atualização monetária do saldo, com base na taxa SELIC.

Segue movimentação da provisão:

	Consolidado			
	Cíveis	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2019	**-**	**12.999**	**214**	**13.213**
Adições	-	2.129	-	2.129
Reversões	-	-	(208)	(208)
Saldos em 30 de setembro de 2019	**-**	**15.128**	**6**	**15.134**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**122**	**17.738**	**424**	**18.284**
Adições	-	19.452	-	19.452
Reversões	-	-	(295)	(295)
Saldos em 30 de setembro de 2020	**122**	**37.190**	**129**	**37.441**

24 Outras contas a pagar

	Consolidado	
	30/09/2020	**31/12/2019**
Aluguéis a pagar	639	955
Adiantamentos de clientes	2.537	1.307
Serviços de consultoria	603	981
Fretes a pagar	204	242
Sistemas de informática	104	192
Embalagens	314	144
Fornecedores de serviços	1.323	-
Royalties a pagar	-	110
Outras contas a pagar	883	1.018
	6.607	**4.949**

25 Adiantamentos de dividendos – controladora

Ao longo de 2019 a Administração da controlada Imaginárium Franchising adiantou dividendos referente ao resultado de 2019, no montante de R$ 18.966, os quais foram registrados como adiantamento até a aprovações pelos acionistas, que ocorreu na assembleia realizada em 20 de julho de 2020.

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 19 de março de 2020 a sócia majoritária Belmar RJ Participações aumentou o capital social da companhia em R$ 20.000 (vinte milhões de reais), com a emissão de 8.264.463 (oito milhões, duzentas e sessenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e três) ações.

Em 30 de setembro de 2020 e o capital social totalmente integralizado é de R$ 97.014 (R$ 77.014 em 31 de dezembro de 2019), representado por 74.954.620 ações ordinárias (66.690.157 em 31 de dezembro de 2019), nominativas, sem valor nominal, sendo 95,93% do acionista Belmar RJ Participações S/A. Em 19 de março foi deliberado o aumento de capital no valor de R$ 20.000.

Durante o ano de 2020 foram vendidas ações para alguns executivos da Companhia. Em 02 de janeiro de 2020 a Companhia vendeu 614.741 ações ao valor de R$ 3,722 cada, totalizando R$ 2.287. Em 19 de março de 2020, foram vendidas 303.139 ações, ao valor unitário de R$ 2,452, totalizando R$ 743. Em 04 de junho de 2020, foram vendidas 303.405 ações, ao valor unitário de R$ 2,462, totalizando R$ 747. Desse total de 1.221.285 ações, foi gerada uma reserva de capital no valor de R$ 1.495.

b. Destinação do resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. Em função do prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foi constituída reserva legal, nem realizada a distribuição de dividendos.

c. Lucros a disposição da assembleia

Refere-se aos lucros acumulados auferidos pela Companhia a serem destinados nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76.

27 Receita operacional líquida

	Nove meses findo		Três meses findo	
	Consolidado		Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Vendas de mercadorias - mercado interno	101.539	113.168	37.062	28.482
Vendas de mercadorias - mercado externo	434	2.251	230	522
Royalties	18.596	37.719	6.806	21.733
Prestação de serviços	1.238	1.672	741	1.469
Receita bruta	121.807	154.810	44.839	52.206
Impostos sobre vendas	(18.004)	(15.644)	(6.515)	(5.262)
Devoluções de vendas	(5.755)	(10.451)	(1.585)	(4.237)
Total	**98.048**	**128.715**	**36.739**	**42.707**

As receitas referem-se unicamente ao principal negócio do Grupo, conforme descrito no contexto operacional. A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro.

O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente e no momento da prestação do serviço. O resultado por segmento está demonstrado na nota explicativa 37.

A Administração acompanha a receita líquida consolidada por marca e canal de venda, como segue:

a. Informações por marca

	Nove meses findo			
30 de setembro de 2020	**Imaginarium**	**Puket**	**Mind**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	32.771	64.823	3.945	101.539
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	434	-	434
Receita operacional bruta – Royalties	10.673	7.923	-	18.596
Receita operacional bruta – Serviços	922	316	-	1.238
Receita operacional bruta	**44.366**	**73.496**	**3.945**	**121.807**
Deduções da receita bruta	(7.809)	(14.884)	(1.066)	(23.759)
Receita líquida	**36.557**	**58.612**	**2.879**	**98.048**
30 de setembro de 2019	**Imaginarium**	**Puket**	**Mind**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	43.601	66.614	2.953	113.168
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	2.251	-	2.251
Receita operacional bruta – Royalties	22.787	14.932	-	37.719
Receita operacional bruta – Serviços	1.083	589	-	1.672
Receita operacional bruta	**67.471**	**84.386**	**2.953**	**154.810**
Deduções da receita bruta	(7.500)	(18.130)	(465)	(26.095)
Receita líquida	**59.971**	**66.256**	**2.488**	**128.715**

	Três meses findo			
30 de setembro de 2020	**Imaginarium**	**Puket**	**Mind**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	11.988	23.798	1.190	36.976
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	316	-	316
Receita operacional bruta – Royalties	4.219	2.587	-	6.806
Receita operacional bruta – Serviços	584	157	-	741
Receita operacional bruta	**16.791**	**26.858**	**1.190**	**44.839**
Deduções da receita bruta	(2.661)	(5.080)	(359)	(8.100)
Receita líquida	**14.130**	**21.778**	**831**	**36.739**
30 de setembro de 2019	**Imaginarium**	**Puket**	**Mind**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	12.583	23.952	2.542	39.077
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	522	-	522
Receita operacional bruta – Royalties	7.354	4.665	-	12.019
Receita operacional bruta – Serviços	327	261	-	588
Receita operacional bruta	**20.264**	**29.400**	**2.542**	**52.206**
Deduções da receita bruta	(2.446)	(6.897)	(156)	(9.499)
Receita líquida	**17.818**	**22.503**	**2.386**	**42.707**

b. Informações por canal

	Nove meses findo				
30 de setembro de 2020	**Franquias**	**Multimarcas**	**e-commerce**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	43.515	23.158	34.580	286	101.539
Receita operacional bruta – Mercado externo	434	-	-	-	434
Receita operacional bruta – Royalties	18.596	-	-	-	18.596
Receita operacional bruta – Serviços	390	-	848	-	1.238
Receita operacional bruta	**62.935**	**23.158**	**35.428**	**286**	**121.807**
Deduções da receita bruta	(8.973)	(4.249)	(10.461)	(76)	(23.759)
Receita líquida	**53.962**	**18.909**	**24.967**	**210**	**98.048**

30 de setembro de 2019	**Franquias**	**Multimarcas**	**e-commerce**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	77.782	23.559	10.443	1.384	113.168
Receita operacional bruta – Mercado externo	2.251	-	-	-	2.251
Receita operacional bruta – Royalties	37.719	-	-	-	37.719
Receita operacional bruta – Serviços	1.643	-	29	-	1.672
Receita operacional bruta	**119.395**	**23.559**	**10.472**	**1.384**	**154.810**
Deduções da receita bruta	(18.777)	(4.551)	(2.654)	(113)	(26.095)
Receita líquida	**100.618**	**19.008**	**7.818**	**1.271**	**128.715**

	Três meses findo				
30 de setembro de 2020	**Franquias**	**Multimarcas**	**e-commerce**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	15.602	10.529	10.845	-	36.976
Receita operacional bruta – Mercado externo	316	-	-	-	316
Receita operacional bruta – Royalties	6.806	-	-	-	6.806
Receita operacional bruta – Serviços	158	-	583	-	741
Receita operacional bruta	**22.882**	**10.529**	**11.428**	**-**	**44.839**
Deduções da receita bruta	(2.756)	(1.905)	(3.439)	-	(8.100)
Receita líquida	**20.126**	**8.624**	**7.989**	**-**	**36.739**

30 de setembro de 2019	**Franquias**	**Multimarcas**	**e-commerce**	**Outros**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	24.649	10.147	3.668	613	39.077
Receita operacional bruta – Mercado externo	522	-	-	-	522
Receita operacional bruta – Royalties	12.019	-	-	-	12.019
Receita operacional bruta – Serviços	571	-	17	-	588
Receita operacional bruta	**37.761**	**10.147**	**3.685**	**613**	**52.206**
Deduções da receita bruta	(6.769)	(1.574)	(1.000)	(156)	(9.499)
Receita líquida	**30.992**	**8.573**	**2.685**	**457**	**42.707**

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, pois representou apenas 0,31% da receita bruta consolidada (1,69% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019).

28 Despesas por natureza

	Nove meses findos Controladora		Três meses findo Controladora		Nove meses findos Consolidado		Três meses findo Controladora	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	-	-	(42.825)	(52.975)	(16.473)	(18.644)
Salários e encargos	-	-	-	-	(28.943)	(40.250)	(8.113)	(13.711)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(20)	(15)	(3)	(1)	(5.824)	(6.235)	(3.028)	(1.779)
Comissões	-	-	-	-	(1.377)	(1.312)	(586)	(436)
Depreciação/amortização	-	-	-	-	(8.554)	(5.180)	(2.529)	(1.311)
Descontos comerciais	-	-	-	-	(5.545)	(527)	(5.338)	(332)
Publicidade e propaganda	(9)	-	(9)	-	(5.274)	(3.676)	(2.697)	(1.071)
Viagens e representações	-	-	-	-	(1.834)	(3.587)	(188)	(1.444)
Provisão para contingências cíveis	-	-	-	-	(3.882)	(1.852)	(2.541)	(308)
Fretes e carretos	-	-	-	-	(6.192)	(4.869)	(2.423)	(1.770)
Tributos e taxas	(9)	(8)	(4)	(4)	(1.955)	(3.080)	(1.110)	(1.165)
Aluguéis e manutenção	-	-	-	-	(1.331)	(3.795)	(738)	(1.887)
Informática	-	-	-	-	(2.317)	(1.509)	(421)	(628)
Consultoria	-	-	-	-	(1.606)	(1.545)	(855)	(1.140)
Participação nos lucros	-	-	-	-	(490)	-	(79)	-
Outras receitas e despesas	(6)	(19)	(4)	-	(4.845)	(7.952)	(1.943)	(3.397)
Total	**(44)**	**(42)**	**(20)**	**(5)**	**(122.794)**	**(138.344)**	**(49.062)**	**(49.023)**
Custos dos produtos vendidos	-	-	-	-	(42.825)	(59.771)	(16.473)	(20.697)
Despesas com vendas	-	-	-	-	(40.177)	(36.980)	(18.117)	(13.950)
Despesas gerais e administrativas	(44)	(42)	(20)	(5)	(39.792)	(41.593)	(14.472)	(14.376)
Total	**(44)**	**(42)**	**(20)**	**(5)**	**(122.794)**	**(138.344)**	**(49.062)**	**(49.023)**

29 Outras receitas e despesas operacionais

	Nove meses findo Consolidado		Três meses findo findo Consolidado	
Outras receitas operacionais	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Exclusão ICMS na base de PIS e Cofins	775	3.263	775	3.263
Resultado com venda de imobilizado	-	71	-	-
Outras receitas	399	752	354	570
	1.174	4.086	1.129	3.833
Outras despesas operacionais				
Resultado com a venda de imobilizado	(2.189)	(59)	(2.191)	-
	(2.189)	(59)	(2.191)	-
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	(1.015)	4.027	(1.062)	3.833

30 Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	**Nove meses findos Controladora**		**Trimestre findo Controladora**		**Nove meses findos Consolidado**		**Trimestre findo Controladora**	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Descontos obtidos	3	-	3	-	224	325	107	148
Juros recebidos	-	-	-	-	882	1.201	309	427
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	-	-	852	1.085	248	224
Recuperação de despesas	-	-	-	-	55	78	42	12
Ganho com instrumentos derivativos não realizados	-	-	-	-	2.267	362	-	-
Variação cambial ativa não realizada	-	-	-	-	357	816	-	280
Variação cambial ativa	-	-	-	-	170	583	91	36
Outras receitas financeiras	20	111	(53)	35	630	1.184	197	949
Total de receitas financeiras	**23**	**111**	**(50)**	**35**	**5.437**	**5.634**	**994**	**2.076**
Despesas financeiras								
Descontos concedidos	-	-	-	-	(907)	(180)	(265)	(17)
Despesas bancárias	-	(1)	-	-	(1.337)	(1.520)	(426)	(1.154)
IOF	-	-	-	-	(69)	(12)	(9)	(4)
Encargos com empréstimos e financiamentos	(24)	-	-	-	(5.531)	(6.766)	(1.789)	(1.494)
Encargos sobre investimentos	-	-	-	-	(733)	(2.355)	(167)	(791)
Encargos financeiros sobre arrendamentos	-	-	-	-	(1.134)	(22)	(340)	(6)
Juros passivos	(4)	(22)	-	(5)	(4.602)	(179)	(403)	(89)
Variação cambial passiva não realizada	-	-	-	-	(393)	(1.405)	(11)	(262)
Variação cambial	-	-	-	-	(2.255)	(622)	(2)	(63)
Outras despesas financeiras	-	-	6	-	(447)	(47)	(208)	25
Total de despesas financeiras	**(28)**	**(23)**	**6**	**(5)**	**(17.408)**	**(13.108)**	**(3.620)**	**(3.855)**
Resultado financeiro líquido	**(5)**	**88**	**(44)**	**30**	**(11.971)**	**(7.474)**	**(2.626)**	**(1.779)**

31 Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Belmar RJ Participações S.A.

As transações classificadas como contas a receber e fornecedores são mercantis e referem-se à aquisição/venda de produtos diretamente relacionados com as suas atividades operacionais, entre as controladas Uni.co Comércio S.A., IMB Têxtil S.A. e Uni.co Hong Kong Limited, as quais foram realizadas em condições aplicáveis em um contexto de grupo de empresas onde é aplicada uma margem reduzida na operação apenas para fins de remuneração da estrutura da controlada, na China.

Controladora:

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		
Financiamento de ações	6.207	2.409
Passivo Circulante		
AFAC – Belmar RJ Participações (a)	-	20.000

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, realizado pela acionista Belmar RJ Participações S.A., em 12 de novembro de 2019.)

Controlada indireta Uni.co Hong Kong Limited (transações eliminadas no consolidado):

	30/09/2020	31/12/2019
Ativo circulante		
Contas a receber	3.418	3.368
Adiantamento a fornecedores	11.173	5.229

	Nove meses findo		Três meses findo	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Resultado				
Compra de mercadorias da Uni.co Hong Kong	23.131	40.379	5.339	20.747

As únicas transações entre partes relacinadas são realizadas com a controlada indireta Uni.co Hong Kong Limited e as controladas Uni.co Comércio S.A. e IMB Têxtil S.A.

Remuneração da administração

Em 30 de setembro de 2020 foi pago a título de remuneração aos Administradores do Grupo o montante de R$ 2.748 (R$ 2.893 em 30 de setembro de 2019). Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.

32 Operações descontinuadas

Na controlada direta Uni.co Comércio S.A, foi descontinuado o canal de vendas "LUDI", uma submarca da empresa que tinha como foco o mercado multimarcas de presentes e decorações.

A Administração decidiu desativar o canal de vendas da marca LUDI em 2019, o segundo em representatividade no faturamento, porém esse canal estava inserido em mercado supercompetitivo em relação a preço. A decisão também levou em consideração a necessidade de foco de suas operações

nas franquias e no e-commerce. As áreas consideradas de suporte a gestão foram transferidas para o centro de distribuição localizado em Biguaçu - SC.

A controlada indireta IMB Têxtil S.A desativou uma planta fabril de meias que mantinha em São Paulo em outubro de 2019. A administração do Grupo comprometeu-se com um plano de vender as máquinas de costura utilizadas na produção, seguindo uma decisão estratégica em focar mais nas competências-chave do grupo, tornando-se um comércio atacadista de mercadorias em vez de uma indústria e revenda.

A análise do resultado de operações descontinuadas estão apresentados a seguir:

	LUDI			
	Nove meses findo		**Três meses findo**	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Receita líquida	5.323	15.007	1.074	3.960
Custo dos produtos vendidos	(5.077)	(8.955)	(783)	(2.713)
Lucro Bruto	246	6.052	291	1.247
Despesas de vendas	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(3.110)	(6.222)	(533)	(1.710)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	-
Resultado financeiro	-	112	-	58
Resultado líquido das operações descontinuadas	(2.864)	(58)	(242)	(405)

	IMB Têxtil			
	Nove meses findo		**Três meses findo**	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Receita líquida	3.109	23.664	1.130	8.558
Custo dos produtos vendidos	(5.695)	(17.861)	(3.200)	(6.707)
Lucro Bruto	(2.586)	- 5.803	- (2.070)	- 1.851
Despesas de vendas	(464)	(2.304)	(185)	(858)
Despesas gerais e administrativas	(1.253)	(165)	(685)	(165)
Outras receitas e despesas operacionais	7.704	641	5.998	331
Resultado financeiro	-	100	-	20
Resultado líquido das operações descontinuadas	3.401	4.075	3.058	1.179

	Consolidado			
	Nove meses findo		Trimestre	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Receita líquida	8.432	38.671	2.204	12.518
Custo dos produtos vendidos	(10.772)	(26.816)	(3.983)	(9.420)
Lucro Bruto	(2.340)	11.855	(1.779)	3.098
Despesas de vendas	(464)	(2.304)	(185)	(858)
Despesas gerais e administrativas	(4.363)	(6.387)	(1.218)	(1.875)
Outras receitas e despesas operacionais	7.704	641	5.998	331
Resultado financeiro	-	211	-	78
Resultado líquido das operações descontinuadas	537	4.016	2.816	774

Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas:

	LUDI			
	Nove meses findo		Três meses findo	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Caixa liquido nas atividades operacionais	6.979	(377)	1.890	(2.580)
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	**6.979**	**(377)**	**1.890**	**(2.580)**

	IMBTêxtil			
	Nove meses findo		Três meses findo	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Caixa liquido nas atividades operacionais	7.981	4.867	(95)	902
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	**7.981**	**4.867**	**(95)**	**902**

	Consolidado			
	Nove meses findo		Três meses findo	
	30/09/2020	30/09/2019	30/09/2020	30/09/2019
Caixa liquido nas atividades operacionais	14.960	4.490	1.795	(1.678)
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	**14.960**	**4.490**	**1.795**	**(1.678)**

33 Operações de arrendamentos

Em 01 de janeiro de 2019, as controladas reconheceram ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme mencionado na nota 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

a- Composição do ativo de direito de uso:

			Consolidado					
			31/12/2019			30/09/2020		
Empresa	**Imóveis**	**Período de Depreciação**	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	Até Jun/2020	659	(440)	219	-	-	-
Uni.Co Comércio	CD São José	Até Fev/2020	1.070	(918)	152	-	-	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	Até 2029	15.324	(724)	14.600	15.324	(1.811)	13.513
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	Até Jun/2020	697	(465)	232	-	-	-
Imaginarium Franchising	CD São José	Até Fev/2020	299	(256)	43	-	-	-
IMB Têxtil	Sede São Paulo	Até Fev/2025	-	-	-	3.158	(419)-	2.739
IMB Têxtil	CD São Paulo	Até Set/2020	1.730	(988)	742	-	-	-
IMB Têxtil	CD 1 Campo Grande	Até 2024	2.210	(414)	1.796	-	-	-
IMB Têxtil	CD 2 Campo Grande	Até 2022	1.186	(316)	870	-	-	-
			23.175	**(4.521)**	**18.654**	**18.482**	**(2.230)**	**16.252**

b- Direito de uso de arrendamentos

			Consolidado				Consolidado		
Empresa	**Imóveis**	**Prazo médio em anos**	**Saldo inicial em 01/01/19**	**Adições**	**30/09/2019**	**31/12/2019**	**Adições**	**Baixas (a)**	**30/09/2020**
Custo									
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	659	-	659	659	-	(659)	-
Uni.Co Comércio	CD São José	1	1.070	-	1.070	1.070	-	(1.070)	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	-	15.324	15.324	15.324	-	-	15.324
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	697	-	697	697	-	(697)	-
Imaginarium Franchising	CD São José	1	299	-	299	299	-	(299)	-
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	5	-	-	-	-	3.158	-	3.158
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	2	1.730	-	1.730	1.730	-	(1.730)	-
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	5	2.210	-	2.210	2.210	-	(2.210)	-
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	4	1.186	-	1.186	1.186	-	(1.186)	-
			7.851	**15.324**	**23.175**	**23.175**	**3.158-**	**(7.851)**	**18.482**
Depreciação:									
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	-	(220)	(220)	(440)	(219)	659	-
Uni.Co Comércio	CD São José	1	-	(458)	(458)	(918)	(152)	1.070	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	-	-	-	(724)	(1.087)	-	(1.811)
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	-	(232)	(232)	(465)	(232)	697	-
Imaginarium Franchising	CD São José	1	-	(128)	(128)	(256)	(43)	299	-
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	5	-	-	-	-	(419)	-	(419)
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	2	-	(494)	(494)	(988)	(494)	1.482	-
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	5	-	(208)	(208)	(414)	(138)	552	-
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	4	-	(158)	(158)	(316)	(106)	421	-
			-	**(1.898)**	**(1.898)**	**(4.521)**	**(2.890)**	**5.181**	**(2.230)**

Saldo líquido									
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	659	(220)	439	219	(219)	-	-
Uni.Co Comércio	CD São José	1	1.070	(458)	612	152	(152)	-	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	-	15.324	15.324	14.600	(1.087)	-	13.513
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	697	(232)	465	232	(232)	-	-
Imaginarium Franchising	CD São José	1	299	(128)	171	43	(43)	-	-
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	5	-	-	-	-	2.739	-	2.739-
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	2	1.730	(494)	1.236	742	(494)	(247)	-
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	5	2.210	(208)	2.002	1.796	(138)	(1.658)	-
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	4	1.186	(158)	1.028	870	(106)	(765)	-
			7.851	**13.426**	**21.277**	**18.654**	**268**	**(2.670)**	**16.252**

(a) As baixas referem-se aos encerramentos de contratos.

c- Passivo de arrendamento

		Consolidado										
Empresa	**Imóvel**	**Saldo inicial em 01/01/19**	**Adições**	**Pagamentos de principal e juros**	**Juros apropriados**	**30/09/2019**	**31/12/2019**	**Adições**	**Pagamentos de principal e juros**	**Juros apropriados**	**Baixas**	**30/09/2020**
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	(659)	-	136	(24)	(547)	(429)	-	70	(8)	367	-
Uni.Co Comércio	CD São José	(1.070)	-	508	(34)	(596)	(529)	-	536	(7)	-	-
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	-	(15.324)	-	-	(15.324)	(14.953)	-	1.417	(852)	-	(14.388)
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	(697)	-	150	(25)	(572)	(441)	-	77	(8)	372	-
Imaginarium Franchising	CD São José	(299)	-	142	(9)	(166)	(148)	-	149	(2)	-	-
IMB TÊXTIL	Sede São Paulo	-	-	-	-	-	-	(3.158)	-	(135)	-	(3.293)
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	(1.730)	-	433	(61)	(1.358)	(946)	-	985	(38)	-	-
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	(2.210)	-	233	(83)	(2.060)	(1.893)	-	163	(48)	1.778	-
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	(1.186)	-	167	(44)	(1.063)	(932)	-	115	(23)	841	-
		(7.851)	**(15.324)**	**1.769**	**(280)**	**(21.686)**	**(20.272)**	**(3.158)**	**3.513**	**(1.121)**	**3.357**	**(17.681)**
										Passivo circulante		**1.856**
										Passivo não circulante		**15.825**

De acordo com a estratégia do Grupo, foi concluído o processo de consolidação do centro de distribuição, na cidade de Biguaçu – SC.

d- Estimativa de realização do passivo de arrendamento

	Controladora		
	Passivo de arrendamento	**Juros**	**Valor presente do passivo de arrendamento**
2020	835	(276)	559
2021	2.792	(1.052)	1.740
2022	2.792	(963)	1.829
2023 em diante	17.139	(3.586)	13.553
Saldo em 30 de setembro de 2020	**23.558**	**(5.877)**	**17.681**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 8% e representam a taxa incremental de financiamento, uma vez que estão equiparadas as taxas de financiamento imobiliário das principais instituições financeiras no Brasil.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) o Grupo entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação da CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, o Grupo realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial.

34 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no respectivo período:

	Nove meses findo		Três meses findo	
	30/09/2020	**30/09/2019**	**30/09/2020**	**30/09/2019**
Lucro atribuível aos acionistas	(43.358)	(19.223)	(16.089)	(6.275)
Média ponderada de ações ordinárias	74.954.620	66.690.157	74.954.620	66.690.157
Média ponderada de ações ordinárias em tesouraria	-	(1.221.285)	-	(1.221.285)
Resultado básico por ação - em reais (R$)	(0,5785)	(0,2936)	(0,2147)	(0,0958)

Em 30 de setembro de 2020 e 2019, a Companhia apresenta o resultado por ação diluído em mesmo montante que o cálculo básico, pois não existem instrumentos potencialmente diluitívos.

35 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 30 de setembro de 2020, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 121.464 para danos materiais, R$ 64.140 para lucros cessantes e R$ 17.350 para responsabilidade civil.

36 Segmentos operacionais

Base para segmentação
O Grupo possui apenas o segmento de varejo como reportável. O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas do Grupo estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos do Grupo são distribuídos por marcas (Imaginarium, Puket e Mind) e canais (franquias, multimarcas e e-commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, como segue:

37 Eventos subsequentes

Em 14 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 20.849.871,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais), mediante a emissão de 8.624.143 (oito milhões, seiscentas e vinte quatro mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do art. 5º do estatuto social da Companhia.

Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passará de “Butler RJ Participações S.A.”para “Uni.co S.A.”

O Grupo de forma antecipada buscou a negociação para alongar seus compromissos assumidos, inclusive em relação as medições e aplicações dos covenants até então previstos. As novas condições já definidas permitirão o folego necessário para a retomada das atividades nos níveis normais. O passivo circulante foi alongado, e o montante de R$ 34.327 foi transferido para o passivo não circulante. Cnsequentemtne a e a dívida foi alongada até 2025 de forma parcela até 2025.

ANEXO I – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relativo as demonstrações contábeis para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

ÍNDICE

1. Mensagem Diretoria
    a. História
    b. Marcas
    c. Canais
    d. Diferenciais
2. Resultado Financeiro
    a. Receita Bruta
    b. Lucro Bruto
    c. EBITDA Ajustado
    d. Demonstrativo de Resultado
3. Declaração dos Diretores
4. Relacionamento com Auditores Independentes
5. Agradecimentos

1. MENSAGEM DA DIRETORIA

a. História

O atual Grupo Uni.co foi iniciado em dezembro de 2012, com a aquisição da marca Imaginarium pelo Squadra 1 Fundo de Investimentos em Participações ("FIP Squadra"), gerido pela Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra Investimentos") – investidor nacional referência em seu segmento. Desde então, a Companhia passou por um processo de transformação que profissionalizou a sua gestão, implementou uma cultura de excelência operacional no varejo e aprimorou a infraestrutura e processos internos.

A marca Imaginarium foi fundada em 1991 e busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. A Imaginarium iniciou o modelo de franquia no ano de 1993 e desde então vem expandindo sua rede, alcançando o marco de 100 franquias em 2012, dobrando para 200 em 2016.

Para aumentar sua capilaridade, a Imaginarium desenvolveu em 2007 a bandeira "Imaginarium Na Medida", modelo de loja "*store in store*" desenhado para atender o canal de varejo multimarcas em localidades onde a companhia não tem franquia. Já em 2012, lançou o modelo de franquia multimarcas chamado de "Lovebrands", que iniciou sua operação com as marcas Imaginarium, Puket e Balonè e que, a partir de 2017, passou a contar também com a Chilli Beans como marca parceira.

O principal diferencial da marca sempre foi criar produtos inovadores, criativos e surpreendentes, alcançando em 2003 o marco de criar em média 1 produto por dia. Para materializar sua criatividade, a marca vem ao longo de mais de 10 anos evoluindo sua cadeia de fornecedores na China e em outros países da Ásia. Em 2006 a Imaginarium iniciou seu processo de importação de produtos asiáticos, e com isso impulsionou a entrada de novas categorias, como eletrônicos, em 2009. Com o objetivo de aprofundar sua relação com fornecedores e estar presente em um dos principais polos de inovação de produtos do mundo, a Companhia inaugurou em 2010 o seu escritório na cidade chinesa de Shenzhen.

No ano de 2016, a marca MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co. Fundada em 2014, a MinD atua no segmento de decoração e tem como propósito fazer com que seus clientes se apaixonem por suas casas todos os dias. Já em 2018, o Grupo Uni.co incorporou a Puket, marca com porte similar ao da Imaginarium.

A Puket foi fundada em 1988 com intuito de ser uma marca de meias irreverentes. A marca iniciou sua expansão em novas categorias a partir de 2000, desenvolvendo produtos para linha de pijamas e lingerie e, em 2005, com a linha de acessórios (mochila, necessaire, estojo, entre outros).

No ano de 2004 a Puket inaugurou sua primeira loja e já no início de 2013 atingiu o marco de 100 lojas. Desde sua fundação, a marca sempre teve presença no varejo nacional de meias, e no ano de 2011 criou a bandeira "Aqui Tem Puket" (modelo de loja "*store in store*"), qualificando o seu canal de varejo e ofertando a linha completa de produtos em cidades onde não possui lojas.

Desde a aquisição, o Grupo Uni.co tem evoluído a integração da Puket na sua plataforma de operação, concluindo a unificação da cadeia de suprimentos no ano de 2019 e do centro de distribuição em março de 2020. Além disso, o Grupo Uni.co está finalizando a união dos escritórios das marcas Imaginarium, MinD e Puket.

Em outubro de 2019, desativamos uma planta fabril de meias da Puket em São Paulo. Nossa decisão estratégica foi de focar nas competências-chave do Grupo, nos dedicando ao comércio de mercadorias e não mais à indústria e revenda. A Puket permanece vendendo meias como parte de seu portfólio, sendo que a mudança acarretou apenas na substituição no modelo de fornecimento do produto, que passou a ser fornecido por terceiros.

Em fevereiro de 2018 o Grupo Uni.co iniciou seu projeto *omnichannel*, começando pela marca Imaginarium. O grupo está em constante processo de evolução digital, o que foi intensificado em setembro de 2019 com a criação da Diretoria Digital do Grupo Uni.co. Além disso, concluiu em 2020 a implantação do modelo *ship from store* e *pick-up store* para a rede de franquia Imaginarium, iniciou o modelo *omnichannel* na Puket e inaugurou o *marketplace* proprietário da Imaginarium – o "Nossos Crushes".

b. Marcas

O Grupo Uni.co é constituído por três marcas amadas que inovam, encantam e oferecem experiências únicas para os clientes:

Puket: é a *love brand* de vestuário e acessórios para todas as idades. Fundada em 1988 com o intuito de ser uma marca de meias irreverentes, vem expandindo suas categorias e seus canais de atuação. A marca tem o propósito de conectar as famílias e pessoas que se gostam por meio de produtos com design divertido, colorido e criativo, permitindo aos pais se vestirem de filhos e vivenciarem juntos momentos lúdicos. O seu time de criação desenvolve anualmente mais de 1.000 estampas e 2.500 produtos exclusivos. A marca foi integrada ao Grupo Uni.co em 2018 e, em 31 de dezembro de 2019, contava com uma rede de 176 franquias monomarcas.

Imaginarium: é a *love brand* de design e presentes, com DNA de inovação e diversão. Fundada em 1991, a marca busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. Com o desafio, desde 2003, de entregar 1 produto por dia, a marca criou no ano de 2019 495 produtos. A Imaginarium é, desde dezembro de 2012, a marca inicial do Grupo Uni.co e em 31 de dezembro de 2019 contava com uma rede de 245 franquias monomarcas.

MinD: é a *love brand* de decoração, com modernidade e aconchego impressos em seu DNA. Fundada em 2014, tem como propósito fazer com que nossos clientes se apaixonem por suas casas todos os dias, trazendo afeto ao ato de decorar. A marca lança artigos inovadores e alinhados com as tendências de arquitetura e design a cada nova estação, com mais de 300 novidades por ano. São produtos pensados para pessoas que acreditam que a decoração também faz parte de quem somos. A MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co em dezembro de 2016.

c. Canais

O grupo atende os clientes em todos os estados do Brasil e Distrito Federal por meio de canais físicos e digitais, os quais estão em crescente processo de integração, pois acredita que essa conexão enriquece a experiência de consumo.

A rede de lojas físicas é composta por franquias monomarcas, franquias multimarcas, lojas no modelo *store in store* e lojas de varejo multimarcas. As franquias monomarcas da marca Imaginarium e Puket somam, em 31 de dezembro de 2019, 421 lojas.

Para atender cidades menores, com população entre 40 a 210 mil habitantes, o grupo criou em 2012 o modelo inovador de franquia multimarcas, chamado de Lovebrands. Nessas lojas, os clientes encontram as marcas Puket e Imaginarium, além das marcas convidadas Chilli Beans e Balonè.

O modelo *store in store* é uma "pequena loja" dentro de uma loja multimarcas. Foram selecionadas lojas multimarcas reconhecidas em localidades onde ainda não havia franquias do Grupo Uni.co para implantar esse modelo e proporcionar aos consumidores uma experiência de consumo equivalente ao das franquias. Nesse sentido, o grupo conta com duas bandeiras de *store in store*: "Aqui Tem Puket" e "Imaginarium Na Medida".

O grupo também atende clientes multimarcas em todos os Estados brasileiro e o Distrito Federal. Nesse canal é oferecido um mix reduzido de produtos considerando suas particularidades e sua interação com os demais canais de vendas.

A Ludi, uma submarca da empresa que tinha como foco o mercado multimarcas de presentes e decorações, está com operação em descontinuação iniciada no quarto trimestre de 2019 e prevista para encerrar no quarto trimestre. Apesar da descontinuação da marca, revisamos nossa estratégia de atuação nesse mercado, intensificando e qualificando nossa atuação utilizando a marca Imaginarium, por meio do canal Na Medida.

No canal digital, o grupo comercializa os produtos em três websites proprietários de *e-commerce*. As redes de franquias estão cada vez mais integradas ao *e-commerce* por meio das iniciativas *omnichannel*. Com isso, o estoque da ampla rede de franquias consegue atender os clientes com menores prazos de entrega e custo de frete, proporcionando conveniência e melhorando a experiência do consumidor.

d. Diferenciais

O Uni.co acredita que o DNA de cada *love brands*, desenvolvido ao longo de suas jornadas de conexão e encantamento com seus consumidores, é o seu principal ativo. Por isso, criou uma plataforma que permite que suas marcas preservem seus DNAs e foquem em seu *core business*: encantar o cliente.

O grupo entrega para todas as marcas um cardápio de serviços que inclui: *(i)* tecnologia para operação de franquias, *(ii)* rede global de *sourcing* com times alocados na China e no Brasil, *(iii)* plataforma *omnichannel* com tecnologia e processos desenvolvidos para integrar as franquias com os canais digitais e *(iv)* processos de suporte, gente e gestão e governança eficientes.

O Uni.co acredita que as seguintes vantagens competitivas o diferenciam dos concorrentes e contribuem para o seu sucesso.

Marcas líderes que se conectam com as novas gerações de maneira continuada

Há 30 anos, as marcas vêm se conectando com seus públicos, sendo reconhecidas pelos seus produtos e experiências. Para que isso seja possível, é preservado o DNA único de cada uma mantendo a independência dos times de marca, criação e desenvolvimento de produtos, que atualmente contam com mais de 55 colaboradores divididos nas três marcas. O processo criativo tem a capacidade de antecipar tendências, seja na moda, tecnologia ou decoração, e de criar produtos desejáveis e que geram conexões emocionais com os consumidores. São criados mais de 3.000 produtos por ano, reconhecidos pelos consumidores e por parceiros como inovadores, criativos e surpreendentes.

Plataforma omnichannel com capilaridade em todo o território nacional

O Uni.co investe em diversas iniciativas para alavancar a sua plataforma *omnichannel*, com a integração entre os canais de venda físicos e digitais, tais como:

- ***Ship from store***: processo de atendimento, iniciado em 2019, que transforma a loja física em um ponto de distribuição utilizando o estoque local para atender pedidos *online* de forma mais rápida e barata;
- ***Pick-up in store***: processo de venda *online* com a retirada de pedidos em lojas físicas, também implementada em 2019;

Essas iniciativas foram implementadas nas franquias, por meio de um modelo comercial *ganha-ganha*, benéfico tanto para franqueadora quanto para franqueado. O grupo conta, ainda, com uma estrutura logística favorável para integração dos canais: o Uni.co possui franquias em todas as capitais do Brasil (exceto Macapá), o que permite implementar um serviço de entrega em 24 horas após a solicitação em praticamente todos os estados do país. Adicionalmente, o Uni.co conta com um Centro de Distribuição estrategicamente localizado em Biguaçu/SC, que possui mais de 13 mil m^2 para garantir o abastecimento das lojas, e um estoque avançado em São Paulo/SP – principal centro consumidor das marcas – que proporciona maior agilidade ao processo de entrega das vendas digitais.

Reconhecida tecnologia de gestão de franquias de alto desempenho e modelo asset-light

O modelo de negócios baseia-se principalmente em franquias, o que dá a vantagem competitiva de poder realizar expansões rápidas com baixo investimento próprio, uma vez que há pouca necessidade de aportes em ativos (*asset-light).* Entre 2013 e 2019, a rede de franquias do Grupo Uni.co cresceu com uma taxa composta de 8% ao ano.

Evolução do número de Franquias Puket, Imaginarium e Lovebrands

Os franqueados passam por um rigoroso processo de seleção e, após aprovados, contam com a experiência do grupo na gestão de franquias, que vem sendo desenvolvida há mais de 25 anos.

O Grupo Uni.co fornece aos franqueados soluções completas desde o início de suas operações, nos processos de definição de ponto comercial, negociação de aluguel, abertura de CNPJ, contratação e treinamento de equipe, e estruturação e montagem da loja. O Uni.co possui um time de consultoria de negócio, responsável por garantir excelência comercial e operacional em toda a sua rede. O grupo apoia o franqueado na gestão do seu negócio, por meio de treinamentos presencias e virtuais específicos para cada etapa de sua jornada e com processos e tecnologia para suas atividades de abastecimento, vendas, marketing local, *visual merchandising*, entre outros.

Os parceiros de franquias têm forte influência na operacionalização da estratégia comercial do Uni.co por possuírem o conhecimento local necessário para adaptar o modelo padrão de operação às particularidades regionais. Os franqueados se tornam "embaixadores" das marcas e utilizam seus relacionamentos e expertises locais para potencializar a operação em cada localidade, o que contribui fortemente com o plano de negócios da companhia. A presença nacional por meio de franquias do Grupo Uni.co possibilitou o aprendizado sobre as particularidades de cada região.

Ao longo dos últimos 25 anos, como forma de demonstração da capacidade do Uni.co de gestão de franquias, o grupo recebeu mais de 35 selos da Associação Brasileira de Franquias com a Imaginarium e a Puket, além de diversos prêmios, tais como: Prêmio de Excelência em Franchising em 2019, Prêmio Alshop Lojista em 2016 e Prêmio Design em 2011.

Cadeia de fornecimento global com controle de qualidade

A companhia conta com uma ampla gama de fornecedores localizados, principalmente, em quatro países – China, Brasil, Taiwan e Índia – com os quais tem um sólido relacionamento. Atualmente, o grupo mantém um relacionamento com mais de 200 fábricas, as quais produzem itens que abrangem categorias como: vestuário, eletrônico, decoração, acessórios têxteis, papelaria, entre outros. Para gerir essa rede, o Grupo Uni.co conta com mais de 30 colaboradores divididos entre os escritórios administrativos na China e no Brasil.

O escritório da China, por meio do qual a companhia opera há mais de dez anos, permite uma gestão eficiente dos fornecedores, agilidade nas etapas de desenvolvimento de produto e eficaz controle da qualidade. Favorece, ainda, a troca de experiência com as fábricas, adaptando os processos do Uni.co à cultura e ao método de trabalho chinês, o que traz maior credibilidade e, consequentemente, melhores condições comerciais.

O escritório, situado na cidade de Shenzhen, tem posição estratégica para o Grupo Uni.co. Sua localidade permite acesso a um dos maiores centros de inovação de produtos da China, conectando a companhia com os principais fabricantes do mundo. Assim, a cadeia de *supply* tem se mostrado fundamental para que o grupo continue se antecipando às tendências e trazendo produtos inovadores e exclusivos para seus consumidores.

Histórico bem sucedido em integração de marcas e gestão comprometida com foco em resultados

A partir de 2012, com a aquisição da Imaginarium pela Squadra Investimentos – investidor nacional referência em seu segmento – O Grupo Uni.co passou por um período de transformação, tornando-se uma empresa com alto grau de profissionalização e com cultura de excelência operacional no varejo. Ao longo desses anos, a companhia aprimorou seus controles e procedimentos internos, implementou novas ferramentas de gestão, integrou e automatizou sistemas e processos e evoluiu seu processo decisório, adotando sólidas práticas de governança corporativa com foco em resultados.

Após a estruturação e expansão da Imaginarium, o grupo fez em 2016 a aquisição e incorporação da MinD e, em 2018, da Puket - empresa com porte similar ao da Imaginarium – criando então o Grupo Uni.co. Seu sucesso na realização dessas transações comprova sua experiência e a qualidade do seu time em identificar bons ativos, concretizar aquisições a valores coerentes, mesmo em processos competitivos, além de integralizar o alvo trazendo resultados positivos em um curto espaço de tempo.

Isso é evidenciado pelo fato de que, após aquisição da Puket, a marca registrou um crescimento de 17% no número de franquias entre o final dos exercícios sociais de 2017 e 2019, enquanto nos anos anteriores o crescimento foi de apenas 3% (dezembro de 2015 a dezembro de 2017). Além disso, entre os exercícios sociais de 2018 e 2019 (encerrados em 31 de dezembro), o *sellout* do *e-commerce* da Puket teve um acréscimo de 116%, impulsionado pela internalização da operação e da expertise digital do Grupo Uni.co.

Desde a aquisição da Puket, com a revisão da política de estoques e melhoria de gestão, a marca alcançou uma redução de 62% no prazo médio de estoque, de R$ 32 milhões para R$ 10 milhões entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Dessa forma, a companhia acredita estar bem posicionada para aquisições futuras, tendo estabelecido procedimentos internos que permitem uma rápida integração de novas operações com captura de sinergias.

Responsabilidade social e práticas sustentáveis

O Uni.co acredita no seu potencial de transformação e geração de impacto socioambiental positivo e, por isso, assume forte compromisso com uma agenda de responsabilidade social e adoção de práticas sustentáveis. Desde a criação das marcas, diversos projetos com esse fim foram criados e implementados com sucesso.

A companhia criou em 2013 a campanha "Meias do Bem", na qual incentiva seus clientes a doarem pares de meia usados. As meias arrecadadas são recicladas em cobertores, os quais são destinados para doação em parceria com mais de 500 instituições beneficentes. Essa iniciativa foi capaz de coletar mais de 1,4 milhão de pares de meia até 2020, o que produziu mais de 53 mil

cobertores. Na época do Natal, o Uni.co também promove a campanha "Natal do Bem", em que a cada três pares de meia vendidos, a empresa doa um par novo para instituições cadastradas. Outra campanha promovida pela companhia é a "Tudo que Vai, Volta", em que o grupo encoraja seus consumidores a doarem suas mochilas usadas, no período de volta às aulas escolares.

O Uni.co promove diversos outros projetos que refletem seu compromisso social, envolvendo ações de doações de ração para ONGs de proteção animal, doações de máscaras durante a pandemia e uma parceria com a ONG TETO, na qual o lucro da venda de um produto lançado em *co-branding* é totalmente revertido para os projetos da organização.

O esforço da companhia é direcionado para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valoriza a diversidade de gênero, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre seus colaboradores. Os processos seletivos e de avaliação de desempenho buscam promover a diversidade e a cultura de transparência e isonomia no grupo.

2. RESULTADO FINANCEIRO

a. Receita Bruta

A receita bruta total do grupo cresceu 111% entre 2018 e 2017 impactada pela aquisição da Puket. Mesmo com crescimento de 2% do sellout, considerando venda da rede de franquia e do e-commerce, entre os anos de 2018 e 2019, a receita bruta foi 1% menor no mesmo período. O resultado foi impactado, principalmente, pela redução do estoque da rede de franquia, que gera um descasamento entre o sellout e a receita bruta. Com isso, o Uni.co apurou uma redução da receita bruta do canal franquia de 4%, no mesmo período.

O crescimento do sellout foi puxado pelo crescimento da base de loja no período, aumento de 2% do número de franquias, e pelo crescimento de 36% do digital, R$ 18 milhões em 2019 contra R$ 13 milhões em 2018.

Histórico Receita Bruta (milhões R$)

b. Lucro Bruto

A companhia teve uma redução de 11% no lucro bruto entre os anos de 2019 e 2018, com uma queda de margem de 6 pontos percentuais. A redução do lucro bruto foi em função da menor receita, da alta do dólar, que impactou nos custos de mercadoria importada (73% da compra total da companhia em 2019), e no maior mix de promocional (6% em 2019 contra 4% em 2018).

Histórico Lucro Bruto (milhões R$) e Margem Bruta

c. EBITDA Ajustado

O Grupo Uni.co acompanha o EBITDA Ajustado para analisar a performance financeira operacional, por entender que é a medida que mais aproxima o resultado operacional da geração de caixa operacional da companhia. O EBITDA Ajustado elimina efeitos não recorrentes, retirando os efeitos pontuais registrados e aumentando a comparabilidade dos números. O acumulado em 2019 foi de R$ 18 milhões com uma margem EBITDA de 7%. Esse resultado é 57% menor do que o do ano de 2018. Além do impacto da margem bruta, já comentado anteriormente, o grupo teve um aumento total das despesas na ordem de R$ 5 milhões, que impactou negativamente o resultado da companhia. O ano de 2019 foi um período de ajuste na qual a companhia encerrou a operação de fábrica da Puket, e descontinuou a marca Ludi da Imaginarium. Esses movimentos tiveram impacto no resultado da companhia, mas deixaram o grupo com uma estrutura mais enxuta e preparada para capturar crescimento nos próximos anos.

Conciliação EBITDA Ajustado (R$ milhares)	2017	2018	2019
Resultado líquido do exercício	15.274	10.514	(51.840)
(+/-) IRPJ/CSLL corrente e diferido	5.689	4.791	34.915
(+/-) Resutado Financeiro Líquido	(2.441)	13.358	9.576
(+) Depreciação e Amortização	996	6.364	10.966
(=) EBITDA	19.518	35.027	3.617
(+/-) Resultado Líquido Atribuídos a Acionistas não controladores	402	330	70
(+/-) Despesas não operacionais relacionadas à integração Administrativas e Logística das Marcas	-	2.622	4.560
(+/-) Resultado da Ação ICMS na base do PIS/COFINS e outras Ações Judiciais e Consultoria para alongamento da dívida bancária	-	1.030	(4.805)
(+/-) Custos e Despesas não operacionais relacionadas ao encerramento da fábrica de meias Puket	-	639	14.912
(+/-) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (provisão para créditos de liquidação duvidosa dos Outlets)	-	-	3.261
(+/-) Resultados Lojas Próprias encerradas	-	2.987	615
(+/-) Passivo de Arrendamento (Exclusão do efeito IRFS-16)	-	-	(3.996)

(=) EBITDA Ajustado	**19.920**	**42.635**	**18.233**
Receita Líquida Ajustada	**129.617**	**286.101**	**268.928**

d. Demonstrativo de Resultado

DRE (milhares R$)	2019	2018	2017
Receita Líquida	222.339	224.884	112.077
Lucro Bruto	111.171	124.996	65.112
Margem Bruta	*50%*	*56%*	*58%*
SG&A	(114.943)	(109.949)	(50.568)
Receitas e Despesas Financeiras	(9.576)	(13.358)	2.441
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(48.263)	(3.102)	11.296
Margem Líquida	*-22%*	*-1%*	*10%*

3. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n. 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, os Diretores Estatutários da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as opiniões e conclusões apresentadas no relatório de auditoria e revisão da KPMG Auditores Independentes, emitidos em 21 de outubro de 2020, sobre as demonstrações contábeis relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, informações trimestrais de 30 de março 30 de junho de 2020, e 30 de setembro de 2020 e demonstrações contábeis para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020.

4. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em conformidade da instrução CVM n. 381/037 informamos que a Companhia consultou os auditores independentes KPMG Auditores Independentes no sentido de assegurar o cumprimento das normas emanadas pela Autarquia, bem como a Lei de Regência da profissão contábil, instituída por meio do Decreto Lei 9.295/46 e alterações posteriores. Também foi observado o cumprimento da regulamentação do exercício da atividade profissional emanada do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as orientações técnicas emanadas do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).

A Companhia adotou o princípio fundamental de preservação da independência dos auditores, garantindo a não influência de auditarem os seus próprios serviços, e tão pouco de terem participado de qualquer função de gerência da Companhia.

A KPMG Auditores Independentes estava contratada para execução de serviços de auditoria do exercício corrente e de revisão das informações trimestrais do mesmo exercício.

5. AGRADECIMENTOS

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os nossos colaboradores, fornecedores, franqueados, parceiros, sócios, acionistas e em especial aos nossos clientes por fazerem parte da nossa história.

Butler RJ Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

KPDS 734487

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanço patrimonial **8**

Demonstrações de resultados **9**

Demonstrações de resultados abrangentes **10**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **11**

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto **12**

Demonstrações do valor adicionado **13**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **14**

KPMG Auditores Independentes
Av. Prof. Othon Gama D´eça, 677 -
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil
Caixa Postal 1420
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil
Telefone +55 (48) 3205-5300
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da
Butler RJ Participações S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Butler RJ Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Butler RJ Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperabilidade de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida	
Veja as notas explicativas nº 4.m (ii), 15 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem valores de ágio decorrentes da aquisição das Empresas Uni.co Comércio, Imaginarium Franchising, IMB Têxtil, e Empoli Franchising, cuja realização estão suportadas por estimativas de rentabilidade futura, baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia. Todos estes ativos têm sua recuperação baseada em projeções que incluem premissas e julgamentos significativos da administração, entre outras, relacionadas a projeções de fluxos de caixa, taxas de crescimento de vendas, margens e taxas de desconto. As premissas consideram as operações específicas relacionadas com as unidades geradoras de caixa (UGC) e aos ativos acima. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa (UGC) e das demais premissas relevantes para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, consideramos esse assunto como relevante para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: O envolvimento de especialistas em finanças corporativas para nos auxiliar na análise da metodologia, na avaliação da determinação das estimativas de rentabilidade futura das UGC e das demais premissas, tais como taxa de desconto, taxa de crescimento e margem bruta, e nos cálculos utilizados na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a razoabilidade entre os dados utilizados pela Companhia com dados comparativos de mercado. Avaliamos a análise de sensibilidade do impacto sobre o valor recuperável resultante de mudanças razoavelmente possíveis nas premissas-chave usadas pela Companhia. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia requeridas sobre o assunto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os valores de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida são aceitáveis no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Análise de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos	
Veja as notas explicativas nº 4.m (ii) e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Principais assuntos de auditoria	**Como nossa auditoria endereçou esse assunto**
A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social, e diferenças temporárias, cuja recuperação está suportada por estudo técnico preparado pela Administração e que consideram estimativas futuras de geração de lucros tributáveis. A preparação desse estudo técnico envolve incertezas relacionadas às premissas e estimativas como: expectativa de crescimento da receita, margem de lucro e de rentabilidade. Devido às incertezas relacionadas a premissas no processo de determinação das estimativas futuras de geração de lucros tributáveis, e pelo fato de que qualquer mudança relevante nessas premissas pode resultar em um ajuste material nos saldos dos ativos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as projeções de lucros futuros feitas pela Companhia, assim como as avaliações econômico-financeiras que fundamentaram a expectativa de crescimento da receita, margem de lucro e de rentabilidade contida nestas projeções. Comparamos o resultado esperado de geração de lucro tributável futuro com o valor registrado do ativo fiscal diferido, respeitando o limite de compensação, e sua consistência com as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, obtivemos evidências de aprovação do estudo técnico de recuperação dos impostos diferidos ativos pelos órgãos de governança da Companhia. Como resultado dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os ativos fiscais diferidos e as divulgações correlatas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 21 de outubro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000190/F-9

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Butler RJ Participações S.A.
Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	11	11	307	26.476	25.505	54.621
Contas a receber de clientes	7	-	-	-	126.510	129.335	52.472
Estoques	8	-	-	-	33.217	53.694	12.861
Impostos a recuperar	9	-	2	-	6.655	1.379	898
Adiantamentos	13	150	-	-	7.583	8.280	4.981
Ativos mantidos para venda	10	-	-	-	845	-	-
Outras contas a receber	11	-	-	-	925	1.126	1.261
		161	**13**	**307**	**202.211**	**219.319**	**127.094**
Não circulante							
Outras contas a receber	11	2.409	2.612	3.359	3.154	2.997	3.923
Contas a receber de clientes	7	-	-	-	381	-	-
Impostos a recuperar	9	-	-	-	16.930	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	-	-	-	19.893	47.280	8.269
Mútuos financeiros entre partes relacionadas		-	-	-	-	-	435
Depósitos judiciais	12	-	-	-	3.206	2.280	1.407
Investimentos	15	125.397	139.379	128.541	-	104	81
Ativo de direito de uso	34	-	-	-	18.654	-	-
Imobilizado	16	-	-	-	8.524	10.864	4.641
Intangível	17	-	-	-	70.559	74.201	26.514
		127.806	**141.991**	**131.900**	**141.301**	**137.726**	**45.270**
Total do ativo		**127.967**	**142.004**	**132.207**	**343.512**	**357.045**	**172.364**

		Controladora			Consolidado		
Passivo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	34.929	37.307	1.643
Passivo de arrendamento	34	-	-	-	3.960	-	-
Fornecedores	19	-	-	-	13.334	13.799	5.045
Obrigações sociais e trabalhistas	20	-	-	-	7.205	10.293	6.309
Obrigações tributárias	21	1	1	1	9.919	8.130	3.567
Imposto de renda e contribuição social	22	2	-	3	2.820	1.682	1.604
Investimentos a pagar	23	87	675	-	23.175	20.858	-
Adiantamento de dividendos	26	18.966	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar		-	2.575	3.722	-	2.575	3.723
Partes relacionadas - AFAC	32	20.000	-	-	20.000	-	-
Outras contas a pagar	25	-	-	-	4.949	3.511	4.148
		39.056	**3.251**	**3.726**	**120.291**	**98.155**	**26.039**
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	-	80.257	76.648	8.869
Provisão para contingências	24	-	-	-	18.284	13.213	8.814
Passivo de arrendamento	34	-	-	-	16.312	-	-
Investimentos a pagar	23	-	27		19.527	30.303	-
		-	**27**	**-**	**134.380**	**120.164**	**17.683**
Patrimônio líquido							
Capital social	27	77.014	77.014	77.014	77.014	77.014	77.014
Reserva de lucros		14.742	63.936	51.944	14.742	63.936	51.944
Reserva de capital		(95)	(95)	(95)	(95)	(95)	(95)
Ações em tesouraria		(2.283)	(1.756)	(305)	(2.283)	(1.756)	(305)
Ajustes acumulados de conversão		(467)	(373)	(77)	(467)	(373)	(77)
		88.911	138.726	128.481	88.911	138.726	128.481
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	(70)	-	161
		88.911	138.726	128.481	88.841	138.726	128.642
Total do passivo e patrimônio líquido		**127.967**	**142.004**	**132.207**	**343.512**	**357.045**	**172.364**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto valores por ação)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2019**	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita operacional líquida	28	-	-	-	222.339	224.884	112.077
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	29	-	-	-	(111.168)	(99.888)	(46.965)
Lucro bruto		-	-	-	111.171	124.996	65.112
Despesa de vendas	29	-	-	-	(57.132)	(41.998)	(13.284)
Despesas gerais e administrativas	29	(46)	(89)	(39)	(60.220)	(66.136)	(37.284)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros		-	-	-	(2.292)	(1.246)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30	-	-	-	4.701	(569)	-
Participação nos lucros (prejuízos) de empresas investidas por equivalên	15	(51.826)	10.799	15.534	-	-	-
Resultado antes dos resultados financeiros, líquidos, e impostos		(51.872)	10.710	15.495	(3.772)	15.047	14.544
Despesas financeiras	31	(27)	(26)	(2)	(22.369)	(18.364)	(779)
Receitas financeiras	31	147	174	228	12.793	5.006	3.220
Resultados financeiros líquidos		120	148	226	(9.576)	(13.358)	2.441
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(51.752)	10.858	15.721	(13.348)	1.689	16.985
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(18)	(14)	(45)	(7.553)	(7.945)	(4.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	-	(27.362)	3.154	(694)
Total do imposto de renda e da contribuição social		(18)	(14)	(45)	(34.915)	(4.791)	(5.689)
Resultado líquido das operações continuadas		**(51.770)**	**10.844**	**15.676**	**(48.263)**	**(3.102)**	**11.296**
Operações descontinuadas							
Resultado líquido das operações descontinuadas	33	-	-	-	(3.577)	13.616	3.978
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**(51.770)**	**10.844**	**15.676**	**(51.840)**	**10.514**	**15.274**
Resultado atribuído aos:							
Acionistas controladores		(51.770)	10.844	15.676	(51.770)	10.844	15.676
Acionistas não controladores		-	-	-	(70)	(330)	(402)
		(51.770)	**10.844**	**15.676**	**(51.840)**	**10.514**	**15.274**
Resultado por ação							
Resultado por ação ordinária- Básico e diluído (em R$)	35	(0,791)	0,167	0,236	(0,791)	0,165	0,236
Operações continuadas							
Resultado por ação ordinária - Básico e diluído (em R$)	35	(0,791)	0,167	0,236	(0,724)	(0,047)	0,169

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações das mutações do patrimonio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de Capital	Ações em Tesouraria	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Lucros à destinar	Lucros acumulados	Ajustes acumulados de conversão	Patrimônio Líquido dos Acionistas	Participação de Acionista Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 1° de janeiro de 2017		**57.014**	**467**	**(305)**	**1.999**	**35.146**	**-**	**(168)**	**94.153**	**-**	**94.153**
Aumento de Capital Social		20.000	-	-	-	-	-	-	20.000	-	20.000
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	91	91	-	91
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	15.676	-	15.676	(402)	15.274
Constituição de reserva legal		-	-	-	784	-	(784)	-	-	-	-
Ágio em transações de capital		-	(562)	-	-	-	-	-	(562)	562	-
Estorno de dividendos provisionados exerc. anteriores		-	-	-	-	2.846	-	-	2.846	-	2.846
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(3.723)	-	(3.723)	-	(3.723)
Lucros a disposição da AGO		-	-	-	-	11.169	(11.169)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**77.014**	**(95)**	**(305)**	**2.783**	**49.161**	**-**	**(77)**	**128.481**	**160**	**128.641**
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	(296)	(296)	-	(296)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	10.844	-	10.844	(330)	10.514
Constituição de reserva legal		-	-	-	542	-	(542)	-	-	-	-
Recompra de ações		-	-	(1.451)	-	-	-	-	(1.451)	-	(1.451)
Transações de capital - Compra minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	170	170
Estorno de dividendos provisionados		-	-	-	-	3.723	-	-	3.723	-	3.723
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(2.575)	-	(2.575)	-	(2.575)
Lucros a disposição da AGO		-	-	-	-	7.727	(7.727)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**77.014**	**(95)**	**(1.756)**	**3.325**	**60.611**	**-**	**(373)**	**138.726**	**-**	**138.726**
Ajustes acumulados de conversão		-	-	-	-	-	-	(94)	(94)	-	(94)
Recompra de ações	27.e	-	-	(527)	-	-	-	-	(527)	-	(527)
Estorno de dividendos provisionados	27.f	-	-	-	-	2.576	-	-	2.576	-	2.576
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	(51.770)	-	(51.770)	(70)	(51.840)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros		-	-	-	-	(51.770)	51.770	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**77.014**	**(95)**	**(2.283)**	**3.325**	**11.417**	**-**	**(467)**	**88.911**	**(70)**	**88.841**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Resultado líquido do exercício	(51.770)	10.844	15.676	(51.840)	10.514	15.274
Outros resultados abrangentes						
itens que podem ser subsequentemante reclassificados para o resultado						
Ajustes acumulados de conversão	(94)	(296)	91	(94)	(296)	91
Resultado abrangente do exercício	**(51.864)**	**10.548**	**15.767**	**(51.934)**	**10.218**	**15.365**
Resultado abrangente atribuídos aos:						
Acionistas controladores	(51.864)	10.548	15.767	(51.864)	10.548	15.767
Acinionistas não controladores	-	-	-	(70)	(330)	(402)
	(51.864)	**10.548**	**15.767**	**(51.934)**	**10.218**	**15.365**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Resultado líquido do exercício	(51.770)	10.844	15.676	(51.840)	10.514	15.274
Ajustes para:						
Resultado de equivalência patrimonial	51.828	(10.799)	(15.534)	-	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	2.248	1.246	425
Provisão para contingências	-	-	-	5.071	4.208	5.699
Provisão para perda de estoques	-	-	-	5.711	968	790
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível	-	-	-	2.393	1.484	-
Impostos diferidos	-	-	-	27.346	(2.723)	694
Imposto de renda e contribuição social	18	17	39	7.553	3.083	5.513
Juros sobre aquisições	-	-	-	-	1.530	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	-	1.092	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-	(174)	(225)	10.932	8.638	90
Impairment de ativo intangível	-	-	-	260	884	-
Depreciação e amortização	-	-		10.966	6.364	996
	76	(112)	(44)	21.732	36.196	29.481
Redução (aumento) nos ativos:						
Contas a receber de clientes	-	-	-	196	(8.522)	(8.926)
Estoques	-	-	-	14.766	(13.123)	2.394
Impostos a recuperar	2	(2)	-	(9.321)	90	(63)
Adiantamentos	(150)	-	-	697	(3.299)	(775)
Outras contas a receber	203	922	220	(777)	925	(1.358)
	55	920	220	5.561	(23.929)	(8.728)
Aumento (redução) nos passivos:						
Fornecedores	-	-	-	(465)	(16)	3.037
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	-	(3.088)	(3.696)	(1.044)
Obrigações tributárias	-	-	-	1.789	2.994	1.197
Outras contas a pagar	-	-	-	1.387	1.775	831
	-	-	-	(377)	1.057	4.021
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	131	808	176	26.916	13.324	24.774
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(11.452)	(8.750)	(90)
Pagamento de encargos de arrendamentos	-	-	-	(1.524)	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(16)	(20)	(41)	(6.415)	(4.657)	(5.372)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	115	788	135	7.525	(83)	19.312
Fluxo de caixa de atividades de investimento						
Aumento de capital social em controladas	(37.939)	(19.132)	(38.250)	-	-	(57)
Recebimento de dividendos	18.966	19.975	18.416	-	-	-
Compra de ações em tesouraria	(527)	(1.451)	-	(527)	(1.451)	-
Aquisição de investimento	(615)	(476)	-	(21.344)	(56.341)	-
Adições ao imobilizado	-	-	-	(3.268)	(1.589)	(756)
Adições ao intangível	-	-	-	(694)	(230)	(351)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	(20.115)	(1.084)	(19.834)	(25.833)	(59.611)	(1.164)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento						
Partes relacionadas - AFAC	20.000	-	20.000	20.000	-	20.000
Mutuo com partes relacionadas	-	-	-	-	-	(435)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	80.841	48.887	10.500
Pagamento de passivos com arrendamentos	-	-	-	(2.472)	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	(79.090)	(18.309)	(220)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	20.000	-	20.000	19.279	30.578	29.845
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(296)	301	971	(29.116)	47.993
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11	307	6	25.505	54.621	6.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11	11	307	26.476	25.505	54.627
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	-	(296)	301	971	(29.116)	47.993

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Butler RJ Participações S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Receitas						
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	-	248.055	248.486	123.238
Outras receitas	-	-	-	4.901	412	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão (constituição)	-	-	-	(2.248)	(1.246)	(425)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)						
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	-	(113.894)	(100.079)	(50.555)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36)	(74)	(25)	(42.188)	(46.082)	(25.044)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	-	(10.991)	(7.258)	(17)
Valor adicionado bruto	(36)	(74)	(25)	83.635	94.233	47.197
Depreciação e amortização	-	-	-	(10.966)	(6.364)	(997)
Valor adicionado líquido gerado	(36)	(74)	(25)	72.669	87.869	46.200
Valor adicionado recebido em transferência						
Participação nos lucros (prejuízos) de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	(51.826)	10.799	15.534	-	-	-
Receitas financeiras	147	174	228	12.793	5.006	3.220
Resultado em operações descontinuadas				(3.577)	13.616	3.978
Valor adicionado total a distribuir	(51.715)	10.899	15.737	81.885	106.491	53.398
Distribuição do valor adicionado	(51.715)	10.899	15.737	81.885	106.491	53.398
Empregados						
Remuneração direta	-	-	-	35.946	38.145	16.603
Benefícios	-	-	-	6.399	6.041	1.500
FGTS	-	-	-	4.141	3.045	723
Valor distribuído - Empregados	-	-	-	46.486	47.231	18.826
Tributos						
Federais	25	23	57	51.274	17.252	12.400
Estaduais	3	5	3	3.883	2.461	1.640
Municipais	-	-	-	2.403	2.572	952
Valor distribuído - Tributos	28	28	60	57.560	22.285	14.992
Remuneração de capitais de terceiros						
Juros	27	27	1	19.337	16.073	514
Aluguéis	-	-	-	5.522	5.010	1.898
Royalties	-	-	-	1.940	2.156	1.831
Outros	-	-	-	3.108	3.188	63
Valor distribuído - Remuneração de capitais de terceiros	27	27	1	29.907	26.427	4.306
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos do período	(51.770)	10.844	15.676	(52.068)	10.548	15.274
Valor distribuído - Remuneração de capitais próprios	(51.770)	10.844	15.676	(52.068)	10.548	15.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Butler RJ Participações S.A ("Butler" ou "Companhia") é uma sociedade anônima nacional sediada na Avenida Mofarrej, número 348, conjunto 1503, na cidade de São Paulo, constituída em 11 de junho de 2012 conforme ata de constituição registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O Grupo está envolvido primariamente na participação em outras sociedades empresária e não empresária, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo"). As entidades operacionais do Grupo atuam no varejo, por meio de franquias das marcas Imaginarium, referência em inovação e diversão, com 219 franquias; Puket, que atua no ramo de vestuário, especialmente *underwear* e *sleep wear,* e possui 160 franquias; Lovebrands franquia multimarcas (Imaginarium, Puket e marcas convidadas) modelo foi desenvolvido pensando na expansão das marcas para cidades com até 200 mil habitantes, com 54 franquias ; e Mind, que comercializa objetos de decoração para casa, com atuação 100% via *e-commerce*.

Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passará de "Butler RJ Participações S.A." para "Uni.co S.A.

2 Entidades do Grupo

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

	País	**Participação**		
Controladas diretas		**2019**	**2018**	**2017**
Uni.Co Comércio S.A	Brasil	100%	100%	100%
Imaginarium Franchising S/A	Brasil	100%	100%	100%
Empoli Franchising S/A	Brasil	100%	100%	75%
Controladas indiretas				
Uni.Co Hong Kong Limited	Hong Kong	100%	100%	100%
Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.	China	100%	100%	100%
IMB Têxtil S/A	Brasil	100%	100%	-
Lojas Puket Ltda.	Brasil	100%	100%	-
Mone Gestão de Franquias Ltda	Brasil	100%	100%	-
Love Brands Gestão de Sistemas Ltda	Brasil	66%	66%	33%
MND Comércio de Utilidades Domésticas Eirelli	Brasil	100%	100%-	-

Controladas diretas:

Uni.Co Comércio S.A.
A Uni.Co Comércio S.A., até fevereiro de 2019 demoninada Imaginárium Comércio de Presentes e Decorações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Gercinio Machado, 207 no bairro Beira Rio, cidade de Biguaçu – SC e tem por objeto social, o comércio atacadista, importação e exportação de artigos para decoração, presentes em madeira, metal, couro, vidro, ferro, cerâmica, plásticos e utilidades do lar, comercio de artigos do vestuário e seus acessórios, aparelhos eletrônicos, exploração de atividade de franchising de artigos para presentes e objetos de decoração.

Imaginarium Franchising S.A.
A Imaginarium Franchising S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Gercinio Machado, 207 no bairro Beira Rio, cidade de Biguaçu – SC e tem por objeto social, a exploração da atividade de franchising de artigos para presentes, objetos de decoração para o lar e seus acessórios.

Empoli Franchising S.A.
A Empoli Franchising S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 371 sala 04 no bairro Distrito Industrial, cidade de São José – SC e tem por objeto social, a exploração da atividade de franchising de artigos para presentes, objetos de decoração para o lar e seus acessórios.

Controladas indiretas (subsidiárias da Uni.Co Comércio S.A.):

Uni.Co Hong Kong Limited
A Uni.co Hong Kong Limited, até fevereiro de 2019 denominada Imaginarium Hong Kong Limited, possui como atividade principal a comercialização de mercadoria com a controladora no Brasil, Uni.co Comércio S.A. e a IMB Têxtil S.A.

Uni.Co Development (Shenzhen) Co.,LTD.
A Uni.co Development (Shenzhen) Co.,LTD., até fevereiro de 2019 denominada IMG Development (Shenzhen) Company Limited, possui como principais atividades a inspeção, o controle de qualidade, suprimentos, aquisições e serviços de logística para a Hong Kong, no que se refere ao comércio de bens originários da República Popular da China.

IMB Têxtil S/A
A IMB Têxtil S.A possui como atividades predominantes o comércio, importação e exportação de meias, confecção de roupas intimas, artigos de vestuário e têxteis em geral, além de beneficiamento, tingimento e estampagem de produtos têxteis. A empresa tem sede em São Paulo – SP.

Lojas Puket Ltda.
A Lojas Puket Ltda. atua no varejo, comercializando os produtos da marca Puket e tem como principais produtos meias e artigo de *homewear*.

Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.
A Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tem como atividade principal a exploração de concessão e gestão de franquias da marca Puket. A empresa tem sede em São Paulo – SP.

LB Gestão de Marcas e Franquias Ltda
A LB Gestão de Marcas e Franquias Ltda. é uma sociedade limitada, situada na Alameda Ásia, 382 na cidade de santada da Parnaíba – SP e tem por objeto social a concessão de franquias de lojas designadas pela marca "Love Brands".

MND Comércio e Utilidades Domésticas Eireli
A MND Comércio e Utilidades Domésticas Eireli tem como atividade predominante o comércio de produtos de decoração, luminárias, móveis e artigos têxteis para casa, dentre outros. A empresa tem sede em São Paulo – SP.

2.1 Aquisição de controladas IMB Têxtil S.A.

Em 02 de janeiro de 2018 a Úni.Co Comércio S.A. adquiriu por meio de Termo de Fechamento do Contrato de Compra de Ações e Quotas, 100% da participação societária da IMB Têxtil S.A. e suas controladas (Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. e Lojas Puket Ltda.) que são representados por ativos identificados no momento da aquisição. Em virtude da operação contemplar a aquisição de inputs e outputs, a mesma foi classificada como aquisição de negócio, de acordo com o CPC 15/IFRS 3.

a. Contraprestação transferida

O valor total do contrato de compra e venda de ações é de R$ 102.122, sendo que R$ 55.864 foram pagos em 2018, R$ 35.725 em 2 de janeiro e R$ 20.139 em 18 de dezembro de 2018, e R$ 21.344 foram pagos em 13 de dezembro de 2019. O saldo remanescente é atualizado de acordo com 100% da CDI e será pago em exercícios futuros conforme descrito na nota explicativa nº 23. Os juros decorrentes dessa operação são classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Abaixo estão relacionados os ativos adquiridos e os passivos assumidos na data da transação. Os ativos e passivos foram avaliados ao seu valor justo. Foi considerada 02 de janeiro de 2018 como sendo a data da transação. Os valores justos dos ativos identificáveis adquiridos de ativos identificáveis e passivos assumidos são os seguintes:

	02/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	2.331
Contas a receber	69.587
Estoques	28.678
Impostos a recuperar	571
Outras contas a receber	683
Depósitos judiciais	54
Impostos diferidos	36.288
Imobilizado	9.704
Intangível	1.290
Contas a pagar de fornecedores	(8.770)
Empréstimos e financiamentos	(73.032)
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.680)
Obrigações tributárias	(3.208)
Outras contas a pagar	(2.657)
Provisão para contingências	(191)
Provisão para passivo a descoberto	(16)
Total dos ativos identificáveis líquidos	53.632
Carteira de clientes (i)	14.292
Relacionamento com clientes (ii)	774
Acordo de não competitividade (iii)	314
Marca (iv)	11.292
Total dos ativos intangíveis identificáveis	26.672
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*Goodwill*) (aa)	21.818
Contraprestação transferida	**102.122**

(a) O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos Técnica de avaliação

Imobilizado - Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.

Contas a receber - O ”Contas a receber de clientes” é composto por montantes contratuais brutos devidos de R$ 74.256, dos quais R$ 4.669 são estimados como não recuperáveis na data de aquisição.

Estoques - Técnica de comparação de mercado: o valor justo é determinado com base no preço estimado de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e venda e numa margem de lucro razoável com base no esforço necessário para concluir e vender os estoques.

(i) Carteira de clientes

Para a devida comercialização dos produtos, IMB Têxtil S.A. e suas controladas dispunham na data base de avaliação contratos de clientes que possuíam um prazo máximo de 5 anos. Para o valor justo deste intangível, foi calculado os saldos remanescentes esperado dos contratos existentes na data base da avaliação de acordo com os respectivos números de contratos de clientes. Foi projetada a amortização da carteira de clientes de acordo com a duração de cada contrato.

(ii) Relacionamento com clientes

Este ativo representa o valor esperado dos benefícios econômicos provenientes dos negócios futuros de clientes existentes na data da combinação de negócios que irão fluir para a entidade compradora. Com base na observação do comportamento das vendas históricas da IMB Têxtil S.A. e suas controladas, foi estimada e aplicada uma taxa de perda (*churn rate*) ao ano na base de clientes existentes na data-base de 15,9% ao ano.

(iii) Acordo de não competitividade

Os acordos de não competitividade são acordos que surgem a partir da aquisição de uma empresa, especificando que os vendedores ou determinadas pessoas, a contar da data da venda, concordam em não se engajar em atividade de concorrência com a companhia vendedora. Esse tipo de acordo gera benefício para a empresa adquirente no sentido de não ter que gastar mais para defender sua posição de mercado e consequentemente reduzir suas margens. A vida útil estimada são 5 anos.

(iv) Marca

A marca está entre o conjunto de importantes intangíveis que motivam uma Combinação de Negócios, pois a mesma pode estabelecer uma demanda estável de longo prazo através de uma relação funcional, emocional e filosófica com seus consumidores. O valor justo referente a marca do IMB Têxtil S.A., Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. e Lojas Puket Ltda. ("Grupo Puket"), na sua data base de 02 de janeiro de 2018 é de R$ 7.404 referente a IMB Têxtil S.A. e de R$ 3.887 referente a marca Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda., totalizando um valor de marca de R$ 11.291 do Grupo Puket. Para análise do valor justo da marca foi utilizado uma combinação de abordagem de mercado e abordagem de renda, especificamente o *Relief from Royalty Rate Analysis.* O método é uma união das abordagens de renda e mercado, pois utiliza fluxos de renda gerados e uma taxa de royalty, que é um input de mercado que reflete o preço justo de um ativo. Por meio deste método, o benefício econômico e, por consequência, o valor de um ativo, está associado à economia gerada pelo fato da propriedade do ativo. É, portanto, estimada uma taxa de royalties adequada para o ativo intangível com base em uma análise das taxas de royalties de informações disponíveis publicamente para nomes de domínio semelhantes e do setor em questão. A vida útil definida para marca foi de 12 anos, utilizando o cálculo de *pareto*, que consiste em 80% do saldo da marca. A vida útil definida para marca foi de 12 anos, utilizando o cálculo de *pareto*.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

É representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativo s e passivos do negócio adquirido, gerado substancialmente por sinergias esperadas. O referido ágio é testado anualmente para verificar perdas por *impairment*. Caso perdas por *impairment* sejam identificados os valores revertidos serão reconhecidas com despesa.

No ano findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo Puket contribuiu com uma receita líquida de R$ 153.242 e lucro de R$ 9.887 às demonstrações financeiras consolidadas.

2.2 Aquisição de controladas Empoli

Em 2018, a Companhia adquiriu os 25% remanescente da controlada Empoli Franchising S.A por R$ 1.178, sendo que R$ 477 foram pagos em 2018 e o restante reconhecido em Investimentos a pagar.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo internacional *Accouting Standards Board* (IASB) e também práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração no dia 21 de outubro de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual os CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 06(R2)/IFRS 16 – Arrendamentos foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas no item (f) desta nota explicativa.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas notas explicativas:

Nota explicativa 4 (a) – Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.

Nota explicativa 33 – Classificação da operação de produção (fábrica) da IMB Têxtil como operações descontinuadas.

Nota explicativa 34 – Prazo de arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer opção de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 2.1 e 17 – principais premissas em relação aos valores recuperáveis. A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios do Grupo para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Nota explicativa 4 m (i) e 7 – Contas a receber: mensuração e registro de perda por redução ao valor recuperável, principal premissa na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 8 – Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques.

Nota explicativa 14 – análise de realização dos impostos diferidos gerados sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa, baseados em perspectiva de lucro tributável futuro.

Nota explicativa 24 – Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 2 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado

(inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 5 – Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros.

e. Mudança nas principais politicas contábeis

Grupo aplicou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018 e CPC 06(R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas,

(i) CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30/IAS 18 Receitas, o CPC 17/IAS 11 de Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018, o Grupo passou a reconhecer suas receitas considerando cinco passos: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação ás obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando o Grupo cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita do Grupo, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48/IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Grupo adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 foram reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- *Classificação e mensuração –Ativos e passivos financeiros*
  O CPC 48/IFRS 9 contêm três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos materiais na contabilização dos ativos e passivos financeiros do Grupo, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R$	Classificação CPC 38/IAS 39	Classificação CPC 48/IFRS 9	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	5.620
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	49.001
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	52.472
Total de ativos financeiros			**107.093**
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)			
Empréstimos e Financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	10.512
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	5.045
Total de passivos financeiros			**15.557**

(iii) CPC 06(R2)/IFRS 16 Arrendamentos

O Grupo adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo da aplicação inicial é reconhecido no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Consequentemente, as informações comparativas apresentadas para 2018 não estão reapresentadas - ou seja, são apresentadas, conforme reportado anteriormente, de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação no CPC 06(R2)/IFRS 16 em geral não foram aplicados a informações comparativas.

Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrita na nota explicativa 34.

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo escolheu aplicar o expediente prático com relação à definição de arrendamento, que avalia quais transações são arrendamentos. O Grupo aplicou o CPC 06(R2)/IFRS 16 apenas a contratos previamente identificados como arrendamentos. Os contratos que não foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17 e ICPC 03/IFRIC 4 não foram reavaliados quanto à existência de um arrendamento de acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16. Portanto, a definição de um arrendamento conforme o CPC 06(R2)/IFRS 16 foi aplicada apenas a contratos firmados ou alterados em ou após 1º de janeiro 2019.

Como arrendatário

Como arrendatário, o Grupo arrenda imóveis e equipamentos de produção. O Grupo classificava anteriormente os arrendamentos como operacionais ou financeiros, com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferia significativamente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente ao Grupo. De acordo com o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria desses arrendamentos - ou seja, esses arrendamentos estão no balanço patrimonial.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seu preço individual.

No entanto, para arrendamentos imobiliários, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e contabilizar o arrendamento e os componentes de não arrendamento associados, como um único componente de arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06(R1)/IAS 17
Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019 (veja nota explicativa 34). Os ativos de direito de uso são mensurados:

- Pelo seu valor contábil como se o CPC 06(R2)/IFRS 16 tivesse sido aplicado desde a data de início, descontado usando a taxa de empréstimo incremental do Grupo na data da aplicação inicial.: o Grupo aplicou essa abordagem nos seus arrendamentos imobiliários; ou
- Por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo testou seus ativos de direito de uso quanto à perda por redução ao valor recuperável na data de transição e concluiu que não há indicação de que os ativos de direito de uso apresentem problemas de redução ao valor recuperável.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06(R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1)/IAS 17. Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Excluiu os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utilizou retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Impacto nas demonstrações financeiras

Na transição para o CPC 06(R2)/IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento adicionais. O impacto na transição está apresentado na nota explicativa 34.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

Combinação de negócios
Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Controladas
O Grupo controla uma entidade quando está exposto a — ou tem direito sobre os — retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Participação de acionistas não-controladores
O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Perda de controle
Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial
Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data

em que a influência significativa deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação
Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação
Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Empresas consolidadas;

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das Empresas controladas;

Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os reflexos dessas mudanças estão apontados como não recorrentes nos resultados e estão destacadas na nota explicativa 33.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira
Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior
Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção relevante do valor acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa ou controle conjunto, a proporção relevante do valor acumulado é reclassificada para o resultado.

c. Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

d. Reconhecimento de receitas

As receitas são reconhecidas nas demonstrações financeiras, de acordo com o período de competência em que incorrem.

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

Identificar o contrato com o cliente
Identificar as obrigações de desempenho no contrato
Determinar o preço das transações
Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

- Venda de produtos:
  Os critérios utilizados pelo Grupo no reconhecimento da receita de venda de produtos ocorrem quando as seguintes condições forem satisfeitas:
  • A Companhia transferiu ao franqueado e lojista os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos e cumpriu com todas as obrigações de desempenhos previstas;
  • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
  • Nas operações do e-commerce o reconhecimento da venda é quando a mercadoria for recebida pelo cliente, e na devolução existe um acompanhamento do seu percentual sobre a venda total, que atualmente é inferior a 1%, não necessitando de constituição de provisão para desfazimento da venda;
  • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
  • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e

• Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

- Receita de royalties e serviços:
  A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis. A receita é reconhecida em duas oportunidades; uma parcela fixa na assinatura do contrato de franquia, e um percentual sobre as compras e/ou vendas realizadas pelos franqueados, dependendo da marca, no período de competência.

e. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros – Politica aplicável até 31 de dezembro de 2017

(i) Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento
Caso o Grupo tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou pagas.
Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos Financeiros – Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

(iii) *Reconhecimento e mensuração inicial:*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(iv) Classificação e mensuração subsequente:

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (veja a nota explicativa 5). No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao

VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(v) Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(vi) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras.

g. Investimentos

Investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui: o custo de materiais e mão de obra direta; quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração; e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, a depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

i. Intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Softwares

Os softwares são reconhecidos pelo custo, através do preço de compra adicionando qualquer custo diretamente atribuível à elaboração do ativo para a finalidade pretendida, deduzido da amortização acumulada. Todos os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Ágio

Os ágios apurados em aquisições de investimentos são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Vida útil
Carteira de clientes	5 anos
Softwares	2 a 5 anos

j. Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

(i) Arrendamentos

Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) o Grupo tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o exercício do contrato; e (iii) o Grupo tem o direto de direcionar o uso do ativo. Significa que o Grupo tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O

ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando existir mudança (i) nos pagamentos futuros decorrente de uma mudança no índice ou taxa (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido ou (iii) mudanças na avaliação se o Grupo de que exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa ao longo do período do arrendamento.

k. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

l. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: 1) o Grupo tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; 2) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e 3) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação que reflitam os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

m. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*". A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:
- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, o Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, o Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros
Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e ativos contratuais) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos de fornecedores, variação cambial ativa e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variação cambial passiva e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

p. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

As controladas Imaginarium Franchising S.A. e Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tributam seus lucros pelo Lucro Presumido, neste caso, o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 4,80% para imposto de renda e 2,88% para contribuição social. Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de imposto de renda sobre a receita financeira apurada no período;

-10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R$ 60 no trimestre, ou pelo resultado da multiplicação de R$ 20 pelo número de meses do período de apuração;

- 9% de contribuição social sobre a receita financeira apurada no período.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

O imposto de renda não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas e, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.
Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

q. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

r. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva do Grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual as demonstrações financeiras individualizadas estão disponíveis.

O Grupo possui um único segmento de negócio: varejo, como divulgado na nota explicativa 37.

s. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

t. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais somente são reconhecidas no resultado quando existe segurança de que: (a) o Grupo cumpriu todas as condições estabelecidas; e (b) a subvenção será recebida. A contabilização é a mesma independentemente de a subvenção ser recebida em dinheiro ou como redução de passivo.

Até 31 de dezembro de 2018, a controlada IMB Têxtil possuía incentivos fiscais decorrentes de subvenções concedidas pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul, referente à redução do ICMS

apurado mensalmente. A subvenção estadual possuía vencimento em 2032. Os valores correspondentes aos incentivos foram contabilizados como redutora de impostos sobre vendas no resultado. Durante o ano de 2019, conforme apresentado na nota explicativa número 33, a controlada IMB Têxtil teve suas operações de produção descontinuadas.

u. Novos pronunciamentos

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).

5 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

O Grupo possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

— Risco de crédito (veja (ii));
— Risco de liquidez (veja (iii)); e
— Risco de mercado (veja (iv)).

(i) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

O Grupo apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(ii) Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro do Grupo caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, o Grupo monitora o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas estão demonstrados a seguir:

	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	26.476	25.505	54.621
Contas a receber de clientes	126.891	129.335	52.472
Outras contas a receber	4.079	4.123	5.184
Adiantamentos	7.583	8.280	4.981
	165.029	**167.243**	**117.258**

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber são divulgadas nas notas explicativas 7 e 4 m (i), respectivamente.

(iii) Risco de liquidez

É o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, o Grupo mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Os equivalentes de caixa mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2019, possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2019	**Consolidado**					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 a 2029**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	42.702	23.175	19.527	-	-	42.702
Fornecedores e outras contas a pagar	17.889	17.889	-	-	-	17.889
Empréstimos e financiamentos	115.186	39.052	32.420	27.185	31.376	130.033
	175.777	80.116	51.947	27.185	31.376	190.624

31 de dezembro de 2018	Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022 a 2028**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	51.161	20.858	30.303	-	-	51.161
Fornecedores e outras contas a pagar	16.874	16.874	-	-	-	16.874
Empréstimos e financiamentos	113.955	28.428	42.634	36.900	9.590	117.552
	181.990	66.160	72.937	36.900	9.590	185.587

31 de dezembro de 2017	Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021 a 2027**	**Fluxo total financeiro**
Fornecedores e outras contas a pagar	8.744	8.744	-	-	-	8.744
Empréstimos e financiamentos	10.512	1.725	3.179	3.088	2.943	10.936
	19.256	10.469	3.179	3.088	2.943	19.680

(iv) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo.

A exposição cambial está assim representada:

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Contas a receber – exterior – USD	1.350	1.885	-
Fornecedores estrangeiros – USD	(9.416)	(3.965)	(3.517)
Exposição líquida	**(8.066)**	**(2.080)**	**(3.517)**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

O Grupo possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira – dólar (USD) – no balanço de 31 de dezembro de 2019 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

	Consolidado			
	Base de cálculo	**Cenário Provável**	**Cenário Possível**	**Cenário Remoto**
DÓLAR				
Taxa de câmbio em 31/12/2019		4,0301	4,0301	4,0301
Taxa câmbio estimada para exercício de 2020		4,1017	5,1271	6,1526
Contas a receber - exterior	1.350	24	367	711
Fornecedores estrangeiros	(9.416)	(167)	(2.563)	(4.959)
Despesa de variação cambial no resultado		**(143)**	**(2.196)**	**(4.248)**

(v) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo busca diversificar a captação de recursos.

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado do Grupo.

A exposição ao risco de taxa de juros está assim representada:

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada			
Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa	23.145	20.124	49.001
Empréstimos e financiamentos	115.186	113.955	10.512

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos do Grupo são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 5,94%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses. A análise pressupõe que todas as outras variáveis permaneceriam constantes.

			Consolidado					
Operação	**Valores R$**	**Risco**	**Provável**		**Possível**		**Remoto**	
			Taxa CDI estimada	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**	**Taxa CDI estimada**	**Receita / (despesa) estimada**
Aplicações financeiras	23.145	Baixa CDI	5,94	1.375	4,46	(1.031)	2,97	(688)
Empréstimos e financiamentos	(115.186)	Alta CDI	5,94	(6.842)	7,43	(8.553)	8,91	(10.263)
Investimentos a pagar	(42.702)	Alta CDI	5,94	(2.536)	7,43	(3.171)	8,91	(3.804)
Efeito líquido				**(8.003)**		**(12.755)**		**(14.755)**

(vi) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Grupo. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

b. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 são, em todos os casos, uma aproximação razoável do valor justo por ter vencimento no curto prazo ou por ter taxas pós-fixadas.
Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo, todos de classificação de hierarquia Nível 2, conforme nota explicativa 3 d.(iii):

Contas a receber de clientes, fornecedores, adiantamentos, outras contas a receber e outras contas a pagar – Decorrem diretamente das operações do Grupo, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

Empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, investimentos a pagar – São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de empréstimos específicas para empréstimos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Caixa	-	-	-	1	8	1
Depósitos bancários	-	-	-	3.330	5.373	5.619
Aplicações financeiras	11	11	307	23.145	20.124	49.001
	11	**11**	**307**	**26.476**	**25.505**	**54.621**

As aplicações financeiras possuem vencimento de até 3 meses da data de aplicação e são remuneradas a taxas que variam entre 98,5% a 100% do CDI (certificado de depósito interbancário) e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Duplicatas a receber	124.257	124.302	48.272
Duplicatas a receber – exterior	1.350	1.885	-
Royalties a faturar (i)	2.387	2.625	2.718
Valores a receber de operadora de cartão de crédito	2.010	1.769	1.482
	130.004	**130.581**	**52.472**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.494)	(1.246)	-
Circulante	**126.510**	**129.335**	**52.472**
Duplicatas a receber	381	-	-
Não circulante	**381**	**-**	**-**

(i) Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R$ 2.387 (R$ 2.625 em 2018 e R$ 2.718 em 2017) refere-se as receita de royalties reconhecidas pela investida Imaginarium Franchising S.A. nos respectivos exercícios, de acordo com a competência.

O Grupo avalia periodicamente o efeito do ajuste a valor presente. Atualmente, possui saldos irrelevantes de longo prazo e o efeito no curto prazo não é relevante, visto o prazo médio de recebimento dos títulos. O cálculo do ajuste a valor presente, portanto, não resultou em efeitos relevantes a serem contabilizados e/ou divulgados.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo inicial	**(1.246)**	**-**
Adições	(5.046)	(6.179)
Reversões	2.798	4.933
Saldo final	**(3.494)**	**(1.246)**

No exercício de 2017 todo o valor de perdas com clientes foi efetivamente baixado no resultado, no montante de R$ 425.

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
A vencer	114.594	113.657	51.084
Vencidos até 30 dias	5.606	3.602	865
Vencidos de 31 a 60 dias	1.444	2.418	197
Vencidos de 61 a 90 dias	1.302	2.342	166
Vencidos de 91 a 180 dias	3.499	4.385	147
Vencidos a mais de 180 dias	3.940	4.177	13
	130.385	**130.581**	**52.472**

8 Estoques

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Mercadorias para revenda	32.632	35.919	12.851
Produtos acabados	5.182	11.416	-
Matérias-primas	903	3.678	-
Produtos em elaboração	629	2.283	-
Materiais de embalagens, catálogos e outros	550	1.366	10
(-) Ajuste ao valor realizável líquido	(6.679)	(968)	-
	33.217	**53.694**	**12.861**

Determinados itens, de coleções antigas ou de baixa rotatividade ou classificados como não vendáveis, por defeitos diversos, são considerados obsoletos e foram objeto de constituição de provisão para estoques obsoletos, na controlada IMB Têxtil S.A.

Os saldos de produtos acabados e em elaboração correspondem a produção de faccionados (ateliês) de linhas de lingerie e banho, da controlada IMB Têxtil S.A.

a. Ajuste ao valor realizável líquido

	Consolidado	
	2019	**2018**
Saldo inicial	**(968)**	**-**
Adições	(5.711)	(968)
Saldo final	**(6.679)**	**(968)**

9 Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
IPI a recuperar	-	-	-	215	231	-
IRRF	-	-	-	98	92	-
ICMS a recuperar	-	-	-	1.144	168	91
Exclusão de ICMS da base de PIS e Cofins (a)	-	-	-	18.630	-	-
PIS e Cofins a recuperar (b)	-	-	-	3.343	-	-
IRPJ/CSLL a compensar	-	-	-	-	-	807
IRPJ a recuperar	-	2	-	155	1	-
Outros	-	-	-	-	887	-
	-	**2**	**-**	**23.585**	**1.379**	**898**
Ativo circulante	-	**2**	-	**6.655**	**1.379**	**898**
Ativo não circulante (a)	**-**	**-**	**-**	**16.930**	**-**	**-**

(a) Refere-se ao trânsito em julgado, em 5 de setembro de 2019, do processo onde a controlada IMB Têxtil S.A. requeria a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. De acordo com os assessores jurídicos o ICMS a ser excluído é o destacado na nota fiscal de saída. Dessa forma, a controladora IMB Têxtil S.A. realizou a apuração do crédito, considerando esse entendimento, e reconheceu o montante de R$ 18.630.

O saldo deverá ser compensado com débitos de PIS e Cofins durante os próximos exercícios, conforme cronograma

Ano	R$
2020	1.700
2021	9.406
2022	7.524
Total	**18.630**

O efeito no resultado está apresentado na linha de outras receitas para o valor principal e receitas financeiras para os juros.

(b) Valor de mesma natureza do item acima (a). No entanto refere-se a controlada Uni.co Comércio S.A., com compensação estimada para o próximo exercício.

10 Ativo mantido para venda

Em dezembro de 2019, a Administração se comprometeu com um plano de vender suas máquinas de tecelagem e remalho que eram utilizadas na fábrica que foi descontinuada pela controlada IMB Têxtil S.A., na cidade de São Paulo. O Grupo possui 85 máquinas que foram avaliadas pelo valor justo de R$ 845, sendo reconhecido um impairment de R$ 139. A expectativa de vendas das máquinas é de até um ano.

11 Outras contas a receber

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Financiamento de ações (a)	2.409	2.612	3.359	2.409	2.611	3.359
Venda de ativos a receber	-	-	-	905	491	588
Royalties sobre licenças a apropriar (b)	-	-	-	485	41	60
Outros recebíveis	-	-	-	280	980	1.177
	2.409	**2.612**	**3.359**	**4.079**	**4.123**	**5.184**
Ativo circulante	-	-	-	925	1.126	1.261
Ativo não circulante	2.409	2.612	3.359	3.154	2.997	3.923

(a) Vide nota explicativa número 32.
(b) Refere-se a valores de licenciamento de marcas (*royalties*); antecipação de pagamentos de acordo com os contratos.

12 Depósitos judiciais

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Depósito judicial	3.206	2.280	1.407
	3.206	**2.280**	**1.407**

Esse valor corresponde ao Imposto sobre Serviços – ISS, o qual aguarda decisão judicial, onde foi deferido parcialmente o pedido de inexistência de relação jurídica tributaria de tutela antecipada, a favor da controlada Imaginarium Franchising S/A.

13 Adiantamentos

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	7.323	7.906	4.728
Adiantamento de bônus	150	-	-	150	-	-
Outros adiantamentos	-	-	-	110	374	253
	150	**-**	**-**	**7.583**	**8.280**	**4.981**

14 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Imposto de renda e contribuição social			
Prejuízo fiscal e base negativa	37.700	37.700	948
(-) *Impairment*	(22.829)	-	-
Ágio fiscal (a)	5.022	6.401	7.321
Diferenças temporárias	-	3.179	-
Imposto diferido	**19.893**	**47.280**	**8.269**

Abaixo segue a movimentação ocorrida de 2017 a 2019 na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	R$
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2016	**9.096**
Constituição IR e CS sobre de prejuízo fiscal e base negativa	828
Compensação de prejuízo fiscal em 2017	(119)
Compensação PERT	(157)
Realização de 12 parcelas do IR e CS sobre ágio (a)	(1.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2017	**8.269**
Saldo incorporado na aquisição de controlada (vide nota 2.1-b)	36.288
Constituição de prejuízo fiscal em 2018	1.412
Estorno de diferidos em controlada	(828)
Constituição sobre diferenças temporárias	3.124
Variação cambial líquida	56
Compensação PERT	338
Realização de 12 parcelas do IR e CS sobre ágio (a)	(1.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2018	**47.280**
Baixa por *Impairment* de impostos diferidos pela controlada IMB Têxtil S.A.	(22.829)
Realização de diferenças temporárias no exercício	(3.179)
Realização de 12 parcelas do IR e CS sobre ágio (a)	(1.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos em 2019	**19.893**

(a) Por entender que terá benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição, em 31 de dezembro de 2012 o Grupo registrou o ágio referente a incorporação de controlada, resultando em imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O referido benefício fiscal está sendo aproveitado na proporção de 1/96 avos, conforme laudo emitido por especialistas. Em 2019 o Grupo realizou 12 parcelas do referido benefício, no montante de R$ 1.379.

O Grupo não reconheceu créditos tributários sobre prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social no montante de R$ 15.887, em 31 de dezembro de 2019, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal

diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pelo Grupo.

Baseada nas projeções de resultados tributáveis, o Grupo estima recuperar parte do crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa nos próximos exercícios.
No entanto, dadas as incertezas para estimar os resultados tributáveis em períodos mais longos a Controlada IMB Têxtil S.A. reconheceu impairment no montante R$ 22.829 em 31 de dezembro de 2019.

A seguir a expectativa de recuperabilidade dos impostos diferidos:

	R$
Exercícios:	
2020	(406)
2021	(15)
2022	(987)
2023	(1.517)
2024	(2.143)
2025 a 2029	(14.825)
	(19.893)

15 Investimentos – Controladora

	2019	**2018**	**2017**
Uni.co Comércio - participação societária (a)	35.473	97.099	92.790
Imaginarium Franchising - participação societária (b)	28.697	15.399	9.609
Empoli Franchising - participação societária (c)	(549)	(126)	482
Ágio na aquisição da Empoli Franchising (c)	1.597	1.597	250
Ágio na aquisição da Uni.co Comércio S.A. (a)	21.412	21.412	21.412
Ágio na aquisição da Imaginarium Franchising (b)	3.998	3.998	3.998
AFAC – Uni.co Comércio S.A. (a) (i)	34.769	-	-
	125.397	**139.379**	**128.541**
(a) Uni.co Comércio S.A	91.654	118.511	114.202
(b) Imaginarium Franchising S.A	32.695	19.397	13.607
(c) Empoli Franchising S.A	1.048	1.471	732
	125.397	**139.379**	**128.541**

Composição e movimentação dos saldos

	Uni.co Comércio	Imaginarium Franchising	Empoli Franchising	Total
	100%	100%	100%	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**83.274**	**10.025**	**250**	**93.549**
Integralização de capital	36.000	-	1.688	37.688
Equivalência patrimonial	(5.163)	21.903	(1.206)	15.534
Dividendos pagos	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão	91	(18.321)	-	(18.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**114.202**	**13.607**	**732**	**128.541**
Integralização de capital	15.500	-	3.632	19.132
Aquisição de participação societária	-	-	1.178	1.178
Equivalência patrimonial	(10.895)	25.765	(4.071)	10.799
Dividendos pagos	-	(19.975)	-	(19.975)
Ajuste acumulado de conversão	(296)	-	-	(296)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**118.511**	**19.397**	**1.471**	**139.379**
Integralização de capital (a)	1.985	-	1.185	3.170
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)	34.769	-	-	34.769
Equivalência patrimonial	(63.516)	13.298	(1.608)	(51.826)
Ajuste acumulado de conversão	(95)	-	-	(95)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**91.654**	**32.695**	**1.048**	**125.397**

(i) Integralizações de capital

Refere-se ao adiantamento de futuro aumento de capital (AFAC) na controlada Uni.co Comércio S.A., integralizado em 2020, mediante a emissão de 34.769.000 (trinta e quatro milhões e setecentos e sessenta e nove mil) novas ações ordinárias.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2018 a controlada Uni.co Comércio S.A. possuía R$ 104, referente a outros investimentos avaliados ao custo de aquisição (R$ 81 em 31 de dezembro de 2017).

O quadro a seguir apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas durante o exercício:

2019

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Uni.co Comércio S.A	100,00%	136.955.577	93.713	123.066	216.779	52.583	93.954	146.537	68.264	72.359	(63.516)	(63.516)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	5.000	34.096	3.538	37.634	8.938	-	8.938	28.696	37.394	13.298	13.298
Empoli Franschising S/A	100,00%	7.069	78	-	78	117	510	627	(549)	-	(1.608)	(1.608)
												(51.826)

2018

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Uni.co Comércio S.A	100,00%	100.241.577	87.641	131.466	219.107	46.016	75.992	122.008	96.110	72.370	(10.895)	(10.895)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	5.000	19.051	2.192	21.243	5.844	-	5.844	15.399	39.542	25.765	25.765
Empoli Franschising S/A (a)	100,00%	5.884	226	149	375	384	117	501	(126)	5	(4.401)	(4.071)
												10.799

2017

	Participação direta	Quantidade de quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio líquido	Receita	Lucro ou prejuízo	Equivalência patrimonial
Uni.co Comércio S.A	100,00%	87.741.577	109.319	13.556	122.875	12.317	17.768	30.085	92.790	96.309	(5.163)	(5.163)
Imaginarium Franchising S/A	100,00%	5.000	14.167	1.344	15.511	5.902	-	5.902	9.609	39.286	21.903	21.903
Empoli Franschising S/A	75,00%	4.615	11	1.351	1.362	441	279	720	642	-	(1.608)	(1.206)
												15.534

(a) O percentual de participação na controlada Empoli Franchising S.A. passou de 75% para 100% em 16 de julho de 2018, motivo pelo qual o resultado de equivalência não foi integralmente registrado na controladora.

16 Imobilizado

O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente nas operações do Grupo.

(a) Composição do imobilizado

	Consolidado								
	31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo	Depreciação acumulada	Valor contábil
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.653	(1.776)	1.877	4.246	(1.194)	3.052	1.920	(33)	1.887
Equipamentos de processamento de dados	5.601	(3.304)	2.297	4.542	(2.671)	1.871	2.925	(1.866)	1.059
Instalações	2.570	(749)	1.821	1.224	(701)	523	1.220	(579)	641
Máquinas e equipamentos	5.076	(3.522)	1.554	6.464	(2.061)	4.403	1.385	(668)	717
Móveis e utensílios	1.919	(944)	975	1.656	(641)	1.015	680	(343)	337
TOTAL	**18.819**	**(10.295)**	**8.524**	**18.132**	**(7.268)**	**10.864**	**8.130**	**(3.489)**	**4.641**

(b) Conciliação do valor contábil líquido do imobilizado

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação a.a.	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferência (*)	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9%	3.052	52	(645)	-	(582)	1.877
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.871	1.075	(16)	-	(633)	2.297
Instalações	10%	523	1.346	-	-	(48)	1.821
Máquinas e equipamentos	10%	4.403	305	(848)	(845)	(1.461)	1.554
Móveis e utensílios	10%	1.015	490	(227)	-	(303)	975
TOTAL		**10.864**	**3.268**	**(1.736)**	**(845)**	**(3.027)**	**8.524**

	Consolidado						
	Taxa média de depreciação a.a.	**Saldo em 2017**	**Adição por combinação de negócios**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**Saldo em 2018**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9%	1.887	2.867	36	(577)	(1.161)	3.052
Equipamentos de processamento de dados	20%	1.059	832	785	-	(805)	1.871
Instalações	10%	641	-	4	-	(122)	523
Máquinas e equipamentos	10%	717	5.010	329	(260)	(1.393)	4.403
Móveis e utensílios	10%	337	1.317	113	(454)	(298)	1.015
TOTAL		**4.641**	**10.026**	**1.267**	**(1.291)**	**(3.779)**	**10.864**

	Consolidado				
	Taxa média de depreciação a.a.	**Saldo em 2016**	**Adições**	**Depreciação**	**Saldo em 2017**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	9%	1.906	-	(19)	1.887
Equipamentos de processamento de dados	20%	947	490	(378)	1.059
Instalações	10%	589	164	(112)	641
Máquinas e equipamentos	10%	804	47	(134)	717
Móveis e utensílios	10%	344	55	(62)	337
TOTAL		**4.590**	**756**	**(705)**	**4.641**

(*) transferência para ativo mantido para venda, conforme nota explicativa 10.

17 Intangível

(a) Composição do intangível

Consolidado	31/12/2019			31/12/2018			31/12/2017		
	Custo	Amortização/ Impairment acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização/ Impairment acumulada	Valor contábil	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil
Softwares	3.422	(1.832)	1.590	2.927	(1.433)	1.494	1.843	(989)	854
Marcas e patentes	14.496	-	14.496	14.493	-	14.493	2.611	-	2.611
Carteira de clientes (b)	14.516	(5.161)	9.355	14.600	(2.141)	12.459	-	-	-
Cessão de direito de uso	-	-	-	218	-	218	-	-	-
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	21.412	21.412	-	21.412	21.412	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	1.387	1.387	-	1.387	1.387	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	1.597	(1.096)	501	1.597	(677)	920	250	-	250
Àgio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	21.818	21.818	-	21.818	-	-	-
TOTAL	**78.648**	**(8.089)**	**70.559**	**78.452**	**(4.251)**	**74.201**	**27.503**	**(989)**	**26.514**

(b) Conciliação do valor contábil líquido do intangível

Consolidado	2018	Adições	Baixas	Amortização	Impairment	2019
Softwares	1.712	676	(399)	(399)	-	1.590
Marcas e patentes – Imaginarium (a1)	2.611	-	-	-	-	2.611
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a2)	11.882	18	(15)			11.885
Carteira de clientes (b)	12.459	-	(84)	(3.020)	-	9.355
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	-	-	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	-	-	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	920	-	(159)	-	(260)	501
Àgio aquisição IMB Têxtil S/A. (a2)	21.818	-	-	-	-	21.818
TOTAL	**74.201**	**694**	**(657)**	**(3.419)**	**(260)**	**70.559**

	Consolidado						
	2017	**Aquisições de controladas**	**Adições**	**Baixas**	**Amortização**	**Impairment**	**2018**
Softwares	854	383	919	-	(444)	-	1.712
Marcas e patentes – Imaginarium (a1)	2.611	-	-	-	-	-	2.611
Marcas e patentes – IMB Têxtil S.A. (a2)	-	11.871	11	-	-	-	11.882
Carteira de clientes (b)	-	14.793	-	(193)	(2.141)	-	12.459
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	-	-	-	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	-	-	-	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	250	-	1.347	-	-	(677)	920
Àgio aquisição IMB Têxtil S/A.	-	21.818	-	-	-	-	21.818
Ágio aquisição MND Eireli	-	207	-	-	-	(207)	-
TOTAL	**26.514**	**51.726**	**2.278**	**(193)**	**(2.585)**	**(884)**	**74.201**

	Consolidado			
	2016	**Adições**	**Amortização**	**2017**
Softwares	794	351	(291)	854
Marcas e patentes - Imaginarium (a1)	2.611	-	-	2.611
Ágio Uni.Co Comércio S.A. (c)	21.412	-	-	21.412
Ágio Imaginarium Franchising S/A.(c)	1.387	-	-	1.387
Ágio Empoli Franchising S/A.(d)	250	-	-	250
TOTAL	**26.454**	**351**	**(291)**	**26.514**

(a1) O Grupo adquiriu os direitos sobre o nome comercial "Imaginarium". Tal marca foi mensurada pelo montante de R$ 2.611, e possui vida útil indefinida.

(a2) Na aquisição da controlada indireta da IMB Têxtil pela controlada direta Uni.co Comércio S.A, foram identificados por meio de um laudo de avaliação da empresa certos ativos intangíveis, conforme demonstrado na nota explicativa 2.1 (b).

(b) Refere-se principalmente a carteira de clientes, referente a aquisição da IMB mencionada na nota (a). Possui vida útil definida de 5 anos.

(c) Refere-se ao ágio pago na aquisição do Grupo Imaginarium. O referido ágio é testado anualmente por meio de fluxo de caixa descontado para verificar perdas por impairment. Caso perdas por *impairment* sejam identificadas os valores são reconhecidas como despesa. Em 2019, 2018 e 2017 não foram identificadas provisões de *impairment* a serem constituídas.

(d) Refere-se ao ágio pago na aquisição dos 25% remanescentes da controlada Empoli Franchising S.A. Em 31 de dezembro de 2019 a controlada direta Empoli Franchising S/A efetuou uma avaliação da recuperabilidade dos investimentos na empresa MND Comércio Eirelli (controlada indireta) e reconheceu uma perda no valor de recuperação de ativos (*impairment*) no valor de R$ 260.

Testes de não recuperação do ágio e intangíveis
O ágio e outros ativos intangíveis foram submetidos a teste de desvalorização em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A Administração elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos.

(i) Definição de Unidade Geradora de Caixa (UGC):
O grupo definiu como UGC o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

As UGS foram divididas entre:

- UGC Imaginarium – Refere-se as empresa Imaginarium Franchising S.A. e Uni.co Comércio S.A.;

- UGC Puket - Refere-se as empresas Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. e IMB Têxtil S.A.

Os valores contábeis sujeitos a teste são os ágios gerados na aquisição da empresa, somado ao capital de giro da unidade geradora de caixa.

O valor em uso da UGC é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos, adotando-se as seguintes premissas:

	2019	**2018**	**2017**
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos (a.a.) [1]	11,5%	13,3%	18,9%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 anos	6,1%	13,7%	14,4%
Perpetuidade	3,00%	4,00%	3,44%

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para a UGC baseiam-se no orçamento anual do Grupo e nos planos de negócios dos próximos 5 exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil

do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. A partir dos testes realizados, o Grupo não identificou perdas por não recuperação dos ágios e ativos intangíveis, de vida útil indefinida, registrados.

(1) Refere-se ao custo médio ponderado de capital da empresa

18 Empréstimos e financiamentos - consolidado

					2019		2018		2017	
Controlada		**Modalidade**	**Taxa de juros (%)**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Uni.Co Comércio	Brasil	Financiamento FINIMP	3,85% a.a.	Mar/2019			12.569	-	-	-
Uni.Co Comércio	Brasil	Leasing	CDI + 1,83% a.a.	Mar/2020	-	-	898	-	-	-
Uni.Co Comércio	Brasil	Financiamento	CDI + 2,08% a.a	Mar/2020	9.677	-	-	-	-	-
Uni.Co Comércio	Brasil	Capital de Giro	CDI + 3% a.a.	Dez/2021	11.929	39.583	7.143	31.429	1.429	8.571
Uni.Co Comércio	Brasil	FINAME	3% a.a + TJLP	Set/2019	-	-	19	-	27	19
IMB Têxtil	Brasil	CCB - Cédula de crédito bancário	CDI + 1,64% a 3% a.a.	Dez/2024	13.206	40.674	16.517	45.102	-	-
Empoli Franchising	Brasil	Capital de giro	CDI + 7% a.a.	Out/2020	117	-	161	117	187	279
					34.929	**80.257**	**37.307**	**76.648**	**1.643**	**8.869**

Todos os empréstimos e financiamentos estão garantidos por aval e/ou recebíveis

A movimentação dos empréstimos e financiamento no exercício deu-se da seguinte forma:

Movimentação	**2019**	**2018**	**2017**
Saldo inicial	113.955	10.512	232
(+) Aquisição controladas	-	73.032	-
(+) Captações	80.841	48.887	10.500
(+-)Variação cambial s/ empréstimos	(291)	(55)	-
(+) Juros acumulados	11.223	8.638	90
(-) Amortização de principal	(79.090)	(18.309)	(220)
(-) Amortização de juros	(11.452)	(8.750)	(90)
Saldo final	**115.186**	**113.955**	**10.512**

Os empréstimos estão garantidos por aval da controladora e das controladas.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados com diversas instituições financeiras, que totalizam R$ 69.685 em 31 de dezembro de 2019, contêm cláusulas restritivas anuais, com exigência a partir de 31 de dezembro de 2020, que incluem, entre outras, possibilidade de antecipação do vencimento quando determinados índices financeiros (dívida financeira líquida/EBITDA (*); dívida liquida consolidada/EBITDA e EBITDA/despesas financeiras líquidas) não forem atingidos.
Abaixo a descrição dos *covenants* que devem ser cumpridos pelo Grupo:

- Dívida financeira líquida/EBITDA (Consolidado) de no máximo 3,6 vezes em 2020, 3 vezes em 2021; 2,5 vezes para 2022 e 2 vezes para 2023;
- Dívida líquida consolidada/EBITDA (Consolidado) de no máximo 17,5 vezes em 2021, 5,5 vezes em 2022; 4,0 vezes para 2023 e 3 vezes para 2024;
- EBITDA/despesas financeiras líquidas (Consolidado) de no mínimo 2,5 vezes em 2021 e 2022, 3,5 vezes em 2023 e 3,5 vezes para 2024;

(*) lucro do referido período antes do resultado financeiros, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais.

19 Fornecedores

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Fornecedores nacionais	3.918	9.834	1.528
Fornecedores estrangeiros (US$)	9.416	3.965	3.517
	13.334	**13.799**	**5.045**

Durante o exercício de 2019 o Grupo descontinuou a indústria da controlada IMB Têxtil S.A. (nota explicativa 33), e passou a importar os produtos.

20 Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Salários a pagar	1.474	1.549	732
Férias e rescisões	3.829	3.900	1.530
INSS a recolher	969	1.584	599
FGTS a recolher	337	432	98
IRRF sobre salários	473	511	254
Participação nos lucros a pagar	123	2.317	3.096
	7.205	**10.293**	**6.309**

21 Obrigações tributárias

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
ISS a recolher	-	-	-	5.788	3.671	128
ICMS a recolher	-	-	-	1.928	1.336	-
COFINS a recolher	-	-	1	1.123	835	547
INSS retido a recolher	1	1	-	161	-	1.327
PIS a recolher	-	-	-	118	182	118
CSRF a recolher	-	-	-	21	336	-
IOF a recolher	-	-	-	-	-	1.390
IRRF a recolher	-	-	-	15	1.277	42
CSLL retido a recolher	-	-	-	-	-	13
Outros	-	-	-	765	493	2
	1	**1**	**1**	**9.919**	**8.130**	**3.567**

22 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
CSLL a recolher	1	-	2	2.069	1.235	1.150
IRPJ a recolher	1	-	1	751	447	454
	2	**-**	**3**	**2.820**	**1.682**	**1.604**

(b) Reconciliação do resultado

Consolidado

(a) Lucro real

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Resultado antes dos impostos	(13.348)	1.689	16.985
Alíquota básica	34%	34%	34%
Impostos calculados pelas alíquotas fiscais	4.538	(574)	(5.775)
Reconciliação para a taxa efetiva:			
Ágio investimentos	5.022	6.401	7.321
Impairment impostos diferidos IMB	(22.829)	-	-
Imposto presumido controladas (vide b.)	(7.491)	(7.863)	(4.750)
Outras ajustes líquidos	1.732	(2.755)	(2.485)
Imposto de renda e contribuição social	(19.028)	(4.791)	(5.689)
Parcela não reconhecida de prejuízos fiscais	15.887	-	-
Imposto após as adições e exclusões	(34.915)	(4.791)	(5.689)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.553)	(7.945)	(4.995)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(27.362)	3.154	(694)
Imposto de renda e contribuição social	(34.915)	(4.791)	(5.689)
Alíquota efetiva	262%	-284%	-33%

(b) Lucro presumido

	2019	2018	2017
Receita bruta serviços	66.103	70.905	41.440
IRPJ calculado pelas alíquotas fiscais (4,8%)	(3.173)	(3.403)	(1.989)
Outras receitas	1.109	512	855
IRPJ renda calculado pelas alíquotas fiscais (15%)	(166)	(77)	(128)
Base de cálculo adicional (32%) (-) 20 mil mês	21.488	22.834	13.515
IRPJ adicional calculado pelas alíquotas fiscais (10%)	(2.149)	(2.294)	(1.362)
Receita bruta serviços	66.103	70.905	41.440
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (2,88%)	(1.904)	(2.042)	(1.193)
Outras receitas	1.109	512	855
CSLL calculado pelas alíquotas fiscais (9%)	(99)	(47)	(78)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(7.491)	(7.863)	(4.750)
Alíquota efetiva	-11,14%	-11,01%	-11,23%

23 Investimentos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aquisição Empoli Franchising S.A (a)	87	702	87	702
Aquisição IMB Têxtil S.A (b)	-	-	42.615	50.459
	87	**702**	**42.702**	**51.161**
Passivo circulante	**87**	**675**	**23.175**	**20.858**
Passivo não circulante	**-**	**27**	**19.527**	**30.303**

(a) Os saldos existentes na Controladora referem-se à aquisição da totalidade da participação societária da controlada Empoli Franchising S.A. No consolidado os valores contemplam além dos saldos de aquisições da Controladora a aquisição pela controlada direta, Uni.co Comércio, da controlada indireta, IMB Têxtil S.A. e suas controladas.

(b) Durante o exercício de 2018 o Grupo adquiriu 100% da participação societária da controlada IMB Têxtil S.A., o saldo remanescente a pagar oriundo dessa aquisição foi de R$ 32.082 (R$ 50.459 em 31 de dezembro de 2018), sendo R$ 21.388 registrados no passivo circulante que serão pagos no exercício de 2020, com vencimento em 07 de dezembro de 2020 e R$ 10.694 registrados no passivo não circulante com vencimento final em 02 de dezembro de 2021.

Conforme contrato de compra e venda firmado entre a Uni.co Comércio S.A. e os antigos acionistas da IMB, decorrente da transação mencionada acima, o Grupo deve repassar para a compradora os créditos ou benefícios recebidos de direito destes acionistas. Em 2019, a controlada IMB teve o seu processo que tratava sobre a exclusão do ICMS da base de PIS e Cofins transitado em julgado, e reconheceu os créditos nas suas demonstrações financeiras. A Uni.co Comércio reconheceu a obrigação de mesmo montante destes créditos, líquidos de impostos, no contas a pagar para repasse

aos antigos acionistas após as devidas compensações. O valor total é de R$ 10.533. A estimativa da Administração é recuperar R$ 1.700 em 2020 e o restante nos anos subsequentes.

24 Provisão para contingências

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Civeis	122	-	-
Tributárias	17.738	12.999	8.808
Trabalhistas	424	214	6
	18.284	**13.213**	**8.814**

As controladas são partes em processos civis, trabalhistas e tributários que estão sendo discutidos judicialmente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, foi constituída provisão para contingências no montante de R$ 18.284 (R$ 13.213 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 8.814 em 31 de dezembro de 2017) para os processos que o risco de perda foi classificado como provável. Existem outros processos judiciais que na avaliação dos consultores jurídicos das controladas não apresentam risco provável de desembolso futuro, no montante de R$ 5.402 oriundos de processos cíveis e tributários, os quais foram classificados com risco de perda possível, para os quais não foram constituídas provisões.

Do total classificado como provável de perda, o montante de R$ 17.738 (R$12.999 em 31 de dezembro de 2018 e R$ 8.807 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contingências tributárias oriundas da suspensão da exigibilidade do recolhimento do IPI, conforme decisão do STJ de 05 de abril de 2016.

A Uni.co Comércio propôs a ação em agosto de 2010 conforme processo 5005932-14.2010.404.7200, em que se discute a não incidência de IPI na revenda de mercadorias estrangeiras quando ausente qualquer ato de industrialização. O processo encontra-se suspenso devido à Repercussão Geral do tema 906 no STF - Supremo Tribunal Federal, a administração a partir de julho de 2016 optou por suspender o pagamento do IPI, todavia manteve o provisionamento do valor nas demonstrações financeiras até que o processo seja julgado em definitivo.

Segue movimentação da provisão:

	Consolidado			
	Cíveis	**Tributárias**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**-**	**3.109**	**6**	**3.115**
Adições	-	5.699	-	5.699
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**-**	**8.808**	**6**	**8.814**
Adições	-	4.191	225	4.416
Reversões	-	-	(17)	(17)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**-**	**12.999**	**214**	**13.213**
Adições	122	4.739	210	5.071
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**122**	**17.738**	**424**	**18.284**

25 Outras contas a pagar

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Aluguéis a pagar	955	455	146
Adiantamentos de clientes	1.307	1.497	465
Serviços de consultoria (*)	981	389	2.368
Fretes a pagar	242	127	131
Sistema de informática	192	-	-
Embalagens	144	-	-
Royalties a pagar	110	-	-
Operações com derivativos	-	267	-
Outras contas a pagar	1.018	776	1.038
	4.949	**3.511**	**4.148**

(*) Refere-se à prestação de serviços de consultoria realizados no processo de aquisição da PUKET, em 2017. Em 2018 e 2019 refere-se a consultorias diversas.

26 Adiantamentos de dividendos – controladora

Ao longo de 2019 a Administração da controlada Imaginarium Franchising S.A. adiantou dividendos referente ao resultado de 2019, no montante de R$ 18.966. Os valores foram registrados em adiantamentos, visto que necessitam de aprovação dos acionistas em assembleia a ser realizada em 20 de julho de 2020, conforme divulgado na nota explicativa número 38.

27 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social totalmente integralizado é de R$ 77.014 (R$ 77.014 em 31 de dezembro de 2018 e 2017), representado por 66.690.157 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em função do prejuízo, não foi constituída reserva legal.

c. Destinação do resultado

O lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei n.º 6.404/76, terá as seguintes destinações: (I) 5% para constituição da reserva legal; (II) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado; (III) o restante terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral. Em função do prejuízo do exercício não foi constituída reserva legal, nem realizada a distribuição de dividendos.

d. Lucros a disposição da assembleia

Refere-se aos lucros acumulados auferidos pela Companhia a serem destinados nos termos do art. 199 da Lei 6.404/76.

e. Recompra de ações

Em 2019 a Companhia recomprou 305.321 ações por R$ 527 (610.643 ações por R$ 1.451 em 2018) por meio de contrato de compra e venda de ações. A operação foi registrada no livro de ações da Companhia. A última parcela será liquidada em abril de 2020.

f. Estorno de dividendos

A Companhia deliberou por meio da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 06 de abril de 2019, por não efetuar a distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2018 no valor de R$ 2.575. Em 06 de abril de 2018 deliberou por não efetuar a distribuição dos dividendos referentes ao exercício de 2017, no valor de R$ 3.723, por meio da Assembleia Geral Ordinária. Foi efetuado o estorno destes valores com a devida contrapartida em Reservas de Lucro a Realizar.

28 Receita operacional líquida

	Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**
Vendas de mercadorias - mercado interno	193.383	191.029	82.951
Vendas de mercadorias - mercado externo	3.115	2.673	-
Royalties	64.713	69.468	40.673
Prestação de serviços	2.350	1.795	1.883
Receita bruta	263.561	264.965	125.507
Impostos sobre vendas	(25.716)	(23.602)	(11.161)
Devoluções de vendas	(15.506)	(16.479)	(2.269)
Total	**222.339**	**224.884**	**112.077**

As receitas referem-se unicamente ao principal negócio do Grupo, conforme descrito no contexto operacional. A receita está concentrada substancialmente no território brasileiro.

O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ao cliente e no momento da prestação do serviço. O resultado por segmento está demonstrado na nota explicativa 37.

A Administração acompanha a receita líquida consolidada por marca e canal de venda, como segue:

a. Informações por marca

2019	**Imaginarium**	**Puket**	**Mind**	**Total**
Receita operacional bruta – Mercado interno	79.106	109.956	4.321	193.383
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	3.115	-	3.115
Receita operacional bruta – Royalties	39.136	25.577	-	64.713
Receita operacional bruta – Serviços	1.694	656	-	2.350
Receita operacional bruta	**119.936**	**139.304**	**4.321**	**263.561**
Deduções da receita bruta	(12.375)	(28.178)	(669)	(41.222)
Receita líquida	**107.561**	**111.126**	**3.652**	**222.339**

2018	Imaginarium	Puket	Mind	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	80.267	107.406	3.356	191.029
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	2.673	-	2.673
Receita operacional bruta – Royalties	41.245	28.223	-	69.468
Receita operacional bruta – Serviços	1.097	679	19	1.795
Receita operacional bruta	**122.609**	**138.981**	**3.375**	**264.965**
Deduções da receita bruta	(12.885)	(26.654)	(542)	(40.081)
Receita líquida	**109.724**	**112.327**	**2.833**	**224.884**

2017	Imaginarium	Puket	Mind	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	81.957	-	994	82.951
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	-	-	-
Receita operacional bruta – Royalties	40.673	-	-	40.673
Receita operacional bruta – Serviços	1.539	-	344	1.883
Receita operacional bruta	**124.169**	**-**	**1.338**	**125.507**
Deduções da receita bruta	(13.210)	-	(220)	(13.430)
Receita líquida	**110.959**	**-**	**1.118**	**112.077**

b. Informações por canal

2019	Franquias	Multimarcas	e-commerce	Outros	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	138.150	34.212	17.625	3.396	193.383
Receita operacional bruta – Mercado externo	3.115	-	-	-	3.115
Receita operacional bruta – Royalties	64.713	-	-	-	64.713
Receita operacional bruta – Serviços	2.285	-	65	-	2.350
Receita operacional bruta	**208.263**	**34.212**	**17.690**	**3.396**	**263.561**
Deduções da receita bruta	(29.241)	(6.692)	(4.702)	(587)	(41.222)
Receita líquida	**179.022**	**27.520**	**12.988**	**2.809**	**222.339**

2018	Franquias	Multimarcas	e-commerce	Outros	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	143.183	29.803	12.964	5.079	191.029
Receita operacional bruta – Mercado externo	2.673	-	-	-	2.673
Receita operacional bruta – Royalties	69.468	-	-	-	69.468
Receita operacional bruta – Serviços	1.740	22	33	-	1.795
Receita operacional bruta	**217.064**	**29.825**	**12.997**	**5.079**	**264.965**
Deduções da receita bruta	(30.138)	(5.257)	(3.167)	(1.519)	(40.081)
Receita líquida	**186.926**	**24.568**	**9.830**	**3.560**	**224.884**

2017	Franquias	Multimarcas	e-commerce	Outros	Total

Receita operacional bruta – Mercado interno	70.239	5.499	6.848	365	82.951
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	-	-	-	-
Receita operacional bruta – Royalties	40.673	-	-	-	40.673
Receita operacional bruta – Serviços	1.818	-	65	-	1.883
Receita operacional bruta	**112.730**	**5.499**	**6.913**	**365**	**125.507**
Deduções da receita bruta	(10.808)	(885)	(1.649)	(88)	(13.430)
Receita líquida	**101.922**	**4.614**	**5.264**	**277**	**112.077**

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa, em 31 de dezembro de 2019, apenas 1,3% da receita bruta consolidada (1,0% em 31 de dezembro de 2018 e não era aplicável em 31 de dezembro de 2017).

29 Despesas por natureza

	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	-	(103.836)	(88.978)	(46.877)
Salários e encargos	-	-	-	(55.271)	(53.845)	(18.891)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(17)	(68)	(19)	(8.207)	(3.880)	(631)
Comissões	-	-	-	(2.858)	(4.861)	(206)
Depreciação/amortização	-	-	-	(10.966)	(6.364)	(996)
Publicidade e propaganda	-	-	(7)	(5.891)	(5.813)	(2.738)
Viagens e representações	-	-	-	(5.064)	(3.999)	(2.004)
Provisão para contingências	-	-	-	(4.503)	(3.683)	(4.149)
Fretes e carretos	-	-	-	(6.929)	(6.585)	(3.049)
Tributos e taxas	(10)	(13)	(13)	(4.358)	(4.960)	(781)
Aluguéis e manutenção	-	-	-	(2.852)	(4.241)	(1.808)
Informática	-	-	-	(2.055)	(2.770)	(1.214)
Consultoria	-	-	-	(1.699)	(5.573)	(4.865)
Participação nos lucros	-	-	-	(303)	(2.925)	(2.965)
Outras receitas e despesas	(19)	(8)	-	(13.728)	(9.545)	(6.358)
Total	**(46)**	**(89)**	**(39)**	**(228.520)**	**(208.022)**	**(97.533)**
Custos dos produtos vendidos	-	-	-	(111.168)	(99.888)	(46.965)
Despesas com vendas	-	-	-	(57.132)	(41.998)	(13.284)
Despesas gerais e administrativas	(46)	(89)	(39)	(60.220)	(66.136)	(37.284)
	(46)	**(89)**	**(39)**	**(228.520)**	**(208.022)**	**(97.533)**

30 Outras receitas e despesas operacionais

	Consolidado	
Outras receitas operacionais	**2019**	**2018**
Exclusão ICMS na base de PIS e Cofins (a)	15.338	-
Outras receitas	96	412
	15.434	412
Outras despesas operacionais		
Repasse de crédito aos antigos acionistas (b)	(10.533)	-
Outras despesas operacionais	(200)	(981)
	(10.733)	(981)
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	4.701	(569)

(a) No ano de 2019 transitou em julgado o processo que o Grupo interpôs contra o legislador federal, onde requeria a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Conforme destacado pelos assessores na conclusão do recurso, o ICMS passível de exclusão da receita ou do faturamento é o ICMS incidente sobre a operação que é destacado na nota fiscal de saída. Embasados nisso, após levantamento do crédito passível, o Grupo contabilizou o crédito no ativo. O saldo deverá ser compensado com débitos de PIS e Cofins durante até o exercício de 2022, conforme nota explicativa 9 (a).

(b) Conforme nota explicativa 23, refere-se ao repasse dos créditos da IMB para os antigos acionistas.

31 Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	Controladora			Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2017**
Juros sobre impostos – Exclusão ICMS da base de PIS e Cofins (a)	-	-	-	6.562	-	-
Descontos obtidos	-	-	-	431	341	149
Juros recebidos	-	-	-	1.446	1.334	546
Rendimentos sobre aplicações financeiras	-	-	3	1.321	622	1.864
Recuperação de despesas	-	-	-	153	307	352
Variação cambial ativa não realizada	-	-	-	609	705	-
Variação cambial ativa	-	-	-	503	710	
Outras receitas financeiras	147	174	225	1.768	987	309
Total de receitas financeiras	**147**	**174**	**228**	**12.793**	**5.006**	**3.220**

Despesas financeiras						
Descontos concedidos	-	(19)	-	(1.893)	(1.132)	(62)
Despesas bancárias	-	(2)	(2)	(877)	(1.135)	(323)
IOF	-	-	-	(396)	(563)	(203)
Encargos com empréstimos e financiamentos	-	-	-	(11.915)	(8.638)	(92)
Encargos sobre investimentos	-	-	-	(2.967)	(4.201)	-
Encargos financeiros sobre arrendamentos	-	-	-	(1.524)	-	-
Juros passivos	(27)	(5)	-	(565)	(1.042)	(96)
Variação cambial passiva não realizada	-	-	-	(1.198)	(679)	
Variação cambial	-	-	-	(291)	(378)	(3)
Outras despesas financeiras	-	-	-	(743)	(596)	-
Total de despesas financeiras	**(27)**	**(26)**	**(2)**	**(22.369)**	**(18.364)**	**(779)**
Resultado financeiro líquido	**120**	**148**	**226**	**(9.576)**	**(13.358)**	**2.441**

(a) Refere-se a atualização monetária dos saldos pagos a maior de PIS e Cofins, decorrente da inclusão, à época, do ICMS na base de cálculo. O valor foi reconhecido devido ao processo do Grupo ter transitado e julgado, conforme descrito na nota explicativa 9.

32 Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Belmar RJ Participações S.A.

As transações classificadas como contas a receber e fornecedores são mercantis e referem-se à aquisição/venda de produtos diretamente relacionados com as suas atividades operacionais, entre as controladas Uni.co Comércio S.A., IMB Têxtil S.A. e Uni.co Hong Kong Limited, as quais foram realizadas em condições aplicáveis em um contexto de grupo de empresas onde é aplicada uma margem reduzida na operação apenas para fins de remuneração da estrutura da controlada, na China.

Controladora:

	2019	**2018**	**2017**
Ativo circulante			
Financiamento de ações (nota explicativa 11)	2.409	2.612	3.359
Passivo circulante			
AFAC – Belmar RJ Participações (a)	20.000	-	-

(a) Refere-se a adiantamento para futuro aumento de capital, realizado pela acionista Belmar RJ Participações S.A., em 12 de novembro de 2019.

Controlada indireta Uni.co Hong Kong Limited (transações eliminadas no consolidado):

	2019	2018	2017
Ativo circulante			
Contas a receber	3.368	1.813	1.338
Adiantamentos a fornecedores	1.719	3.365	1.509
Resultado			
Compra de mercadorias da Uni.co Hong Kong	59.682	52.504	34.006

As únicas transações entre partes relacionadas são realizadas com a controlada indireta Uni.co Hong Kong Limted e as controladas Uni.co Comércio S.A. e IMB Têxtil S.A.

Controlada Empoli Franchising

	2019	2018	2017
Passivo circulante			
Mútuos financeiros entre partes relacionadas (b)	-	-	435

(b) Contrato de mútuo, firmado com acionista pessoa física, quotista minoritário da investida Empoli Franchising, cujo prazo de vencimento era indefinido e sem taxa de juros, liquidado em 30 de maio de 2018.

Remuneração da administração

Em 2019 foi pago a título de remuneração aos Administradores do Grupo o montante de R$ 3.985 (R$ 5.510 em 2018 – R$ 2.856 em 2017). Não foi ou é feito pagamento de qualquer outro valor, benefício ou prêmio e não houve remuneração por outros serviços realizados pelos administradores. Igualmente não existe plano de remuneração em ações, benefícios pós-emprego ou por cessação do exercício do cargo.

33 Operações descontinuadas

Na controlada direta Uni.co Comércio S.A, foi descontinuado o canal de vendas "LUDI", uma submarca da empresa que tinha como foco o mercado multimarcas de presentes e decorações.

A Administração decidiu desativar o canal de vendas da marca LUDI em 2019, o segundo em representatividade no faturamento, porém canal esse inserido em mercado supercompetitivo em relação a preço. A decisão também levou em consideração a necessidade de foco de suas operações nas franquias e no *e-commerce*. As áreas consideradas de suporte a gestão foram transferidas para o centro de distribuição localizado em Biguaçu.

A controlada indireta IMB Têxtil S.A desativou uma planta fabril de meias que mantinha em São Paulo em outubro de 2019. A administração do Grupo comprometeu-se com um plano de vender as máquinas de costura utilizadas na produção, seguindo uma decisão estratégica em focar mais nas competências-chave do grupo, tornando-se um comercio atacadista de mercadorias em vez de uma indústria e revenda.

A análise do resultado de operações descontinuadas estão apresentados a seguir:

	LUDI			IMB Têxtil		Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita líquida	23.072	24.493	23.518	29.134	40.915	52.206	65.408	23.518
Custo dos produtos vendidos	(15.059)	(12.940)	(12.462)	(21.967)	(27.298)	(37.026)	(40.238)	(12.462)
Lucro Bruto	**8.013**	**11.553**	**11.056**	**7.167**	**13.617**	**15.180**	**25.170**	**11.056**
Despesas de vendas	-	-	-	(2.871)	(3.668)	(2.871)	(3.668)	-
Despesas gerais e administrativas	(8.943)	(7.182)	(7.231)	(2.148)	(12)	(11.091)	(7.194)	(7.231)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	(4.965)	(742)	(4.965)	(742)	-
Resultado financeiro	88	93	153	82	(43)	170	50	153
Resultado líquido das operações descontinuadas	**(842)**	**4.464**	**3.978**	**(2.735)**	**9.152**	**(3.577)**	**13.616**	**3.978**

Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) operações descontinuadas:

	LUDI			IMB Têxtil		Consolidado		
	2019	**2018**	**2017**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2017**
Caixa liquido nas atividades operacionais	6.979	5.089	3.796	(377)	2.203	6.602	7.292	3.796
Caixa líquido proveniente de (usado em) operações descontinuadas	**6.979**	**5.089**	**3.796**	**(377)**	**2.203**	**6.602**	**7.292**	**3.796**

34 Operações de arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, as controladas reconheceram ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos a pagar em decorrência da adoção das alterações do CPC 06 (R2)/IFRS 16 conforme mencionado na nota 3.

a- Composição do ativo de direito de uso:

			Consolidado		
Empresa	**Imóveis**	**Período de Depreciação**	**Custo**	**Depreciação**	**Valor líquido**
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	Até 2020	659	(440)	219
Uni.Co Comércio	CD São José	Até 2020	1.070	(918)	152
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	Até 2029	15.324	(724)	14.600
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	Até 2020	697	(465)	232
Imaginarium Franchising	CD São José	Até 2020	299	(256)	43
IMB Têxtil	CD São Paulo	Até 2020	1.730	(988)	742
IMB Têxtil	CD 1 Campo Grande	Até 2024	2.210	(414)	1.796
IMB Têxtil	CD 2 Campo Grande	Até 2022	1.186	(316)	870
Saldo em 31 de dezembro de 2019			**23.175**	**(4.521)**	**18.654**

b- Movimentação do ativo de direito de uso

		Consolidado			
		Prazo médio em anos	**Saldo inicial em 01/01/19**	**Adições**	**31/12/2019**
Empresa	**Custo:**				
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	659	-	659
Uni.Co Comércio	CD São José	1	1.070	-	1.070
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	-	15.324	15.324
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	697	-	697
Imaginarium Franchising	CD São José	1	299	-	299
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	2	1.730	-	1.730
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	5	2.210	-	2.210
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	4	1.186	-	1.186
			7.851	**15.324**	**23.175**
Depreciação:					
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	-	(440)	(440)
Uni.Co Comércio	CD São José	1	-	(918)	(918)
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	-	(724)	(724)
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	-	(465)	(465)
Imaginarium Franchising	CD São José	1	-	(256)	(256)
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	2	-	(988)	(988)
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	5	-	(414)	(414)
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	4	-	(316)	(316)
			-	**(4.521)**	**(4.521)**
Saldo líquido					
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	2	659	(440)	219
Uni.Co Comércio	CD São José	1	1.070	(918)	152
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	11	-	14.600	14.600
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	2	697	(465)	232
Imaginarium Franchising	CD São José	1	299	(256)	43
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	2	1.730	(988)	742
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	5	2.210	(414)	1.796
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	4	1.186	(316)	870
			7.851	**10.803**	**18.654**

c- Passivo de arrendamento

		Saldo inicial em 01/01/19	Adições	Pagamentos de principal e juros	Juros apropriados	31/12/2019
Empresa	**Custo:**					
Uni.Co Comércio	Sede Lagoa	(659)	-	273	(43)	(429)
Uni.Co Comércio	CD São José	(1.070)	-	595	(54)	(529)
Uni.Co Comércio	CD Biguaçu	-	(15.324)	957	(585)	(14.952)
Imaginarium Franchising	Sede Lagoa	(697)	-	301	(46)	(442)
Imaginarium Franchising	CD São José	(299)	-	167	(15)	(147)
IMB TÊXTIL	CD São Paulo	(1.730)	-	890	(107)	(947)
IMB TÊXTIL	CD 1 Campo Grande	(2.210)	-	477	(160)	(1.893)
IMB TÊXTIL	CD 2 Campo Grande	(1.186)	-	336	(83)	(933)
		(7.851)	**(15.324)**	**3.996**	**(1.093)**	**(20.272)**

Passivo circulante	**3.960**
Passivo não circulante	**16.312**

d- Fluxo de pagamentos do passivo de arrendamento

	Controladora		
	Passivo de arrendamento	**Juros**	**Valor presente do passivo de arrendamento**
2020	5.356	(1.396)	3.960
2021	3.225	(1.236)	1.989
2022	3.007	(1.038)	1.969
2023 em diante	15.967	(3.613)	12.354
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**27.555**	**(7.283)**	**20.272**

Os arrendamentos a pagar foram mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros. As taxas de desconto médias utilizadas para cálculo do valor presente foram de 8% e representam a taxa incremental de financiamento.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 R (2) o Grupo entendeu que o valor utilizado para a mensuração do passivo de arrendamento deveria ser líquido de impostos (PIS e COFINS). Diante da manifestação da CVM, onde a mesma cita que o valor considerado para cálculo deve ser bruto, o Grupo realizou o levantamento dos valores e considerou a diferença imaterial.

35 Resultado por ação

Básico e diluído
O resultado básico por ação é calculado mediante divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Não há diferença entre o resultado por ação básico e o resultado por ação diluído pois não há ações potenciais diluidores:

	2019	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas	(51.770)	10.844	15.676
Média ponderada de ações ordinárias	66.690.157	66.690.157	66.690.157
Média ponderada de ações ordinárias em tesouraria	(1.221.285)	(915.964)	(305.321)
Resultado por ação básico e diluído – em reais (R$)	(0,791)	0,165	0,236

36 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 119.344 para danos materiais, R$ 64.140 para lucros cessantes e R$ 17.350 para responsabilidade civil.

37 Segmentos operacionais

Base para segmentação
O Grupo possui o segmento de varejo como reportável. O Grupo está organizado, e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas do Grupo estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos do Grupo são distribuídos por marcas (Imaginarium, Puket e Mind) e canais (franquias, multimarcas e e-commerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada. As receitas por marcas e canais estão apresentadas na nota explicativa 28.

38 Eventos subsequentes

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 13 de março a OMS considerou o corona vírus como uma Pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

Em atendimento a determinações da Organização Mundial da Saúde, diversas normas legais vêm sendo editadas em âmbito federal, estadual e municipal, exigindo fechamento temporário de estabelecimentos, isolamento de pessoas, modificação da legislação em diversas áreas e adoção de mecanismos de preservação de empresas e de empregos diante da anômala situação. Estamos atentos a todas às normas legais no contexto que estamos inseridos. Em linhas gerais, o COVID-19 traz impactos para o Grupo tanto do ponto de vista da força de trabalho, quanto do lado da oferta e da demanda para a comercialização de marcas, produtos e serviços.

Do lado da oferta, o Grupo considera baixo o risco de restrição no abastecimento de seus produtos no curto prazo decorrente da crise do COVID-19. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês, em 25 de janeiro de 2020, a maioria dos fornecedores asiáticos do Grupo estão com as suas operações ativas. Além disso, o Grupo trabalha com cobertura de estoque de segurança que a permite passar por eventuais rupturas de curto prazo no suprimento de seus fornecedores estrangeiros sem impacto relevante no abastecimento aos seus clientes.

Do lado da demanda, tendo em vista a já observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil, a nova pandemia do corona vírus impactou o Grupo na demanda por seus produtos, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto ao Grupo. O Grupo tem proximidade com a rede de franquia, com o acompanhamento das vendas e a saúde financeira de cada franqueado. Implementamos planos parcelados de pagamento com adesão de praticamente 80% da rede de franquia. No nosso cenário básico trabalhamos com redução da rede e aumento de inadimplência em função da retração da atividade econômica e consequentemente da demanda. Porém, o conhecimento da rede de franquias das duas marcas, o fato dos franqueados só poderem comprar obrigatoriamente do Grupo e o conhecimento do fluxo de vendas e de estoque da rede facilitam o acompanhamento das vendas e da inadimplência, mitigando a exposição ao risco do Grupo.

Para enfrentar o cenário desafiador decorrente da pandemia de COVID-19, o Grupo instituiu um comitê de crise e adotou ações importantes em duas frentes visando preservar a saúde de nossos colaboradores e preservar a saúde do Grupo.

Na frente de preservar a saúde do colaborador, seguem alguns exemplos não exaustivos abaixo:

- Comunicação ativa e campanha de conscientização com todos os colaboradores;
- Reforço da higiene e limpeza no centro de distribuição e escritórios
- Isolamento de grupos de risco;
- Suspensão de viagens internacionais e eventos;
- Suspensão de viagens nacionais;
- Redução de reuniões externas ao mínimo necessário;
- Antecipação de férias;
- Adoção do trabalho remoto (home office) para muitos dos colaboradores.
- Disponibilização de ferramentas para reuniões e interações virtuais;

Dados todos os riscos acima mencionados, a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais do Grupo para o ano de 2020 foi revisado em relação ao orçamento inicialmente aprovado e está sendo acompanhado diariamente conforme a evolução da crise do COVID-19.

Na frente de preservar a saúde do Grupo, com foco primordial na preservação do caixa, seguem alguns exemplos não exaustivos abaixo:

- Renegociações de prazos de pagamentos e descontos com a maior parte dos nossos fornecedores nacionais e estrangeiros;
- Redução do volume de compras junto a nossos fornecedores internacionais, adequando a cadeia de suprimentos a nova realidade de demanda;
- Alteração de parte da nossa cadeia de suprimento para fornecedores nacionais, com destaque para fornecedores de produtos de base têxtil para a Puket, propiciando velocidade de suprimento de produtos, maiores prazos de pagamento e custos menores dentro deste cenário de dólar a R$ 5,70;
- Redução da mão de obra do centro de distribuição atrelada a demanda;
- Redução e contingenciamento de despesas fixas e variáveis. Eliminação de novos investimentos de curto prazo não essenciais;
- Refinanciamento das operações financeiras vigentes;
- Reforço nas atividades de análise de crédito e cobrança;
- Planejamento para a redução expressiva do quadro de funcionários fixos e temporários com o objetivo de reduzir despesas salariais no curto prazo;
- Adoção de jornada parcial de trabalho com respectiva redução salarial e adoção de banco de horas e férias antecipadas, em linha com atual legislação.
- reforço dos canais digitais de comunicação e interação com a rede de franqueados, orientando a rede (i) sobre medidas governamentais que a beneficiem (diferimento dos impostos federais do simples nacional, linha de crédito para folha de pagamento); (ii) plano de refinanciamento; (iii) atualização da previsão de demanda.

No segundo e terceiro trimestres as lojas franqueadas das redes Imaginarium e Puket foram gradativamente voltando as atividades de acordo com as legislações e possibilidades locais e respeitando todas as orientações da OMS para assegurar a saúde de funcionários e clientes. A reabertura alcançou 100% do total de lojas em setembro nas duas marcas.

Embora tenha ocorrido uma uma redução de 24% da receita líquida no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, o Grupo revisou sua verba de compra e conseguiu reduzir o estoque em R$ 3.705 reais em 30 de setembro de 2020 se comparado com a mesma data do ano anterior. Essa redução na compras contribuiu com a manutenção do caixa do Grupo durante esse período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020.

Adicionalmente, o montante recebido de valores vencidos de clientes em relação ao último trimestre foi de R$ 5.600, e redução de 30% da base de clientes em atraso.

Por fim, visando reduzir despesas salariais de curto prazo, foram reduzidas 39 posições, com economia de R$ 711 no ano.

Foram realizadas avaliações de *impairment* dos ativos não financeiros com base nas projeções de resultado e que não foi necessário constituir nenhuma redução. Na avaliação dos ativos financeiros o Grupo atingiu o valor de R$ 6.457 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa 7. Adicionalmente, foi aplicado o desconto comercial em R$ 5.020 em duplicas a receber das operações de outlets.

A Administração continua monitorando todos os assuntos relacionados a pandemia diariamente e entende que as medidas adotadas garantirão a preservação do caixa e a continuidade das operações do Grupo. Num cenário de tamanha incerteza, a Companhia não observou indícios, que perdas por redução do valor recuperável de ativos deveriam ser reconhecidas. A Administração monitora constantemente o tema e irá reavaliar o cenário no quarto trimestre de 2020.

Foram realizadas avaliações de *impairment* dos ativos não financeiros com base nas projeções de resultado e que não foi necessário constituir nenhuma redução. Na avaliação dos ativos financeiros o Grupo atingiu o valor de R$ 6.457 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa 7. Adicionalmente, foi aplicado o desconto comercial em R$ 5.020 em duplicas a receber das operações de outlets.

Outros eventos

Em 19 de março de 2020 foi registrado o aumento do capital social da Companhia em R$ 20.000 (vinte milhões de reais), com a emissão de 8.264.463 (oito milhões, duzentas e sessenta e quatro mil, quatrocentas e sessenta e três) de ações nominativas, sem valor nominal, pela sócia majoritária Belmar RJ Participações. O referido montante já estava classificado em AFAC no exercício de 2019.

Em maio de 2020, a controlada Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda. tomou conhecimento que o STF julgou constitucional a incidência do ISS – Impostos Sobre Serviços aplicado nos royalties da atividade de franchising, resultando no provisionamento do montante de R$ 12.359 em 30 de junho de 2020, corrigido para R$ 12.750 em 30 de setembro de 2020. Esse valor foi reclassificado do saldo a pagar aos antigos acionistas por ser anterior a 02/01/2018, na rubrica Investimentos a Pagar e devidamente provisionado em contingências tributárias, conforme contrato de compra e venda celebrado entre as partes. Em 20 de julho de 2020, foi realizada a assembleia pela controlada Imaginarium Franchising S.A. que autorizou o pagamento dos dividendos indicados na nota explicativa 26 no valor de R$ 18.966. Do total, R$ 13.296 referente ao lucro do exercício e R$ 5.670 de lucros acumulados de exercício anteriores.

Em 14 de setembro de 2020, foi aprovada em Assembleia Geral a realização de incorporação da Belmar RJ Participações S.A. (controladora da Companhia) pela Companhia. O objeto da operação foi a incorporação total da Belmar pela Companhia, de forma que a Companhia passou a ser titular da totalidade do patrimônio líquido da Belmar mediante versão de seu patrimônio líquido, com o respectivo aumento de capital social da Incorporadora, no montante de R$ 83.

Em 14 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 20.849.871,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais), mediante a emissão de 8.624.143 (oito milhões, seiscentas e vinte quatro mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do art. 5º do estatuto social da Companhia.

Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passará de “Butler RJ Participações S.A.” para “Uni.co S.A.”

O Grupo de forma antecipada buscou a negociação para alongar seus compromissos assumidos,

inclusive em relação as medições e aplicações dos *covenants* até então previstos. As novas condições já definidas permitirão o folego necessário para a retomada das atividades nos níveis normais. O passivo circulante foi alongado no montante de R$ 34.327 e a dívida foi alongada até 2025.

ANEXO J – FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições Não Contábeis 7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 16
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 17
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 18
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 19
3.7 - Nível de Endividamento 20
3.8 - Obrigações 21
3.9 - Outras Informações Relevantes 22

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 23
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 52
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 55
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 63
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 64
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 65
4.7 - Outras Contingências Relevantes 66
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 67

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 68
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 73
5.3 - Descrição Dos Controles Internos 74
5.4 - Programa de Integridade 76
5.5 - Alterações significativas 79
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 80

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 84
6.3 - Breve Histórico 85
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 87
6.6 - Outras Informações Relevantes 88

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 89
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 101
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 102
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 103
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 119
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 120
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 125
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 126
7.8 - Políticas Socioambientais 127
7.9 - Outras Informações Relevantes 128

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 130
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 131
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 132

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 133

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 134

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 135

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 136

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 187

9.2 - Outras Informações Relevantes 190

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 191

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 210

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 216

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 217

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 219

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 221

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 222

10.8 - Plano de Negócios 223

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 224

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 227

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 228

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 229

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 237

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 241

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 245

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 246

12.7/8 - Composição Dos Comitês 250

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 252

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 253

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 256

12.12 - Outras informações relevantes 257

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 259

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 264

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 268

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 270

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 271

13.6 - Opções em Aberto 272

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 273

13.8 - Precificação Das Ações/opções 274

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 275

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 276

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 277

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 278

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 279

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 280

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 281

13.16 - Outras Informações Relevantes 282

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 284

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 286

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 287

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 288

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 289

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 290

15.3 - Distribuição de Capital 292

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 293

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 294

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 295

15.7 - Principais Operações Societárias 296

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 298

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 299

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 301

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 302

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 303

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 304

17.2 - Aumentos do Capital Social 305

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 306

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 307

17.5 - Outras Informações Relevantes 308

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 309

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 310

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 311

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 312

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 313

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 314

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 315

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 316

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 317

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 318

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 319

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 320

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 321

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 322

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 323

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 325

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 326

20.2 - Outras Informações Relevantes 327

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 328

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 330

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 332

21.4 - Outras Informações Relevantes 333

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Wellington Einstein Dalvi dos Santos**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Adilson José Perardt**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

WELLINGTON EINSTEIN DALVI DOS SANTOS, brasileiro, divorciado, engenheiro de produção, portador da cédula de identidade RG número 0202453668 Detran - RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 099.534.717-46, na qualidade de Diretor Presidente da **Uni.co S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, CEP 04.548-903, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

WELLINGTON EINSTEIN DALVI DOS SANTOS
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ADILSON JOSÉ PERARDT, brasileiro, casado pelo regimento de comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade RG nº 5.930.485-2, expedida pela SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 020.678.019-29, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Uni.co S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, CEP 04.548-903, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 15.825.887/0001-24 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ADILSON JOSÉ PERARDT
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	01/10/2020
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados: (i) à auditoria independente das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e revisão das informações financeiras intermediárias relativas aos períodos de três, seis e nove meses findos, respectivamente, em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2019 e 2020; (ii) ao trabalho de asseguração limitada e (iii) emissão de carta conforto nos moldes do padrão previsto na CTA 23 - Emissão de Carta de Conforto em Processo de Oferta de Títulos e Valores Mobiliários (“CTA 23”) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R$ 138.500,00
Justificativa da substituição	N/A
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	N/A

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Cristiano Aurélio Kruk	17/03/2013	015.049.689-30	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar – Torre A, Chác. Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39401500, Fax (11) 39401501, e-mail: ckruk@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 2 foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	68.039.000,00	88.841.000,00	138.726.000,00	128.642.000,00
Ativo Total	295.754.000,00	343.512.000,00	357.045.000,00	172.364.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	98.048.000,00	222.339.000,00	224.884.000,00	112.077.000,00
Resultado Bruto	55.223.000,00	111.171.000,00	124.996.000,00	65.112.000,00
Resultado Líquido	-43.358.000,00	-51.840.000,00	10.514.000,00	15.274.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	74.954.620	66.690.157	66.690.157	66.690.157
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,907736	1,332146	2,080157	1,928950
Resultado Básico por Ação	-0,578500	-0,791000	0,167000	0,236000
Resultado Diluído por Ação	-0,58	-0,79	0,17	0,24

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 as seguintes medições não contábeis:

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
EBITDA	(19.633)	2.152	3.617	35.027	19.518
Margem EBITDA	-20,0%	1,7%	1,6%	15,6%	17,4%
EBITDA Ajustado	(20.446)	2.513	18.233	42.635	19.920
Margem EBITDA Ajustado	-19,7%	1,5%	6,8%	14,9%	15,4%
Receita Líquida Ajustada	103.747	165.416	268.928	286.101	129.617
Lucro Bruto Ajustado	53.296	81.886	129.367	145.975	70.190
Margem Bruta Ajustada	51,4%	49,5%	48,1%	51,0%	54,2%
Lucro Líquido Ajustado	(37.942)	(14.834)	(7.731)	19.624	15.676
Margem Líquida Ajustada	-36,6%	-9,0%	-2,9%	6,9%	12,1%
Dívida Bruta	137.532	147.847	157.888	165.116	10.512
Dívida Líquida	73.664	132.758	131.412	139.611	(44.109)

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA é calculado a partir do Resultado Líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela Receita Líquida.

O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA acrescido por itens que a administração entende que não fazem parte da operação. Entre os itens ajustados estão outras despesas referentes ao processo de integração Administrativa e Logística das marcas Imaginarium e Puket, outros custos e despesas relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket, ações judiciais de gestões anteriores, ganho da ação do ICMS na base do PIS/COFINS, consultoria relacionada ao alongamento do endividamento bancário, provisão para créditos de liquidação duvidosa de franquias Outlets da Companhia, impacto do IFRS-16 nos contratos de aluguéis e resultado das lojas próprias encerradas. Os ajustes serão detalhados nas tabelas de conciliação. A Margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida Ajustada.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não representa a geração de caixa da Companhia e não substitui o indicador de resultado líquido do exercício. A Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo padrão de EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado.

Receita Líquida Ajustada

A Receita Líquida Ajustada refere-se à Receita Líquida da Companhia adicionada à Receita Líquida das Operações Descontinuadas e adicionando a provisão de contingência tributária referente ao IPI. Para

3.2 - Medições Não Contábeis

fins de melhor comparabilidade, o IPI que era considerado como uma despesa (provisão) foi direcionado como uma dedução da Receita Bruta, assim como passou a ser feito a partir de 01 de setembro de 2020.

A Receita Líquida da Operação Descontinuada da fábrica de meias da Puket foi considerada na Receita Líquida Ajustada pois permanecemos vendendo meias como uma categoria relevante no nosso negócio. A descontinuidade da fábrica de meias resultou em uma substituição no modelo de fornecimento do produto – saímos de industrialização própria e passamos a adquirir produtos de terceiros. A Puket desativou a planta fabril de meias que mantinha em São Paulo em outubro de 2019.

A Ludi, uma submarca da Companhia que tinha como foco o mercado multimarcas de presentes e decorações, está com operação em descontinuação iniciada em 2019 e prevista para encerrar no quarto trimestre de 2020. Para fins de comparabilidade, sua Receita Líquida da Operação Descontinuada foi considerada na Receita Líquida Ajustada pois, apesar da descontinuação da marca, nós revisamos a estratégia de atuação nesse mercado, intensificando e qualificando nossa atuação utilizando a marca Imaginarium.

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

O Lucro Bruto Ajustado equivale ao Lucro Bruto adicionado ao Lucro Bruto das Operações Descontinuadas, à Provisão de Contingência Tributária referente ao IPI e o ajuste dos impactos do encerramento da fábrica de meias no Lucro Bruto. Os motivos para considerarmos a Provisão de Contingência Tributária do IPI e o Lucro Bruto das Operações Descontinuadas são os mesmos descritos no item da Receita Líquida Ajustada.

Os ajustes realizados referente aos impactos do fechamento da fábrica de meias da Puket estão relacionados a provisão de perdas de estoque obsoletos, venda de mercadorias obsoletas, venda de matérias-primas obsoletas e ao impacto do processo de desmobilização da fábrica no aumento de custo da Companhia.

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

O Lucro Líquido Ajustado refere-se ao Lucro Líquido acrescido por itens que a administração entende que não fazem parte da operação. Entre os itens ajustados estão as despesas referentes ao processo de integração Administrativa e Logística das marcas Imaginarium e Puket, outros custos e despesas relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket, ações judiciais de gestões anteriores, ganho da ação do ICMS na base do PIS/COFINS, consultoria relacionada ao alongamento do endividamento bancário, provisão para créditos de liquidação duvidosa franquias de Outlets da Companhia, resultado das lojas próprias encerradas, amortização do intangível gerado na aquisição da Puket e impairment do IR/CSLL diferidos em função da não recuperabilidade deste ativo no período de 10 anos.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Dívida Bruta refere-se ao total de Empréstimos e Financiamentos a pagar (circulante e não circulante) e Investimentos a Pagar (circulante e não circulante). Os Investimentos a Pagar estão relacionados às parcelas da aquisição da Puket realizada em 2018. . A Dívida Líquida equivale à Dívida Bruta descontada das disponibilidades de caixa e de equivalentes de caixa. A Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas pela IFRS e não possuem significado padrão. Por isso, outras empresas podem calcular o nível de endividamento de formas diferentes e seu resultado pode não ser comparável ao adotado pela Companhia. A Companhia utiliza a Dívida Bruta e a Dívida Líquida como indicadores de endividamento e saúde financeira.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício Social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício social encerrado 31/12/2017
Resultado líquido do exercício	(43.358)	(19.223)	(51.840)	10.514	15.274
(+/-) IRPJ/CSLL corrente e diferido	3.200	8.721	34.915	4.791	5.689
(+/-) Resultado financeiro, líquido	11.971	7.474	9.576	13.358	(2.441)
(+) Depreciação e amortização	8.554	5.180	10.966	6.364	996
EBITDA	**(19.633)**	**2.152**	**3.617**	**35.027**	**19.518**
Receita operacional líquida	98.048	128.715	222.339	224.884	112.077
Margem EBITDA	**-20,0%**	**1,7%**	**1,6%**	**15,6%**	**17,4%**

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício social encerrado 31/12/2017
EBITDA	(19.633)	2.152	3.617	35.027	19.518
(+/-) Resultado Líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	54	70	330	402
(+/-) Outras Despesas relacionadas à integração Administrativa e Logística das Marcas (i)	6.418	2.988	4.560	2.622	-
(+/-) Resultado da Ação ICMS na base do PIS/COFINS e outras Ações Judiciais e Consultoria para alongamento da dívida bancária (ii)	979	(3.263)	(4.805)	1.030	-
(+/-) Outros Custos e Despesas relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket (iii)	(5.108)	2.168	14.912	639	-
(+/-) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (provisão para créditos de liquidação duvidosa dos Outlets)[1]	-	-	3.261	-	-
(+/-) Resultado Lojas Próprias encerradas	410	183	615	2.987	-
(+/-) Passivo de Arrendamento (exclusão do Efeito do IFRS-16)	(3.513)	(1.769)	(3.996)	-	-
EBITDA Ajustado	**(20.446)**	**2.513**	**18.233**	**42.635**	**19.920**
Receita Líquida Ajustada	103.747	165.416	268.928	286.101	129.617
Margem EBITDA Ajustado	**-19,7%**	**1,5%**	**6,8%**	**14,9%**	**15,4%**

(1) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa de franquias Outlets da Puket. A administração acredita que irá receber os valores devidos, mas não havia uma negociação em andamento na época e por isso foi provisionado o valor.

3.2 - Medições Não Contábeis

(i) Outras Despesas relacionadas à integração Administrativa e Logística das Marcas

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Despesas Administrativas - Salários e Encargos (Rescisões Integração Administrativo e Logística)	2.883	178	982	166	-
Despesas Administrativas - Participação nos Lucros (Rescisões Integração Administrativo e Logística)	273	-	248	166	-
Despesas Administrativas - Viagens e Representações (despesas Integração Administrativo e Logística)	107	159	199	313	-
Despesas Administrativas - serviços de terceiros pessoa jurídica (despesas Integração Administrativo e Logística)	51	177	191	7	-
Despesas Administrativas - Outras Despesas (despesas Integração Administrativo e Logística)	327	22	70	7	-
Despesas Administrativas - Aluguéis e Manutenção (despesas Integração Administrativo e Logística)	739	1.090	1.121	-	-
Despesas Administrativas - Água e Esgoto (despesas Integração Administrativo e Logística)	-	1	1	-	-
Despesas Administrativas - Energia Elétrica (despesas Integração Administrativo e Logística)	2	16	16	-	-
Despesas Administrativas - Consultoria (despesas Integração Administrativo e Logística)	5	30	43	406	-
Despesas Administrativas - Fretes e Carretos (despesas Integração Administrativo e Logística)	-	146	146	-	-
Despesas Administrativas - Informática (despesas Integração Administrativo e Logística)	34	35	35	2	-
Despesas Administrativas - Tributos e Taxas (despesas Integração Administrativo e Logística)	53	4	4	-	-
Despesas Administrativas - Correios (despesas Integração Administrativo e Logística)	1	4	4	11	-
Despesas Administrativas - Serviços de terceiros pessoa jurídica (Consultoria de pós aquisição Puket)	-	1.125	1.500	1.543	-
Outras Receitas / Despesas - Resultado com venda de imobilizado (Baixa de Imobilizado Escritório Santa Catarina)	1.942	-	-	-	-
Outras Despesas relacionadas à integração Administrativa e Logística das Marcas (i)	**6.418**	**2.988**	**4.560**	**2.622**	**-**

3.2 - Medições Não Contábeis

(ii) Resultado da Ação ICMS na base do PIS/COFINS e outras Ações Judiciais e Consultoria para alongamento da dívida bancária

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Despesas Administrativas - Provisão para contingências cíveis (Indenizações Judiciais Gestões Anteriores)[1]	52	-	-	-	-
Despesas Administrativas - Tributos e Taxas (Ações de anos anteriores)[2]	(182)	-	-	1.030	-
Despesas Administrativas - Consultoria (Consultoria para alongamento do endividamento bancário)	1.109	-	-	-	-
Outras Receitas / Despesas (Ganho da ação da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS)[3]	-	(3.263)	(4.805)	-	-
Resultado da Ação ICMS na base do PIS/COFINS e outras Ações Judiciais e Consultoria para alongamento da dívida bancária (ii)	**979**	**(3.263)**	**(4.805)**	**1.030**	**-**

(iii) Outros Custos e Despesas relacionados ao encerramento da fábrica de meias da Puket

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Receita Líquida (vendas de obsoletos / matérias-primas)	-	(50)	(879)	-	-
Receita Líquida Operação Descontinuada (vendas de obsoletos / matérias-primas)	(280)				
CMV (vendas de obsoletos / matérias-primas)	-	1.446	5.638	-	-
CMV Operação Descontinuada (saídas e vendas de obsoletos / matérias-primas)	2.180		-	-	-
CMV Operação Descontinuada (Aumento de custo médio unitário pela desmobilização gradual da fábrica)	-	1.611	2.996	-	-
CMV Operação Descontinuada (Perdas)	966		-	-	-
CMV Operação Descontinuada (Depreciação na operação descontinuada)	-	353	353	639	-
Outras Receitas / Despesas Operação Descontinuada (Perdas com Estoque)		-	238	-	-
Outras Receitas / Despesas Operação Descontinuada (Provisão de Perdas com Estoque)	(4.352)	(649)	5.711	-	-

[1] De acordo com o contrato de compra e venda das aquisições da Imaginarium e da Puket
[2] De acordo com o contrato de compra e venda das aquisições da Imaginarium e da Puket
[3] De acordo com o contrato de compra e venda das aquisições da Imaginarium e da Puket

3.2 - Medições Não Contábeis

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Outras Receitas / Despesas Operação Descontinuada (Resultado da Venda de Ativo Imobilizado)	(3.689)	(571)	(983)	-	-
Outras Receitas / Despesas (Baixa de imobilizado do galpão SP)	-	-	421	-	-
Despesas Administrativas - Consultoria (comissão venda das máquinas da fábrica)	-	28	43	-	-
Despesas Administrativas - Salários e Encargos (rescisões equipe industrial)	-	-	1.326	-	-
Despesas Administrativas - Participação nos Lucros (rescisões equipe industrial)	-	-	49	-	-
Despesas Administrativas - Viagens e Representações (encerramento fábrica e fechamento escritório SP)	43	-	-	-	-
Despesas Administrativas - Aluguéis e Manutenção (encerramento fábrica e fechamento escritório SP)	(111)	-	-	-	-
Despesas Administrativas - Energia Elétrica (encerramento fábrica e fechamento escritório SP)	12	-	-	-	-
Despesas Administrativas - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (encerramento fábrica e fechamento escritório SP)	70	-	-	-	-
Despesas Administrativas - Outros (encerramento fábrica e fechamento escritório SP)	53	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket (iii)	**(5.108)**	**2.168**	**14.912**	**639**	**-**

Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	106.934	94.818	115.186	113.955	10.512
Investimentos a Pagar circulantes e não circulantes (parcelas a pagar referentes à aquisição da Puket)	30.598	53.029	42.702	51.161	-
Dívida Bruta	**137.532**	**147.847**	**157.888**	**165.116**	**10.512**
Caixas e equivalentes de caixa	63.868	15.089	26.476	25.505	54.621
Dívida Líquida	**73.664**	**132.758**	**131.412**	**139.611**	**(44.109)**

3.2 - Medições Não Contábeis

Receita Líquida Ajustada

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Receita Operacional Líquida	98.048	128.715	222.339	224.884	112.077
(+/-) Receita Líquida Operações Descontinuadas	8.432	38.671	52.206	65.408	23.518
(+/-) Provisão de Contingências Tributárias - IPI	(2.453)	(1.920)	(4.739)	(4.191)	(5.978)
(+/-) Receita Líquida vendas de obsoletos e matérias-primas (iv)	(280)	(50)	(879)	-	-
Receita Líquida Ajustada	**103.747**	**165.416**	**268.928**	**286.101**	**129.617**

(iv) Receita Líquida de vendas de obsoletos / matérias-primas

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Receita Líquida (vendas de obsoletos / matérias-primas)	-	(50)	(879)	-	-
Receita Líquida Operação Descontinuada (vendas de obsoletos / matérias-primas)	(280)				
Receita Líquida de obsoletos / matérias-primas (iii)	**(280)**	**(50)**	**(879)**	**-**	**-**

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Lucro Bruto	55.223	68.944	111.171	124.996	65.112
(+/-) Lucro Bruto Operações Descontinuadas	(2.340)	11.855	15.180	25.170	11.056
(+/-) Provisão de Contingências Tributárias - IPI	(2.453)	(1.920)	(4.739)	(4.191)	(5.978)
(+/-) Lucro Bruto relacionado ao encerramento da fábrica de meias da Puket (sem depreciação) (v)	2.866	3.007	7.755	-	-
Lucro Bruto Ajustado	**53.296**	**81.886**	**129.367**	**145.975**	**70.190**
Receita Líquida Ajustada	103.747	165.416	268.928	286.101	129.617
Margem Bruta Ajustada	**51,4%**	**49,5%**	**48,1%**	**51,0%**	**54,2%**

3.2 - Medições Não Contábeis

(v) Lucro Bruto relacionado ao encerramento da fábrica de meias da Puket (sem depreciação)

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Receita Líquida (vendas de obsoletos / matérias-primas)	-	(50)	(879)	-	-
Receita Líquida Operação Descontinuada (vendas de obsoletos / matérias-primas)	(280)				
CMV (vendas de obsoletos / matérias-primas)	-	1.446	5.638	-	-
CMV Operação Descontinuada (saídas e vendas de obsoletos / matérias-primas)	2.180		-	-	-
CMV Operação Descontinuada (Aumento de custo médio unitário pela desmobilização gradual da fábrica)	-	1.611	2.996	-	-
CMV Operação Descontinuada (Perdas)	966		-	-	-
Lucro Bruto relacionado ao encerramento da fábrica de meias (sem depreciação) (v)	**2.866**	**3.007**	**7.755**	**-**	**-**

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

(Em milhares de reais)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Resultado líquido do exercício	(43.358)	(19.223)	(51.840)	10.514	15.274
(+/-) Resultado Líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	54	70	330	402
(+/-) Impairment IR/CSLL Diferidas	-	-	22.829	-	-
(+) Amortização do Intangível relacionado à Aquisição da Puket	2.716	2.260	3.020	2.141	-
(+/-) Outras Despesas relacionadas à integração Administrativa e Logística das Marcas	6.418	2.988	4.560	2.622	-
(+/-) Resultado da Ação ICMS na base do PIS/COFINS e outras Ações Judiciais e Consultoria para alongamento da dívida bancária	979	(3.263)	(4.805)	1.030	-
(+/-) Outros Custos e Despesas relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket (sem depreciação)	(5.108)	2.168	14.559	-	-
(+/-) Resultado Lojas Próprias encerradas	410	183	615	2.987	-
(+/-) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (provisão para créditos de liquidação duvidosa dos Outlets)	-	-	3.261	-	-

3.2 - Medições Não Contábeis

Lucro Líquido Ajustado	**(37.942)**	**(14.834)**	**(7.731)**	**19.624**	**15.676**
Receita Líquida Ajustada	103.747	165.416	268.928	286.101	129.617
Margem Líquida Ajustada	**(36,6%)**	**(9,0%)**	**(2,9%)**	**6,9%**	**12,1%**

(d) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

A Companhia entende que o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBTIDA Ajustado suplementam a análise do investidor para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque retratam o lucro realizado pelas atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado fornecem aos investidores uma complementação à compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Dívida Bruta e Dívida Líquida

A Companhia acredita que o indicador de Dívida Bruta e Dívida Líquida representam adequadamente o grau de endividamento da Companhia e engloba as dívidas bancárias e de investimentos a pagar.

Receita Líquida Ajustada

A Companhia acredita que a Receita Líquida Ajustada complementa a análise do investidor em relação à comparabilidade das vendas e impostos dos períodos analisados.

Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada

A Companhia acredita que o Lucro Bruto Ajustado e Margem Bruta Ajustada são indicadores que complementam a análise do investidor em relação à comparabilidade do Lucro Bruto e da Margem Bruta da Companhia dos períodos analisados

Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A Companhia acredita que o Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada são indicadores que complementam a análise do investidor em relação ao resultado líquido das suas operações pois retrata o lucro líquido realizado pelas atividades genuinamente ligadas ao seu objeto social.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Em 14 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral o aumento de capital social da Companhia no valor de R$ 20.849.871,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais), mediante a emissão de 8.624.143 (oito milhões, seiscentas e vinte quatro mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a consequente alteração do art. 5º do estatuto social da Companhia.

Em 15 de outubro de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral e aprovada a alteração da razão social da Companhia, a qual passará de "Butler RJ Participações S.A." para "Uni.co S.A."

A Companhia de forma antecipada buscou a negociação para alongar seus compromissos assumidos, inclusive em relação as medições e aplicações dos covenants até então previstos. As novas condições já definidas permitirão o folego necessário para a retomada das atividades nos níveis normais. O passivo circulante foi alongado, e o montante de R$ 34.327 mil foi transferido para o passivo não circulante. Consequentemente, a dívida foi alongada de forma parcelada até 2025.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei.		
Valores das retenções de lucros	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social.	Reserva legal: R$ 542.189,14 Reserva de Lucros a Realizar: R$ 10.301.593,60	Reserva legal: R$ 783.815,37 Reserva de Lucros a Realizar: R$ 14.892.495,99
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não Aplicável.	Reserva Legal: 5,00% Reserva de Lucros a Realizar: 95,00%	Reserva Legal: 5,00% Reserva de Lucros a Realizar: 95,00%
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.		
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, a Assembleia Geral poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado.		
Restrições à distribuição de dividendos	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.		
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2019, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2018, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2017, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	10.843.782,74	15.676.311,00
Data da aprovação da retenção	30/09/2020	03/06/2020	17/06/2019	06/04/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00		0,00		0,00		0,00	

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	222.752.000,00	Índice de Endividamento	0,75811370	
31/12/2019	254.671.000,00	Índice de Endividamento	0,74137439	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Aval	37.100.154,40	50.751.579,66	19.082.530,27	0,00	106.934.264,33
Total			37.100.154,40	50.751.579,66	19.082.530,27	0,00	106.934.264,33

Observação

Para fins de preenchimento deste item, são consideradas obrigações: (i) inferiores a um ano (01/10/2020 a 30/09/2021); (ii) um a três anos (01/10/2021 a 30/09/2023). As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Outras garantias ou privilégio	Aval	34.929.466,35	67.163.425,74	13.093.971,50	0,00	115.186.863,59
Total			34.929.466,35	67.163.425,74	13.093.971,50	0,00	115.186.863,59

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

3.9 - Outras Informações Relevantes

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente maior risco se comparado a investimentos em mercados desenvolvidos. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos. Essas características podem limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as ações da Companhia ao preço e no momento desejado, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre a cotação das ações da Companhia negociadas no mercado.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 3 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos nele mencionados e as informações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. A atividade, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros da Companhia e/ou o valor dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderão ser afetados adversamente por qualquer dos fatores de riscos conhecidos por ela na data deste Formulário de Referência e descritos abaixo, bem como por riscos adicionais não conhecidos, mas que podem surgir no futuro ou que a Companhia considera irrelevantes nesta data. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os acionistas poderão perder parte ou a totalidade de seus investimentos nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante para a Companhia e suas controladas, individual ou conjuntamente, em suas atividades, situações financeiras, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou de valores mobiliários de sua emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas nesse contexto. Ademais, não obstante a subdivisão desta seção "4. Fatores de Risco", um fator de risco que esteja em um item pode também se aplicar a um ou mais itens desta seção ou de qualquer matéria tratada neste Formulário de Referência.

(a) riscos relacionados ao emissor

A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus causou e poderá ainda continuar a causar um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus afetou negativamente a economia global, interrompeu os gastos dos consumidores e as cadeias de suprimento globais, e criou uma significativa volatilidade e impacto nos mercados financeiros. Em função da pandemia do novo coronavírus, e em resposta às normas ou recomendações editadas pelas autoridades governamentais, bem como das decisões que a Companhia tomou, o centro de distribuição da Companhia e a maior parte das lojas da Companhia, sejam franquias monomarcas, multimarcas ou outras lojas parceiras que comercializam produtos da Companhia, foram obrigados a fechar ou a operar em horário reduzido devido aos esforços para impedir ou retardar a propagação do novo coronavírus. A Companhia também fechou seus escritórios administrativos e outras instalações, incluindo sua sede na cidade de São Paulo e escritório na cidade de Florianópolis, adotando uma política de teletrabalho para seus funcionários administrativos.

Consequentemente, os resultados financeiros da Companhia nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020 sofreram um impacto adverso relevante, de forma que, nesse período, a receita operacional líquida da Companhia foi de R$98,1 milhões, o que representou uma redução de 23,8% em relação ao mesmo período de 2019, quando a receita operacional líquida da Companhia havia sido de R$128,7 milhões.

A continuidade e o alcance do impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os negócios e desempenho financeiro da Companhia, inclusive a capacidade da Companhia de executar suas estratégias de curto e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado, dependerá dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

Caso a pandemia do novo coronavírus persista ou se agrave, ou uma segunda onda da doença se dissemine globalmente ou pelo Brasil, a Companhia e seus lojistas franqueados e/ou parceiros podem enfrentar por mais tempo a obrigação de fechamento de lojas e/ou outras restrições operacionais com

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

relação a algumas ou todas as fábricas que compõem sua cadeia de produção, centros de distribuição e lojas, incluindo aquelas localizadas em shopping centers, por períodos prolongados de tempo devido a, entre outros fatores, normas governamentais, que se encontram em constante mutação, inclusive diretivas de saúde pública, políticas de quarentena, medidas de distanciamento social ou até mesmo um *lockdown*. Assim, a Companhia acredita que além da perda de receita e lucratividade que teve até 30 de setembro de 2020, os seus resultados financeiros poderão ainda continuar a ser afetados de forma adversa e relevante em decorrência da pandemia do novo coronavírus.

Além disso, o receio dos consumidores de adoecerem poderá persistir, mesmo com a abertura das lojas dos franqueados e parceiros da Companhia, o que poderá afetar adversamente o tráfego de clientes nas lojas da Companhia e nas lojas multimarcas. O gasto dos consumidores também poderá ser afetado negativamente pelas condições gerais macroeconômicas e pela confiança do consumidor, inclusive os impactos de qualquer recessão, resultante da pandemia do novo coronavírus. Isso pode afetar negativamente as vendas nas lojas dos franqueados e parceiros e a plataforma *omnichannel* da Companhia. Qualquer redução significativa no número e no gasto de consumidores nas lojas dos franqueados e parceiros da Companhia devido à pandemia do novo coronavírus, e qualquer diminuição no gasto em lojas e no *e-commerce* da Companhia devido à diminuição da confiança e de gastos do consumidor após a pandemia resultaria em perda de receita, afetando o lucro da Companhia e o seu resultado financeiro.

Se os negócios da Companhia não gerarem fluxos de caixa operacionais suficientes, ou outros recursos não estiverem disponíveis para a Companhia por meio de empréstimos por meio das linhas de crédito concedidas à Companhia ou de outras fontes, a Companhia pode não conseguir cobrir as suas despesas, investir no crescimento do seu negócio, responder aos desafios competitivos ou atender suas outras necessidades de liquidez e capital, o que pode prejudicar os negócios da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos comercializados pela Companhia, o centro de distribuição da Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de uma segunda onda de disseminação do novo coronavírus. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados componentes dos produtos da Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que grande parte da produção da Companhia está localizada na China, variações cambiais podem impactar o preço da mercadoria e, consequentemente, ser repassadas para os consumidores. E ainda, tendo em vista a dependência da Companhia dos produtos produzidos na China, o fechamento de fronteiras, em decorrência da pandemia, pode impactar o abastecimento do centro de distribuição e, consequentemente, das lojas, impactando na receita da Companhia.

Além disso, o fechamento das franquias da Companhia e o fechamento de muitos shopping centers em que parte das franquias da Companhia estão localizadas e as normas federais, estaduais e municipais relacionadas à pandemia do novo coronavírus, podem expor os lojistas franqueados e/ou parceiros da Companhia a riscos jurídicos, reputacionais e financeiros em relação a seus contratos de locação, como pagamento de multas por rescisão antecipada. Não há garantia de que os lojistas da Companhia ficarão isentos de qualquer de suas obrigações nos termos dos seus contratos de locação, ou que, após a pandemia do novo coronavírus, conseguirão retomar as operações em suas lojas nos atuais termos dos contratos de locação em vigor, ou se sequer conseguirão fazê-lo. Caso os lojistas da Companhia não consigam arcar com os pagamentos dos aluguéis de suas lojas, isso será considerado inadimplemento contratual, capaz de ensejar a rescisão antecipada do contrato de locação, afetando, desta forma, a continuidade da ocupação pelos lojistas da Companhia.

O alcance total do impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia depende dos desdobramentos futuros, que são incertos e imprevisíveis, inclusive a duração e a disseminação da pandemia, especialmente no Brasil, seu impacto sobre os mercados de capitais e financeiro e qualquer nova informação que possa surgir sobre a gravidade do vírus, sua disseminação para outras regiões, bem como as ações tomadas para contê-la, entre outras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No atual momento, a Companhia não pode estimar de forma razoável o alcance total do impacto da pandemia do novo coronavírus sobre os seus negócios e resultados operacionais além dos impactos já refletidos nas suas últimas informações financeiras. Além disso, os efeitos da pandemia do novo coronavírus poderão exacerbar os efeitos de outros fatores de risco divulgados nesta seção do Formulário de Referência.

A Companhia opera por meio de canais distintos (franquias, multimarcas, e-commerce e outros). A falha na integração desses canais, ou o insucesso da Companhia em aprimorar inovações poderão afetar negativamente os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

As operações da Companhia são realizadas por meio de lojas físicas (franquias monomarcas e franquias multimarcas) e por meio da plataforma digital no conceito *omnichannel* de integração de canais. A Companhia não pode garantir que conseguirá aprimorar sua estratégia *omnichannel* ou que será capaz de implementar inovações que sejam importantes para seus clientes, o que, em se confirmando, poderá ser extremamente prejudicial aos seus planos e poderá afetar negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

Além disso, caso a Companhia não seja capaz de manter e aprimorar, de forma bem-sucedida, a complementaridade entre os canais de vendas, sob os aspectos comerciais, logísticos, de comunicação e marketing e de atendimento, o aproveitamento das vantagens que a estrutura integrada dos multicanais pode oferecer será prejudicado, podendo impactar adversamente a Companhia.

Outro risco da estratégia *omnichannel* é a possibilidade de os canais de vendas entrarem em competição. Em 30 de setembro de 2020, a maior parte de franquias da Companhia estava localizada em shopping centers, onde estão sujeitas ao pagamento de aluguel atrelado a um percentual das vendas realizadas na respectiva loja. Ainda existem incertezas no mercado de varejo quanto ao tratamento comercial a ser dado às vendas realizadas via *omnichannel* no que tange a origem da venda, o que pode ter um impacto adverso nos resultados da Companhia. Caso isso aconteça, a Companhia poderá não ser bem-sucedida em uma de suas estratégias de crescimento e a integração dos seus canais de vendas poderá não trazer os benefícios esperados, afetando negativamente os negócios e atividades, situação financeira e resultado operacional da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia poderá incorrer em custos maiores do que os esperados e as iniciativas *omnichannel* podem se mostrar economicamente inviáveis ou ter uma rentabilidade menor do que a esperada. Por fim, a legislação e regulamentação (principalmente tributária) das atividades inerentes à plataforma *omnichannel* no Brasil não possuem previsões específicas aplicáveis à modalidade de varejo multicanal, o que deixa a Companhia vulnerável a possíveis autuações e gera um ambiente regulatório incerto para suas operações. Quaisquer dos fatores acima poderá afetar de forma relevante a estratégia de crescimento da Companhia e o seu resultado operacional.

A Companhia pode não identificar ou não responder de forma rápida e bem-sucedida às mudanças nas tendências da moda e nas preferências dos Clientes.

A Companhia compete com outras marcas em relação a estilo, qualidade, preço, experiência de compra, promoções, localização e decoração das lojas, dentre outros. As vendas das coleções da Companhia e seu resultado operacional dependem de sua habilidade em gerenciar estoques e prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências nacionais e mundiais e nas preferências do consumidor, as quais são voláteis e tendem a mudar rapidamente.

Qualquer falha em antecipar, identificar, desenvolver novos produtos, novas coleções e responder às mudanças de tendências na moda pode afetar adversamente a aceitação das mercadorias e a imagem das marcas perante seu público-alvo, impactando adversamente a Companhia.

Além disso, a Companhia pode, eventualmente, desenvolver produtos que não sejam comercialmente viáveis ou ser incapaz de planejar adequadamente seus estoques, em decorrência de falhas em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

identificar corretamente as tendências emergentes de estilo ou de preferências dos consumidores. Nesse caso, as marcas da Companhia podem não ser capazes de obter as mesmas vendas e margens obtidas com as marcas e produtos do portfólio atual e poderá ter um volume substancial de estoques não vendidos. Em resposta a essas situações, as marcas da Companhia poderão realizar vendas promocionais para acabar com os estoques, o que afetaria negativamente os seus resultados operacionais.

A Companhia depende da eficácia das suas campanhas de marketing e publicidade. A Companhia dedica recursos significativos para campanhas publicitárias e de marketing, a fim de promover a atratividade e o movimento de seus canais de vendas.

Se essas campanhas não atenderem às metas esperadas, suas vendas e lucratividade poderão ser afetadas negativamente, e talvez a Companhia não consiga fortalecer suas marcas como esperado. Consequentemente, seus resultados operacionais e condição financeira podem ser adversamente afetados. Além disso, se a Companhia não for capaz de identificar mudanças no comportamento e das preferências do consumidor e de responder adequadamente em suas campanhas de marketing e publicidade, a Companhia pode ser adversamente afetada. Ademais, se as atividades de propaganda e marketing da Companhia não forem bem concebidas, planejadas e executadas, a Companhia pode não ser capaz de alcançar as metas e objetivos esperados e, consequentemente, ter impactos negativos em suas vendas e rentabilidade e não gerar a desejada valorização e reconhecimento de suas mercadorias e produtos. Com isso, a situação financeira e resultado operacional da Companhia podem ser afetados negativamente.

Se a Companhia não conseguir gerir seu estoque com eficiência, as margens brutas da Companhia poderão ser adversamente afetadas.

Flutuações nos mercados de varejo impactam os níveis de estoque mantidos pelos varejistas. A natureza do negócio varejista exige que a Companhia mantenha um volume significativo de estoque, especialmente antes de datas comemorativas, que são períodos de pico de vendas, quando a Companhia tem que elevar o nível de estoque. As mercadorias normalmente precisam ser encomendadas com antecedência e frequentemente antes que as tendências sejam confirmadas pelas compras dos clientes. A Companhia tem que celebrar contratos de compra e manufatura de mercadorias antes do período de vendas aplicável. Assim, a Companhia está vulnerável às mudanças na demanda e preços, à seleção subótima e ao cronograma de compra das mercadorias. No passado, a Companhia já realizou análises imprecisas sobre as preferências dos clientes e os níveis de aceitação de seus itens de tendência. Se as vendas não atenderem as expectativas (por exemplo, devido à duração e ao impacto contínuos e desconhecidos da pandemia do novo coronavírus sobre o fornecimento de estoque e demanda dos consumidores), um excesso de estoque pode causar descontos excessivos e, assim, margens inferiores àquelas planejadas pela Companhia.

Além disso, devido ao decurso do prazo entre o momento em que os produtos são negociados e adquiridos até o momento em que são entregues e faturados, a Companhia poderá ser negativamente afetada por variações cambiais que ocasionalmente levariam ao aumento do preço das mercadorias o que poderia impactar negativamente os resultados da Companhia e sua capacidade de honrar com os compromissos assumidos.

A representatividade das vendas da Companhia é mais expressiva no último trimestre do ano e, portanto, uma alteração nas vendas desse período pode impactar adversamente seu resultado.

As vendas da Companhia flutuam sazonalmente, estando, historicamente, concentradas no último trimestre, principalmente por conta de datas comemorativas como Black Friday e Natal. No quarto trimestre de 2019, a receita líquida de vendas consolidada representou aproximadamente 42% da receita líquida consolidada anual da Companhia do exercício social em 31 de dezembro de 2019. Qualquer variação inesperada da demanda para esse período poderá fazer com que a Companhia venda o estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

praticados, o que reduzirá as margens da Companhia e, com isso, afetará adversamente e de forma relevante os negócios da Companhia.

Além disso, com o objetivo de atender ao aumento de demanda durante o último trimestre do ano, a Companhia incorre em despesas adicionais significativas, como a contratação temporária de empregados para o centro de distribuição e para os serviços de atendimento aos consumidores (SAC), bem como o aumento do volume de produtos estocados. Se a Companhia não vender a quantidade esperada em cada período do ano, suas vendas líquidas podem não ser suficientes para permitir que a Companhia recupere integralmente seus investimentos em produtos e serviços e suas despesas com pessoal e publicidade. Consequentemente, a Companhia pode experimentar um impacto negativo desproporcional significativo em seus resultados operacionais e financeiros.

A Companhia pode não conseguir ampliar a rede de franqueados e/ou parceiros com sucesso.

A capacidade da Companhia de ampliar sua rede de franqueados monomarcas e aumentar a penetração de suas marcas em lojas multimarcas espalhadas pelo país pode ser afetada por inúmeros fatores alheios ao controle da Companhia. Esses fatores podem incluir a expansão de competidores e o consequente aumento da concorrência por pontos estratégicos de vendas, o surgimento de novos concorrentes para o segmento de vestuário infantil, acessórios, papelaria e decoração, a dificuldade de encontrar locais adequados para a abertura de novas franquias, o aumento da participação dos concorrentes no "mix" de produtos das lojas multimarcas e as questões de mercado que podem afetar a demanda por produtos da Companhia, dentre outros.

Além disso, a abertura de novas franquias pode não ser concluída ao custo e no momento que a Companhia entende ser apropriados. Dentre os fatores que podem impossibilitar ou prejudicar a ampliação da rede de franqueados e outros lojistas parceiros estão a indisponibilidade de locais adequados, a negociação dos termos contratuais do aluguel dos imóveis adequados, a indisponibilidade de financiamento e/ou recursos – sejam próprios ou de terceiros, a indisponibilidade de contratar ou treinar vendedores qualificados e o atraso ou aumento nos custos associados à reforma do imóvel.

Outros riscos relacionados à expansão de franquias monomarcas ou à presença das marcas da Companhia em lojas multimarcas são:

1. Caso a Companhia não consiga abrir ou manter franquias em lugares privilegiados, ou contratar e treinar empregados qualificados para as franquias, pode ser incapaz de conduzir a expansão com êxito;

2. Caso ocorra restrição temporária ou redução significativa de tráfego de consumidores em shopping centers, como no caso da pandemia do novo coronavírus, com consequente diminuição do volume de vendas, impactando negativamente o resultado da Companhia;

3. Caso as franquias ou clientes multimarcas não mantenham e/ou não aprimorem a identidade das marcas da Companhia, estas podem ser enfraquecidas e as vendas podem diminuir; e

4. Caso o interesse dos consumidores (e, consequentemente, a demanda dos lojistas) de lojas multimarcas e franqueados monomarcas por produtos da Companhia se reduza.

A Companhia depende em especial da sua rede de franqueados tanto para implementar sua estratégia de crescimento, como para o seu faturamento, e caso eles não sejam bem-sucedidos, isso poderá afetar adversamente a Companhia.

A capacidade da Companhia de expansão depende de inúmeros fatores que estão fora de seu controle, tais como disponibilidade de materiais e estrutura a preços acessíveis, bem como a disponibilidade de mão- de-obra e em especial a existência de franqueados capazes de administrar o modelo de negócio da Companhia. Além disso, a capacidade de expansão da Companhia poderá ser prejudicada se seus franqueados não forem capazes de identificar novas localidades comerciais estrategicamente localizadas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

e adequadas para instalação de novas lojas, ou caso os locais disponíveis estejam acessíveis a preços maiores do que estão dispostos a pagar, impossibilitando a abertura de novas lojas.

Adicionalmente, caso a Companhia venha a expandir suas operações para áreas onde ainda não atua, há o risco de operar em condições e modelo de negócios inadequados relacionado ao pouco conhecimento dessas novas regiões geográficas, o que pode impactar na estratégia de crescimento do negócio e na rentabilidade futura da Companhia. Quando há expansão para localidades novas, é possível que haja erro no dimensionamento do faturamento da loja, o que impacta na compra de estoque excedente, prejudicando as margens da Companhia, caso as novas lojas não alcancem o nível de receita e lucratividade no tempo estimado, em comparação ao apresentado por lojas abertas há mais tempo.

Além disso, há o risco da queda de lucratividade do franqueado, seja por redução da receita ou pelo aumento das despesas (como negociação desfavorável com o shopping). O impacto no fluxo de caixa do franqueado pode levar esse franqueado a ficar inadimplente e/ou bloqueado pela Companhia e ter que repassar a loja. Todo processo de repasse leva alguns meses até que a Companhia encontre um substituto para o ponto. Logo, a rentabilidade negativa do franqueado, pode afetar a rentabilidade da Companhia, uma vez que pode acarretar a perda de recebíveis e a necessidade de repasse da loja para outro franqueado, com perda de *sell out* e *sell in* durante o período de negociação.

Ainda, se a Companhia não tiver sucesso na expansão da rede de franquias e no aumento das vendas nos clientes multimarcas, os negócios, o resultado operacional e a situação financeira da Companhia poderão ser adversamente impactados.

Quaisquer problemas nas relações da Companhia com seus franqueados podem afetar adversamente os resultados de suas operações

A maior parte dos produtos da Companhia é comercializada por meio de uma rede de franqueados (monomarcas e multimarcas). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, 55%, 81%, 83% e 91%, respectivamente, da receita da Companhia adveio da rede de franquias. Quaisquer problemas que possam surgir com relação à rede de franqueados, tais como dificuldades nas relações com franqueados ou na expansão da rede de franqueados, podem afetar negativamente a marca da Companhia, impactando negativamente os franqueados e seus resultados. Estes problemas podem levar a uma diminuição do número de franquias ou das suas vendas. Caso isso ocorra, as economias de escala da Companhia podem ser reduzidas, afetando também a sua presença geográfica.

Em função da pandemia do novo coronavírus, parte significativa das lojas dos franqueados da Companhia foram fechadas temporariamente. O fechamento dessas lojas pode impactar negativamente a receita e situação financeira dos franqueados e, consequentemente, gerar um aumento no nível de inadimplência dos mesmos com relação aos pagamentos devidos a título de compra de mercadorias e de royalties devidos.

Outro efeito da pandemia na atividade dos franqueados, que desempenham papel relevante no plano de expansão de lojas da Companhia, é o fato de que estes podem não ser capazes de negociar novas localidades comerciais, bem como investir na promoção de melhorias e projetos de desenvolvimento nas lojas que detém em 30 de setembro de 2020. Dessa forma, a abertura prevista de novas franquias pode não ser concluída e o plano de expansão da Companhia pode ser prejudicado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros possuem contratos de locação vigentes por período indeterminado que estão sujeitos à rescisão nos termos da Lei nº 8.245/91.

De acordo com a Lei nº 8.245/91 ("Lei de Locações"), findo o prazo estipulado no contrato de locação, se a locatária permanecer na posse do imóvel alugado por mais de 30 (trinta) dias sem oposição do locador, presumir-se-á prorrogada a locação por prazo indeterminado, mantidas as demais cláusulas e condições do contrato. Os contratos vigentes por prazo indeterminado podem ser rescindidos a qualquer momento por qualquer das partes contratantes, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem direito à indenização ou multa. Nesse sentido, caso a Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros não consigam negociar, de forma amigável, a renovação dos prazos contratuais, tais contratos poderão ser rescindidos pelos locadores mediante envio de notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Tendo em vista a importância operacional do centro de distribuição da Companhia e da localização estratégica das lojas de seus franqueados e parceiros para a condução de seus negócios, a Companhia pode ser adversamente afetada caso a rescisão das locações ocorra em quantidades significativas e repentinamente.

A Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros podem não ser capazes de renovar, de forma compulsória, os contratos de locação de algumas de suas lojas ou centro de distribuição.

As locações não residenciais podem ser renovadas compulsoriamente por meio de um procedimento judicial específico – "Ação Renovatória" – desde que atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o contrato tenha sido celebrado na forma escrita e por prazo determinado; (ii) o prazo do contrato seja de, no mínimo, 5 (cinco) anos ininterruptos, sendo admitida a somatória de prazos contratuais; e (iii) o locatário desenvolva a mesma atividade no imóvel locado por um período não inferior a 3 (três) anos e tenha adimplido com todas as obrigações contratuais. O ajuizamento da Ação Renovatória deverá ocorrer no prazo decadencial de um 1 (um) ano a 6 (seis) meses antes do término do prazo contratual (i.e. penúltimo, semestre da vigência da locação).

Não obstante o direito à ação renovatória descrito acima, a Lei de Locações estabelece hipóteses em que a renovação compulsória da locação não será aplicável: (i) se, por determinação do Poder Público, a locadora tiver que realizar no imóvel obras que importarem na sua radical transformação; ou para fazer modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; (ii) se o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio (locador) ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 (um) ano de sociedade que o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente sejam detentores da maioria do capital social; ou (iii) no caso de proposta de terceiros, em melhores condições. Nas locações de espaço em *shopping centers* , o locador não poderá recusar a renovação do contrato com fundamento na exceção mencionada no item (ii).

Caso a Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros não cumpram os requisitos legais e/ou não observem os procedimentos para ajuizamento da ação renovatória, os respectivos contratos de locação podem não ser beneficiados pela renovação compulsória estipulada Lei de Locações. Nesses casos, a Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros podem ser adversamente afetados se não conseguirem negociar, de forma amigável, a renovação dos respectivos contratos de locação.

A Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros podem ser obrigados a desocupar os imóveis em caso de alienação durante o prazo contratual

De acordo com a Lei de Locações, se o imóvel locado for alienado a terceiros durante a vigência do prazo contratual, o adquirente não estará obrigado a respeitar os termos e condições da locação, salvo se cumulativamente (i) a locação for por prazo determinado; (ii) constar no contrato cláusula de vigência da locação em caso de alienação do imóvel ("Cláusula de Vigência"); e (iii) o contrato estiver registrado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Caso estes requisitos não sejam preenchidos, o

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

adquirente poderá solicitar a desocupação do imóvel locado à Companhia ou aos seus lojistas franqueados e/ou parceiros, conforme o caso, no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento pela locatária de notificação nesse sentido.

Dessa forma, na hipótese de alienação dos imóveis durante o prazo contratual, caso os contratos de locação não preencham os requisitos legais para garantir sua vigência, a Companhia e/ou seus lojistas franqueados e/ou parceiros poderão ser obrigados a desocupar os imóveis. A perda de qualquer de suas localizações estratégicas poderá afetar adversamente suas operações, resultado financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de suas marcas.

Incapacidade de manter níveis de capital de giro suficientes para o negócio da Companhia pode limitar seu crescimento e afetar adversamente a Companhia.

Considerando o caráter sazonal do negócio da Companhia, existem períodos em que a necessidade de capital de giro é maior, sem considerar, ainda, os impactos do novo coronavírus. Não existe garantia de que, caso necessário, a Companhia terá a oportunidade de manter níveis de capital de giro suficientes e/ou em condições favoráveis para o seu negócio.

Caso o nível de capital de giro seja insuficiente, e as condições de obtenção de capital sejam desfavoráveis, a Companhia poderá se tornar insolvente, incapaz de implementar sua estratégia de crescimento e de responder a pressões de concorrentes ou de financiar iniciativas importantes para a Companhia, o que poderá afetar adversamente e de forma relevante o seu resultado operacional e situação financeira. Para maiores informações acerca dos impactos causados nas operações da Companhia pelo novo coronavírus, bem como as medidas por ela tomadas, vide fator de risco "*A pandemia da doença causada pelo novo coronavírus deve ter um efeito adverso relevante sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia*", bem como o disposto nos itens 7.1, 10.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia depende de um centro de distribuição e qualquer interrupção ou falha na operação de tal CD poderá causar um efeito adverso para a Companhia.

Todos os canais de venda de mercadorias da Companhia dependem de um centro de distribuição, situado na cidade de Biguaçu, em Santa Catarina. Qualquer interrupção significativa, fechamento ou mal funcionamento na operação desse centro de distribuição ou na infraestrutura de transportes devido a qualquer desastre da natureza, incêndios, acidentes, falhas sistêmicas, outras causas imprevistas e fatores externos ao controle da Companhia, incluindo epidemias e pandemias, tais como a atual pandemia do novo coronavírus, podem atrasar ou prejudicar a capacidade de distribuir mercadorias, ou ainda resultar na perda de produtos, o que pode resultar na falta de abastecimento e queda nas vendas. A Companhia possui pouca experiência em operar funções essenciais fora de seu centro e os efeitos da utilização de outros centros fora desse local nos negócios, empregados e resultados operacionais são desconhecidos e podem impactar adversamente seus negócios.

A Companhia não pode assegurar que não será solicitada ou obrigada a suspender operações ou implementar restrições em suas operações no centro de distribuição como consequência da pandemia do novo coronavírus, o que pode afetar material e substancialmente a Companhia.

Adicionalmente, a estratégia de crescimento da Companhia demanda a expansão na capacidade e quantidade de centros de distribuição. Caso a Companhia não consiga encontrar um local adequado para estabelecer o novo centro de distribuição, ou não consiga integrar ou expandir os novos centros de distribuição e os serviços de operadores logísticos ao processo de controle de estoques de maneira eficaz, poderá não conseguir entregar estoques às lojas em tempo hábil, o que poderá acarretar efeito negativo nas vendas e na estratégia de crescimento da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O sucesso das marcas da Companhia depende da capacidade da Companhia de proteger sua reputação.

O reconhecimento das marcas da Companhia depende da sua capacidade de manter, aprimorar e proteger a imagem e reputação dessas marcas e a sua conexão com seu público-alvo. O desempenho da Companhia depende de sua capacidade de adaptação a um ambiente digital em rápida mudança, incluindo uso das mídias sociais e a disseminação on-line de campanhas publicitárias. Além disso, a percepção dos consumidores pode ser moldada pelas políticas de sustentabilidade, opções de design, fornecimento e operações da Companhia, sendo que erros em qualquer desses aspectos poderá afetar a imagem da Companhia. Em alguns casos, as marcas estão fortemente associadas à imagem de seus estilistas criadores ou fundadores, cujas condutas podem afetar a reputação dessas marcas e, consequentemente, da Companhia. Falhas em manter, aprimorar e proteger a imagem da Companhia e suas marcas podem ter um impacto adverso relevante em seu resultado.

A Companhia, também, realiza o licenciamento de alguns produtos, os quais são desenvolvidos com terceiros parceiros. Esses produtos podem vir a apresentar defeitos de fabricação e a Companhia pode não ser capaz de garantir seu padrão de qualidade em todas as etapas desse processo de produção. Dessa forma, caso os consumidores da Companhia fiquem insatisfeitos com a utilização desses produtos e/ou eles não possuam a qualidade esperada, por associarem-se à marca da Companhia, sua imagem e reputação poderiam ser adversamente afetados.

Ainda, a Companhia pode ser alvo de publicidade negativa. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente suas vendas.

A dependência do setor de varejo em vendas de cartão de crédito e financiamento ao consumidor é uma tendência crescente, de modo que qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, bem como possíveis fraudes de cartões de crédito podem afetar negativamente os negócios e resultados operacionais dos lojistas franqueados e/ou parceiros da Companhia e, consequentemente, nos impactar de maneira adversa.

O setor de varejo é relativamente dependente de cartões de crédito. Para executar as vendas com cartão de crédito, os lojistas franqueados e/ou parceiros da Companhia dependem das políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que essas empresas os cobram. Qualquer alteração nas políticas dos emissores de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos estabelecimentos comerciais, pode afetar negativamente seus negócios e resultados operacionais.

Ainda, o risco por operações fraudulentas por meio da utilização de cartão de crédito é inerente às vendas realizadas por meio deste meio de pagamento. Os pagamentos via cartão de crédito não são chancelados pela aplicação da assinatura do titular do cartão, além de ser possível que seus clientes realizem operações na modalidade cartão de crédito para compras do *e-commerce*, na modalidade não presencial, o que aumenta o risco das operações serem fraudulentas.

O fracasso em controlar adequadamente fraudes em cartões de crédito poderá prejudicar a reputação e a marca da Companhia, o que poderá afetar adversamente o seu negócio e os resultados das suas operações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A capacidade da Companhia, por meio de seus lojistas franqueados ou parceiros, de atrair consumidores para suas lojas depende, em parte, do sucesso dos shopping centers ou outras áreas de comércio em que essas lojas estejam localizadas.

As franquias das marcas da Companhia estão primordialmente concentradas em shopping centers. Em 30 de setembro de 2020, as franquias em shopping centers representam aproximadamente 84% do total de franquias das Companhia (considerando franquias Imaginarium, Puket e Lovebrands). O desempenho dessas lojas e das demais lojas da Companhia depende diretamente, do volume de consumidores que frequentam os shopping centers ou outros centros comerciais em que as lojas estejam localizadas. A Companhia não possui qualquer controle sobre o fluxo de consumidores nos shoppings centers e nas proximidades de suas lojas, que pode, inclusive, ser afetado inclusive em decorrência de perda de lojas âncoras de terceiros nos mesmos shopping centers. Os shopping centers onde as franquias e/ou parceiros da Companhia estão localizadas ficaram fechados durante a pandemia do novo coronavírus, o que causou efeito material e adverso sobre as operações da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais exigidas pelos clientes e pelo setor.

A tecnologia empregada no *e-commerce* e na cultura digital está em constante evolução. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, preferências e padrões do setor. A Companhia pode também se deparar com obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à cultura corporativa, à complexidade organizacional, à falta de processos que viabilizam a colaboração e inserção dos empregados. Esses desafios podem provocar uma limitação no crescimento da sua plataforma digital e afetar de forma adversa os seus negócios e resultados.

Se a Companhia não conseguir responder à urgência no atendimento de novos padrões e práticas do setor, a sua plataforma digital e sua tecnologia própria poderão ficar ultrapassadas e afetar adversamente seus resultados.

A incapacidade ou falha em proteger de forma adequada sua propriedade intelectual ou a infração da propriedade intelectual de terceiros pode repercutir negativamente no resultado operacional da Companhia.

Falsificações e cópias ilegais dos principais produtos da Companhia podem afetar a reputação das marcas da Companhia, que são ativos importantíssimos para a Companhia (próprias e/ou licenciadas), e podem prejudicar o valor percebido por seus clientes. Se a Companhia não obtiver êxito no combate eficiente de falsificações e cópias ilegais, bem como a distribuição desses produtos em "canais paralelos", pode sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Além disso, considerando que o desempenho das atividades da Companhia depende fortemente da proteção de suas marcas, a falha no registro de tais ativos ou o seu registro sob titularidade diversa podem prejudicar seu uso e proteção pela Companhia, ensejando, em igual medida, danos à sua imagem e reputação e prejuízos aos seus resultados operacionais.

A Companhia também sustenta o desenvolvimento de uma parcela relevante de seus produtos sobre contratos de licenciamento de marcas celebrados com terceiros, de maneira que o encerramento sem posterior renovação dos referidos instrumentos pode ensejar um impacto negativo no desenvolvimento de seus produtos e, consequentemente, em suas vendas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Da mesma forma, infrações ou alegações de violação a quaisquer espécies de propriedade intelectual de terceiros (direitos autorais, softwares, marcas, patentes, desenhos industriais e etc.) dirigidas contra a Companhia, ainda que sem mérito, podem resultar em litígio, ocasionando atrasos na entrega de produtos, pagamento de royalties, taxas de licença e indenizações, recolhimento de produtos dos pontos de venda e abstenção de uso de ativos de propriedade intelectual relevantes, afetando negativamente sua reputação e resultados operacionais.

A Companhia não tem controle operacional total sobre os negócios de seus franqueados e está exposta à eventual redução de suas receitas.

A Companhia depende de seus franqueados para manter os seus padrões de operação de loja, divulgação de marca, qualidade de atendimento, dentre outros, de forma que a incapacidade dos franqueados de manter tais padrões poderia afetar de forma relevante sua marca e prejudicar seu crescimento futuro. No âmbito dos contratos de franquia, os franqueados possuem certa flexibilidade em suas operações, incluindo a competência para contratar empregados e selecionar certos prestadores de serviços. Adicionalmente, é possível que alguns franqueados não operem suas lojas de acordo com os padrões de qualidade da Companhia e de serviço. A Companhia pode não conseguir identificar e corrigir problemas com seus franqueados em tempo hábil e, como resultado, sua imagem, reputação e resultados operacionais podem ser afetados negativamente.

Os franqueados e/ou parceiros da Companhia e/ou a Companhia, conforme aplicável, podem não ser capazes de renovar ou manter em boas condições os contratos de locação de algumas de suas lojas e de seu centro de distribuição, estando sujeitos a multas contratuais em caso de rescisão. Ainda, existem fatores que podem aumentar o custo de ocupação das lojas dos franqueados e parceiros, bem como do centro de distribuição, o que pode vir a afetar os seus resultados.

Os imóveis nos quais se encontram as lojas dos franqueados e parceiros da Companhia e seu centro de distribuição são alugados, sendo certo que alguns, incluindo algumas lojas localizadas em shopping centers estão vigentes por prazo indeterminado. Para mais informações, vide fator de risco "A *Companhia e/ou seus franqueados possuem contratos de locação vigentes por período indeterminado que estão sujeitos à rescisão nos termos da Lei nº 8.245/91*" acima.

Em relação aos contratos de lojas dos franqueados e parceiros e centro de distribuição cujo prazo seja igual ou superior a 5 anos, a Companhia e/ou seus franqueados e/ou parceiros, conforme o caso, podem pleitear judicialmente a renovação do prazo contratualmente previsto, desde que observados os requisitos legais e estejam adimplentes nos contratos. A legislação aplicável, no entanto, prevê que o locador não estará obrigado a renovar o contrato se (i) por determinação do Poder Público, tiver que realizar no imóvel obras que importem na sua radical transformação, ou para modificações de tal natureza que aumente o valor do negócio ou da propriedade; (ii) o imóvel vier a ser utilizado por ele próprio ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, sendo detentor da maioria do capital o locador, seu cônjuge, ascendente ou descendente. Dessa forma, caso a Companhia e/ou os franqueados e/ou parceiros, conforme o caso, não sejam capazes de entrar em um acordo com o locador ou caso o locador decida vender o imóvel e a Companhia e/ou os franqueados e/ou parceiros, conforme o caso, não consigam alcançar um acordo com o novo proprietário, a Companhia e/ou os franqueados e/ou parceiros, conforme o caso, podem não obter a renovação compulsória de alguns dos seus contratos de locação.

Em qualquer dos casos, a perda de qualquer de localizações estratégicas, seja por não renovação ou manutenção dos contratos de locação das lojas de franqueados e/ou de parceiros e/ou do centro de distribuição, pode afetar adversamente as operações dos franqueados e/ou parceiros da Companhia, seus resultados financeiros e/ou impactar negativamente a notoriedade de sua marca. Adicionalmente, os franqueados e parceiros da Companhia terão que buscar novos imóveis para instalar suas lojas, o que poderia acarretar a interrupção das atividades de algumas de suas lojas e custos de transição, bem como, os franqueados e franqueados da Companhia poderiam ainda não encontrar outra localidade

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

estratégica para locação, causando o rompimento do contrato de franquia e parceria, e afetando diretamente no faturamento da Companhia.

Outro fator relevante é a possibilidade de aumento do custo de ocupação das lojas dos franqueados e/ou parceiros da Companhia em decorrência do crescimento de venda nas plataformas digitais com retirada dos produtos nas lojas, uma vez que os shoppings centers tendem a reconhecer as vendas em plataformas digitais com retirada em loja como base de cálculo para efeito de aluguel, impactando assim diretamente no custo total de ocupação destas lojas, e por consequência, seus respectivos resultados, os quais ocasionalmente podem vir a optar por não incentivar vendas por meio das plataformas digitais da Companhia, a fim de evitar aumento em seus custos diretos.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados, podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Na data deste Formulário de Referência, o tratamento de dados pessoais no Brasil é regulamentado por uma série de normas previstas de forma esparsa na legislação, como por exemplo na Constituição Federal, no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) e no Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/14). A Companhia não pode garantir que terá proteção de dados adequada e que atendam às regras estabelecidas na legislação vigente.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei Geral de Proteção de Dados, conforme alterada (Lei nº 13.709/2018 – "LGPD"). A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis ao tratamento de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

No contexto da pandemia do novo coronavírus, foi aprovada a Lei nº 14.010/2020, que, entre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD para 1º de agosto de 2021. Em paralelo, a Medida Provisória n° 959, publicada em abril de 2020 e cujos efeitos se estendiam até 26 de agosto de 2020, adiava a entrada em vigor da LGPD para 3 de maio de 2021. No dia 26 de agosto de 2020, após votação na Câmara dos Deputados que havia aprovado a conversão em lei da Medida Provisória nº 959 com algumas alterações e adiando a entrada em vigor da LGPD para 31 de dezembro de 2020 com exceção das sanções, o Senado votou a medida, mas considerou o artigo que tratava da prorrogação da entrada em vigor da LGPD prejudicado em razão do tema já ter sido discutido pelo Plenário quando da tramitação da Lei nº 14.010/2020. Desse modo, após o Presidente da República sancionar o Projeto de Lei de Conversão 34/2020 tratando dos demais dispositivos da MP nº 959, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das sanções administrativas ainda previstas para agosto de 2021.

Contudo, independentemente da aplicabilidade das sanções administrativas, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Com a entrada em vigor da LGPD e de suas sanções, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 por infração, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por ela e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Desta forma, a ausência de medidas suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia, bem como eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócios à LGPD, podem resultar em custos e afetar adversamente os resultados da Companhia.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira, reputacional e nos seus resultados operacionais.

A Companhia é, e pode vir a ser no futuro, ré em processos judiciais e/ou administrativos, seja nas esferas cível, tributária, administrativa, trabalhista, societária, de propriedade intelectual, regulatória, concorrencial, ambiental, criminal, entre outras. A Companhia não pode garantir que os resultados de quaisquer destes processos serão favoráveis à Companhia ou aos membros de sua administração, ou, no caso de procedimentos que já é parte, que a Companhia mantenha ou que manterá provisionamento, no todo ou em parte, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. A Companhia pode enfrentar obstáculos para prestar ou oferecer garantias requeridas em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. O envolvimento de seus administradores em processos de qualquer natureza que prejudiquem sua imagem, ou decisões que sejam contrárias aos seus interesses, incluindo decisões que impeçam a Companhia de conduzir seus negócios conforme planejado originalmente, pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia, inclusive à sua imagem.

Adicionalmente, a Companhia está sujeita à fiscalização por diferentes autoridades federais, estaduais e municipais. Essas autoridades poderão autuar a Companhia e tais autuações podem se converter em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais contra a Companhia. Decisões contrárias de valores substanciais ou que afetem suas marcas, imagem ou habilidade de executar suas operações planejadas, poderão causar um efeito adverso nos seus negócios, reputação, condição financeira e resultados operacionais.

Para informações sobre os processos judiciais e administrativos, ver itens 4.3 a 4.6 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode vir a obter capital adicional no futuro por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que poderá resultar numa diluição da participação dos seus acionistas no capital social da Companhia.

A Companhia pode precisar captar recursos adicionais no futuro por meio de emissões públicas ou privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações para financiar suas iniciativas de crescimento. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações pode ser realizada sem o direito de preferência ou prioridade aos seus acionistas, o que pode consequentemente resultar na diluição da participação destes investidores no capital social da Companhia.

Adicionalmente, nos casos em que haja o direito de preferência, os investidores poderão considerar o preço de emissão não vantajoso e deixar de subscrever as ações ou títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também poderá levar à sua diluição. Além disso, pode ocorrer uma diminuição do interesse dos investidores nas ações da Companhia no caso de uma fusão, aquisição ou qualquer outra transação corporativa de efeito semelhante em relação às empresas que a Companhia possa adquirir no futuro.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O fato das lojas dos lojistas franqueados e parceiros da Companhia serem espaços públicos pode gerar consequências que fogem do controle da administração das respectivas lojas, o que pode causar danos materiais e à imagem da Companhia.

As lojas físicas de franqueados e outros parceiros da Companhia, por serem espaços públicos de uso público, estão sujeitas a uma série de acidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas, como por exemplo, escorregões, queda de produtos das prateleiras, tropeções com produtos fora do lugar, acusação de suspeita de furto inadequada, entre outros e, consequentemente, podem causar danos aos colaboradores de tais lojistas, bem como clientes e frequentadores. Ocorrência de tais acidentes, a loja envolvida no caso e a Companhia podem enfrentar danos de imagem e materiais. Além disso, a ocorrência de acidentes pode sujeitar a Companhia à imposição de responsabilidade civil e/ou a obrigação do ressarcimento às vítimas, mesmo sendo a loja operada por um terceiro inclusive por meio do pagamento de indenizações, o que poderia causar um efeito material adverso a Companhia.

Perdas não cobertas ou insuficientemente cobertas pelos seguros contratados pela Companhia podem resultar em prejuízos, o que poderá afetá-la de maneira adversa.

Certos riscos não são garantidos pelas apólices de seguro das seguradoras as quais a Companhia contrata (tais como riscos decorrentes de guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, interrupção de certas atividades e falhas humanas). Além disso, desastres naturais, condições meteorológicas adversas e outros eventos podem causar danos de todo tipo, incluindo, danos ao meio ambiente e interrupção das atividades da Companhia, dentre outros. Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que as apólices de seguro atualmente contratadas serão adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. Adicionalmente, a Companhia poderá vir a ser responsabilizada judicialmente por eventuais danos causados a terceiros e, assim, ser obrigada a indenizar as respectivas vítimas, o que poderá ter um efeito adverso para nós.

Ainda, a cobertura das apólices de seguro da Companhia está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco, em que o dano não será indenizado sob a cobertura contratada junto à seguradora. Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Todas as situações descritas acima poderão ter um efeito adverso para a Companhia.

A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e reter talentos e profissionais-chave pode impactar no alcance dos objetivos empresariais da Companhia.

Manter a competitividade da Companhia depende do nível de atratividade que a Companhia exerce na busca por profissionais qualificados. Além disso, a manutenção de profissionais experientes e conhecedores de seu negócio, tanto no aspecto de gestão, quanto técnico, é um desafio permanente e não há como assegurar que a Companhia terá êxito nesse objetivo. Logo, eventual incapacidade de atrair e reter talentos pode prejudicar a execução dos objetivos estratégicos e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia depende do sistema público e privado de infraestrutura logística para enviar seus produtos para suas instalações e para os clientes de e-commerce.

A Companhia depende da continuidade da operação da infraestrutura logística pública e privada, incluindo estradas, aeroportos, portos e todos os outros meios logísticos utilizados por seus lojistas franqueados e/ou parceiros, prestadores de serviços e fornecedores para entregar os produtos às instalações e aos clientes de *e- commerce*.

A ocorrência de qualquer evento adverso, como greves, incêndios, problemas de logística, pandemias, inundações e roubo, entre outros, levando a interrupções significativas ou redução nas atividades de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

infraestrutura ou operações de transporte ou qualquer falha no transporte de produtos entre suas instalações, fornecedores ou clientes, por qualquer motivo, podem atrasar ou afetar sua capacidade de distribuir seus produtos, prejudicar a demanda e os preços dos produtos, impedir ou atrasar a entrega, impor custos adicionais aos seus produtos e reduzir o tráfego de pedestres, o que pode reduzir suas vendas e afetar adversamente seus negócios, resultados das operações e condições financeiras.

Nesse mesmo sentido, a declaração da pandemia do novo coronavírus, por ter desencadeado severas medidas restritivas por autoridades governamentais no mundo todo, que incluíram restrições às viagens e interrupções na cadeia de suprimentos também afetou e pode continuar afetando negativamente seus negócios.

Por fim, a eficiência dos embarques da Companhia depende de inspeções eficientes nas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais, entre outros fatores. Essas inspeções podem ter atrasos devido a vários motivos, incluindo: (i) a qualidade das informações e da documentação preparadas e necessárias para a liberação das mercadorias, (ii) greves de agentes; (iii) aumento da demanda que pode exceder a capacidade de processamento dos agentes, (iv) falta de recursos para desenvolver operações ou contratar outros agentes, ou (v) mudanças nas regulamentações ou implementação de regulamentos que possam aumentar a burocracia envolvida nessas inspeções ou exigem uma análise mais completa das mercadorias que passam pelas alfândegas brasileiras (portos e aeroportos) ou fronteiras estaduais. No caso de inspeções serem substancialmente mais lentas, o fluxo de mercadorias será reduzido. A entrega atrasada de produtos afetaria diretamente a reputação da Companhia e incentivaria os clientes a buscar produtos alternativos com concorrentes e pode afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Os processos de governança da Companhia, gestão de riscos e compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"), que impõe responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por seus dirigentes, administradores colaboradores, e terceiros contratados para atuar em nome, interesse e/ou benefício da Companhia, os quais ainda podem gerar desdobramentos criminais. Dentre as sanções aplicáveis: multas, perda de benefícios ilicitamente obtidos, suspensão de operações corporativas, confisco de ativos e dissolução da pessoa jurídica envolvida na conduta ilícita, sanções estas que, se aplicadas, podem afetar material e adversamente os resultados da Companhia. Nesse sentido, os processos e políticas de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia podem não ser capazes de detectar (i) violações à Lei Anticorrupção ou outras violações relacionadas, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus Administradores, colaboradores e terceiros contratados para agir em nome, benefício e/ou interesse da Companhia, (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer lei ou regulamento voltado à prevenção e combate à corrupção, no Brasil ou no exterior, contra a administração, empregados ou terceiros que agem em nome, benefício e/ou interesse da Companhia podem resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; e/ou (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, bem como de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública. Por conseguinte, todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

Além disso, de acordo com a Lei nº 9.613/1998 ("Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro"), pessoas jurídicas que exerçam, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

cumulativamente ou não, a comercialização de bens de luxo ou de alto valor ou intermedeiem sua comercialização, bem como a comercialização de joias, pedras e metais preciosos estão sujeitas a obrigações relacionadas à identificação de clientes e operações, manutenção de registros, comunicação de operações financeiras a autoridades competentes, dentre outras. Caso a Companhia não adote os procedimentos estabelecidos na Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, poderá sofrer as seguintes sanções, além de eventual dano à sua reputação: (i) advertência e/ou (ii) multa pecuniária variável não superior (a) ao dobro do valor da operação; (b) ao dobro do lucro real obtido ou que presumivelmente seria obtido pela realização da respectiva operação; ou (c) ao valor de R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e (iii) cassação ou suspensão da autorização para o exercício da respectiva atividade, operação ou funcionamento.

Falhas, interrupções ou a impossibilidade de atualização dos sistemas de tecnologia da informação podem impactar adversamente as operações e o controle de estoque da Companhia.

As operações da Companhia dependem em grande parte da disponibilidade, integridade e estabilidade dos sistemas de tecnologia da informação, que são importantes ferramentas utilizadas nos pontos de vendas, *e-commerce*, controle de estoque, desempenho financeiro e operacional, entre outros recursos. Falhas de administração ou segurança nos sistemas, bem como a impossibilidade de atualizá-los de maneira constante, podem causar temporariamente a interrupção de seu funcionamento. Caso a Companhia não tenha capacidade de efetuar os reparos ou as atualizações de forma tempestiva, e se essa eventual interrupção se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados.

A Companhia pode não pagar dividendos aos acionistas detentores de suas ações.

O lucro líquido da Companhia pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos e passivos ou retido de acordo com a legislação societária brasileira, caso em que não estará disponível para distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio. O conselho de administração da Companhia poderá determinar a não distribuição de dividendos aos seus acionistas em um determinado ano fiscal se não tiver lucro ou reservas líquidas disponíveis, ou se a distribuição de dividendos for desaconselhável ou incompatível com a situação financeira da Companhia no momento e os acionistas escolham não distribuir dividendos.

(b) riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos seus demais acionistas.

Os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos-chave que requerem aprovação dos acionistas, tais como reorganizações societárias, distribuição de dividendos e vendas de ativos. Os interesses dos atuais acionistas controladores podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas controladores têm o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração, determinar suas políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o seu controle por ele detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer dividendos futuros.

Os acionistas controladores poderão ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos demais acionistas e causar um efeito relevante adverso nas atividades da Companhia. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente a administração, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(c) riscos relacionados a seus acionistas

A Companhia entende que não há riscos relacionados a seus acionistas, além dos mencionados nos itens acima.

(d) riscos relacionados a suas controladas e coligadas

A Companhia possui um escritório operacional na China por meio do qual mantém contato com seus fornecedores e, caso, por qualquer dificuldade operacional, o escritório seja fechado, a Companhia poderá ser negativamente impactada.

A Companhia possui, há mais de 10 anos, um escritório operacional na cidade de Shenzhen, na China. Tal escritório é responsável por intermediar a relação da Companhia com seus fornecedores da China e da Ásia, em geral, bem como por fiscalizar o processo de produção em tais localidades. Em 30 de setembro de 2020, 57,8% dos fornecedores da Companhia, representando 72,0%% do faturamento da Companhia, eram atendidos por tal escritório operacional na China.

Para manutenção do seu escritório operacional na China, a Companhia está sujeita a regras do governo chinês em relação ao funcionamento de empresas estrangeiras. Adicionalmente, a Companhia não tem como assegurar que será capaz de continuar observando tais regras, nem que as exigências para manutenção de seu escritório não serão alteradas pelo governo chinês. Caso, por qualquer motivo, o escritório operacional da Companhia na China seja fechado, inclusive em razão de pandemias como a do novo coronavírus, a Companhia poderá ter, assim como ocorreu no primeiro trimestre de 2020 em razão do novo coronavírus, sua operação na China fechada, o que gerou impactos na cadeia de produção e fornecimento da Companhia, dificuldades para renegociar com fornecedor e, consequentemente, efeitos adversos relevantes em seus resultados operacionais e financeiros.

(e) riscos relacionados a seus fornecedores

Flutuações cambiais nos países dos quais a Companhia importa mercadorias ou matérias-primas podem afetar adversamente seus negócios.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia importou aproximadamente 79,9% de suas compras de mercadorias e matéria-prima de países como China e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tal porcentagem foi de 72,8%. Dessa forma, o preço praticado pela Companhia depende, em certa medida, da taxa de câmbio dos países de que adquire mercadorias ou matérias-primas, sendo limitada, contudo, à capacidade de repassar aos seus clientes eventuais aumentos de preço decorrentes de flutuações cambiais.

Desse modo, caso haja depreciação do Real em relação à moeda corrente de tais países ou ao dólar dos Estados Unidos da América, ou das moedas correntes de tais países em relação ao dólar norte-americano, os produtos da Companhia poderão ser menos atrativos para os clientes da Companhia ou poderá ter de diminuir suas margens ou descontinuar a venda de certas mercadorias, resultando em impacto adverso nos seus resultados operacionais.

A Companhia depende de terceiros para fabricar seus produtos.

A Companhia depende de terceiros (nacionais e internacionais) para fabricar seus produtos. Ao usar terceiros para fabricação de produtos, a Companhia está sujeita a interrupções nas operações desses fornecedores, incluindo acidentes industriais, eventos ambientais, interrupções na logística ou sistemas de informação, perda ou enfraquecimento de grandes locais de fabricação ou problemas de distribuição, problemas de controle de qualidade do produto, preocupações com segurança, requisitos de licenciamento e outras questões regulatórias ou governamentais, bem como desastres naturais, pandemias, como o atual do novo coronavírus, disputas fronteiriças e outros fatores externos sobre os quais a Companhia não tem controle, o que pode afetar adversamente os negócios, as vendas e os resultados operacionais da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Se algum fornecedor sofrer interrupções prolongadas na fabricação ou transporte por qualquer motivo, incluindo em razão de condições de saúde pública como a recente pandemia do novo coronavírus e não puder fornecer os produtos na quantidade, qualidade e dentro do prazo que normalmente os adquire, e se a Companhia não for capaz de substituir o fornecedor em termos aceitáveis ou de modo algum, a Companhia pode não conseguir manter seu nível usual de vendas na categoria do produto afetada pelo não fornecimento, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia depende de recursos tecnológicos providos por terceiros para disponibilidade e operação da sua plataforma digital, das suas operações (inclusive relacionada às suas lojas físicas) e para implementação da sua estratégia de crescimento.

O sucesso da operação da Companhia depende, em alguma medida, do desenvolvimento dos canais eletrônicos de venda de seus produtos e da integração desses canais com canais físicos por meio de plataformas digitais. Qualquer alteração nos referidos sistemas que prejudique a funcionalidade da plataforma digital da Companhia ou que conceda tratamento preferencial para produtos concorrentes, pode afetar de forma negativa a utilização da sua plataforma digital, o que pode afetar de maneira relevante as vendas da Companhia. Adicionalmente, qualquer falha em tais sistemas pode levar à falha em controlar o estoque da Companhia versus a quantidade de vendas realizadas, o que poderá afetar negativamente sua imagem junto aos clientes e os resultados de suas operações.

O sucesso e habilidade da Companhia de vender produtos online e oferecer serviços de alta qualidade a seus clientes dependem da operação eficiente e ininterrupta de seus sistemas de tecnologia da informação e computação e da transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. Ademais, as operações da Companhia (inclusive aquelas que se realizam por meio de lojas físicas) dependem em grande parte do sistema de informação, que é importante ferramenta de administração de recursos e controle dos ativos. Caso esses recursos e serviços tecnológicos não estejam disponíveis ou sejam operados de maneira ineficiente e a Companhia não consiga substituir o recurso, o prestador de serviço ou terceiro tempestivamente e a preços e condições favoráveis, a Companhia poderá sofrer um efeito relevante e adverso.

A Companhia depende, também, de uma conexão de Internet e de uma rede de comunicação confiáveis, com velocidade adequada, capacidade de dados e segurança, bem como do desenvolvimento tempestivo de produtos complementares para fornecer aos clientes da Companhia acesso confiável aos sites que opera. A Companhia depende, ainda, de serviços de e-mail fornecidos por terceiros, provedores de Internet e de redes móveis, para enviar e-mails e comunicações "push" para os clientes e para os sites. A Companhia não tem controle sobre provedores ou redes e pode ser adversamente afetada no caso de quaisquer desses serviços apresentarem problema.

Problemas de operação ou de segurança nos sistemas da Companhia podem causar a interrupção de seu funcionamento. Caso a Companhia não seja capaz de efetuar os reparos necessários de maneira ágil, suas operações e seus controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, o que pode afetar adversamente seus resultados.

Caso a Companhia não consiga adquirir matéria-prima, ou produtos acabados produzidos por fábricas independentes, ou caso as fábricas independentes das quais adquire produtos acabados confeccionem os referidos produtos de maneira insatisfatória ou fora dos prazos especificados, as vendas da Companhia podem ser afetadas de maneira negativa e sua condição financeira pode ser prejudicada.

Nos últimos anos, parte dos produtos da Companhia (especialmente em relação às meias e lingeries) adveio de fábricas próprias. As solicitações de matérias-primas para produção própria ocorrem por meio de ordens de compra e não possuem contratos de longo prazo com nenhum fornecedor, o que pode gerar incertezas quanto aos termos e condições das futuras aquisições de matérias-primas ou produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que manterá uma boa relação com quaisquer dessas fábricas independentes ou fornecedores, ou que conseguirá identificar fornecedores e fábricas independentes que possam substituí-los com os mesmos níveis de qualidade e agilidade, o que pode ter um efeito adverso nos resultados operacionais.

A Companhia não pode garantir que os fornecedores, as confecções ou seus parceiros de marketplace não se envolvam em práticas irregulares.

A Companhia trabalha com uma série de fornecedores e confecções terceirizados e não tem como garantir que não terá problemas relacionados a tais fornecedores e confecções, incluindo as condições de seus trabalhadores. A Companhia não tem como garantir que os prestadores de serviços e parceiros de *marketplace* de suas controladas, não terão problemas relacionados às condições de trabalho, bem como do respeito às normas ambientais e de segurança, ou que não usarão práticas irregulares, incluindo práticas de trabalho análogo ao escravo e/ou ao trabalho infantil, para reduzir os custos do produto.

Se algum dos fornecedores, prestadores de serviços e confecções utilizadas pelas controladas da Companhia se envolver em práticas irregulares, incluindo, mas não se limitando às práticas acima mencionadas, a reputação da Companhia e suas marcas pode ser prejudicada e, consequentemente, a percepção de seus clientes sobre os produtos da Companhia pode ser afetada negativamente, causando, assim, uma redução nas vendas líquidas e nos resultados das operações, bem como vencimento antecipado das dívidas e queda no preço de negociação das ações ordinárias da Companhia.

Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros e trabalhistas por eles causados.

A Companhia pode ser responsável por obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias de fornecedores ou prestadores de serviços.

De acordo com as leis brasileiras, se fornecedores ou prestadores de serviços terceirizados e quarteirizados, o que inclui as confecções, não cumprirem suas obrigações nos termos das leis tributárias, trabalhistas e previdenciárias, a Companhia pode ser responsabilizada solidariamente por tal descumprimento, resultando em multas e outras penalidades que podem afetar a Companhia material e adversamente. A Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte dentro de suas instalações de empregados de terceiros, o que pode afetar adversamente a sua reputação e seus negócios.

(f) riscos relacionados a seus clientes

A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas causadas por seus serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente seus resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Esta última pode ser proposta em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que os serviços da Companhia não foram adequadamente prestados por seus empregados/lojistas, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, os produtos da Companhia não são adequados para uso, são falsificados, ou não contêm informações adequadas e outros motivos.

No caso de a Companhia ser responsabilizada em um processo judicial, pode sofrer um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Ademais, a defesa em tais procedimentos legais pode exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais do pessoal administrativo e técnico da Companhia. Além disso, publicidade negativa associada aos serviços ou produtos da Companhia, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente sua reputação com consumidores atuais e futuros, sua imagem corporativa e suas marcas, o que pode ter um efeito adverso em seus negócios e condição financeira.

A Companhia pode, ainda, ser disponibilizada na esfera civil por danos causados a consumidores ou a terceiros em razão dos serviços que intermedia, diretamente ou por meio de seus lojistas, e/ou seus fornecedores, inclusive por fatos alheios ao controle da Companhia, o que poderá afetar adversamente a sua reputação e os seus resultados operacionais.

A legislação brasileira de defesa do consumidor é extremamente protetiva aos interesses dos consumidores. Nesse sentido, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer vício ou defeito nos serviços prestados ou em caso de acidente, de maneira objetiva, ou seja, independentemente de existência de culpa. Deve-se destacar que, em processos dessa natureza, geralmente ocorre a inversão do ônus da prova, o que significa que a Companhia se torna responsável por provar a improcedência da demanda de seus clientes. Assim, a Companhia tem em geral a responsabilidade de provar que tais reclamações ou processos judiciais são improcedentes, colocando-se em posição de desvantagem em qualquer demanda envolvendo relações de consumo.

Ademais, o modelo de negócios da Companhia se baseia, sobretudo, no desempenho de seus lojistas cujos atos estão muitas vezes fora de seu controle. Em decorrência disso, a Companhia pode ser responsabilizada em casos nos quais os atos de fornecedores ou lojistas resultem em prejuízo a terceiros e aos consumidores, o que pode afetar adversamente seus negócios, sua condição financeira, resultados operacionais e reputação. Além disso, a Companhia está exposta a outras demandas ou reclamações no curso normal dos negócios da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos relacionados à inadimplência de seus clientes.

A Companhia atua no setor varejista e realiza vendas a prazo de seus produtos para clientes, que incluem consumidores finais, franqueados e lojas multimarcas. Fatos adversos que influenciam as condições macroeconômicas brasileiras, tais como a redução do nível da atividade econômica, a desvalorização do Real, a inflação, o aumento das taxas domésticas de juros e/ou do nível de desemprego podem aumentar o índice de inadimplência de seus clientes, causando efeito adverso relevante em seus negócios, na situação financeira e nos resultados operacionais.

Ademais, os resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso a demanda por crédito ao consumidor diminua, a política do Governo Federal restrinja a extensão de crédito ao consumidor ou a capacidade de seus clientes de honrar suas obrigações com relação a eventual crédito concedido seja prejudicada.

(g) riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue

O setor de varejo poderá ser afetado quando houver redução no poder de compra do consumidor e ciclos econômicos desfavoráveis.

Historicamente, o setor de varejo brasileiro experimentou períodos de desaceleração econômica que levaram a quedas nos gastos do consumidor. O sucesso das operações da Companhia depende de vários fatores, incluindo condições gerais de negócios, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, existência de epidemias ou pandemias (como o alcance e a duração do impacto da atual pandemia do novo coronavírus, incluindo redução na demanda de consumidores, diminuição das vendas, e fechamento temporário generalizado de lojas), tributação, confiança do consumidor nas condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário. Os resultados operacionais da Companhia e sua situação financeira foram e continuarão a ser afetados pela taxa de crescimento do produto interno bruto brasileiro, ou PIB. A Companhia não pode garantir que o PIB brasileiro cresça ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

permaneça estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, os resultados operacionais da Companhia.

O segmento de varejo é altamente competitivo no Brasil, o que pode afetar adversamente a participação de mercado da Companhia e, consequentemente, seus resultados operacionais.

A concorrência no setor de varejo é baseada, dentre outros fatores, na variedade de produtos, preço, qualidade, disponibilidade, publicidade, conveniência ou local de armazenamento e atendimento ao consumidor. Alguns concorrentes da Companhia, incluindo empresas locais e redes multinacionais de varejo, podem ter maiores recursos financeiros, menores custos de aquisição de produtos e menores despesas operacionais do que ela, bem como marcas mais atrativas. Esses concorrentes podem usar descontos, políticas de preços agressivas e publicidade. O negócio da Companhia é vulnerável a mudanças na demanda e nos preços, bem como nas preferências dos clientes. Caso a Companhia não consiga competir com seus concorrentes, suas vendas podem cair, e ela pode decidir ou ser obrigada a oferecer descontos maiores a seus clientes, o que pode reduzir seus lucros e afetar sua situação financeira.

Ademais, há forte concorrência no comércio eletrônico. Outras empresas do ramo de varejo e comércio eletrônico podem firmar alianças e acordos comerciais que possam fortalecer sua posição competitiva. Na medida em que a carteira de clientes da Companhia cresce e a fidelidade de clientes para diferentes segmentos do mercado de internet aumenta, as empresas desses segmentos podem buscar expandir seus negócios para o setor em que ela opera. Além disso, novas tecnologias podem intensificar a natureza competitiva do varejo on-line e esse aumento na concorrência pode reduzir suas vendas e seus lucros operacionais.

Além disso, os concorrentes da Companhia, tanto no varejo físico quanto no comércio eletrônico, podem ter mais recursos para desenvolver suas estratégias de tecnologia e marketing do que ela. Na medida em que aumenta o uso da Internet e de outros serviços on-line, os varejistas que operam nesse mercado podem ser adquiridos, receber investimentos ou estabelecer relações comerciais com empresas maiores e mais estabelecidas, que podem ter mais recursos financeiros do que a Companhia, o que poderia afetá-la adversamente.

Incertezas relativas a mudanças de padrão de consumo trazidas pelo digital podem impactar e canibalizar vendas do varejo físico e atacado.

O setor de varejo vem passando por mudanças significativas em decorrência da transformação digital, o que afetou o padrão e os canais de compra por onde os clientes se relacionam com as marcas. Tendo em vista a elevada influência da transformação digital sobre o setor de varejo, a Companhia não pode prever eventuais efeitos de canibalização do crescimento digital em detrimento do varejo físico e do mercado de atacado.

Caso a Companhia não seja capaz de se adequar aos efeitos da transformação digital sobre seus negócios, a Companhia poderá ser material e adversamente afetada.

(h) riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser impactados por alterações na legislação tributária brasileira, por resultados desfavoráveis de contingências tributárias ou pela modificação, suspensão ou cancelamento de benefícios fiscais/regimes especiais.

As autoridades fiscais brasileiras implementam regularmente mudanças no regime tributário que podem afetar a Companhia. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas vigentes e, ocasionalmente, a criação de impostos temporários e permanentes. Algumas dessas mudanças podem aumentar, direta ou indiretamente, nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos por nossos

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

produtos, restringir nossa capacidade de fazer negócios e, portanto, impactar de maneira material e adversa nossos negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. No caso de as autoridades fiscais interpretarem as leis tributárias de maneira inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser adversamente afetados, inclusive pelo pagamento integral dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades.

Além disso, a pandemia do novo coronavírus e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia. Tais medidas poderão afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A título exemplificativo, existem discussões recentes sobre a possível instituição de novos tributos, tais como o empréstimo compulsório, o imposto sobre grandes fortunas e uma contribuição sobre transações financeiras, bem como foram retomadas discussões sobre a revogação da isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos.

Outrossim, atualmente existem no congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, existe a possibilidade de uma mudança completa no sistema de tributação ao consumo, que extinguiria três tributos federais – IPI, PIS e COFINS, o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, para a criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") que incidiria sobre o consumo. Ademais, recentemente, o Governo Federal apresentou nova proposta de reforma tributária para criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às contribuições do PIS e da COFINS, que determina um regime diferenciado para o setor de combustíveis. Caso haja uma reforma tributária ou quaisquer mudanças na legislação e regulamentação aplicáveis, que alterem os tributos aplicáveis ou incentivos fiscais/regimes especiais durante ou após seus prazos de vigência, poderá afetar diretamente ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia. Os efeitos de eventuais medidas de reforma fiscal, tais quais as propostas de criação de um único novo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços ("IBS") o qual incidiria sobre serviços e a de criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços ("CBS"), em substituição às ao PIS e à COFINS, prevendo a alíquota de 12%, com a possibilidade de tomada de créditos em determinadas condições, a qual foi apresentada por meio do Projeto de Lei nº 3.887/2020, assim como quaisquer outras possíveis alterações no sistema tributário brasileiro, não podem ser quantificados, e podem afetar direta ou indiretamente os negócios e resultados da Companhia.

A pandemia do novo coronavírus e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Ademais, certas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais, sendo que qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, os seus resultados operacionais e a sua condição financeira.

Além disso, a Imaginarium e a IMB Têxtil, na data desse Formulário de Referência, usufruem de regimes especiais no estado de Santa Catarina para Diferimento do ICMS Importação n° 165000000738997 e 20500000051190, respectivamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", não podemos afastar o risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 ("LC 160/2017") e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivaram a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação. A Companhia não pode assegurar que os Estados darão cumprimento às regras para convalidação dos benefícios usufruídos.

No mais, eventual inobservância das regras de convalidação, alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Ademais, não é possível assegurar que estes regimes especiais/benefícios fiscais serão mantidos ou renovados. Em caso de revogação ou alteração da legislação pertinente, os negócios, as atividades e as condições financeiras poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária. Além disso, para garantir a continuidade desses incentivos, uma série de requisitos devem ser cumpridos, os quais podem ser contestados, inclusive em juízo. Caso esses benefícios fiscais e regimes especiais não possam ser mantidos, poderão ser suspensos ou cancelados. Se esses benefícios fiscais não forem renovados ou forem modificados, limitados, suspensos ou revogados, os negócios, a atividade e condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados como resultado do aumento da carga tributária.

Outrossim, a Companhia está sujeita a fiscalizações pelas autoridades fiscais nas esferas federal, estadual e municipal. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais da Companhia podem ser questionadas pelas autoridades fiscais. A Companhia não pode garantir que não haverá identificação de exposição fiscal adicional, e que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

As autoridades fiscais brasileiras intensificaram, recentemente, o número de fiscalizações. Existem diversas questões fiscais objeto de preocupação das autoridades brasileiras e com relação às quais as autoridades brasileiras regularmente fiscalizam as empresas, incluindo controle de estoque, despesas de amortização de ágio, reestruturação societária e planejamento tributário, entre outros. Quaisquer processos judiciais e administrativos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") e tribunais administrativos estaduais e municipais, pode afetar negativamente a Companhia.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

A Companhia e seus lojistas enfrentam riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e operação das suas unidades e centros de distribuição.

Os imóveis ocupados na data desse Formulário de Referência ou que vierem a ser ocupados pela Companhia e/ou lojistas franqueados e/ou parceiros estão sujeitos a diversos cadastros e registros perante órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal. A Companhia e/ou lojistas também enfrentam riscos relativos às licenças para instalação e operação das unidades e dos centros

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de distribuição, incluindo Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros ("AVCB"), licença de uso e funcionamento, licenças, autorizações e registros ambientais, alvarás sanitários, dentre outros.

Pelo fato da Companhia e os lojistas atuarem em um setor sujeito a legislação e regulação extensivas e caracterizado pela necessidade de frequente interação com autoridades governamentais, alterações nas regulamentações aplicáveis às nossas atividades e produtos, atrasos dos órgãos governamentais na emissão de licenças, autorizações e/ou registros de nossos estabelecimentos e/ou produtos ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem nos afetar de modo adverso e relevante. A Companhia e os lojistas estão sujeitos, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em nossos estabelecimentos para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

As licenças, autorizações e registros possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A Companhia não detém todas as licenças necessárias à sua operação e a Companhia e a Companhia e os lojistas, atualmente ou no futuro, podem não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. Além disso, o cenário de pandemia do novo coronavírus pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças.

A falta, atraso ou o indeferimento da obtenção ou a não renovação dessas licenças poderão, conforme o caso (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia e os lojistas ao pagamento de multas, (iii) impedir a Companhia e os lojistas de abrir e operar as unidades e os centros de distribuição, (iv) resultar na interdição ou fechamento das unidades dos lojistas e do centro de distribuição da Companhia, (v) expor a Companhia e os lojistas a riscos adicionais no caso de um acidente de segurança e proteção, ou evento similar, afetar adversamente tal instalação enquanto uma licença estiver pendente; (vi) resultar na aplicação de outras penalidades, tais como advertência e apreensão de produtos, de acordo com a legislação específica aplicável (federal, estadual e municipal); e (vii) expor a Companhia e os lojistas, bem como os representantes da Companhia e dos lojistas, a sanções criminais, em caso de exercício de atividades sem as devidas licenças e autorizações ambientais.

Dentre os requisitos necessários à obtenção das referidas licenças, está a verificação da regularidade das áreas construídas dos imóveis. A existência de áreas irregulares, além da obrigação de regularização, pode gerar: (i) a aplicação de multas pela administração pública; (ii) a impossibilidade da averbação da construção; (iii) a negativa de expedição da licença de funcionamento; (iv) a recusa da contratação ou renovação de seguro patrimonial; e (v) a interdição dos imóveis, podendo ainda, culminar na obrigação de demolir, caso não sejam passíveis de regularização.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se a Companhia e/ou os lojistas não conseguirem abrir e operar novas unidades e novos centros de distribuição, se a Companhia e os lojistas tiverem que suspender ou fechar algumas de suas unidades ou o centro de distribuição da Companhia em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar as Licenças, ou se um acidente afetar adversamente uma unidade ou um centro de distribuição enquanto estiver com uma licença pendente.

Para informações sobre as autoridades governamentais competentes e regulamentações aplicáveis, ver seção 7.5 deste Formulário de Referência.

(i) riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui atuação relevante em países estrangeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(j) riscos relacionados a questões ambientais

Eventual inobservância da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente as atividades da Companhia.

A Companhia está sujeita a uma ampla legislação federal, estadual e municipal relacionada à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essa legislação estabelece exigências de licenças, autorizações e registros ambientais para atividades específicas (podendo incluir centros de distribuição), cumprimento das condicionantes estabelecidas em tais licenças, autorizações e registros, além de padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Quaisquer violações da legislação e regulamentação ambiental poderão expor a Companhia a sanções administrativas e criminais, além da obrigação de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, tendo em vista as três esferas de responsabilidade ambiental previstas no ordenamento jurídico brasileiro, tal como detalhado no item "7.5" deste Formulário.

Além disso, a Companhia não pode garantir que essa legislação e regulamentação não se tornarão ainda mais rígidas, exigindo o aumento de seus investimentos a fim de cumprir com a legislação e regulamentação ambiental aplicável.

A Companhia enfrenta riscos relacionados a licenças e autorizações ambientais aplicáveis para instalação e operação de suas lojas e centro de distribuição.

Para o desempenho regular de suas atividades, a Companhia está sujeita à obtenção de licenças, autorizações e registros junto a órgãos ambientais. A ausência das autorizações exigíveis ou a falha em renovar qualquer destas autorizações e licenças ou descumprimento de condicionantes estabelecidas pelo órgão ambiental poderão afetar adversamente a Companhia.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças, assim como o descumprimento de condicionantes nelas fixadas poderá: (i) resultar em autos de infração, (ii) sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, (iii) impedir a Companhia de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, e (iv) resultar no fechamento das lojas e centros de distribuição da Companhia, e (v) expor a Companhia e/ou seus administradores, gerentes e empregados a sanções criminais. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das licenças em algumas das lojas tempestivamente e o descumprimento de condicionantes ambientais específicas poderão expor a Companhia a riscos adicionais em caso de um acidente ou de um evento similar que possa afetar essa loja enquanto a licença estiver pendente.

A Companhia pode ser afetada negativamente se sua cadeia de fornecimento não cumprir as leis e regulamentações socioambientais.

A cadeia de suprimentos de produtos da Companhia, desde a plantação de algodão até a produção de roupas, bem como a produção de materiais plásticos e componentes eletrônicos para os acessórios da Companhia, está sujeita às leis e regulamentos locais e internacionais que regem a proteção do meio ambiente, inclusive em relação ao uso de químicos, licenciamento ambiental, gestão de resíduos sólidos e recursos hídricos, como regras em relação ao tratamento de efluentes e outros. Adicionalmente, são aplicáveis à cadeia de fornecimento da Companhia inúmeras leis, regulamentos e tratados (locais e internacionais) sobre as relações e condições de trabalho, que abrangem temas como: jornada de trabalho, trabalho de estrangeiros, trabalho infantil, trabalho análogo ao escravo, proteção de dados pessoais, infraestrutura predial e segurança e saúde dos trabalhadores.

O descumprimento, seja total ou parcial, da legislação e regulamentação socioambiental pelas partes diretas ou indiretas envolvidas na cadeia produtiva da Companhia pode sujeitar a Companhia, principalmente, a riscos reputacionais, administrativos e civis e comprometer a gestão de estoques, caso multas e penalidades sejam aplicadas, ou mesmo se as licenças forem revogadas, de uma ou mais das partes, direta ou indiretamente, envolvida em sua cadeia de fornecimento de produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que todos os envolvidos na cadeia produtiva de seus produtos possuam as licenças, autorizações e registros ambientais necessários ao exercício de suas atividades.

A Companhia pode sofrer sanções legais por não administrar corretamente os resíduos gerados por suas operações.

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos. Dessa forma, a Companhia é responsável pelo gerenciamento dos resíduos gerados em suas instalações (incluindo papel, papelão, lâmpadas, plásticos, garrafas de perfumaria e beleza, material de merchandising e outros), por qualquer não conformidade com a legislação ambiental aplicável e, se aplicável, por qualquer dano ambiental causado por suas operações, desde que haja evidência de cadeia de causalidade entre suas atividades e o dano ambiental. Penalidades podem ser aplicadas se a Companhia deixar de cumprir as condições exigidas, o que afetaria adversamente suas operações e reputação.

Acidentes, incidentes, danos e/ou ilícitos ambientais praticados por terceiros contratados pela Companhia para gerenciar seus resíduos, dentro ou fora das unidades da Companhia, mas com os resíduos gerados por esta, expõem a Companhia à responsabilidade solidária pela reparação e/ou indenização dos danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros e, a depender de seu envolvimento nos fatos, principalmente, também a sanções administrativas.

(k) riscos macroeconômicos

O surto do novo coronavírus e as consequentes paralisações em escala global podem gerar interrupções na fabricação de produtos e crises na cadeia internacional de suprimentos, afetando fundamentalmente as operações das empresas do setor de varejo, incluindo a Companhia. Além disso, o surto mundial pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global, podendo impactar diretamente os negócios e o resultado da Companhia e o valor de suas ações.

O recente surto global do novo coronavírus pode ter impactos de longo alcance – desde o fechamento de fábricas, condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global. O surto do novo coronavírus ameaça a fabricação de produtos e a interrupção da cadeia de produtos/suprimentos para empresas do setor de varejo. Na data deste Formulário de Referência, a cadeia de suprimento global ainda está ameaçada e os fabricantes de equipamentos já reduziram o fornecimento de produtos e/ou de matérias-primas. Em decorrência destas paralisações, as empresas cuja cadeia de suprimentos dependem de fabricantes externos, como é o caso da Companhia, poderão ter seu estoque afetado e, consequentemente, ter sua receita reduzida.

Além disso, autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e *lockdown,* cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. Como consequência da adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera, a Companhia teria uma redução do consumo dos produtos oferecidos pela Companhia e até mesmo o fechamento de lojas, o que pode impactar de forma significativa os resultados da Companhia.

Ainda, cabe destacar que qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como o novo coronavírus, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima aliadas às incertezas provocadas pelo surto do novo coronavírus, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil, inclusive causando oito paralisações (*circuit-breakers*) das negociações na B3 durante o mês de março de 2020.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As ações de emissão da Companhia podem apresentar uma maior volatilidade, impactando os seus investidores de maneira negativa. A Companhia não pode garantir que a cotação das suas ações não atingirá patamares inferiores aos mínimos verificados durante a disseminação da atual pandemia.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira pode diminuir o interesse de investidores em ativos brasileiros, incluindo as ações da Companhia, o que pode afetar adversamente a cotação dos mencionados ativos, além de pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro e em termos aceitáveis.

A Companhia atua no mercado brasileiro e, portanto, está sujeita às condições econômicas e riscos relacionados ao Brasil.

O Governo Federal possui influência significativa sobre a economia brasileira por meio de políticas e regulamentações. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação e câmbio, frequentemente implicam variações das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, valorização cambial, controle de fluxo de capitais, limites sobre importações, entre outras medidas. Uma vez que a Companhia não possui controle e previsão sobre as medidas citadas, os negócios, situação econômico-financeira e resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados. Sendo assim, como principais riscos a que a Companhia está exposta, temos:

- taxas de juros;
- política monetária;
- riscos cambiais;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- alteração das normas trabalhistas;
- inflação;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- controle sobre importação e exportação;
- instabilidade social e política; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil.

Instabilidade política pode afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e os resultados de suas operações, bem como o preço de negociação das ações da Companhia.

O ambiente político brasileiro tem influenciado historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país e a confiança de investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade nos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Os mercados brasileiros têm registrado um aumento de volatilidade devido às incertezas decorrentes de investigações ainda em andamento conduzidas pela Polícia Federal Brasileira e pelo Ministério Público Federal Brasileiro, dentre as quais, a "Operação Lava Jato". Tais investigações continuam impactando a economia e o ambiente político do país. Alguns membros do Governo Federal brasileiro e do Poder Legislativo, bem como executivos de grandes companhias públicas e privadas, ainda estão enfrentando acusações de corrupção por, supostamente, terem aceitado subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a companhias de infraestrutura, petróleo e gás, e construção, dentre outras. Os valores destas propinas supostamente financiaram campanhas de partidos políticos e não foram contabilizadas ou divulgadas publicamente, servindo para promover o enriquecimento pessoal dos beneficiários do esquema de corrupção. Como resultado, vários políticos, incluindo membros do

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Congresso Nacional e executivos de grandes companhias públicas e privadas brasileiras, renunciaram a seus cargos e/ou foram presos, sendo que outras pessoas ainda estão sendo investigadas por alegações de conduta antiética e ilegal, identificadas durante tais investigações.

O potencial resultado destas investigações continua incerto, mas elas recentemente tiveram um impacto negativo sobre a imagem e reputação das empresas envolvidas, bem como sobre a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. A Companhia não pode prever se as investigações que ainda estão em curso irão conduzir a uma maior instabilidade política e econômica, nem se novas alegações contra empregados e executivos do governo e/ou companhias privadas surgirão no futuro.

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo Supremo Tribunal Federal pela suposta prática de atos impróprios. Quaisquer consequências de tais investigações, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive os negócios da Companhia.

Qualquer continuação de tais divisões poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

Incertezas políticas e econômicas, bem como quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre nós.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, incluindo os Estados Unidos e países de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos seus valores mobiliários.

O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, da União Europeia e de economias emergentes. Apesar de a conjuntura econômica desses países ser significativamente diferente da conjuntura econômica do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das ações da Companhia, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para a Companhia. Crises em outros países emergentes podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de emissão da Companhia, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Qualquer rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderá afetar adversamente o preço de negociação das ações da Companhia.

Os ratings de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch.

- Em setembro de 2015, a Standard & Poor's reduziu o rating de crédito soberano do Brasil para grau de investimento inferior, de BBB- para BB +, citando, entre outras razões, a instabilidade geral no mercado brasileiro causada pela interferência do governo brasileiro na economia e dificuldades orçamentárias. A Standard & Poor's rebaixou novamente o rating de crédito do Brasil em fevereiro de 2016, de BB + para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde o rebaixamento de setembro de 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, tendo em vista as dúvidas em relação aos esforços de reforma das aposentadorias e eleições presidenciais deste ano. Em fevereiro de 2019, a Standard & Poor's manteve seu rating em BB-/B, reafirmando a perspectiva estável avaliada em 2018.
- Em dezembro de 2015, a Moody´s colocou os ratings Baa3 do Brasil em análise, citando tendências macroeconômicas negativas e uma deterioração das condições fiscais do governo. Posteriormente, em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo.
- A Fitch também rebaixou o rating de crédito soberano do Brasil para BB + com perspectiva negativa em dezembro de 2015, citando o déficit orçamentário em rápida expansão do país e a recessão pior que a esperada e fez um rebaixamento ainda maior em maio de 2016 para BB com perspectiva negativa, que manteve em 2017 e rebaixou para BB- em fevereiro de 2018. Em agosto de 2018, a Fitch manteve seu rating em BB-, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável. Em maio de 2019, a Fitch manteve e reafirmou a perspectiva dada anteriormente.
- A Fitch manteve a classificação de crédito soberano do Brasil em BB- mudando a perspectiva de estável para negativa em maio de 2020, citando a deterioração do cenário econômico e fiscal brasileiro e o risco de que cada um deles possa piorar devido à incerteza política reiniciada, além das incertezas quanto à duração e intensidade da pandemia do novo coronavírus.

Qualquer rebaixamento adicional dos ratings de crédito soberano do Brasil poderia aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias.

A volatilidade e falta de liquidez do mercado de capitais brasileiro pode limitar substancialmente a capacidade de venda de ações ordinárias ao preço e tempo desejáveis pelos investidores.

O investimento em valores mobiliários negociados em países de economia emergente, tais como o Brasil, envolve frequentemente maior risco se comparado a investimentos em mercados desenvolvidos. O mercado de capitais brasileiro é significativamente menor, menos líquido, mais concentrado e geralmente mais volátil do que alguns mercados internacionais, como o dos Estados Unidos. Essas características podem limitar consideravelmente a capacidade do investidor de vender as ações da Companhia ao preço e no momento desejado, o que pode ter um efeito adverso significativo sobre a cotação das ações da Companhia negociadas no mercado.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas por causa da exposição a certos riscos – risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, risco do preços de ações e risco dos preços de commodities, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A seguir apresentamos informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a cada um desses riscos:

Risco de Crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

O principal ativo financeiro que representa a exposição a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas refere-se às contas a receber de clientes, demonstradas a seguir:

(Em milhares de reais)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber de clientes	57.551	126.891	129.335	52.472

Risco de Liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

30 de setembro de 2020 *(Em milhares de reais)*	Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 a 2029**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	30.598	23.577	7.021	-	-	30.598
Fornecedores e outras contas a pagar	11.612	11.612	-	-	-	11.612
Empréstimos e financiamentos	106.934	15.841	33.616	27.354	31.593	108.404
	149.144	**51.276**	**40.530**	**30.623**	**37.085**	**159.514**

31 de dezembro de 2019 *(Em milhares de reais)*	Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023 a 2029**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	42.702	23.175	19.527	-	-	42.702
Fornecedores e outras contas a pagar	17.889	17.889	4.555	-	-	17.889
Empréstimos e financiamentos	115.186	39.052	32.420	27.185	31.376	130.033
	175.777	**80.116**	**51.947**	**27.185**	**31.376**	**190.624**

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

31 de dezembro de 2018 *(Em milhares de reais)*	Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022 a 2028**	**Fluxo total financeiro**
Investimento a pagar	51.161	20.858	30.303	-	-	51.161
Fornecedores e outras contas a pagar	16.874	16.874	4.555	-	-	17.889
Empréstimos e financiamentos	113.955	28.428	42.634	36.900	9.590	117.552
	181.990	**66.160**	**72.937**	**36.900**	**9.590**	**185.587**

31 de dezembro de 2017 *(Em milhares de reais)*	Consolidado					
Passivos financeiros não derivativos	**Saldo contábil**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021 a 2027**	**Fluxo total financeiro**
Fornecedores e outras contas a pagar	8.744	8.744	-	-	-	8.744
Empréstimos e financiamentos	10.512	1.725	3.179	3.088	2.943	10.936
	19.256	**10.469**	**3.179**	**3.088**	**2.943**	**19.680**

Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades controladas pela Companhia.

A exposição cambial está assim representada:

	Consolidado			
(Em milhares de reais)	**30/09/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Contas a receber – exterior – USD	510	1.350	1.885	-
Fornecedores estrangeiros – USD	(487)	(9.416)	(3.965)	(3.517)
Exposição líquida	**23**	**(8.066)**	**(2.080)**	**(3.517)**

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados à moeda estrangeira – dólar (USD) – no balanço de 30 de setembro de 2020 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no fim do exercício de elaboração destas informações contábeis. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

(Em milhares de reais)	Consolidado			
	Base de cálculo	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
DÓLAR				
Taxa de câmbio em 30/09/2020		5,641	5,641	5,641
Taxa câmbio estimada para exercício de 2020		5,250	6,563	7,875
Contas a receber - exterior	510	(35)	83	202
Fornecedores estrangeiros	(487)	34	(80)	(193)
Efeito líquido		**(2)**	**4**	**9**

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

A exposição ao risco de taxa de juros está assim representada:

(Em milhares de reais)	Consolidado			
	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos financeiros com taxa de juros pós-fixada				
Aplicações financeiras - caixa e equivalentes de caixa	56.774	23.145	20.124	49.001
Empréstimos e financiamentos	106.934	115.186	113.955	10.512

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros oriundos dos empréstimos da Companhia e suas controladas são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 30 de setembro de 2020, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado considerando uma taxa base de CDI em 4,42%. O rendimento das aplicações financeiras e despesas dos empréstimos foi projetado para os próximos 12 meses.

Operação *(Em milhares de reais)*	Valores R$	Risco	Consolidado					
			Provável		Possível		Remoto	
			Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada	Taxa CDI estimada	Receita / (despesa) estimada
Aplicações financeiras	56.744	Baixa CDI	4,42	2.508	3,32	(1.881)	2,21	(1.254)
Empréstimos e financiamentos	(106.934)	Alta CDI	4,42	(4.726)	5,53	(5.908)	6,63	(7.090)
Investimentos a pagar	(30.598)	Alta CDI	4,42	(1.352)	5,53	(1.691)	6,63	(2.029)
				(3.570)		**(9.480)**		**(10.372)**

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de setembro de 2020, segregados conforme sua natureza.

Contingências Cíveis

Processo n.º 1070742-34.2017.8.26.0100	
a. Juízo	14ª Vara Cível – TJSP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	19.7.2017
d. Partes no processo	Autor: Projeto By Arquitetos Ltda. Réu: Imaginarium Franchising Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 966.638,94 (valor histórico)
f. Principais fatos	Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais em razão de suposta violação de direitos autorais, eis que a Autora teria sido contratada para desenvolver a nova identidade visual das lojas da Imaginarium, tendo ficado expressamente pactuado entre as partes a proibição de reprodução deste conceito visual sem prévia e expressa autorização da Autora. Afirma-se que a Imaginarium passou a implementar nas suas lojas um projeto chamado "Compact" que reproduz o conceito de propriedade intelectual da autora, sem sua autorização. Em razão disso, pleiteia seja a Imaginarium proibida de utilizar os projetos sem sua devida autorização, bem como indenização por danos morais e materiais. Os autos se encontram em fase de produção de prova pericial, a fim de aferir eventual plágio do projeto de arquitetura elaborado pela autora.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Processo n.º 0023374-75.2019.8.26.0100	
a. Juízo	44ª Vara Cível – TJSP
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	23.4.2019
d. Partes no processo	Autor: Kaiowa Indústria de Confecção Ltda Me Réu: IMB Têxtil Ltda
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.128.335,50 (valor histórico)
f. Principais fatos	Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais. De acordo com a Autora, a empresa teria sido aberta para prestar exclusivamente serviços à IMB

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n.º 0023374-75.2019.8.26.0100	
	desde 2010, eis que havia promessa de grande volume de serviço, o que teria influenciado na estrutura grandiosa e nos baixos lucros advindos da operação. Diante disso, a Autora teria entregue a sede de sua empresa em razão dos prejuízos causados pelas promessas lucrativas que não se concretizaram. A IMB apresentou contestação e pedido reconvencional. A ação foi extinta em razão da prescrição e o pedido reconvencional foi acolhido para condenar a Autor ao pagamento de R$ 173.603,78. Foi interposto recurso de apelação, que se encontra pendente de julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Contingências Fiscais

Processo Administrativo Municipal 6017.2016/0010558-0 (Autos de Infração n° 67.253.202; 67.253.199 e 67.253.148)	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	28.09.2016
d. Partes no processo	Autor: Município de São Paulo Réu: Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor em 10.2020: R$ 3.415.925,89
f. Principais fatos	Autos de Infração foram lavrados em 28.09.2016, visando à cobrança de supostos débitos de ISS e multa do ano de 2014 decorrentes de contratos de franquias, e de diferenças apuradas entre os lançamentos contábeis e as Notas Fiscais eletrônicas emitidas. Impugnação apresentada pela empresa em 04.11.2016. Decisão desfavorável proferida em 12.04.2017 informando, contudo, a suspensão dos débitos dos AIIMs 67.253.199 e 67.253.148, e reconhecendo o pagamento do AIIM 67.253.202. O competente Recurso Ordinário foi interposto em 15.08.2017, porém foi julgado intempestivo. O processo está suspenso até decisão nos autos do Processo n° 0044472-78.2010.8.26.0053.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Processo Administrativo Municipal 6017.2018/0067607-6 (Autos de Infração n° 06.759.833-1 e 06.759.834-0)	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	07.08.2019
d. Partes no processo	Autor: Município de São Paulo Réu: Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo Municipal 6017.2018/0067607-6 (Autos de Infração n° 06.759.833-1 e 06.759.834-0)	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.427.504,82 (08.2019) Valor em 10.2020: R$ 6.447.212,81
f. Principais fatos	Autos de Infração foram lavrados em 07.08.2019, visando à cobrança de supostos débitos de ISS e multa dos anos de 2015 e 2017 decorrentes de contratos de franquias. Em 14.08.2019, a empresa foi intimada acerca dos Autos de Infração lavrados e optou por não apresentar defesa, aguardando o desfecho da Ação Judicial nº 0044472-78.2010.8.26.0053. O processo está suspenso até decisão nos autos do Processo n° 0044472-78.2010.8.26.0053.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Processo Administrativo Municipal 6017.2018/0005481-4 (Autos de Infração n° 06.743.043-0)	
a. Juízo	Secretaria de Fazenda do Município de São Paulo
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	24.07.2018
d. Partes no processo	Autor: Município de São Paulo Réu: Mone Gestão de Franquias e Participações Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.539.297,23 (07.2018) Valor em 10.2020: R$ 2.893.841,35
f. Principais fatos	Autos de Infração foram lavrados em 07.08.2019, visando à cobrança de supostos débitos de ISS e multa do ano de 2016 decorrentes de contratos de franquias. Em 03.08.2018, a empresa foi intimada acerca dos Autos de Infração lavrados e optou por não apresentar defesa, aguardando o desfecho da Ação Judicial nº 0044472-78.2010.8.26.0053. O processo está suspenso até decisão nos autos do Processo n° 0044472-78.2010.8.26.0053.
g. Chance de perda	Provável
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Mandado de Segurança n°.0018147-73.2009.4.03.6100 (2009.61.00.018147-3)	
a. Juízo	22ª Vara Federal da Justiça Federal de São Paulo
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	24.07.2018
d. Partes no processo	Autor: IMB Têxtil Ltda.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Mandado de Segurança n°.0018147-73.2009.4.03.6100 (2009.61.00.018147-3)	
	Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.032.107,15 (COFINS) R$ 2.178.023,26 (PIS)
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança que tem por objeto a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS e da COFINS bem como a restituição dos valores pagos indevidamente pela Companhia. Proferida sentença que julgou improcedente o pedido formulado. A Companhia interpôs Recurso de Apelação e a União opôs Embargos de Declaração, mas não foi dado provimento à Apelação e rejeitados os Embargos de Declaração. A Companhia interpôs Recurso Especial e Extraordinário. Em juízo de retratação, foi dado provimento à apelação da Companhia. A União interpôs Agravo Interno que foi negado provimento e a Companhia opôs Embargos de Declaração que restaram rejeitados. A União interpôs Recurso Extraordinário. As decisões transitaram em julgado em 05.09.2019. A União se mostrou ciente e solicitou desistência de executar judicialmente os créditos reconhecidos no processo. A Companhia, então, apresentou Pedidos de Habilitação para que a Receita Federal do Brasil homologasse os créditos.
g. Chance de perda	N/A
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções).

Processos Administrativos de Habilitação de Crédito n° 13973.720171/2020-05 e 10166.733030/2020-19	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	26.05.2020
d. Partes no processo	Autor: IMB Têxtil Ltda. Réu: Receita Federal do Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.383.094,24 – PIS R$ 15.582.737,08 - COFINS
f. Principais fatos	Pedidos de Habilitação deferidos. Companhia deu início às compensações administrativas.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processos Administrativos de Habilitação de Crédito n° 13973.720171/2020-05 e 10166.733030/2020-19	
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Mandado de Segurança n°.5014660-34.2016.4.04.7200	
a. Juízo	3ª Vara Federal de Florianópolis
b. Instância	Judicial
c. Data de instauração	13.06.2016
d. Partes no processo	Autor: UNI.CO Comércio S/A Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 581.923,39 – PIS R$ 2.681.173,75 - COFINS
f. Principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança que tem por objeto a exclusão do ICMS da base de Cálculo do PIS e da COFINS bem como a restituição dos valores pagos indevidamente pela Companhia. Foi denegada a segurança tendo sido reformada pelo TRF4 que julgou procedente a apelação interposta pela Companhia para declarar o seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Apresentado Recurso Extraordinário que teve seu seguimento negado. 29.04.2019 – Ocorreu o trânsito em julgado. A União se mostrou ciente e solicitou desistência de executar judicialmente os créditos reconhecidos no processo. A Companhia, então, apresentou Pedido de Habilitação para que a Receita Federal do Brasil homologasse os créditos.
g. Chance de perda	N/A
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, a companhia será obrigada a recolher os valores devidamente atualizados, podendo sofrer eventuais constrições (protestos, execuções).

Processo Administrativo de Habilitação de Crédito n° 10983.726727/2019-76	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	09.07.2019
d. Partes no processo	Autor: UNI.CO Comércio S/A Réu: Receita Federal do Brasil

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Administrativo de Habilitação de Crédito nº 10983.726727/2019-76	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.388.062,81 – COFINS R$ 735.303,07 - PIS
f. Principais fatos	Pedidos de Habilitação deferidos. Companhia deu início às compensações administrativas.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Mandado de Segurança n.º 5005932-14.2010.4.04.7200 (5005222-60.2010.4.04.0000)	
a. Juízo	14ª Vara Federal de São Paulo – Justiça Federal do mato Grosso do Sul
b. Instância	2ª Instância
c. Data de instauração	13.05.2011
d. Partes no processo	Autor: Imaginarium Comércio de Presentes e Decorações LTDA. Réu: União Federal
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 22.826 mil
f. Principais fatos	Trata-se de ação ajuizada com a finalidade de se declarar a inexistência de relação jurídico-fiscal em relação à incidência do IPI no momento em que figura como comerciante dos produtos que importa quando os revende no mercado interno. Pedido de liminar foi indeferido. Pedido julgado procedente em 1ª instância. União interpôs recurso de apelação e Imaginarium apresentou contrarrazões. Proferido acórdão que negou provimento à apelação e à remessa oficial e deferiu a antecipação dos efeitos da tutela. União interpôs agravo que restou negado. União interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário e Companhia apresentou contrarrazões a ambos os recursos. Recurso Especial e Recurso Extraordinário foi admitido. Recurso Especial teve seu seguimento negado e transitou em julgado em 31.05.2016. Recurso Extraordinário teve seu seguimento negado. União apresentou Agravo Regimental. Companhia apresentou contrarrazões ao agravo em Recurso Extraordinário. Recurso sobrestado em 25.11.2016 até pronunciamento definitivo do Tribunal Superior.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Mandado de Segurança n.º 5005932-14.2010.4.04.7200 (5005222-60.2010.4.04.0000)	
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá os depósitos efetuados nos autos do Mandado de Segurança serão convertidos em renda.

Processos Administrativos de Habilitação de Crédito n° 13973.720171/2020-05 e 10166.733030/2020-19	
a. Juízo	Receita Federal do Brasil
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	26.05.2020
d. Partes no processo	Autor: IMB Têxtil Ltda Réu: Receita Federal do Brasil
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.383.094,24 – PIS R$ 15.582.737,08 - COFINS
f. Principais fatos	Pedidos de Habilitação deferidos. Companhia deu início às compensações administrativas.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

Contingências Trabalhistas

Processo 46472.000021/2018-15 Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social – NDFC n.º 201.064.154	
a. Juízo	Secretaria de Inspeção do Trabalho, Ministério da Economia
b. Instância	Administrativo
c. Data de instauração	04/01/2018
d. Partes no processo	IMB Têxtil S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 1.728.872,03 (valor histórico)
f. Principais fatos	Em 04.01.2018 a Companhia recebeu auto de infração a título de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Contribuição Social, no qual foi alegado que deixou de recolher o FGTS, conforme apurado mediante o cruzamento dos dados constantes do sistema FGTS da Caixa Econômica Federal e do sistema RAIS do período auditado. Em 24.01.2018 foi apresentada defesa no prazo tempestivo. Em 08.02.2019 os autos foram submetidos à análise da Subdelegacia Regional do Trabalho (SDT). Em 14.06.2019 os autos retornaram da análise sem nenhuma decisão conclusiva. Em 28.06.2019 os mesmos foram encaminhados para análise da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) onde permanecem até a presente data.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo 46472.000021/2018-15 Notificação de Débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social – NDFC n.º 201.064.154	
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda, haverá impacto financeiro no montante indicado no item (e) acima, devidamente atualizado.

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Na data de 30.09.2020 a Companhia possuía a provisão para os processos tributários no valor de R$ 37.190.000,00 com risco de perda Provável. Esse valor é composto por R$ 22.826.000,00 para contingências que tem objeto a suspensão de IPI e R$ 12.750.000,00 para ISS franquia.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Inquérito Civil nº 14.0161.0000396/2019-3	
Impacto em caso de perda	Correção do defeito do produto, retirada do produto do mercado e/ou propositura de ação civil pública. O caso possui promoção de arquivamento da Promotoria de Justiça do Consumidor do Estado de São Paulo, haja vista que não se comprovou que o defeito do produto tenha causado danos ao consumidor; e, ainda, não se verificou que o produto supostamente defeituoso tenha alcançado grande universo de consumidores. Contra a promoção de arquivamento, foi interposto recurso pelo denunciante ao Conselho do Ministério Público. Os advogados da Companhia entendem que a chance de êxito do recurso interposto pela denunciante é remoto.
Valores envolvidos	Não é possível aferir o montante total envolvido neste momento.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Não aplicável, pois a Companhia não possui processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta seção 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em 15 de outubro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), aplicável à todas as áreas da Companhia.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos.

O processo de gerenciamento de riscos é baseado no modelo COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* ("COSO-ERM") e é integrado às metas e objetivos estratégicos de negócios da Companhia. Ao adotar tais procedimentos, a Companhia espera os seguintes benefícios: (i) consolidar os princípios e diretrizes a serem seguidos em todas as atividades associadas ao gerenciamento de riscos; (ii) mensurar riscos e oportunidades para auxiliar na prevenção de crises e problemas; (iii) garantir maior transparência em relação aos riscos que a Companhia está sujeita e estratégias de mitigação; (iv) difundir a cultura de gestão de riscos em todos os níveis da Companhia; (v) elevar o nível de maturidade em gestão de riscos da Companhia; (vi) tomar de decisões de negócios mais consistentes; e (vii) contribuir para a busca da excelência na gestão empresarial.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste Formulário de Referência e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar suas atividades e operações de forma negativa. Esses riscos foram categorizados em cinco grupos:

- ***Riscos de Negócios/Estratégicos***: são aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político e econômico, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.

- ***Riscos Operacionais***: são aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à operação dos negócios como marketing, vendas, comercial, logística; como à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, relações sindicais.

- ***Riscos Financeiros***: estão divididos em três subcategorias, conforme abaixo:

  - ***Riscos de Mercado:*** risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços, possam afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

  - ***Risco de Crédito***: possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissões de títulos. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de caixa e equivalentes de caixa da Companhia.

  - ***Risco de Liquidez***: possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor ou da possibilidade de falta de recursos para honrar compromissos assumidos em função do descasamento entre ativos e passivos.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- ***Riscos Tecnológicos:*** é a possibilidade de uma determinada ameaça explorar vulnerabilidades de um ativo ou um conjunto de ativos, impactando na confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

- ***Riscos de Conformidade***: são os riscos de imposição de sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, do Código de Conduta e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

A tabela abaixo ilustra os principais riscos de cada categoria:

NEGÓCIOS/ESTRATÉGICOS			
Modelo de Negócio			Político e Econômico
Concorrência e Mercado	Estrutura Organizacional	Fusão e Aquisição	Mudança Governamental
Planejamento e Orçamento	Continuidade de Negócios	Gestão de Conhecimento	Cenário Econômico
Desenvolvimento de Produtos e Serviços	Investimento e Projetos	Marcas e Patentes	Política Pública
Inovação e Tecnologia	Satisfação do Cliente	Indicadores de Performance	Pandemia de COVID-19
Parcerias Estratégicas			

DE CONFORMIDADE			
Governança Corporativa		Leis e Regulamentos	
Aderência às regras	Comunicação Interna	Trabalhista	Contábil e Financeira
Incentivo de Desempenho	Divulgação ao Mercado	Civil	Tributário / Fiscal
Sucessão	Reputação e Imagem	Legal	Ambiental
Relacionamento com Acionista	Conduta Ética	Regulamentação	

FINANCEIROS		
Mercado	Crédito	Liquidez
Câmbio	Concentração	Custo de Oportunidade
Derivativos	Garantia	Disponibilidade de Capital
Taxa de Juros	Inadimplência	Fluxo de Caixa
Participação		

OPERACIONAIS			
Processo		Pessoal	Sustentabilidade
Canal de Distribuição	Terceiros	Capacitação	Resíduos, Efluentes e Emissões
Efetividade e Eficiência	Estoques	Pessoal-chave	Recursos Naturais
Produto e Serviço	Segurança Patrimonial	Limite de Autoridade	Saúde e Segurança
Fornecimento	Práticas Comerciais	Retenção de Talentos	Responsabilidade Social
Obrigação Contratual			

TECNOLÓGICOS
Informação e Tecnologia
Segurança da Informação
Desenvolvimento de Sistemas
Governança de TI
Mídias Sociais
Tecnologias Emergentes

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Após a identificação dos riscos e a classificação nas categorias descritas no item 5.1(b)(i) acima, a Companhia analisa e quantifica o risco levando em conta a sua probabilidade de ocorrência e magnitude de impacto. Os riscos podem ser classificados da seguinte forma:

- ***Risco Inaceitável:*** representam ameaça potencial aos negócios da Companhia. Demandam ação gerencial prioritária para eliminar o componente de risco ou ao menos reduzir sua severidade e/ou frequência.

- ***Risco Inesperado***: com alto impacto e baixa frequência. Devem ser quantificados e monitorados regularmente para direcionar continuamente as estratégias de mitigação e/ou planos de contingência. O objetivo é estar preparado caso o evento venha a acontecer. Tratamento sujeito à viabilidade de contratação de seguros como resposta a estes riscos.

- ***Risco Provável:*** de menor criticidade devido ao menor nível de impacto no valor dos negócios. Foco deve ser o de definir níveis aceitáveis de perda por eventos e limites de competência que evitem que o nível de impacto suba ao longo do tempo.

- ***Risco Aceitável:*** perdas de menor relevância, podendo o custo do impacto ser menor do que o custo de mitigá-los. Riscos de baixo impacto e frequência, não havendo necessidade de monitoramento contínuo.

Após a definição do limite de risco, a Companhia formula uma resposta adequada ao risco, de acordo com sua criticidade. As alternativas para tratamento dos riscos se classificam da seguinte forma:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- ***Rejeitar:*** eliminar totalmente a fonte do risco. Esta resposta é aplicável na situação em que Companhia não encontrou alternativas para mitigação do risco até um nível aceitável, em conformidade com seu limite de riscos.

- ***Transferir:*** transferir a responsabilidade do risco para terceiros por meio de contratos de seguros, terceirização de operações e atividades.

- ***Mitigar:*** reduzir a probabilidade e/ou o impacto de um risco para um limite aceitável pela Companhia.

- ***Aceitar/Reter:*** nenhuma ação direta é tomada para alterar o nível de impacto ou probabilidade do risco. Esta resposta é aplicável quando o risco está abrangido no limite de riscos da Companhia.

Por fim, o processo de gerenciamento de riscos prevê o monitoramento constante dos riscos para assegurar que o modelo está aderente aos objetivos da Companhia ao longo do tempo.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado conforme o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM. A primeira linha é representada pelos gestores e colaboradores das áreas de negócios, responsáveis diretos pela execução de seus processos e respectivos riscos. A segunda é a Área de Compliance (departamento responsável pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos na Companhia), que atua na identificação de falhas de performance de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. A terceira linha é a área de Auditoria Interna, que atua na realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes.

Neste sentido, as seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão diretamente envolvidas no gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; (iv) Área de Auditoria Interna própria; (v) Área de Compliance; e (vi) Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios), conforme fluxo e descrição abaixo:

Compete ao Conselho de Administração:

(i) aprovar as políticas e diretrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;

(iii) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados; e

(iv) disponibilizar e alocar os recursos necessários para o gerenciamento de riscos.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do seu regimento interno específico:

(i) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Área de Compliance;

(ii) avaliar e monitorar as exposições a riscos de todas as naturezas, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;

(iii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;

(iv) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e

(v) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

(i) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando a estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;

(ii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;

(iii) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;

(iv) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e

(v) disseminar a cultura de riscos em toda Companhia, por meio de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete à Auditoria Interna, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

(i) aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e

(ii) fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de riscos esteja sendo devidamente implementada.

Compete à Área de Compliance, responsável pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos na Companhia, e cujos membros não desempenham atividades operacionais:

(i) fornecer apoio às áreas de negócios sobre o processo de gerenciamento de riscos;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(ii) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados;

(iii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais; e

(iv) reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

Compete aos Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios):

(i) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;

(ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;

(iii) apresentar percepção quanto à exposição ao risco;

(iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;

(v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e

(vii) dar cumprimento ao plano de ação.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Os riscos de mercado para os quais a Companhia busca proteção são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança.

Entretanto, não há uma política própria que trata do gerenciamento de riscos de mercado formalizada, uma vez que a Companhia adota práticas que entende suficientes para gerenciamento de seus riscos de mercado.

Adicionalmente, aplica-se ao gerenciamento de tais riscos a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020, conforme descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência, a qual traz o processo de gerenciamento de riscos da Companhia de maneira geral.

A Política de Gerenciamento de Riscos pode ser acessada: (i) na sede da Companhia na Doutor Cardoso de Melo, nº 1855, Conj. 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, CEP 04.548-903, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo-SP; (ii) no website da Companhia https://ri.grupounico.com; e (iii) no website da CVM (www.cvm.gov.br).

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Não aplicável, pois a Companhia informa que não possui política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Considerações adicionais relacionadas a esse item constam do item 5.6 deste Formulário de Referência.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia busca a melhoria contínua de sua estrutura de governança corporativa e o aprimoramento de seus controles internos, que têm o objetivo de fornecer garantia razoável quanto à confiabilidade das informações financeiras e à preparação das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com as regras e práticas contábeis adotadas no Brasil, tais como pronunciamentos do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), previamente aprovados e referendados pela CVM, e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Objetivando assegurar que as demonstrações financeiras sejam elaboradas de forma fidedigna, refletindo consistentemente seus processos operacionais e financeiros, e preparadas em conformidade com os requisitos exigidos, a Companhia adota diversas práticas e controles internos que garantem a transparência e a confiabilidade de suas demonstrações financeiras. Como exemplos das práticas e controles internos adotados pela Companhia, podemos citar:

1) Reconciliação das contas contábeis;
2) Processos mensais de fechamento contábil;
3) Adoção de sistemas de aprovação por alçada; e
4) Segregação de funções e aprovação de pagamentos por mais de uma pessoa.

Além disso, a Companhia usa o sistema Linx que permite uma gestão eficiente de todas as suas atividades operacionais e gerenciais, com foco em um desempenho equilibrado nos processos corporativos.

Dessa forma, a Companhia entende que os controles internos adotados são adequados ao tipo de atividade e o volume de transações que realiza e asseguram a confiabilidade e precisão das informações constantes de suas demonstrações financeiras.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O acompanhamento das principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis fica a cargo dos seguintes órgãos, cujas responsabilidades específicas para este processo estão destacadas:

- **Departamento de Controladoria**: responsável pelas áreas fiscal, contábil, custos, e por gerenciar as demonstrações financeiras e contábeis e conferir os lançamentos no sistema Linx;
- **Departamento Financeiro**: responsável por realizar a reconciliação das contas contábeis;
- **Área de Compliance**: responsável por acompanhar e supervisionar as atividades do Departamento de Controladoria em relação aos controles internos. A Área de Compliance é responsável por reportar inconsistências ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos, cujas alterações podem agravar o ambiente de controles, ao Comitê de Auditoria.

Além disso, no contexto da abertura de capital, a Companhia instituiu o seu Comitê de Auditoria, órgão colegiado de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração, que avalia a independência, a qualidade e a efetividade dos serviços prestados pelos auditores independentes, dispondo de autonomia operacional e dotação orçamentária para o desempenho de suas funções.

Em atendimento ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia instituiu área de Auditoria Interna própria, que será responsável por submeter para revisão e aprovação do Comitê de Auditoria, pelo menos anualmente, um plano de auditoria interna. O plano de auditoria interna será composto de um

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

cronograma de trabalho para o ano fiscal/calendário seguinte e será desenvolvido com base em metodologia de riscos com o objetivo de delimitar os trabalhos de auditoria a serem priorizados.

A Companhia também instituiu a Área de Compliance, que é responsável, dentre outros, pelos métodos utilizados na avaliação e no monitoramento do sistema de controles internos da Companhia.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O Comitê de Auditoria da Companhia é responsável por supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes.

Na execução de suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria interage com o Conselho de Administração, a Diretoria, a área de Auditoria Interna, e, quando instalado, com o Conselho Fiscal da Companhia. Dentre as atribuições do Comitê de Auditoria, visando a garantir a eficácia dos controles internos, estão: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;; (ii) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Área de Compliance da Companhia (responsável pela função de controles internos); (iv) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse; e (v) receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos.

Além disso, a eficiência dos controles para elaboração das demonstrações financeiras é supervisionada pelo Diretor Presidente, em conjunto com o Diretor Financeiro, com base nos relatórios elaborados pelo Departamento de Controladoria.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Como resultado dessa avaliação, os auditores externos emitiram comunicação de deficiências de controles internos e não identificaram deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração da Companhia tomou ciência e concorda com o relatório circunstanciado emitido pelos auditores externos sobre os controles internos da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Embora não tenham sido identificadas deficiências significativas, as oportunidades de melhoria reportadas estão sendo endereçados e a Administração da Companhia continuará adotando medidas para o constante aprimoramento de seus controles internos e sistemas informatizados. Os Diretores da Companhia entendem que as oportunidades de melhorias reportadas no relatório circunstanciado emitido pelos auditores externos não têm impacto na precisão dos dados e na confiabilidade da elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia.

5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

No contexto da abertura de capital, a Companhia revisou seu Código de Conduta ("Código de Conduta") visando a reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético. O Código de Conduta trata, entre outras matérias, sobre a importância de cumprimento com legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades, especialmente com leis que proíbem práticas de corrupção.

O Código de Conduta, cuja última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de outubro de 2020, define a missão, valores e princípios básicos da Companhia e aborda, dentre outros, tópicos como: (i) confidencialidade de informações; (ii) situações de conflito de interesses; (iii) relacionamento com a sociedade e o meio ambiente; (iv) ativos do grupo e propriedade intelectual; e (v) medidas disciplinares aplicáveis aos casos de violação.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Área de Compliance é responsável, dentre outras matérias, por orientar e prestar esclarecimentos sobre o Código de Conduta, solucionando eventuais lacunas ou pontos omissos. As atribuições da Área de Compliance estão dispostas no Código de Conduta e incluem (i) tomar as medidas necessárias para garantir a aplicação e divulgação do Código de Conduta e, inclusive, fiscalizar e avaliar o seu cumprimento e eficácia; (ii) propor novas normas ou políticas relacionadas ao programa de integridade ou a revisão das já existentes; (iii) conduzir treinamentos periódicos acerca das condutas, princípios, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta; e (iv) apurar e tratar as comunicações recebidas por meio do Canal de Ética, garantindo anonimato do denunciante, e práticas de não retaliação, encaminhando suas conclusões ao Comitê de Auditoria para determinação das medidas disciplinares aplicáveis.

É assegurado à Área de Compliance autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A última versão do Código de Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente do seu nível hierárquico, incluindo membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e aprendizes.

Além disso, o Código de Conduta orienta os colaboradores da Companhia a, sempre que possível, transmitirem os princípios e normas ali contidos para terceiros, inclusive fornecedores, prestadores de

5.4 - Programa de Integridade

serviço, parceiros, clientes, intermediários, representantes ou demais terceiros contratados pela Companhia ou qualquer outra pessoa, entidade ou autoridade com quem a Companhia se relacione.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia implementará, por meio da Área de Compliance, com o apoio do time de Gente e Gestão, um plano de treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus colaboradores, para qualificação e conscientização acerca das condutas, valores e princípios básicos, conceitos e procedimentos previstos no Código de Conduta. O comparecimento aos treinamentos será obrigatório e a presença será controlada por meio de meios adequados.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Qualquer colaborador que violar as previsões do Código de Conduta estará sujeito a aplicação das seguintes medidas disciplinares: (i) feedback direto; (ii) advertência formal; e (iii) demissão; (iv) ação civil ou criminal, que serão aplicadas de acordo com critérios de proporcionalidade e razoabilidade da conduta praticada. Tais sanções estão previstas no item 3 do Código de Conduta.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020. O documento está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia https://ri.grupounico.com e nos websites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), respectivamente, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia disponibiliza a todos os seus colaboradores e terceiros um canal de denúncias – intitulado Canal de Ética - por meio do qual é possível reportar e relatar situações de qualquer natureza relacionadas possíveis infrações ou desconformidades com a legislação, o Código de Conduta e demais políticas, ou os valores e princípios básicos da Companhia.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética da Companhia é gerido por empresa independente.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregado**

O Canal de Ética está aberto para o recebimento de denúncias internas e externas, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Website: canaldeetica.grupounico.com
- Telefone: 0800-591-2819

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Canal de Ética assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que prefiram não se identificar.

5.4 - Programa de Integridade

Nos termos do seu Código de Conduta, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta, sujeitando os infratores às medidas disciplinares cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Área de Compliance é responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Ética, bem como conduzir e documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente. Após as apurações necessárias, a Área de Compliance reporta os resultados ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, é o responsável por determinar as medidas disciplinares aplicáveis a cada caso, quando necessário.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

No âmbito de todos os processos de fusão e aquisição realizados pela Companhia são conduzidos procedimentos de *due diligence*. Para tanto, a Companhia contrata empresas de consultoria externa e escritórios de advocacia, visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares relacionadas às pessoas jurídicas envolvidas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, considerando que, como descrito acima, a Companhia possui regras, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública.

5.5 - Alterações significativas

No contexto de sua abertura de capital, a Companhia elaborou e formalizou sua Política de Gerenciamento de Riscos, que passa a congregar as principais diretrizes e procedimentos, assim como definir os responsáveis pelo processo de identificação, avaliação e monitoramento de riscos relacionados à Companhia.

Ademais, destaca que não houve, no último exercício social, qualquer alteração significativa nos principais riscos aos quais está exposta.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Em que pese a Companhia não possuir política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, em complemento ao item 5.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que visa a estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos na Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, previsão, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e que possam afetar o atendimento aos seus objetivos, padronizando as atividades de controle e de gerenciamento dos riscos que devem ser desempenhadas em todos os níveis da Companhia e nos estágios de seus processos corporativos.

Riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado para os quais a Companhia e suas controladas buscam proteção estão descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência, quais sejam:

- ***Risco de crédito***: consiste no risco de que os clientes da Companhia falhem em cumprir com suas obrigações contratuais.
- ***Risco de liquidez***: consiste na dificuldade que poderá ser encontrada pela Companhia em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.
- ***Risco cambial***: compreende na exposição da Companhia as diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras, recebíveis e empréstimos são denominados nas operações estrangeiras.
- ***Risco de taxa de juros***: decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não adota estratégia específica de proteção patrimonial (*hedge*).

Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

Não aplicável, uma vez que a Companhia não faz uso de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na data deste Formulário de Referência.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Gestão do Risco de Crédito

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora o risco por meio de análises periódicas do nível de inadimplência, bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança.

Gestão do Risco de Liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Gestão do Risco de Câmbio

A Companhia atua na gestão do risco cambial para identificar e solucionar os riscos associados à flutuação do valor das moedas às quais estão associados ativos e passivos globais.

Gestão do Risco de Taxas de Juros

Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

Adicionalmente, a Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro com taxa de juros pré-fixada pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de hedge usando o modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros ao final do período de relatório não impactaria o resultado da Companhia de forma imediata.

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado conforme o modelo de três linhas de defesa do COSO-ERM. A primeira linha é representada pelos gestores e colaboradores das áreas de negócios, responsáveis diretos pela execução de seus processos e respectivos riscos. A segunda é a Área de Compliance (departamento responsável pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos na Companhia), que atua na identificação de falhas de performance de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. A terceira linha é a área de Auditoria Interna, que atua na realização de testes substantivos de controles internos para identificação de desvios operacionais e financeiros decorrentes de falhas e/ou fraudes.

Neste sentido, as seguintes estruturas organizacionais da Companhia estão diretamente envolvidas no gerenciamento de riscos: (i) Conselho de Administração; (ii) Comitê de Auditoria; (iii) Diretoria; (iv) Área de Auditoria Interna própria; (v) Área de Compliance; e (vi) Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios), conforme fluxo e descrição abaixo:

Compete ao Conselho de Administração:

(i) aprovar as políticas e diretrizes de risco, limites de exposição e impactos propostos;

(ii) fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados;

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

(iii) avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações e cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados; e

(iv) disponibilizar e alocar os recursos necessários para o gerenciamento de riscos.

Compete ao Comitê de Auditoria, além do seu regimento interno específico:

(i) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Área de Compliance;

(ii) avaliar e monitorar as exposições a riscos de todas as naturezas, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia;

(iii) recomendar ao Conselho de Administração da Companhia na avaliação de políticas, limites e planos de ação;

(iv) monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de risco aprovados; e

(v) avaliar a efetividade do modelo de gestão de riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Compete à Diretoria:

(i) estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando a estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão;

(ii) avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e aos limites apresentados pelos Proprietários dos Riscos e recomendar ações de respostas;

(iii) acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos considerando os limites aprovados pelo Conselho de Administração;

(iv) adotar riscos avaliados como ferramenta de orientação da revisão ou construção do plano estratégico; e

(v) disseminar a cultura de riscos em toda Companhia, por meio de incentivos e políticas de remuneração variável.

Compete à Auditoria Interna, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria:

(i) aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva; e

(ii) fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que a cultura de riscos esteja sendo devidamente implementada.

Compete à Área de Compliance, responsável pelas funções de compliance, controles internos e riscos corporativos na Companhia, e cujos membros não desempenham atividades operacionais:

(i) fornecer apoio às áreas de negócios sobre o processo de gerenciamento de riscos;

(ii) mapear processos e auxiliar na identificação dos riscos, além de garantir os respectivos controles para mitigar os riscos identificados;

(iii) acompanhar e sugerir melhorias de controles internos nas áreas operacionais; e

(iv) reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Compete aos Proprietários dos Riscos (integrantes das áreas de negócios):

(i) identificar os fatores de riscos e indicadores para a mensuração e monitoramento dos riscos;

(ii) fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análise;

(iii) apresentar percepção quanto à exposição ao risco;

(iv) sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao risco sob sua responsabilidade;

(v) cumprir os limites de riscos aprovados pelo Conselho de Administração;

(vi) comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e

(vii) dar cumprimento ao plano de ação.

Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estratégia operacional e controles internos da Companhia é adequada para a verificação da efetividade da política adotada por nos permitir monitorar e avaliar periodicamente as posições consolidadas de instrumentos financeiros utilizados para mitigar nossos riscos de mercado e os correspondentes impactos nos resultados financeiros e no fluxo de caixa.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 5 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	11/06/2012
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

O atual Grupo Uni.co foi iniciado em dezembro de 2012, com a aquisição da marca Imaginarium pelo Squadra 1 Fundo de Investimentos em Participações ("FIP Squadra"), gerido pela Squadra Investimentos – Gestão de Recursos Ltda. ("Squadra Investimentos"), investidor nacional referência em seu segmento ("Companhia" ou "Grupo Uni.co"). Desde então, a Companhia passou por um processo de transformação que profissionalizou a sua gestão, implementou uma cultura de excelência operacional no varejo e aprimorou a infraestrutura e processos internos.

A marca Imaginarium foi fundada em 1991 e busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. A Imaginarium iniciou o modelo de franquia no ano de 1993 e desde então vem expandindo sua rede, alcançando o marco de 100 franquias em 2012, dobrando para 200 em 2016.

Para aumentar sua capilaridade, a Imaginarium desenvolveu em 2007 a bandeira "Imaginarium Na Medida", modelo de loja "*store in store*" desenhado para atender o canal de varejo multimarcas em localidades que a companhia não tem franquia. Já em 2012, lançou o modelo de franquia multimarcas chamado de "Lovebrands", que iniciou sua operação com as marcas Imaginarium, Puket e Balonè e, a partir de 2017, passou a contar também com a Chilli Beans como marca parceira.

O principal diferencial da marca sempre foi criar produtos inovadores, criativos e surpreendentes, alcançando em 2003 o marco de criar em média 1 produto por dia. Para materializar sua criatividade, a marca vem ao longo de mais de 10 anos evoluindo sua cadeia de fornecedores na China e outros países da Ásia. Em 2006 a Imaginarium iniciou seu processo de importação de produtos asiáticos, e com isso impulsionou a entrada de novas categorias, como eletrônicos, em 2009. Com o objetivo de aprofundar sua relação com fornecedores e estar presente em um dos principais polos de inovação de produtos do mundo, a Companhia inaugurou em 2010 o seu escritório na cidade chinesa de Shenzhen.

No ano de 2016, a marca MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co. Fundada em 2014, a MinD atua no segmento de decoração e tem como propósito fazer com que seus clientes se apaixonem por suas casas todos os dias. Já em 2018, o Grupo Uni.co incorporou a Puket, marca com porte similar ao da Imaginarium.

A Puket foi fundada em 1988 com intuito de ser uma marca de meias irreverentes. A marca iniciou sua expansão em novas categorias a partir de 2000, desenvolvendo produtos para linha de pijamas e lingerie e, em 2005, com a linha de acessórios (mochila, necessaire, estojo, entre outros).

No ano de 2004 a Puket inaugurou sua primeira loja e já no início de 2013 atingiu o marco de 100 lojas. Desde sua fundação, a marca sempre teve presença no varejo nacional de meias, e no ano de 2011 criou a bandeira "Aqui Tem Puket" (modelo de loja "*store in store*"), qualificando o seu canal de varejo e ofertando a linha completa de produtos em cidades onde não possui lojas.

Desde a aquisição, o Grupo Uni.co tem evoluído a integração da Puket na sua plataforma de operação, concluindo a unificação da cadeia de suprimentos no ano de 2019 e do centro de distribuição em março de 2020. Além disso, o Grupo Uni.co está finalizando a união dos escritórios das marcas Imaginarium, MinD e Puket.

Em fevereiro de 2018 o Grupo Uni.co iniciou seu projeto *omnichannel*, começando pela marca Imaginarium. O Grupo Uni.co está em constante processo de evolução digital, o que foi intensificado em setembro de 2019 com a criação da Diretoria Digital do Grupo Uni.co Além disso, concluiu em 2020 a implantação do modelo *ship from store* e *pick-up store* para a rede de franquia Imaginarium, iniciou o modelo *omnichannel* na Puket e inaugurou o *marketplace* proprietário da Imaginarium – o "Nossos Crushes".

6.3 - Breve Histórico

Na data deste Formulário de Referência, o Grupo Uni.co conta com 445 franquias, 576 *store in store* e mais de 2.200 pontos de venda multimarcas, além de uma robusta plataforma digital que atende todo o Brasil. A cadeia de suprimentos conta com um escritório na cidade de Shenzhen, China, um centro de distribuição localizado na cidade de Biguaçu-SC e um operador logístico, localizado na cidade de São Paulo – SP, para atender os canais digitais.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 6 foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

Acreditamos ser uma das maiores plataformas de *love brands* ("marcas amadas") do Brasil considerando em conjunto sortimento, canais de venda, cobertura geográfica e oferta de produtos, despertando alegria e nos conectando emocionalmente com o público de espírito jovem e as novas gerações de consumidores. Nosso modelo de negócio permite que cada uma de nossas 3 marcas (Puket, Imaginarium e MinD) encante e ofereça uma experiência diferenciada de compra para os mais de 1,8 milhão de clientes ativos[4] devido ao nosso variado portfólio de produtos inovadores e criativos e ao atendimento diferenciado nos canais de vendas.

Comercializamos e distribuímos nossos produtos em todo o território nacional com uma estratégia *omnichannel*. Nossos canais físicos incluem 445 franquias e mais de 2.800 pontos de vendas multimarcas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, e os canais digitais incluem nossos três websites próprios e nosso *marketplace* "Nossos Crushes", além de outros *marketplaces* estratégicos. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, vendemos mais de 8,1 milhões de produtos, gerando um *sellout* de R$ 542 milhões. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, vendemos aproximadamente 3,3 milhões de produtos, gerando um *sellout* de R$ 220 milhões.

Nossas Marcas

- ***Puket:*** é a nossa *love brand* de vestuário e acessórios para todas as idades. Fundada em 1988 com o intuito de ser uma marca de meias irreverentes, vem expandindo suas categorias e seus canais de atuação. A marca tem o propósito de conectar as famílias e pessoas que se gostam por meio de produtos com design divertido, colorido e criativo, permitindo aos pais se vestirem de filhos e vivenciarem juntos momentos lúdicos. O seu time de criação desenvolve anualmente mais de 1.000 estampas e 2.500 produtos exclusivos. A marca foi integrada ao Grupo Uni.co em 2018 e, em 30 de setembro de 2020, contava com mais de 1,2 milhão de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 172 franquias monomarcas e um ticket médio de R$ 179.

- ***Imaginarium:*** é a nossa *love brand* de design e presentes, com DNA de inovação e diversão. Fundada em 1991, a marca busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. Com o desafio, desde 2003, de entregar 1 produto por dia, a marca criou no ano de 2019 495 produtos. A Imaginarium é, desde dezembro de 2012, a marca inicial do Grupo Uni.co e em 30 de setembro de 2020 contava com mais de 2,3 milhões de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 219 franquias monomarcas e ticket médio de R$ 145.

- ***MinD:*** é a nossa *love brand* de decoração, com modernidade e aconchego impressos em seu DNA. Fundada em 2014, tem como propósito fazer com que nossos clientes se apaixonem por suas casas todos os dias, trazendo afeto ao ato de decorar. A marca lança artigos inovadores e alinhados com as tendências de arquitetura e design a cada nova estação, com mais de 300 novidades por ano. São produtos pensados para pessoas que acreditam que a decoração também faz parte de quem somos. A MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co em dezembro de 2016 e hoje atua 100% nos canais digitais. Em 30 de setembro de 2020, a marca contava com mais de 300 mil seguidores em suas redes sociais e tem ticket médio de R$ 230.

[4] Entende-se por "clientes ativos" os clientes cadastrados em nossa base de dados que efetuaram no mínimo uma compra em qualquer de nossos canais físicos ou digitais desde janeiro de 2019.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ano de Fundação	1988	1991	2014
Receita Bruta (% do Grupo)[1]	52%	47%	1%
Ticket Médio[2] (R$)	179	145	230
Número de Lojas[3]	172	219	-
Redes Sociais (mil)[4]	1.305	2.387	318

(1) Considera números de 2019
(2) Considera números de 2020 até 30 de setembro
(3) Considera franquias monomarcas em 30 de setembro de 2020. MinD não possuía lojas físicas, sendo uma marca totalmente digital
(4) Número de seguidores somados das redes sociais Facebook e Instagram em setembro de 2020

Nossos Canais

Atendemos nossos clientes em todos os estados do Brasil e Distrito Federal por meio de canais físicos e digitais, os quais estão em crescente processo de integração, pois acreditamos que essa conexão enriquece a experiência de consumo.

Nossa rede de lojas físicas é composta por franquias monomarcas, franquias multimarcas, lojas no modelo *store in store* e lojas de varejo multimarcas. Na data deste Formulário de Referência, temos 391 franquias monomarcas - 172 franquias Puket e 219 franquias Imaginarium - situadas em 25 estados do país e no Distrito Federal. Nossas franquias têm um tamanho médio de aproximadamente 40 m² e foram responsáveis por 55% de nossa receita líquida nos nove primeiros meses de 2020.

Para atender cidades menores, com população entre 40 a 210 mil habitantes, criamos em 2012 o modelo inovador de franquia multimarcas, chamado de Lovebrands, que conta, na data deste Formulário de Referência, com 54 lojas. Nessas lojas, os clientes encontram nossas marcas Puket e Imaginarium, além das marcas convidadas Chilli Beans e Balonè.

O modelo *store in store* é uma "pequena loja" dentro de uma loja multimarcas. Selecionamos lojas multimarcas reconhecidas em localidades onde ainda não possuímos franquias para implantar esse modelo e proporcionar aos nossos consumidores uma experiência de consumo equivalente a de nossas franquias. Nesse sentido, contamos com uma rede de 576 *store in store* com as bandeiras "Aqui Tem Puket" e "Imaginarium Na Medida".

Também estamos presentes em 2.292 pontos de vendas do varejo multimarcas em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Oferecemos nesse canal um mix reduzido de produtos considerando suas particularidades e sua interação com os demais canais de venda.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

No canal digital, comercializamos nossos produtos em três websites proprietários de *e-commerce*. Contamos com uma força de mais de 1,4 mil vendedores de nossas franquias, que participam do programa "Embaixadores Digitais", no qual são comissionados por vendas *online* com a utilização de cupons, e que também utilizam o "Catálogo Virtual", ferramenta que permite realizar vendas via WhatsApp. Utilizamos estrategicamente *marketplaces* como Mercado Livre, B2W, Magazine Luiza e Rappi, entre outros, como canais de popularização das nossas marcas. Nossos franqueados estão cada vez mais integrados ao *e-commerce* por meio das iniciativas *omnichannel*. Com isso, o estoque da nossa ampla rede de franquias consegue atender nossos clientes com menores prazos de entrega e custo de frete, proporcionando conveniência e melhorando a experiência do consumidor.

Essas iniciativas criaram uma sólida base para suportar o potencial de crescimento de fluxo e da taxa de conversão do *e-commerce,* gerando já no primeiro trimestre de 2020 um aumento de 88% das vendas digitais em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento foi ainda maior no segundo trimestre de 2020, em que a venda digital cresceu mais de 5 vezes em relação ao mesmo período de 2019, devido às nossas iniciativas internas e às medidas de restrição de circulação de pessoas decorrentes da pandemia do novo coronavírus. No terceiro trimestre de 2020, mantivemos nossa trajetória de crescimento digital, com um patamar de venda *online* 3 vezes maior do que o mesmo período do ano anterior.

Abaixo, segue gráfico sobre a evolução do GMV Digital[5] da Companhia ao longo do exercício de 2019 e até 30 de setembro de 2020:

[5] Entende-se por "GMV Digital" o *Gross Merchandising Volume*, que corresponde ao volume bruto de mercadorias, dentro de plataformas digitais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Seguindo a nossa estratégia de digitalização, a Imaginarium lançou, em julho de 2020, o nosso primeiro *marketplace* proprietário: o "*Nossos Crushes*". Nosso *marketplace* proprietário anuncia e vende produtos de marcas parceiras (e.g. Livraria Cultura, Livo e Weasy), sendo o mix de produtos cuidadosamente selecionado por nosso experiente time interno de curadoria. Essa iniciativa tem o objetivo de oferecer produtos e soluções que se conectam com os nossos consumidores e com o nosso DNA, além de proporcionar uma experiência cada vez mais completa para os nossos clientes. Os projetos implementados permitiram aumentar o fluxo e a conversão de nossos *websites,* que receberam mais de 20 milhões de acessos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Com isso, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de *e-commerce* foi de R$ 25 milhões, o que representou 25% da nossa receita líquida total do período e um crescimento de 219% em relação ao mesmo período de 2019, quando nossa receita líquida de *e-commerce* foi de R$ 8 milhões, representando 6% da nossa receita líquida total daquele período.

Informações mais detalhadas dos nossos canais de vendas estão contidas no item 7.3 deste Formulário de Referência.

Nossa Plataforma

Acreditamos que o DNA de cada uma de nossas *love brands*, desenvolvido ao longo de suas jornadas de conexão e encantamento com seus consumidores, é o nosso principal ativo. Por isso, o Grupo Uni.co criou uma plataforma que permite que nossas marcas preservem seus DNAs e foquem em seu *core business*, que é encantar o cliente.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Entregamos para todas as marcas um cardápio de serviços que inclui: *(i)* tecnologia para operação de franquias, *(ii)* rede global de *sourcing* com times alocados na China e no Brasil, *(iii)* plataforma *omnichannel* com tecnologia e processos desenvolvidos para integrar as franquias com os canais digitais e *(iv)* processos de suporte, gente e gestão e governança eficientes.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no mesmo período de 2019, a Companhia registrou uma receita líquida ajustada de R$ 104 milhões e R$ 165 milhões, respectivamente. As tabelas abaixo destacam algumas das nossas informações financeiras e operacionais consolidadas para os períodos indicados:

(Em R$ mil, exceto quando indicado diversamente)	**Período de nove meses findo em 30 de setembro de**		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2020	**2019**	**2019**	**2018**	**2017**
Receita Líquida Ajustada	103.747	165.416	268.928	286.101	129.617
Lucro Bruto Ajustado	53.296	81.886	129.367	145.975	70.190
EBITDA Ajustado(1)	(20.446)	2.513	18.233	42.635	19.920
Dívida Líquida	73.664	132.758	131.412	139.611	(44.109)
Número de lojas(2)	445	465	476	468	287
***Sellout*(3)**	231.015	350.268	540.185	530.476	273.023
GMV Digital(4)	41.616	11.417	19.559	13.331	6.559

(1) O EBITDA Ajustado refere-se ao EBITDA (medição não contábil feita pela Companhia e conciliada com suas demonstrações financeiras, nos termos das orientações da Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, que consiste no lucro líquido da Companhia, acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e da contribuição social, e das despesas com depreciação e amortização) acrescido por itens que a administração entende que não fazem parte da operação. Entre os itens ajustados, estão as despesas referentes ao processo de integração Administrativa e Logística das marcas Imaginarium e Puket, custos e despesas não operacionais relacionadas ao encerramento da fábrica de meias da Puket, ações judiciais de gestões anteriores, ganho da ação do ICMS na base do PIS/COFINS, despesas não operacionais relacionadas ao alongamento do endividamento bancário, provisão para créditos de liquidação duvidosa franquias de Outlets da Companhia, impacto do IFRS-16 nos contratos de aluguéis e resultado das lojas próprias encerradas. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.
(2) Em unidades, considerando franquias monomarcas (Puket e Imaginarium) e Lovebrands. A rede Puket passou a ser controlada pela Companhia a partir de 2018.
(3) Corresponde à soma da venda bruta em nossos canais de venda (franquias monomarcas, multimarcas e *e-commerce*).
(4) *Gross Merchandising Volume*, que corresponde ao volume bruto de mercadorias dentro de plataformas digitais.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que as seguintes vantagens competitivas nos diferenciam dos concorrentes e contribuem para nosso sucesso.

Marcas líderes que se conectam com as novas gerações de maneira continuada

Há 30 anos, nossas marcas vêm se conectando com seus públicos, sendo reconhecidas pelos seus produtos e experiências. Para que isso seja possível, preservamos o DNA único de cada marca mantendo a independência dos times de marca, criação e desenvolvimento de produtos, que atualmente conta com mais de 55 colaboradores divididos nas três marcas. Nosso processo criativo tem a capacidade de antecipar tendências, seja na moda, tecnologia ou decoração, e de criar produtos desejáveis e que geram conexões emocionais com nossos consumidores. Criamos mais de 3.000 produtos por ano que são reconhecidos por nossos consumidores e por parceiros como inovadores, criativos e surpreendentes.

O nosso impacto em criação de produtos é refletido em parcerias com marcas mundialmente conhecidas. Essas parcerias permitem expandir o alcance das nossas marcas, entre as quais destacamos: *(i) Warner Bros Entertainment* na qual desenvolvemos produtos das franquias Harry Potter™, Friends™ e DC Comics; *(ii) Nespresso*, *collab* exclusiva na qual foi desenvolvida uma máquina de café personalizada pela Imaginarium; *(iii) The Walt Disney Company*; (iv) *Converse*; *(v) Budweiser*; e *(vi) Minions™.*

Nossa estratégia *customer-centric* (centrada no cliente) fortalece a nossa conexão com os mais de 1,8 milhão de clientes ativos e é refletida diretamente nos indicadores de satisfação dos nossos consumidores. Na data deste Formulário de Referência, nossas marcas tinham aproximadamente 4,0 milhões de seguidores em suas redes sociais, *Net Promoter Score* (NPS) médio de 74 e pontuação média no ReclameAqui de 7.8 para lojas online e 8.7 para lojas físicas. Além disso, em 2019, a Imaginarium foi reconhecida com o Prêmio Negócios – ReclameAqui de "As Melhores Empresas para o Consumidor".

	NPS[1]	ReclameAQUI Lojas físicas[2]	ReclameAQUI Loja Online[2]
imaginarium	85	8.7	8.3
Puket	74	8.8	7.8
MinD	64	-	7.4

(1) NPS medido por pesquisa interna da Companhia com os dados de agosto de 2020
(2) Indicador do ReclameAqui contabilizado como a média de 12 meses em 30 de setembro de 2020

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Plataforma omnichannel com capilaridade em todo o território nacional

Investimos em diversas iniciativas para alavancar a nossa plataforma *omnichannel*, com a integração entre nossos canais de venda físicos e digitais, tais como:

- ***Ship from store***: processo de atendimento, iniciado em 2019, que transforma a loja física em um ponto de distribuição utilizando o estoque local para atender pedidos *online* de forma mais rápida e barata;
- ***Pick-up in store***: processo de venda *online* com a retirada de pedidos em lojas físicas, também implementada em 2019;
- **Catálogo virtual:** ferramenta que permite aos nossos vendedores customizar catálogos de produtos e vender por meio do WhatsApp; e
- **Embaixadores virtuais:** projeto que permite que os nossos mais de 1,4 mil vendedores de nossas franquias recebam uma comissão por cada venda realizada no *e-commerce* com a utilização de cupons personalizados.

Essas iniciativas foram implementadas em nossas franquias, por meio de um modelo comercial *ganha-ganha*, benéfico tanto para franqueadora quanto para franqueado. Hoje, possuímos 72% das franquias Imaginarium e 10% das franquias Puket (em fase de implantação) integradas ao *omnichannel.* Contamos, ainda, com uma estrutura logística favorável para integração de nossos canais: possuímos franquias em todas as capitais do Brasil (exceto Macapá), o que nos permite implementar um serviço de entrega em 24 horas após a solicitação em praticamente todos os estados do país. Adicionalmente, contamos com um centro de distribuição estrategicamente localizado em Biguaçu/SC, que possui mais de 13 mil m^2 para garantir o abastecimento de nossas lojas, e um estoque avançado em São Paulo/SP – nosso principal centro consumidor – que proporciona maior agilidade ao nosso processo de entrega das vendas digitais.

As nossas vendas *omnichannel* representaram 33% das vendas no site da Imaginarium no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Por meio dessa estratégia, conseguimos oferecer uma experiência diferenciada para nossos clientes, reduzindo 7 dias do prazo de entrega nas regiões Norte e Nordeste, e com custo até 40% mais barato. As vantagens do modelo *omnichannel* são refletidas no NPS dos clientes multicanais, que é 15 pontos percentuais maior do que o NPS dos clientes *e-commerce,* e no *lifetime value* (LTV) por cliente, que é 20% maior.

A estruturação da plataforma *omnichannel* em um modelo de franquias foi possibilitada pela nossa capacidade de inovação, potencializada pela criação de uma área interna na Companhia dedicada para desenvolvimento e implantação de soluções tecnológicas e inteligência artificial, o nosso Uni.Labs. A

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

área reúne uma equipe de mais de 20 pessoas altamente capacitadas e com sólido histórico no mundo digital, trabalhando em um modelo ágil de experimentação por meio de testes A/B e com o conceito de mínimo produto viável (*MVP*). Durante o período da pandemia, o Uni.Labs implementou diversas iniciativas para acelerar o processo de transformação digital e aumentar as vendas com as lojas fechadas, dentre elas o programa "Embaixador Digital" e as vendas por "Catálogo Virtual", além de acelerar iniciativas em curso como a criação do nosso *marketplace* proprietário e o aumento de nossa presença em outros *marketplaces*.
Com objetivo de acelerar o crescimento dos canais digitais, criamos centros de excelência e soluções, reunindo conhecimentos estratégicos e replicando rapidamente boas práticas nos negócios do Grupo Uni.co. Um desses centros é o *Growth Center* que, a partir da internalização da agência de mídia, se tornou a gestora de todo o ciclo de crescimento, que vai desde o investimento em mídias (*awareness*), passando por motores performance e se consolidando por meio da rentabilização dos clientes (CRM). Desta forma, acreditamos que conseguimos operar melhor todos os pontos envolvidos na jornada do cliente, elevando o *lifetime value* (LTV), conforme mencionado sobre a iniciativa *omnichannel*.

Reconhecida tecnologia de gestão de franquias de alto desempenho e modelo asset-light

Nosso modelo de negócios baseia-se principalmente em franquias, o que nos dá a vantagem competitiva de poder realizar expansões rápidas com baixo investimento próprio, uma vez que há pouca necessidade de aportes em ativos (*asset-light).* Entre 2013 e 2019, a nossa rede de franquia cresceu com uma taxa composta de 8% ao ano.

*Dados até 30 de setembro de 2020, refletindo o efeito da COVID-19 na rede de franquias Imaginarium, Puket e Lovebrands desde 2013

Nossos franqueados passam por um rigoroso processo de seleção e, após aprovados, contam com nossa experiência na gestão de franquias, que vem sendo desenvolvida há mais de 25 anos. Fornecemos aos franqueados soluções completas desde o início de suas operações, nos processos de definição de ponto comercial, negociação de aluguel, abertura de CNPJ, contratação e treinamento de equipe, e estruturação e montagem da loja. Possuímos um time de consultoria de negócio, responsável por garantir excelência comercial e operacional em toda a nossa rede. Apoiamos o franqueado na gestão do seu negócio, por meio de treinamentos presencias e virtuais específicos para cada etapa de sua jornada e com processos e tecnologia para suas atividades de abastecimento, vendas, marketing local, *visual merchandising*, entre outros.

Nossos parceiros de franquias têm forte influência na operacionalização de nossa estratégia comercial por possuírem o conhecimento local necessário para adaptar nosso modelo padrão de operação às particularidades regionais. Os franqueados se tornam "embaixadores" de nossas marcas e utilizam seus relacionamentos e expertises locais para potencializar a operação em cada localidade, o que contribui fortemente com nosso plano de negócios. Nossa presença nacional por meio do modelo de franquias possibilitou que aprendêssemos sobre as particularidades de cada região.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ao longo dos últimos 25 anos, como forma de demonstração da nossa capacidade de gestão de franquias, recebemos mais de 35 selos da Associação Brasileira de Franquias com a Imaginarium e a Puket, além de diversos prêmios, tais como: Prêmio de Excelência em Franchising em 2019, Prêmio Pequenas Empresas & Grandes Negócios "As Melhores Franquias do Brasil" em 2020, Prêmio Alshop Lojista em 2016 e Prêmio Design em 2011. O nosso reconhecimento como operador de franquias também é refletido no tempo de parceria com nossos mais de 260 franqueados, dentre os quais 30% está conosco há mais de 10 anos e um total de 59% há mais de 5 anos. Apoiamos nossos franqueados na expansão de seus negócios e um em cada três franqueados possui mais de uma loja de nossas marcas.

Cadeia de fornecimento global com controle de qualidade

Contamos com uma ampla gama de fornecedores localizados, principalmente, em quatro países – China, Brasil, Taiwan e Índia – com os quais temos um sólido relacionamento. Atualmente, mantemos um relacionamento com mais de 200 fábricas, as quais produzem itens que abrangem categorias como: vestuário, eletrônico, decoração, acessórios têxteis, papelaria, entre outros. Para gerir essa rede, contamos com mais de 30 colaboradores divididos entre nossos escritórios administrativos na China e no Brasil.

O escritório da China, por meio do qual operamos há mais de dez anos, nos permite uma gestão eficiente de nossos fornecedores, agilidade nas etapas de desenvolvimento de produto e eficaz controle da qualidade. Favorece, ainda, a troca de experiência com as fábricas, adaptando nossos processos à cultura e ao método de trabalho chinês, o que traz maior credibilidade e, consequentemente, melhores condições comerciais.

O escritório, situado na cidade de Shenzhen, tem posição estratégica para nós. Sua localidade nos permite acesso a um dos maiores centros de inovação de produtos da China, nos conectando com os principais fabricantes do mundo. Assim, nossa cadeia de *supply* tem se mostrado fundamental para que o Grupo Uni.co continue se antecipando às tendências e trazendo produtos inovadores e exclusivos para nossos consumidores.

Histórico bem sucedido em integração de marcas e gestão comprometida com foco em resultados

A partir de 2012, com a aquisição da Imaginarium pela Squadra Investimentos – investidor nacional referência em seu segmento – passamos por um período de transformação, nos tornando uma empresa com alto grau de profissionalização e com cultura de excelência operacional no varejo. Ao longo desses anos, aprimoramos nossos controles e procedimentos internos, implementamos novas ferramentas de gestão, integramos e automatizamos sistemas e processos e evoluímos nosso processo decisório, adotando sólidas práticas de governança corporativa com foco em resultados.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Após a estruturação e expansão da Imaginarium, o Grupo Uni.co fez em 2016 a aquisição e incorporação da MinD e, em 2018, da Puket - empresa com porte similar ao da Imaginarium – criando então o Grupo Uni.co ("Companhia ou Grupo Uni.co"). Nosso sucesso na realização dessas transações comprova nossa experiência e a qualidade do nosso time em identificar bons ativos, concretizar aquisições a valores coerentes, mesmo em processos competitivos, além de integralizar o alvo trazendo resultados positivos em um curto espaço de tempo.

Isso é evidenciado pelo fato de que, após aquisição da Puket, a marca registrou um crescimento de 17% no número de franquias entre o final dos exercícios sociais de 2017 e 2019, enquanto nos anos anteriores o crescimento foi de apenas 3% (dezembro de 2015 a dezembro de 2017). Além disso, entre os exercícios sociais de 2018 e 2019 (encerrados em 31 de dezembro), o *sellout* do *e-commerce* da Puket teve um acréscimo de 116%, impulsionado pela internalização da operação e da expertise digital do Grupo Uni.co.

Desde a aquisição da Puket, com a revisão da política de estoques e melhoria de gestão, alcançamos uma redução de 62% no prazo médio de estoque, de R$ 32 milhões para R$ 10 milhões entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

Preservando a independência criativa e o DNA da Puket, o processo de integração da marca ao Grupo Uni.co teve significativos ganhos de sinergia, podendo ser destacado, dentre outros, a redução no número de colaboradores do Grupo Uni.co na ordem de mais de 40% nos cargos administrativos e de liderança. A integração aconteceu ao longo de aproximadamente dois anos, tendo unificado as áreas de suporte, centros de distribuição e escritórios administrativos.

Dessa forma, acreditamos estar bem posicionados para aquisições futuras, tendo estabelecido procedimentos internos que permitem uma rápida integração de novas operações com captura de sinergias.

Responsabilidade social e práticas sustentáveis

Acreditamos no nosso potencial de transformação e geração de impacto socioambiental positivo e, por isso, assumimos forte compromisso com uma agenda de responsabilidade social e adoção de práticas sustentáveis. Desde a criação das marcas, diversos projetos com esse fim foram criados e implementados com sucesso.

Criamos em 2013 a campanha "Meias do Bem", na qual incentivamos nossos clientes a doarem pares de meia usados. As meias arrecadadas são recicladas em cobertores, os quais são destinados para doação em parceria com mais de 500 instituições beneficentes. Essa iniciativa foi capaz de coletar mais de 1,4 milhão de pares de meia até 2020, o que produziu mais de 53 mil cobertores. Na época do Natal, promovemos também a campanha "Natal do Bem", em que a cada três pares de meia vendidos, doamos um par novo para instituições cadastradas. Outra campanha promovida por nós é a "Tudo que Vai, Volta", em que encorajamos nossos consumidores a doarem suas mochilas usadas, no período de volta às aulas escolares.

Promovemos diversos outros projetos que refletem nosso compromisso social, envolvendo ações de doações de ração para ONGs de proteção animal, doações de máscaras durante a pandemia e uma parceria com a ONG TETO, na qual o lucro da venda de um produto lançado em *co-branding* é totalmente revertido para os projetos da organização.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Direcionamos nossos esforços para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valoriza a diversidade de gênero, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre nossos colaboradores. Nossos processos seletivos e de avaliação de desempenho buscam promover a diversidade e a cultura de transparência e isonomia no Grupo Uni.co. Em 30 de setembro de 2020, 47% dos nossos cargos de liderança eram ocupados por mulheres.

ESTRATÉGIA

Pretendemos adotar as seguintes estratégias para alavancar nosso crescimento e agregar valor aos nossos acionistas:

Abrir novas franquias e aumentar nossa penetração nos canais multimarcas

Acreditamos no grande potencial de expansão orgânica dos nossos pontos de venda. Para isso, contamos com um variado modelo de lojas – franquia monomarca, *Lovebrands* (franquia multimarcas) e *store in store* – desenhado para atender o perfil de cada cidade.

Entendemos que nossas lojas são *hubs* de distribuição e pontos de experimentação e mídia localizados nos principais centros comerciais do Brasil. Por isso, acreditamos que a expansão do canal físico será importante para catalisar nossa expansão digital, oferecendo uma melhor experiência e nível de serviço para os nossos clientes. Em contrapartida, a integração entre os canais irá potencializar a receita de cada novo ponto de venda, com novos modelos como *pick-up in store*, prateleira infinita e *ship from store*. Assim se estabelece um modelo ganha-ganha com nossos franqueados, lojistas e clientes.

Para capturar nosso potencial, contamos com uma longa história no varejo, uma ampla rede de franqueados e excelência em operação de franquias que nos colocam em uma posição estratégica favorável para conseguir boas negociações, experientes operadores regionais aptos a inaugurar e operar novas lojas e velocidade na expansão com baixo investimento.

Nossa estrutura de distribuição estrategicamente localizada está apta para acomodar nosso crescimento. Isso foi feito por meio de investimentos de mais de R$ 2 milhões na construção e modernização do nosso centro de distribuição para apoiar o crescimento das vendas.

Expandir nosso ecossistema digital e fortalecer ainda mais o nosso e-commerce

Acreditamos que o cenário da pandemia do novo coronavírus acelerou a mudança de comportamento do consumidor, e que continuará consumindo em canais digitais. Dessa forma, pretendemos impulsionar ainda mais nosso *e-commerce* e ecossistema digital, que são em uma de nossas principais vias de crescimento.

Em 2021, planejamos finalizar o *rollout* de integração das franquias no *omnichannel* (*ship from store* e *pick-up in store*), além de implementar a terceira modalidade *omni* – prateleira infinita. O crescimento do nosso canal físico irá aumentar ainda mais a nossa capilaridade no digital. Também iremos consolidar a nossa estratégia de ecossistema digital, com o início dos *marketplaces* proprietários da Puket e MinD e a evolução do marketplace "Nossos Crushes" da Imaginarium, com a entrada de novos *sellers*. A partir

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

do aumento da penetração do *omnichannel* e um mix de produtos mais diversificado, pretendemos aumentar o fluxo, o engajamento e a recorrência dos clientes em nossos sites.

Para acelerar o nosso *e-commerce,* iremos investir nos nossos centros de excelência, em especial o "*Growth Center*", visando maior eficiência em toda a jornada do cliente, reduzindo o CAC e aumentando o LTV. O Uni.Labs será fundamental para simplificar processos, testar cenários e criar ferramentas e implementar práticas que gerem crescimento. Por último, acreditamos que a nossa jornada de transformação digital pode se beneficiar de inovação em rede por meio de parcerias estratégicas com *startups* e outras empresas de mercado.

Adquirir e integrar novas marcas à nossa plataforma

Acreditamos que o momento atual é bastante propício para acelerar o processo de fusão e integração de empresas, pois existem diversas marcas que possuem desafios: *(i)* de sucessão; *(ii)* operacionais; *(iii)* de capital de giro; *(iv)* de expansão; ou *(v)* em suas transformações digitais, que podem aproveitar a plataforma desenvolvida no Grupo Uni.co para continuarem suas trajetórias de marca e serem cada vez maiores, melhores e longevas.

Acreditamos que o Grupo Uni.co está preparado para potencializar valores de novas marcas, por meio de quatro pilares principais:

- Expansão física acelerada e com baixo investimento: tecnologia e excelência em operação de franquias;
- Aumento da penetração digital: tecnologia de integração de franquia e time com sólida experiência digital;
- Ganho de eficiência de produto e possibilidade de novas categorias: rede global de suprimentos, com presença em um dos principais centros de inovação de produto da China;
- Ganho de eficiência operacional: estrutura organizacional e processos preparados para adicionar novas marcas capturando sinergias e preservando o DNA das marcas.

Dessa forma, pretendemos aproveitar da nossa bem-sucedida experiência anterior na aquisição e integração de empresas para realizar novas aquisições, mantendo a disciplina na seleção das empresas alvo e aplicando nosso modelo de negócios, buscando nos tornar um *"acquirer of choice"*.

Desenvolver ainda mais as operações de planejamento e desenvolvimento de produto

Focamos em melhorar constantemente as nossas operações por meio de novos sistemas, em tornar nossos processos mais eficientes e otimizar nossos custos para impulsionar o nosso crescimento e rentabilidade. Isso inclui tornar a nossa cadeia de fornecimento de produtos e outras operações do Grupo Uni.co mais eficientes. Investimos nos times e processos de planejamento e desenvolvimento de produto de modo a maximizar nossa taxa de sucesso na criação de coleções, aumentando nossas margens.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos e possui como único segmento de negócio o varejo.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		2019		2018		2017	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Receita líquida	98.048	100%	222.339	100%	224.884	100%	112.077	100%

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Período de nove meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/09/2020		2019		2018		2017	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Lucro líquido	(43.358)	100%	(51.840)	100%	10.514	100%	15.274	100%

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

a. Características do processo de produção

Nosso processo produtivo tem o objetivo de atender à demanda dos nossos clientes, oferecendo produtos inovadores, com experiência única e com qualidade que refletem os valores de nossas marcas. Para isso, participamos ativamente na gestão da nossa cadeia produtiva, no levantamento da demanda, na análise das principais tendências do mercado, na criação e desenvolvimento dos produtos, na validação das amostras, na homologação e gestão de nossos fornecedores e na inspeção de qualidade dos produtos acabados.

Entendemos que cada uma de nossas marcas tem o seu DNA único e isso é refletido em seus produtos. Preservamos os diferenciais das marcas mantendo a independência do time de Criação e Desenvolvimento de Produtos, que, na data deste Formulário de Referência, conta com mais de 60 colaboradores divididos nas três marcas. Esse time desenvolve mais de 450 produtos na Imaginarium, 2500 produtos na Puket e 200 produtos na MinD por ano.

Para Imaginarium e MinD, temos lançamentos de coleções mensalmente que são planejadas para durar entre 4 a 6 meses nas lojas, podendo existir recompras dependendo do desempenho individual de cada item. Na Puket, os lançamentos dos produtos são divididos em quatro coleções principais, Inverno, Alto Inverno, Verão e Alto Verão, e em outras 3 coleções capsulas no ano para responder a tendências. Além dessas coleções, a Puket também trabalha com linha contínua para as categorias de Lingerie e Meias.

O processo criativo se inicia com o time estudando nossos resultados de coleções passadas, feedbacks dos nossos clientes e times de lojas físicas, além de tendências no mundo, trazendo referências de produtos similares ou de novas categorias que poderão ser lançadas nas próximas coleções. A pesquisa traz insumos e ideias para projetarmos os nossos produtos com o DNA de cada marca. O time de planejamento projeta a demanda e faixa de preço de cada produto, determinando o esqueleto de cada coleção. Em paralelo, o time de *Sourcing* desenvolve novos fornecedores que são importantes para atender nossos produtos inovadores e melhor eficiência de custo e de qualidade.

[1] Definição da Demanda Final: A Puket define a demanda das franquias e store in store através do modelo de Showroom.

[2] Inspeção de Qualidade: Para produtos importados, o time de qualidade do nosso escritório China realiza a inspeção antes do embarque para o Brasil. No Brasil o produto passa por uma inspeção final no nosso centro de distribuição

Para continuarmos surpreendendo nossos clientes com produtos inovadores, temos um escritório na China, localizado em Shenzhen, que nos aproxima de um dos principais centros de inovações de produtos do mundo, com uma ampla rede de fornecedores extremamente desenvolvida que materializam a criatividade dos nossos designers. Na data deste Formulário de Referência, gerenciamos os fornecedores e acompanhamos a cadeia produtiva de mais de 200 fábricas dos setores têxtil, eletrônicos e de decoração que estão presentes em diversos países, sendo 70% da nossa produção importada e 30% nacional.

Somos muito preocupados com a experiência dos clientes com os nossos produtos, por esse motivo temos um foco grande em qualidade. Nosso time de qualidade inicia sua atividade na etapa de

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

desenvolvimento de produto e amostras. Nessa etapa, o time ajuda no desenvolvimento de novos materiais e técnicas de produção, atuando até a aprovação final das amostras. Temos um time de 31 colaboradores distribuídos entre China e Brasil que são responsável por inspecionar e aprovar as amostras. Após a validação da amostra, nosso time de qualidade também é responsável por acompanhar todo o processo produtivo com inspeções de qualidades dentro das fábricas e no produto acabado entregue por nossos fornecedores.

Nossos produtos passam por uma série de testes nos quais se destacam teste de lavagem, Pilling, teste de solidez, teste de carga, Salt Spray e BPA Free.

Na data deste Formulário de Referência, 100% dos nossos produtos são realizados por fábricas de terceiros. Para 5% dos nossos produtos, adotamos o modelo industrialização por terceiros, modelo concentrado para categoria Lingerie e uma parte da Moda Praia na marca Puket. Nesse modelo nós compramos as matérias primas (exclusivas e desenvolvidas pela Puket) e contratamos terceiros que produzem nossos itens. Até outubro de 2019, a Puket também atuava com produção própria para a categoria de Meias.

A Companhia tomou a decisão de terceirizar a produção de meias para ter maior foco no varejo, custos mais competitivos e para dar maior flexibilidade para inovação na categoria. Terceirizando a produção, passamos a ter acesso a novas tecnologias de produção e diferentes matérias primas, ganhando agilidade no nosso ciclo de inovação.

b. Características do processo de distribuição

Processo geral de distribuição e estocagem

Para abastecer nossa plataforma *omnichannel*, contamos com um sistema logístico de um centro de distribuição central estrategicamente localizado em Biguaçu – SC e um estoque avançado, o qual é composto por uma filial com estoque para atender o *e-commerce* da Companhia, localizado no nosso operador logístico (Pier8) em São Paulo - SP. O centro de distribuição central possui 13.262 m^2 de área construída, sendo 12.092 m^2 reservados para estoque e movimentação, e o estoque avançado possui uma área contratada de armazenamento de 500 m^2, contudo, esse espaço é flexível e poderá ser aumentado ao longo do ano, conforme previsto em contrato comercial, para atender a nossa demanda em datas promocionais, tais como Black Friday, Natal e *Back to School* ("Volta às Aulas").

A logística para a distribuição dos produtos que são comercializados na nossa plataforma omnicanal é iniciada pelo nosso escritório localizado em Shenzhen, na China, responsável por gerenciar as fábricas fornecedoras internacionais, distribuídas entre China, Brasil, Taiwan e Índia – mas localizadas, principalmente, na China – e por todo o processo de compra dos produtos. Após o envio dos produtos para o Brasil, eles são recebidos no porto de Itajaí e Navegantes e direcionados para o centro de distribuição de Biguaçu. Os produtos nacionais, que representam cerca de 30% da nossa produção, também são direcionados das fábricas no Brasil para o centro de distribuição em Biguaçu. No momento de chegada no centro de distribuição, de 10% a 20% da mercadoria já é redirecionada a distribuição (*cross-docking*) e os demais ficam em estoque como ressuprimento para a demanda das lojas físicas mais importantes.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O centro de distribuição central de Biguaçu conta com uma estrutura automatizada e capacidade de processamento de mais de 100.000 unidades de peças por dia. O centro de distribuição é liderado por um gerente de logística, um gerente de operações e uma equipe de mais de 135 empregados, responsáveis pela coordenação do recebimento, armazenagem, controle de estoques, expedição dos produtos e controle de qualidade – processo de suma importância que acontece dentro do nosso centro de distribuição.

O transporte de produtos da Companhia é realizado por transportadores terceirizados e a Companhia não possui frota própria. A Movvi, Braspress, Bauer, Fedex e Expresso São Miguel, empresas contratadas pela Companhia, são responsáveis pelo transporte das mercadorias do centro de distribuição para as lojas físicas. Por meio da nossa rede de transportadora contratada conseguimos uma capilaridade capaz de fazer entregas em todos os estados do Brasil.

A logística de entrega *last mile,* aplicada para entrega aos clientes do *e-commerce,* é coordenada por um parceiro logístico, Pier8, que gerencia a contratação dos transportadores dos produtos das lojas online para os clientes, como a Total Express, Correios, Loggi e B2Log. Em outubro iniciaremos as operações de *same day Delivery* (entrega no mesmo dia) que será feito em parceria com a B2Log e atenderá somente São Paulo.

Além disso, a companhia que vem desde 2018 evoluindo na transformação do modelo de negócio e conceito de plataforma, implementou e utiliza os modelos *ship-from-store* e *pick-up in store* como como complementares na arquitetura de distribuição, dado que esse formato permite que a nossa rede de franquias também funcione como ponto avançado de distribuição, aumentando a nossa capilaridade no território nacional, oferecendo custos de frete mais atrativos e reduzindo *leadtime* total, o que por consequência gera uma melhor experiência digital (*physital*), além de otimizar a alocação dos estoques nas diferentes regiões. Vale ressaltar que a logística last mile no modelo ship-from-store fica a critério dos nossos franqueados. Em geral, estes optam por utilizar opções como Loggi, Lalamove, motoboys terceirizados ou contratados pelo próprio franqueado.

Canais de vendas

Assim como descrito no tópico anterior, desde 2018 a Companhia avançou na reformatação do modelo de negócio, apostando na integração dos canais (omnicanalidade) e na estratégia de utilização dos pontos de contato como plataforma para captura e rentabilização de clientes do ecossistema.

Esse conceito aplicado ao modelo de gestão de pontos de vendas franqueados tem se tornado uma vantagem competitiva no setor. Não obstante o desafio que o mercado encontra na implementação das ferramentas omni em negócios com lojas proprietárias, no negócio do Uni.co trata-se de incluir o sócio parceiro nesse novo modelo, desenhando soluções que ultrapassem as barreiras financeiro-fiscais.

Em termos de canais principais de vendas, contamos com:

I. Lojas Físicas

A Companhia possuía, em 30 de setembro de 2020, 445 lojas físicas no modelo franquia e outlet (Puket, Imaginarium e Lovebrands) em 172 municípios espalhados em 25 Estados e no Distrito Federal e que representam mais de 76% do faturamento da Companhia.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Puket**

  a. **Franquia Puket**: Modelo de franquia tradicional que contava, em 30 de setembro de 2020, com um total de 161 lojas, onde as lojas possuem uma área média de vendas de 43 m^2, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Elas possuem mostruário físico e estoque próprio, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário. Cada loja física possui uma área própria de depósito.

  b. **Franquia *Outlet* Puket**: Modelo de franquia de lojas *outlets* que contava, em 30 de setembro de 2020, com um total de 11 lojas, onde as lojas possuem uma área média de vendas de 112 m^2, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Elas possuem mostruário físico e estoque próprio, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário. Cada loja física possui uma área própria de depósito. Suas principais diferenças, frente ao modelo de franquia tradicional da Puket, são: mix de produtos – o *outlets* trabalha com produtos defasados em 2 coleções, tamanho da loja - 115 m^2 médio outlet contra 43 m^2 médio franquia e política comercial – para o outlet trabalhamos com markup fixo para o franqueado e qualquer flutuação de preço na ponta o custo do outlet é ajustado. Além disso, os franqueados do modelo de *outlets* não pagam taxas de royalties e fundo de propaganda, como ocorre com os franqueados.

  c. **Aqui Tem Puket**: formato *store-in-store*, onde a Companhia coloca uma "loja" de sua marca dentro de alguma outra loja. O modelo contava, em 30 de setembro de 2020, com um total de 221 lojas, onde o nosso espaço dentro das lojas possui uma área média de vendas de 7 m^2, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Elas possuem mostruário físico e se utilizam do estoque da própria loja parceira, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

  d. **Multimarcas**: Modelo no qual a Companhia comercializa seus produtos dentro de uma loja de varejo multimarcas que, por sua vez, comercializa produtos de diferentes marcas. O modelo contava, em 30 de setembro de 2020, com um total de 2.292 pontos de vendas, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Nesse caso as lojas se utilizam do estoque da própria loja parceira, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

- **Imaginarium**

  o **Franquia Imaginarium**: Modelo de franquia tradicional que contava, em 30 de setembro de 2020, com um total de 219 lojas, onde as lojas possuem uma área média de vendas de 38 m^2, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Elas possuem mostruário físico e estoque próprio, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário. Cada loja física possui uma área própria de depósito.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

b. **Na Medida**: formato *store-in-store*, onde a Companhia coloca uma "loja" de sua marca dentro de alguma outra loja de varejo multimarcas. O modelo contava, em 30 de setembro de 2020, com um total de 355 lojas, onde o nosso espaço dentro das lojas possui uma área média de vendas de 2 m^2, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Elas possuem mostruário físico e se utilizam do estoque da própria loja parceira, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

- **Franquia Lovebrands:** Modelo único e inovador de franquias desenvolvido pela Companhia, onde ao invés de se ter uma loja de apenas uma marca se tem 3 ou 4 marcas por loja. O modelo foi desenvolvido, pensando na expansão das marcas para cidades com até 200 mil habitantes, aumentando assim a capilaridade da rede. As marcas contidas nas lojas desse formato, em 30 de setembro de 2020, eram: (i) Puket; (ii) Imaginarium; (iii) Chilli Beans e (iv) Balonè – as duas últimas marcas não fazem parte do Grupo Uni.co e, em 70% das lojas não temos a marca Chilli Beans dentro da Lovebrands, dada as políticas da própria marca. Em 2019 a participação do sell out de cada marca no canal foi: (i) Puket 38%, (ii) Imaginarium 49%, (iii) Balonè 11% e (iv) Chilli Beans 3%. Em 30 de setembro de 2020, com um total de 54 lojas, onde as lojas possuem uma área média de vendas de 77 m^2, de modo a oferecer um sortimento de produtos adequado à sua localização e público. Elas possuem mostruário físico e estoque próprio, e estão localizadas em cidades compatíveis com o porte de investimento necessário.

II. Canais Digitais

As vendas digitais da Companhia são realizadas por meio dos seguintes canais:

1. Plataformas de comércio eletrônico de cada marca

Os sites proprietários de cada uma das marcas, cujo objetivo primordial é funcionar com ambiente digital, experiência e ofertas de cada uma delas, capturando clientes e oferecendo a eles a melhor experiência de compras, seja ela uma transação 100% digital ou *omnichannel* (na qual a transação se conclui por meio de uma loja), como segue:

- **100% Digital**

  Cliente navega pelo nosso site e opta por produtos que são atendidos pelo CD da loja virtual. Nesse caso, o *e-commerce* é responsável por capturar a transação financeira, gerar a ordem e enviar ela ao parceiro logístico que, efetuará o *picking* e faturamento do pedido, dando sequência a entrega por meio de parceria firmada com parceiros *last mile* (descritos detalhadamente no capítulo de distribuição e logística).

- ***Omnichannel***

  Durante a navegação, o cliente ao acessar a página de produto ou carrinho e efetuar a inserção do CEP, deverá optar por um formato de entrega. Nesse momento, ao escolher um formato que se trate de um produto a ser despachado de loja, ou retirado em uma delas, o formato *omnichannel* é iniciado. Nesse caso, a Companhia recebe o pedido via internet, processa o pagamento e direciona para a loja mais próxima ao endereço de entrega/retirada.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A loja recebe o pedido via ferramenta Portal Omni (desenvolvida internamente) e após a separação do produto (*picking),* tornará o mesmo disponível para a retirada (em caso de *pick-up in store*) ou acionará os transportadores *last mile (ship from store)*, previamente contratados e acessíveis via Portal Omni. Também por meio dessa plataforma Portal Omni + CRM) é possível efetuar o contato com o cliente por meio da conexão com a ferramenta de CRM. Nesse caso a loja pode, de forma segura, contatar o cliente final e interagir acerca do pedido e assuntos pertinentes a entrega, incluindo adiantamento ou reagendamento da mesma. Trata-se uma ferramenta de humanização da experiência também utilizada para retenção dos clientes.

O ***pick-up in store*** já está habilitado na maior parte da rede IMG e em fase de *rollout* na rede Puket. Este representa 1% das vendas online. Nesse caso, o cliente requisita o(s) produto(s) via internet na loja de escolha e opta pela retirada na própria loja.

O ***ship from store*** está habilitado na maior parte da rede IMG e em fase de *rollout* na Puket. Este representa 12% das vendas online (em 30 de setembro de 2020).

Cumpre destacar também que nesse modelo existe uma otimização dos estoques e eventuais apostas regionais, considerando que para o pool de oferta digital, são disponibilizados não somente os estoques alocados na matriz como os que estão alocados nas lojas franqueadas, ampliando dessa forma, o leque de oferta e funcionando como um *marketplace* para o parceiro franqueado local.

Todo o processo fiscal e dificuldade advinda do fato que esses processos envolvem diferentes CNPJ (franqueador e franquia) e pode ter em uma mesma compra produtos adquiridos de diferentes figuras jurídicas foram endereçados por meio do *split* de pagamento e da manutenção da atividade de faturamento (emissão da NF) na unidade que de fato fará a entrega e despacho.

2. Marketplaces (Estar em marketplaces como Mercado Livre, Magazine Luiza, Rappi, entre outros)

As marcas da Companhia também se fazem presentes nos principais m*arketplaces* atuantes do mercado. Nesses casos, os usuários efetuam a transação financeira no ambiente do parceiro que, por sua vez, envia as informações do pedido para que nossas marcas processem o mesmo, gerando faturamento, *picking* e logística a partir da nossa estrutura padrão que atende a modalidade 100% digital, acima detalhada. No que tange aos compromissos dessa relação, o atendimento ao cliente é efetuado via *marketplace* do parceiro. Este é remunerado por meio de % de comissão paga pelo vendedor ("*seller*") no caso as marcas do Grupo Uni.co. A obrigatoriedade de finalização (desde o processamento do pedido até a entrega) também cabe às marcas vendedoras ("*sellers*"), assim como o processo de logística reversa. Esse formato é em larga medida padrão de atuação dos principais *players* do mercado brasileiro. Ainda estamos estudando o formato em que a compra efetuada no *marketplace* parceiro seria atendida por uma franquia do Grupo Uni.co.

3. Catálogo Virtual

Concebido para facilitar a interação entre o cliente e o atendente de loja, respeitando a distância física, essa ferramenta se trata da possibilidade do vendedor em loja selecionar uma gama de produtos específica, a partir da necessidade de cada consumidor (por meio de busca no site) e gerar um catálogo

personalizado para cada cliente, que é enviado por meio do WhatsApp (método implementado durante o surto do novo coronavírus). Também por meio desse meio, é possível encaminhar um link de pagamento para que a compra seja finalizada.

4. WhatsApp (CRM/Vendas)

A comunicação por meio dessa ferramenta pode se dar por meio da própria escolha do cliente ao navegar e optar por falar diretamente com uma loja via WhatsApp (função disponível no site), como pode ser a comunicação derivada do processo de CRM. A estratégia de relacionamento com consumidores online/offline é realizada por meio de meios de comunicação como e-mail, SMS e WhatsApp, buscando manter o relacionamento com a base fidelizada de cada marca.

5. BE A Marketplace (funcionar como marketplace para marcas parceiras):

Amparados no conceito de que as marcas do Grupo Uni.co são comprovadamente capazes de gerar uma conexão única com seus consumidores e estreitar essas conexões ora estabelecidas e também, a fim de atender a uma demanda crescente dos consumidores que navegam por nossas páginas e querem adquirir produtos que não fazem parte do portfólio proprietário, foi inaugurado no segundo trimestre de 2020 o nosso primeiro *marketplace* proprietário – "Nossos Crushes" da Imaginarium. Neste formato, utilizamos nossa experiência em curadoria para selecionar outras marcas que conversem com os mesmos universos das marcas do Grupo Uni.co e disponibilizamos seus produtos nos nossos websites.

Nesse sentido, operacionalmente, a loja virtual (site) é responsável por apresentar o produto e capturar a transação financeira. Nesse papel, a Companhia tem a mesma atuação que os marketplaces de mercado, sendo comissionado por essa atividade em % previamente acordado. Nessa operação o Grupo Uni.co atua no atendimento e pós atendimento dos clientes, sendo responsável por repassar ao vendedor parceiro os dados para faturamento da compra. O vendedor parceiro, passa então a ser responsável pelo processamento da ordem, emissão de NF e processo de *fulfillment* e logística, incluindo a logística reversa.

Todo o espectro digital supracitado faz parte de um plano de transformação digital, iniciado em 2018, que evoluiu em 2019 para alcançar marcos importantes no que tange a omnicanalidade e seguiu em 2020 com avanços consistentes acelerados pelo efeito da pandemia do novo coronavírus.

c. Características do mercado de atuação, em especial:

Mercado Brasileiro

O Brasil foi considerado a 9ª maior economia do mundo no ano de 2019, de acordo com a base de dados do Banco Mundial, atingindo um Produto Interno Bruto de R$ 7,3 trilhões, dados do IBGE) e o país que possui a 6ª maior população do mundo, com 210 milhões de habitantes.

Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França e Itália são os países que ficaram na frente do Brasil, em relação ao PIB de 2019. Além disso, tirando as crises de 2008 e 2014-2016, o Brasil obteve crescimento positivo em seu PIB desde 2000 até os dias de hoje, como podemos observar no gráfico a seguir.

PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IBGE

PIB a preços de mercado - Valores correntes (R$ trilhões)

Fonte: IBGE

O comportamento das taxas de juros e desemprego no país, por sua vez, apresentam uma relação com o comportamento do PIB. Em 2013 esses indicadores encontravam-se em patamares aceitáveis para o período. Contudo, a crise de 2014-2016 trouxe um impacto negativo, que vem sendo recuperado desde 2017. Em dezembro de 2019, o Brasil apresentava uma taxa de desemprego de 11,0% e uma taxa de juros Selic fixada pelo Copom de 4,50%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Taxa de juros Selic definida pelo Copom (%) e taxa de desemprego (%) no final de cada período

Fonte: Ipeadata

Setor de varejo

O Grupo Uni.co está inserido no mercado varejista brasileiro e comercializa um amplo catálogo de produtos nos mais diversos segmentos, tais como eletrodomésticos, eletrônicos, vestuários, decoração, lazer, beleza, entre outros.

O crescimento do consumo de varejo está inversamente relacionado ao desemprego e às taxas de juros. Desta maneira, entre 2017 e 2019, o Brasil vivenciou condições macroeconômicas positivas para o crescimento das atividades no varejo. Segundo a Pesquisa Anual de Comércio, em 2018 o comércio varejista brasileiro atingiu R$1,7 trilhões.

De acordo com o IBGE, o volume de vendas do comércio varejista acumulou alta de 1,8 % em 2019, após registrar crescimento de 2,1% em 2017 e 2,3% em 2018, sustentando, dessa forma, crescimento pelo terceiro ano consecutivo. O crescimento do comércio varejista superou o crescimento do PIB a preços de mercado no mesmo período, que foi de 1,3% em 2017, 1,3% em 2018 e 1,1% em 2019.

Crescimento do volume de vendas do comércio varejista no Brasil (%)

Fonte: IBGE

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com o índice nominal de vendas no varejo brasileiro, do IBGE, é possível observar, além do aumento das vendas, um mercado mais aquecido no 4º trimestre de cada ano.

Índice nominal de vendas no varejo brasileiro (média 2014 = 100)

Fonte: IBGE

Outro dado interessante para entender o comportamento do mercado que o Grupo Uni.co está inserido é o crescimento do número de shoppings nos últimos anos (ainda que a companhia tenha um modelo de negócios diferenciado, amparado pelo digital).

Segundo a ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers), o Brasil possuía, em 2019, 577 shopping centers. Além do crescimento do número de empreendimentos, foi possível observar uma interiorização dos shoppings, tendência que se iniciou em 2015.

Número de shoppings no Brasil

Fonte: ABRASCE

E-commerce

O faturamento do *e-commerce* no Brasil apresentou crescimento significativo entre 2012 e 2019. Segundo a Ebit, o e-commerce, faturou R$61,9 bilhões em 2019, registrando um crescimento médio anual de 13,6% desde 2013.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Contudo, quando analisado em comparação com as grandes economias globais, o *e-commerce* no Brasil tem cerca de 4% a 5% das vendas do total do varejo (6% em 2020), enquanto na China essa fatia é de 30%, no Reino Unido de 18% e nos EUA é de 11%, de acordo com dados do Ebit, o que reforça que além da aceleração existe espaço para crescimento antes e após cenário de pandemia.

Fonte: Webshoppers 42ª Edição Ebit/Nielsen

Faturamento do e-commerce no Brasil (R$ milhões)

Fonte: Ebit

Dois dos pilares desse forte crescimento foi o aumento do acesso à internet por parte da população brasileira e mudanças nos hábitos dos consumidores. A penetração do acesso à internet está crescendo rapidamente no Brasil, atingindo 74% da população em 2019, segundo a pesquisa TIC Domicílios 2019 da Cetic. Apesar do intenso e constante aumento do acesso à internet, os níveis brasileiros de penetração permanecem abaixo dos níveis de mercados maduros, tais como o Reino Unido (96%) e os Estados Unidos da América (87%), o que demonstra uma oportunidade para ainda mais crescimento.

Contudo, no que tange o mercado de vendas digitais, o Brasil por ter a entrada na internet facilitada pelo uso de celulares (média de 2 celulares por pessoa no Brasil em 2019[1]), tem forte participação do *e-commerce* no digital (41,8% em 2019) ultrapassando o desktop, em novembro de 2019, para operar no patamar de 50,5% no 1º Semestre de 2020[2]. Isso tem ampliado o desafio dos varejistas em oferecer soluções e produtos compatíveis com o uso massivo deste canal de vendas.

Muito além das compras online, no que tange os formatos operacionais híbridos, outras combinações são notáveis, de acordo com o 42º Webshoppers, os varejistas de marketplaces representam 78% do faturamento total do *e-commerce* brasileiro, (uma expansão de 56% sobre o mesmo período de 2019). Já as operações chamadas de *bricks and clicks*, ou seja, aquelas que atuam tanto na loja física quanto na online, tiveram um crescimento de 61% no faturamento no primeiro semestre de 2020, com participação de 73,1% no total de vendas online no País.

O avanço expressivo desses formatos tem reforçado a necessidade de adotar modelos operacionais *omnichannel* e participação estratégica nos grandes shoppings virtuais (marketplaces).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: [1] Fonte: 30ª Pesquisa Anual de Administração e Uso de Tecnologia da Informação nas Empresas, realizada pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP)

Fonte: [2] Webshoppers 42ª Edição Ebit/Nielsen

Número de consumidores de e-commerce (em milhões) e penetração do acesso à internet na população brasileira (%)

Fonte: Ebit e Cetic

Em linha com o aumento do faturamento e do número de consumidores de *e-commerce* no Brasil, o número de pedidos online também teve um forte crescimento no mesmo período, especialmente em 2019, quando atingiu a marca de 148 milhões de pedidos. A partir desses números, é possível observar houve um forte aumento do ticket médio entre 2013 e 2018, seguido de uma queda pontual em 2019.

Número de pedidos de e-commerce e ticket médio (R$)

Fonte: Ebit

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Atualização do novo coronavírus

Segundo dados do IBGE, o comércio varejista apresentou crescimento nos primeiros meses de 2020, quando comparado a 2019. Entretanto, a quarentena e o decreto de fechamento da maior parte do comércio no país causaram uma profunda transformação no varejo brasileiro nos meses seguintes. Entre março e maio de 2020, observou-se uma forte queda deste mercado, que apresentou recuperação em junho do mesmo ano, quando comparado a 2019.

Comparação com o mesmo mês do ano anterior do volume de vendas no comércio varejista (%, 2020 x 2019)

Fonte: IBGE

Por conta do distanciamento social recomendado e por praticidade, cada vez mais clientes vêm aderindo ao *e-commerce*.

Ainda de acordo com o Webshoppers e a e-commercebrasil, entre os dias 17 de março e 27 de abril de 2020, etapa com restrições de circulação, o comércio online brasileiro chegou a R$ 8,4 bilhões em faturamento, variação de 48,3% sobre o período de 19 de março a 29 de abril de 2019 (R$ 5,7 bilhões). As quatro principais categorias que promoveram o crescimento das vendas online nessa fase foram Eletrônicos, Casa&Decoração, Informática e itens de consumo rápido (FMCG).

> O crescimento do comércio online ocorreu em todas as regiões brasileiras no período, com maior contribuição do Nordeste, Sudeste e Sul, em função da sua importância para o *e-commerce*.

Nestas semanas, 31% dos consumidores que realizaram compras *online* em Autosserviço declaram realizar pela primeira vez. Em 2019, no mesmo período de análise, esse número foi de 16%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Crescimento do faturamento do e-commerce no pré e pós o novo coronavírus (R$ bilhões)

Fonte: 41ª edição do Webshoppers

Em outros países, como os Estados Unidos, o crescimento do *e-commerce* também teve um forte impacto positivo. Segundo a *ShawSpring Research*, a penetração do *e-commerce* nos EUA foi de 16,0% em 2019 para 27,0% em abril de 2020. Isso representa um crescimento de 11,0 p.p. em 4 meses, que é maior que o crescimento de 10,4 p.p. dos 10 anos anteriores.

Crescimento da penetração do e-commerce nos Estados Unidos (% sobre vendas no varejo)

Fonte: *Shawspring Research*

Concorrência

O mercado de varejo no Brasil é altamente competitivo e pulverizado, sendo composto por pequenos e grandes varejistas, regionais e nacionais. A Companhia acredita que seu diferencial esteja, entre outros fatores, na capacidade de oferecer um amplo sortimento de produtos para públicos diferenciados e em diferentes ocasiões.

Além disso, dada as diferentes marcas e propostas que cada uma delas possui, a Companhia possui diferentes competidores para cada uma de suas marcas. Dentre os principais concorrentes, destacam-se:

- Puket: Lupo, Any Any, Jogê, Hering Kids, Tip Top, Sestini e Kipling.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Contudo, vale destacarmos que no cenário cuja abordagem de marca prevê ofertar artigos para trazer o adulto ao universo infantil, nenhuma das marcas supracitadas possuem atuação forte nessa vertente e são consideradas competidores de segmento apenas, não de modelo de negócio.

- Imaginarium: Uatt?, Ateliê Imaginário, Zona Criativa, Uva Verde, Up4You, Papel Magia, Daiso, Miniso e Papel Craft.

No que concerne ao atributo 'presenteável' fortemente presente na intenção de compras de fatia considerável de clientes que se destinam à marca, a competição avança para os mais diversos segmentos. Contudo aqui também, se cumpre o papel de diferenciação da competição de categorias, visto que o objetivo se pauta em oferecer itens em formatos e com mensagens exclusivas.

- MinD: Camicado, Cosi Home, Etna, Moby, Muma, Oppa, Storehouse, Tok&Stok e Westwing.

O aumento de competição pode resultar em pressão sobre preços, redução de margens brutas e deterioração da posição de capital de giro da Companhia (resultado de melhores condições de pagamento ofertadas a seus clientes).

Qualquer dessas consequências poderia substancialmente prejudicar os negócios da Companhia e resultados do exercício. Adicionalmente, a concorrência nos segmentos de mercado em que a Companhia atua pode se intensificar, principalmente no *e-commerce*, por meio da utilização de novas tecnologias. Esse aumento de concorrência pode reduzir as vendas, lucros operacionais ou ambos.

Desta forma, e se tratando de um negócio que substancialmente se conecta com o consumidor por meio de formatações, personagens, curadoria e mensageria ora personalizada, a constante inovação e celeridade em criar e colocar produtos que refletem o presente e futuro no mercado são aliados fortes para reduzir essa corrida competitiva centrada em preço.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Imaginarium e a IMB Têxtil, na data desse Formulário de Referência, usufruem de regimes especiais no estado de Santa Catarina para Diferimento do ICMS Importação n° 165000000738997 e 20500000051190, respectivamente.

Salientamos que eventual descumprimento dos requisitos exigidos para a fruição dos regimes especiais, das regras de convalidação ou reforma das legislações podem impactar na fruição dos benefícios fiscais/regimes especiais e, consequentemente, na atividade da Companhia, conforme descrito no item 4.1 deste Formulário de Referência.

d. eventual sazonalidade

Historicamente, os resultados das operações da Companhia têm apresentado variações no quarto trimestre de cada exercício. As vendas realizadas nos primeiros três trimestres seguem um padrão equivalente. Entretanto, no quarto trimestre, as vendas aumentam em razão das comemorações de final do ano, do recebimento do décimo-terceiro salário por parte dos consumidores e de eventos promocionais, como a *Black Friday*, representando 42% da receita líquida anual da Companhia no consolidado (percentual observado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nesse sentido, as vendas em dezembro são, em geral, maiores do que a média de outros meses. Da mesma forma, durante o mesmo período, o Emissor registra um aumento significativo em seu passivo junto a fornecedores.

Observa-se também um aumento nas vendas do Emissor em datas comemorativas como a Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Black Friday, Natal e o movimento de volta às aulas.

Além das datas comemorativas, a companhia também tem sua sazonalidade da receita influência pelas baixas temperaturas, principalmente para a Puket nas categorias meias e pijama.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Devido à escala de suas operações e seu modelo *asset-light*, a Companhia compra seus produtos, que comercializa nas lojas físicas de seus franqueados, lojas multimarcas e online, diretamente dos fabricantes gerenciados. A Companhia procura obter descontos e melhores prazos de pagamento em razão do volume adquirido, reduzindo seu custo variável e permitindo a competitividade de preço de seus produtos. As compras de mercadoria da Companhia são realizadas de forma centralizada, por meio do nosso time de compras, que conta na data deste Formulário de Referência com 16 colaboradores divididos entre os nossos escritórios na China e no Brasil.

Além disso, a Companhia não compra os produtos por meio de contratos de fornecimento de longo prazo, o que permite maior flexibilidade em compras. Os fornecedores da Companhia devem atender a controle rigoroso de qualidade, confiabilidade e entrega dos produtos.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia possuía aproximadamente 282 fornecedores ativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e esclarece que não tem dependência de poucos fornecedores. Segundo os dados estatísticos do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a maior participação individual de um fornecedor nas compras totais da Companhia era de 9,0%. Os 20 maiores fornecedores da Companhia, forneceram, em conjunto o equivalente a 56,7% do total de compras da Companhia.

(iii) Eventual volatilidade dos preços de insumos e matérias primas

Os produtos comercializados pela Companhia podem estar sujeitos a reajustes por inflação de custos ou por influência de fatores de oferta e demanda. Parte dos produtos comercializados pela Companhia tem origem estrangeira e, por consequência, está sujeita a oscilações em seus preços em função de eventuais volatilidades nas taxas de câmbio da moeda estrangeira para moeda nacional.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Regulamentação Imobiliária

A operação normal dos estabelecimentos da Companhia e dos franqueado está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e auto de vistoria do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão. Além disso, a comprovação da regularidade da edificação do ponto de vista urbanístico e construtivo também é exigida, de modo que deve existir um habite-se válido para a edificação.

Em relação a todos os locais que a Companhia e os franqueados ocupam para o exercício de suas atividades, a Companhia e os franqueados devem obter e renovar periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia e os franqueados ficarão impedidos de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Regulamentação para o segmento de varejo

Os segmentos de negócios de varejo que a Companhia atua estão sujeitos a um conjunto de regras de proteção do consumidor. Tais regras estabelecem certos direitos básicos do consumidor que precisam ser observados pela Companhia e franqueados em suas operações, dentre os quais destaca-se o direito à informação prévia, clara e precisa sobre produtos e serviços oferecidos no mercado, com especificação correta de características, atributos, estruturas, qualidade, preços e riscos que eles representam, entre outros. Os consumidores também têm o direito ao acesso e de modificar as informações pessoais recolhidas sobre eles e armazenadas em bancos de dados privados. As regras de proteção do consumidor também têm um impacto na maneira em que a Companhia faz propaganda. Do ponto de vista de licenciamento, as lojas são obrigadas a ter as licenças exigidas pelas legislações federais, estaduais e municipais.

Enquanto a Companhia e os franqueados possuem processos e controles internos para terem suas documentações e alvarás em dia, a Companhia e os franqueados podem não possuir todos os alvarás em todos os seus pontos de venda, inclusive como resultado de solicitações de renovação de alguns desses alvarás pendentes.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Ainda que as atividades da Companhia não causem impactos negativos significativos ao meio ambiente, a Companhia tem desenvolvido práticas de conservação e conscientização ambiental. Todavia, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia aderido a padrões de proteção ambiental.

Esferas de Responsabilidade Ambiental

A responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas diversas e independentes: (i) administrativa; (ii) civil; e (iii) criminal.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Diz-se que as três esferas de responsabilidade mencionadas acima são "diversas e independentes" porque, por um lado, uma única ação do agente econômico pode gerar responsabilização ambiental nas três esferas, com consequências diversas. Por outro lado, a ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta necessariamente o agente da responsabilidade nas demais.

Responsabilidade Administrativa

No que se refere à responsabilidade administrativa ambiental, a Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto n.º 6.514/2008, dispõe (art. 70) que toda ação ou omissão que importe na violação das regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental, independentemente da verificação de culpa ou da efetiva ocorrência de dano ambiental.

De acordo com a legislação brasileira, as infrações administrativas podem ser punidas com advertência; multa simples no valor de até R$ 50 milhões; multa diária; apreensão dos produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; destruição ou inutilização do produto; suspensão de venda e fabricação do produto; embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; demolição de obra; suspensão parcial ou total das atividades; suspensão de benefícios fiscais e cancelamento ou interrupção de participação em linhas de crédito concedidas por bancos estatais, além de proibição de ser contratado por entes públicos.

Responsabilidade Civil

A responsabilidade civil encontra-se delineada pela Política Nacional do Meio Ambiente, instituída pela Lei n.º 6.938/1981 (art. 14, §1º), que instaura a responsabilidade objetiva na matéria, ou seja, aquela que independe da existência de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre esse e a atividade para que seja configurada a obrigação de reparação ambiental.

O empreendedor, independentemente da existência de culpa deverá indenizar e/ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros. Dessa maneira, a responsabilidade civil ambiental é atribuída, a quem for responsável, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental.

Ademais, a responsabilidade civil ambiental é solidária entre os agentes causadores do dano ambiental, sendo atribuída aos responsáveis, direta ou indiretamente, pela atividade causadora de degradação ambiental (art. 3º, inciso IV, da Política Nacional do Meio Ambiente). De acordo com a teoria da responsabilidade solidária, um dos agentes poderá responder pelo dano ambiental total, cabendo-lhe ação de regresso contra os demais causadores do dano ambiental, com base nos princípios que regem o direito ambiental brasileiro.

Dessa forma, a contratação de terceiros para proceder qualquer serviço em nossos estabelecimentos, incluindo, por exemplo, a destinação final de resíduos sólidos, não nos isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pelos terceiros contratados, caso estes não desempenhem suas atividades em conformidade com as normas ambientais.

A legislação ambiental prevê, ainda, que poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente (artigo 4º da Lei Federal nº 9.605/1998). A jurisprudência tem entendido que a mera insuficiência de bens para reparar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros é fato isoladamente necessário para a desconsideração da personalidade jurídica.

Responsabilidade Criminal

Caso as autoridades competentes comprovem a operação sem as devidas licenças ambientais ou o descumprimento de condicionantes de referidas licenças, a Companhia poderá estar sujeita ao crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei Federal nº 9.605/1998 ("Lei de Crimes Ambientais"), punível com

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

pena de detenção dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

A Lei de Crimes Ambientais prevê, ainda, outros tipos penais como, por exemplo, causar poluição de qualquer natureza ou danificar vegetação especialmente protegida, sujeitos a sanções penais, desde que devidamente comprovado o dolo (intenção) ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) tais como: (a) a suspensão total ou parcial de atividades do respectivo empreendimento; (b) a perda de benefícios e incentivos fiscais, a suspensão de financiamentos e proibição para contratar com a administração pública; e (c) o aprisionamento dos diretores ou executivos responsáveis pelo ato.

Os diretores, administradores e outras pessoas físicas que atuem como nossos prepostos ou mandatários, e que concorram para a prática de crimes ambientais atribuídos à Companhia, estão também sujeitos, na medida de sua culpabilidade, a penas restritivas de direitos e privativas de liberdade.

Licenciamento Ambiental

A Política Nacional de Meio Ambiente – "PNMA" (Lei Federal nº 6938/81) prevê, como um de seus instrumentos, o licenciamento ambiental, de modo que a concepção, construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos naturais e/ou considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças, autorizações e registros legalmente exigíveis, o qual estabelecerá as condições, restrições e medidas de fiscalização do empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende um sistema trifásico, no qual cada licença é emitida por um determinado período de validade e sua renovação ou emissão da licença precedente restam condicionadas ao efetivo cumprimento das respectivas exigências técnicas estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador – Licença Prévia ("LP"), Licença de Instalação ("LI") e Licença de Operação ("LO").

As licenças ambientais são válidas por um determinado período e, conforme disposição legal, a renovação deve ser requerida com até 120 dias antes de seu vencimento, de modo que ocorrerá a extensão automática de sua validade até manifestação do órgão licenciador.

A competência para o licenciamento ambiental é concorrente entre União, Estados e Distrito Federal e Municípios, nos termos da Lei Complementar n.º 140/2011. Compete ao órgão ambiental estadual o licenciamento ambiental de empreendimentos cujos impactos ficam restritos a seu território, bem como a imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Resta ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis a competência para proceder ao licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental em âmbito regional ou internacional. Por fim, compete aos órgãos ambientais municipais o licenciamento de empreendimentos com impacto local e que possuam convênio firmado com o Estado para o exercer o licenciamento.

A Companhia não detém todas as licenças necessárias à sua operação e a Companhia e os franqueados podem, atualmente ou no futuro, não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva.

A ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais competentes ou a operação em desacordo com suas condicionantes sujeitam o infrator a sanções criminais e administrativas, além da obrigação de recuperar eventuais danos causados ao meio ambiente. No âmbito administrativo, as multas variam entre R$ 500,00 a R$ 10.000.000,00, além de outras penalidades como advertência, embargos ou suspensão das atividades, conforme estabelecido no Decreto Federal n.º 6.514/2008.

Gerenciamento de Resíduos

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nos termos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – "PNRS" (Lei Federal nº 12.305/2010), os geradores de resíduos sólidos industriais são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada dos resíduos gerados por suas atividades, e devem possuir Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ("PGRS").

O PGRS deverá ser apresentado ao órgão ambiental licenciador das atividades da Companhia, devendo abarcar a descrição dos resíduos gerados e informações sobre cada etapa do processo de destinação final dos resíduos (armazenamento, coleta, transporte, tratamento e disposição), entre outros dados tidos como conteúdo mínimo na legislação aplicável.

A disposição inadequada de resíduos poderá ocasionar na contaminação de solo e/ou águas subterrâneas. A detecção de contaminação exige providências por parte dos agentes governamentais, das entidades causadoras do dano ambiental e dos proprietários envolvidos. Nesse sentido, deverão ser aplicadas medidas corretivas visando a estabelecer níveis de qualidade compatíveis com um determinado uso futuro.

Eventual poluição ambiental decorrente da destinação final ambientalmente inadequada de resíduos sólidos, sujeita o infrator a multas de até R$ 50.000.000,00. Ainda, cumpre ressaltar que a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta seus geradores da responsabilidade por eventuais danos ambientais que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado de seus resíduos ou rejeitos, além de possíveis repercussões na esfera criminal. tal como descrito no tópico "Esferas de Responsabilidade Ambiental" acima.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente por meio do registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), órgão responsável pelo registro de marcas e patentes e outros direitos de propriedade intelectual sendo assegurado ao titular de registro de marca seu uso exclusivo em todo território nacional por um prazo determinado de 10 anos, passível de sucessivas renovações.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas aplicadas para identificação de seus produtos ou serviços. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento pelo órgão responsável pelo registro; (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo órgão responsável pelo registro.

Somos titulares, em nome próprio ou de nossas subsidiárias, de marcas registradas e de pedidos de registro de marca junto ao INPI, em diferentes classes de serviços e produtos relativas às nossas atividades, nas formas nominativas e mista, incluindo "Puket" e "Imaginarium".

Nossas marcas "Puket" e "Imaginarium" são reconhecidas na região de atuação da Companhia. Na hipótese de perda de tais marcas, acreditamos que nossas atividades seriam afetadas de maneira adversa.

O pedido de registro da marca "UNI.CO PARTICIPAÇÕES" (Processo nº 913617482) foi indeferido e, após a apresentação de recurso pela Companhia, aguarda-se o proferimento de nova decisão pelo INPI. A marca é relevante para as atividades da Companhia, vez que é a identidade das empresas controladas pela Companhia, podendo o seu indeferimento em nível recursal impactar as atividades da Companhia.

Somos titulares, também, de 56 nomes de domínios nacionais e internacionais relevantes para as atividades da Companhia, dentre os quais se destacam imaginarium.com.br, grupounico.com e Puket.com.br

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Possuímos contratos de licenciamento relevantes com a (**i**) Warner Bros. Consumer Products Inc., (**ii**) Global Merchandising, S.L., (Adidas), (**iii**) Universal Studios Licensing LLC, dos quais o primeiro estará fora de validade no dia 31 de dezembro de 2020 e o segundo já não está mais válido desde o dia 31 de junho de 2020, sem qualquer sinal de renovação.

Os Contratos acima são relevantes pois autorizam a Companhia a desenvolver produtos valendo-se tanto de grandes títulos da Warner quanto da Universal, de forma a constituírem um ativo valioso para as atividades da Companhia.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não auferiu receitas no exterior no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não está sujeita a nenhuma regulação estrangeira relevante para o desenvolvimento de suas atividades. Em relação ao escritório operacional da Companhia na cidade de Shenzhen, na China, a Companhia está sujeita à regulação aplicável à operação e funcionamento de empresas estrangeiras no país.

7.8 - Políticas Socioambientais

(a) Divulgação de informações socioambientais

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações socioambientais. Não obstante, a Companhia promove uma série de ações sociais as quais estão descritas no item 7.9 deste Formulário de Referência.

(b) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ou relatórios socioambientais.

(c) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ou relatórios socioambientais.

(d) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

Não aplicável, uma vez que a Companhia não divulga informações ou relatórios socioambientais.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Ações Sociais

A Companhia busca desenvolver ações concretas voltadas a gerar impacto social positivo e bem-estar para a sociedade brasileira.

Dentre as atividades desenvolvidas, a Companhia promove doações de finalidades diversas, fortalecendo o seu compromisso com setores da sociedade. Como exemplo, durante a pandemia do novo coronavírus, realizou a doação de mais de 20 mil máscaras e equipamentos de proteção individual essencial para o combate à disseminação do novo coronavírus para diversas instituições como, GRAACC – Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer, ICESP - Centro de Oncologia HC - SUS, Instituto Resgatando Vidas, Comunidade Cristã Nova e Eterna Aliança, dentre outros. Além disso, a Companhia também realizou a doação de mais de 2 mil toneladas de ração para organizações da sociedade civil dedicadas a cuidados animais.

Quanto a iniciativas e programas próprios, a Companhia promove também a campanha "Teto Week", por meio da qual destina o lucro da venda de um produto desenvolvido em *collab* pela MinD para a ONG TETO, organização da sociedade civil que tem por missão a superação da pobreza e fortalecimento de comunidade vulneráveis, com especial atenção à questão da melhoria das condições de moradia.

Direcionamos nossos esforços para criar e fomentar um ambiente de trabalho que valoriza a diversidade de gênero, orientação sexual, crença religiosa, e que respeite as diferenças entre nossos colaboradores. Nossos processos seletivos e de avaliação de desempenho buscam promover a diversidade e a cultura de transparência e isonomia na Companhia. Em 30 de setembro de 2020, 47% dos nossos cargos de liderança da Companhia eram ocupados por mulheres.

Além disso, a Companhia também manifesta o seu apoio a diversidade sexual, por meio de campanhas, como por exemplo, a do dia dos namorados da Imaginarium no ano de 2020, a qual teve o intuito de promover o amor como um sentimento livre, que deve se manifestar apesar de qualquer adversidade.

Na mesma linha de campanhas voltadas a gerar um impacto social positivo, a MinD também desenvolveu, em especial em razão da pandemia, período o qual as pessoas passaram a ficar em casa por um tempo maior, uma campanha visando a conscientização e proteção das mulheres diante da violência doméstica, contando com a participação de artistas para reforçar a temática.

Como principal ação, a Companhia desenvolve o projeto "Meias do Bem".

Projeto "Meias do Bem"

O Projeto Meias do Bem ("Projeto") nasceu em 2013, a partir de uma iniciativa da Puket, uma das marcas do Grupo Uni.co, que produz meias há mais de 30 (trinta) anos.

A marca sempre buscou atuar de forma ambientalmente sustentável, com especial atenção aos resíduos sólidos derivados de sua produção, reciclando estes resíduos e eventuais sobras têxteis mediante a confecção de cobertores.

Em busca de ampliar sua atuação social e ajudar cada vez mais pessoas em situação de vulnerabilidade atingidas por baixas temperaturas, a Puket deu início ao Projeto, convidando clientes e membros da sociedade a doarem pares de meia sem uso ou usadas nas lojas da Puket de todo Brasil, para que sejam destinadas à confecção dos cobertores, ampliando a quantidade de cobertores produzidos e levando proteção a mais brasileiros.

Durante os seis anos de existência do projeto, foram produzidos mais de 50.000 cobertores. Ainda, mais de 30 toneladas de refugos têxteis foram reciclados, reduzindo a quantidade de resíduos têxteis descartados no meio ambiente.

7.9 - Outras Informações Relevantes

A iniciativa da marca, além de trazer mais sustentabilidade à produção e consciência ao consumo, aquece muitas pessoas que precisam. Para maiores informações sobre o Projeto, acessar o endereço eletrônico (http://www.meiasdobem.com.br).

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 7 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

8.1 - Negócios Extraordinários

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas nos itens 10.8 (desinvestimentos) e 15.7 (incorporação da Belmar) deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Em outubro de 2019, desativamos uma planta fabril de meias da Puket localizada na cidade de São Paulo – SP. Nossa decisão estratégica foi baseada em focar nas competências-chave da Companhia, nos dedicando ao comércio de mercadorias e não mais à indústria e revenda. A Puket permanece vendendo meias como parte de seu portfólio, sendo que a mudança acarretou apenas na substituição no modelo de fornecimento do produto, que passou a ser produzido por terceiros.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 8 foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Rua Lauro Linhares, 2055, Sala 401, Trindade (Escritório)	Brasil	SC	Florianópolis	Alugada
Rua Gercino Machado, 207, Beira Rio Lotes 01 a 11 Quadra D (Centr. de Distrib.)	Brasil	SC	Biguaçu	Alugada
Rua Marina Ciufuli Zanfelice, 280, Box 272, Lapa (Operador Logístico)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
Avenida Dr. Cardoso de Melo, 1855, Vila Olímpia (Escritório)	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	POMPETS – Processo nº 913180718	27/11/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	POMPETS – Processo nº 913180769	27/11/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	POMPETS – Processo nº 913180831	27/11/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	POMPETS – Processo nº 913180858	27/11/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	POMPETS – Processo nº 913180963	27/11/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	POMPETS – Processo nº 913180980	27/11/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	POMPETS – Processo nº 913181056	26/12/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	POMPETS – Processo nº 913181064	26/12/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	I IMAGINARIUM – Processo nº 820250333	28/11/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 823668827	03/04/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 823668819	10/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 823668843	10/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 823668835	10/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 823668851	10/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 824086147	29/05/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 824136039	29/05/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 828677832	30/06/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	BRASIL PACA – Processo nº 829101519	03/11/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMG – Processo nº 829101578	03/11/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 829202242	03/11/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BRASIL PACA – Processo nº 829247203	19/01/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 829270930	22/12/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	OS KIDULTS – Processo nº 829401318	29/12/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	OS KIDULTS – Processo nº 829401350	29/12/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	VISTO IMAGINARIUM – Processo nº 829916016	03/11/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	VISTO IMAGINARIUM – Processo nº 829916059	03/11/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LUDI – Processo nº 830437126	04/09/2022	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	LUDI – Processo nº 830437134	04/09/2022	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LUDI – Processo nº 830437142	04/09/2022	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	LUDI – Processo nº 830437150	04/09/2022	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LUDI – Processo nº 830476482	02/10/2022	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	LUDI – Processo nº 830476490	31/12/2023	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LUDI – Processo nº 830476504	02/10/2022	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107472	18/10/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107499	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107537	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107570	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107600	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107618	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107634	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107650	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	IMAGINARIUM – Processo nº 831107677	26/08/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SUBSTÂNCIA – Processo nº 824808347	25/02/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	BFF - BEAUTY FOR FUN COSMÉTICOS IMAGINARIUM – Processo nº 908722737	04/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	BFF - BEAUTY FOR FUN COSMÉTICOS IMAGINARIUM – Processo nº 908722931	04/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	MinD – Processo nº 911142622	02/10/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LOVEBRANDS – Processo nº 904012182	18/11/2024	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	LOVEBRANDS – Processo nº 904451577	02/05/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	LOVEBRANDS – Processo nº 904768295	05/05/2025	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	LOVEBRANDS – Processo nº 904768341	11/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 813607477	19/10/2023	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET DIET – Processo nº 820076244	07/12/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 825473381	03/07/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET TECH – Processo nº 827193653	09/10/2027	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 828645957	09/06/2029	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET P TECH – Processo nº 829055886	19/01/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	CANDYSOCKS PUKET – Processo nº 829087940	22/12/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET NAKED – Processo nº 829155708	10/11/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 829234594	19/01/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 829234608	19/01/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SIMPLS – Processo nº 829452907	22/12/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	SIMPLS BY PUKET – Processo nº 829452915	22/12/2019	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	SIMPLS BY PUKET – Processo nº 829855246	07/12/2020	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 904737489	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 904737497	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 904737500	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 904737543	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 904737586	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 904737594	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 904737632	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 905569040	17/07/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 905569156	05/04/2026	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 905569199	03/11/2025	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 905569253	03/11/2025	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 905569270	06/10/2025	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 905569318	06/10/2025	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 905569369	06/10/2025	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	PUKET – Processo nº 910461074	17/07/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	PUKET – Processo nº 911800948	21/08/2028	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	ablecreation.com.br	18/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	amopompets.com.br	06/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	funclube.com.br	22/03/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	grupoimaginarium.com.br	22/04/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginarium.com.br	23/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginariumbrindes.com.br	22/02/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginariumnamedida.com.br	24/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginariumparceria.com.br	24/09/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginariumstore.com.br	18/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	imaginariumwebstore.com.br	18/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imgnamedida.com.br	24/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imgnet.com.br	17/09/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	levemind.com.br	23/04/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	lojaimaginarium.com.br	22/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ludi.com.br	08/04/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	ludidesign.com.br	11/01/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ludiparceria.com.br	05/09/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ludipresente.com.br	11/01/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ludipresentes.com.br	11/01/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	madeindesigns.com.br	08/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	minddesigns.com.br	07/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	mindesigns.com.br	08/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	mindkids.com.br	16/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	mindpocket.com.br	16/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	natalimaginarium.com.br	27/10/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	parcerialudi.com.br	05/09/2024	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	pompets.com.br	31/07/2027	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	presentesludi.com.br	06/11/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	queroimaginarium.com.br	17/11/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	solteoverbo.com.br	27/08/2023	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	usevisto.com.br	04/03/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	vistoimaginarium.com.br	04/03/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Lojaspuket.com.br	30/10/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Meiasdobem.com.br	12/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Mktpuket.com.br	20/08/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	GRUPO UNI.CO PARTICIPAÇÕES – Processo nº 913617482	Sobrestada – Aguard. recurso	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	GRUPO UNI.CO PARTICIPAÇÕES S/A – Processo nº 915829428	Aguard. fim sobrestamento	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.
Nome de domínio na internet	Mone.com.br	14/07/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Puket.com.br	13/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Puketlojavirtual.com.br	26/06/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	Simpls.com.br	07/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	Tachato.com.br	08/07/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	casamind.com	08/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	grupoimaginarium.com	18/01/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	grupoimaginarium.net	29/07/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	grupouni.co	16/12/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	grupounico.cn	11/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	grupounico.com	12/12/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	grupounico.hk	08/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	VISTO IMAGINARIUM – Processo nº 829916040	03/11/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	imaginarium.mobi	15/09/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginariumcn.com	09/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	imaginariumhk.com	09/08/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	lojaimaginarium.com	28/07/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ludipresentes.com	31/05/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	ludipresentes.net	31/05/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	pompets.com	04/10/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	presentesludi.com	07/11/2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Nome de domínio na internet	casamind.com.br	16/09/2022	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à: (i) falta de pagamento da manutenção do domínio; (ii) constatação, no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) por ordem judicial; e (v) por expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros. A duração do registro depende do período escolhido e poderá ser renovada ao final de cada período.
Marcas	VISTO IMAGINARIUM – Processo nº 829916075	03/11/2030	No âmbito administrativo os pedidos de registro sob análise do INPI podem ser negados. Os registros da marca já concedidos podem ser contestados, como por exemplo, por meio de processos de nulidade, na hipótese de um registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96 ou, ainda, por meio de requerimentos de caducidade, parcial ou total, na hipótese da marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida e para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro. No âmbito judicial, embora sejamos titulares do registro de diversos de nossas marcas, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que estamos violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória. A manutenção dos registros de marcas é realizada por meio do pagamento periódico de retribuições ao INPI. O pagamento das devidas taxas é imprescindível para evitar a extinção dos registros e a consequente cessação dos direitos do titular.	A perda dos direitos sobre as marcas implica a impossibilidade de impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes para assinalar, inclusive, serviços ou produtos concorrentes, uma vez que o titular deixa de deter o direito de uso exclusivo sobre a marca. Existe ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Imaginarium Franchising S.A.	01.232.051/0001-01	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	Exploração da atividade de Franchising de artigos de presentes, objetos de decoração para o lar e seus acessórios, prestação de serviços da área desenvolvimento e design de produtos, interiores, gráficos, escritório administrativo e cessão de direito do uso da marca.	100,000000
30/09/2020	-67,370000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	86,340000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	9.361.733,53		
31/12/2018	60,260000	0,000000	0,00					
31/12/2017	59,440000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade por meio da qual a Companhia explora a atividade de Franchising.								
IMB Têxtil S.A.	58.500.398/0001-05	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Confecção de roupas e meias em geral.	100,000000
30/09/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	-31,330000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	47.107.625,75		
31/12/2018	31,760000	0,000000	0,00					
31/12/2017	13,730000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Sociedade foi incorporada para integrar as operações da Companhia com o objetivo de fortalecer o crescimento de suas atividades.								
LB Gestão de Marcas e Franquias Ltda.	15.551.561/0001-56	-	Controlada	Brasil	SP	Santana de Parnaíba	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros; e Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica.	100,000000
30/09/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2019	96,430000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	-5.346,64		
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Sociedade por meio da qual a Companhia realiza a gestão de suas marcas.								

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Monê Gestão de Franquias e Participações Ltda.	12.142.614/0001-97	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	-Concessão e gestão de franquias; -Licenciamento de propriedade intelectual da Sociedade e das quais a Sociedade tenha direito de sublicenciar; -Comércio, fabricação, importação, exportação e representação de produtos nacionais ou importados, relacionados a: (a) confecção de roupas, calçados, e artigos de vestuários; fios para uso têxtil; tecidos e produtos têxteis; aviamentos de costura; (b) beneficiamento, tingimento e estampagem; (c) bolsas, mochilas, malas e outros artigos para viagem; (d) chapéus, acessórios de cabelo, óculos, relógios e bijuteria; (e) cosméticos, perfumes e produtos de beleza; (f) móveis e objetos de decoração; (g) eletrônicos e eletrodomésticos; triciclos e bicicletas; (h) chocolates; (i) papelaria e material escolar; (j) aluguel de roupas e trajes a rigor; -Assessoria, consultoria e informação sobre tendências da moda; e -Participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou quotista.	100,000000

30/09/2020	0,000000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	11.363.217,00
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00			
31/12/2017	0,000000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade foi incorporada para integrar as operações da Companhia com o objetivo de fortalecer o crescimento de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Uni.co Comércio S.A.	00.399.603/0001-08	-	Controlada	Brasil	SC	Florianópolis	-Fabricação, importação, exportação e comercio atacadista de artigos para decoração, presentes em madeira, metal, couro, vidro, ferro, cerâmica, plástico, utilidades do lar; -Comércio de artigos do vestuário e acessórios; -Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos; -Prestação de serviços da área de desenvolvimento e design de produtos interiores, gráficos; -Fabricações têxteis; -Confecção de artigos do vestuário e acessórios; -Importação, comercialização e distribuição de produtos cosméticos; -Importação, distribuição, comércio atacadista e exportação de saneantes domissanitários; -Comércio atacadista de bicicletas e triciclos, inclusive peças e acessórios; e -Comércio varejista de bicicletas e triciclos, inclusive peças e acessórios.	100,000000

30/09/2020	1,950000	0,000000	0,00	**Valor mercado**		
31/12/2019	-27,650000	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/09/2020	68.867.024,47
31/12/2018	4,640000	0,000000	0,00			
31/12/2017	49,990000	0,000000	0,00			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Sociedade foi incorporada para integrar as operações da Companhia com o objetivo de fortalecer o crescimento de suas atividades.

9.2 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 9 foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Acreditamos que a geração de caixa da Companhia, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios. Em 30 de setembro de 2020 nosso índice de liquidez corrente ficou em 1,66 contra 1,68 em 31 de dezembro de 2019 e nossa liquidez imediata aumentou de 0,22 em 31 de dezembro de 2019 para 0,65 em 30 de setembro de 2020 não obstante termos vivenciado um período de pandemia.

Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento total foi de 3,35 (representado por passivo circulante acrescido de passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido). Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 63.868 mil e a Dívida Líquida totalizava R$ 73.664 mil, com um índice de Dívida Líquida sobre o patrimônio líquido de 1,08. Em relação ao exercício encerado em 31 de dezembro de 2019, tivemos uma redução de R$ 57.748 mil na Dívida Líquida em função das medidas tomadas de preservação do caixa no cenário de COVID-19 e pela sazonalidade do capital de giro da Companhia, detalhado no item "h" deste capítulo.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice de endividamento total foi de 2,87. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 26.476 mil e a Dívida Líquida totalizava R$ 131.412mil, com um índice de Dívida Líquida sobre o patrimônio líquido de 1,48. Em relação ao exercício encerado em 31 de dezembro de 2018, tivemos uma redução de R$ 8.199 mil na Dívida Líquida, mas o índice de endividamento aumentou por conta do resultado da Companhia, detalhado no item "h" deste capítulo.

Em 31 de dezembro de 2018, o índice de endividamento total foi de 1,57. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 25.505 mil e a Dívida Líquida totalizava R$ 139.611mil, com um índice de Dívida Líquida sobre o patrimônio líquido de 1,01. Em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, tanto a Dívida Líquida quanto o índice de Dívida Líquida sobre o patrimônio líquido aumentaram por conta da aquisição da Puket em janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, o índice de endividamento total foi de 0,34. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 54.621 mil e a Dívida Líquida totalizava R$ (44.109) mil, com um índice de Dívida Líquida sobre o patrimônio líquido de -0,34.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital condizente com a aquisição alavancada da Puket na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhares, exceto %)	Período de nove meses findo em	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
	30/09/2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	227.715	254.671	218.319	43.722
Capital próprio (patrimônio líquido)	68.039	88.841	138.726	128.642
Capital total (terceiros + próprio)	**295.754**	**343.512**	**357.045**	**172.364**
Parcela de capital de terceiros	77,0%	74,1%	61,1%	25,4%
Parcela de capital próprio	23,0%	25,9%	38,9%	74,6%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 30 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

setembro de 2020 eram de 1,30 e 1,66, respectivamente. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía R$ 137.532 mil de empréstimos e financiamentos tomados e investimentos a pagar. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. Acreditamos que o relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) investimentos de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 30 de setembro de 2020:

Controlada	País	Modalidade	Taxa de juros (%)	Vencimento	Garantia	Circulante (R$ Mil)	Não Circulante (R$ Mil)
Uni.co Comércio	Brasil	CCB – Cédula de crédito bancário	CDI + 2,08% a.a.	Dez/23	Aval e/ou recebíveis	237	9.059
Uni.co Comércio	Brasil	Capital de Giro	CDI + 3% a.a.	Jan/25	Aval e/ou recebíveis	15.523	29.286
IMB Têxtil	Brasil	CCB - Cédula de crédito bancário	CDI + 1,64% a 3% a.a.	Dez/24	Aval e/ou recebíveis	21.329	31.489
Empoli Franchising	Brasil	Capital de giro	CDI + 7% a.a.	Out/20	Aval e/ou recebíveis	11	-
					Total	**37.100**	**69.834**

Controlada	País	Modalidade	Contratos
Uni.co Comércio	Brasil	CCB – Cédula de crédito bancário	Bocom (602.064)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Uni.co Comércio	Brasil	Capital de Giro	Banco do Brasil (342.501.989, 342502100 e 342502223)
IMB Têxtil	Brasil	CCB - Cédula de crédito bancário	Itaú (100119110009500) Bradesco (1662243) Santander (1017223)
Empoli Franchising	Brasil	Capital de giro	Itaú (3868680)

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos, dentre eles: Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Bocom BBM.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de setembro de 2020 possuem cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

A Cédula de Crédito Bancário nº 342.502.223 emitida pela Uni.co Comércio S.A. em favor do Banco do Brasil S.A. possui o seguinte *covenant* financeiro: Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,6 em 2020, 3,0 em 2021 e 2,5 em 2022.

A Cédula de Crédito Bancário nº 100119110009500 emitida pela IMB Têxtil S.A. em favor do Banco Itaú Unibanco S.A. possui o seguinte covenant financeiro: Dívida Financeira Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,5 em 2020, 3,0 em 2021 e 2,5 em 2022.

Adicionalmente, os demais contratos em vigor em 30 de setembro de 2020 possuíam cláusula de vencimento antecipado em caso de mudança do controle acionário e/ou alteração da composição do capital social do devedor.

A Companhia de forma antecipada buscou a negociação para alongar seus compromissos assumidos, inclusive em relação às medições e aplicação dos *covenants* até então previstos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	AV	Período de nove meses findo em 30/09/2019	AV	AH
Receita líquida	98.048	100%	128.715	100%	(23,8%)
Custos dos serviços prestados	(42.825)	(43,7%)	(59.771)	(46,4%)	(28,4%)
Lucro bruto	55.223	56,3%	68.944	53,6%	(19,9%)
Despesa de vendas	(40.177)	(41,0%)	(36.980)	(28,7%)	8,6%
Despesas gerais e administrativas	(39.792)	(40,6%)	(41.593)	(32,3%)	(4,3%)
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.963)	(3,0%)	(1.442)	(1,1%)	105,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.015)	(1,0%)	4.027	3,1%	-125,2%
Participação nos lucros (prejuízos) de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas	(28.724)	(29,3%)	(7.044)	(5,5%)	307,8%
Resultado financeiro, líquido	(11.971)	(12,2%)	(7.474)	(5,8%)	60,2%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(40.695)	(41,5%)	(14.518)	(11,3%)	180,3%
Imposto de renda e contribuição social	(3.200)	(3,3%)	(8.721)	(6,8%)	(63,3%)
Resultado líquido das operações continuadas	(43.895)	(44,8%)	(23.239)	(18,1%)	88,9%
Resultado líquido das operações descontinuadas	537	0,5%	4.016	3,1%	(86,6%)
Resultado líquido do exercício	(43.358)	(44,2%)	(19.223)	(14,9%)	125,6%

Receita líquida

Receita líquida no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 98.048 mil comparativamente a R$ 128.715 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (30.667) mil ou -23,8%. Esta redução é atribuída substancialmente à crise provocada pela pandemia de COVID-19, que afetou as vendas da Companhia e, consequentemente, seu faturamento. A crise começou a impactar o resultado da Companhia já na segunda quinzena de março de 2020, quando as empresas de Santa Catarina, incluindo o nosso Centro de Distribuição, ficaram fechadas por determinação do Governo do Estado. Além disso, o fechamento de shoppings centers e as restrições de circulação nos meses seguintes afetou o nosso faturamento para as franquias e multimarcas. A redução de vendas físicas, foi parcialmente compensada pelo aumento da venda pelos canais digitais, resultado do esforço da Companhia desde 2019 no desenvolvimento do canal e da oportunidade gerada pela pandemia de COVID-19. Nesse sentido, destaca-se que a receita líquida de *e-commerce* no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi 219% superior ao mesmo período de 2019.

Lucro bruto

Lucro bruto no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 55.223 mil comparativamente a R$ 68.944 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ 13.721 mil ou 19,9%. Lucro bruto representou 56,3% e 53,6% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A redução de 19,9% do lucro bruto é atribuída substancialmente à queda de receita líquida em função da crise provocada pela pandemia de COVID-19. O impacto da redução da receita líquida foi parcialmente compensado pelo aumento da margem bruta pela maior participação do canal digital no faturamento da empresa. O canal digital representou 25% da receita líquida da companhia no período encerrado em 30 de setembro de 2020, contra 6% no mesmo período do ano anterior. A margem bruta do digital é maior pois o produto é vendido pelo preço de ponta diretamente ao consumidor final.

Despesas de vendas

Despesas de vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 40.177 mil comparativamente a R$ 36.980 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ 3.197 mil ou 8,6%. Despesa de vendas representou 41,0% e 28,7% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. O aumento de 8,6% das Despesas de vendas é atribuído a maior participação do canal digital no faturamento da empresa em relação ao ano anterior, já que ele possui maior volume de despesas de venda, como frete por exemplo. Além disso, em 2020 foram concedidos R$ 5.020 mil em descontos comerciais para franquias outlets como forma de incentivo ao giro de estoque na ponta no período de pandemia de COVID-19.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 39.792 mil comparativamente a R$ 41.593 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$ 1.801 mil ou 4,3%. Despesas gerais e administrativas representaram 40,6% e 32,3% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A redução de 4,3% das Despesas gerais e administrativas é atribuída a adequação da estrutura da empresa no período de pandemia e à renegociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviço. É importante destacar que em 2020 tivemos uma série de despesas não operacionais na companhia em função das integrações administrativa e logística que ocorreram.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (2.963) mil comparativamente a R$ (1.442) mil no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 1.521 mil ou 105,5%. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros representou -3% e -1,1% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. O aumento de 105,5% nas perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros é atribuído ao incremento da provisão para créditos de liquidação duvidosa, que foi afetada pela pandemia.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (1.015) mil comparativamente a R$ 4.027 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (5.042) mil ou -125,2%. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou -1,0% e 3,1% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta variação de -125,2% nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas é atribuída substancialmente ao reconhecimento do ganho da ação da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS da Imaginarium em 2019 no valor de R$ 3,2 milhões (efeito não recorrente de 2019) e também ao impacto em 2020 da baixa do imobilizado de benfeitorias em imóveis de terceiros do escritório administrativo descontinuado de Florianópolis, Santa Catarina, que foi integrado majoritariamente no novo escritório em São Paulo. O valor da baixa foi de R$ 1.942 mil, também não recorrente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes das receitas financeiras, líquidas

Resultado antes das receitas financeiras, líquidas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (28.724) mil comparativamente a R$ (7.044) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (21.680) mil ou -307,8%. Resultado antes das receitas financeiras, líquidas representou -29,3% e -5,5% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação de R$ (21.680) mil no Resultado antes das receitas financeiras, líquidas é atribuída aos motivos listados nos itens acima.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (11.971) mil comparativamente a R$ (7.474) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (4.497) mil ou -60,2%. Resultado financeiro, líquido representou -12,2% e -5,8% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento de despesa é atribuído à correção monetária – SELIC - da Provisão de Contingências Tributárias do IPI na revenda de produtos importados.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (40.695) mil comparativamente a R$ (14.518) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (26.177) mil ou 180,3%. Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social representou -41,5% e -11,3% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação de R$ (26.177) mil no prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social é explicada motivos listados nos itens acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (3.200) mil comparativamente a R$ (8.721) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (5.521) mil ou -63,3%. Imposto de renda e contribuição social representou -3,3% e -6,8% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A redução de -63,3% no Imposto de renda e contribuição social é atribuída à queda de receita das empresas que apuram o imposto de renda e contribuição social pelo regime de lucro presumido, em que as bases são as suas próprias receitas brutas (as empresas franqueadoras).

Resultado líquido das operações continuadas

Resultado líquido das operações continuadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (43.895) mil comparativamente a R$ (23.239) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (20.656) mil ou -88,9%. Resultado líquido das operações continuadas representou -44,8% e -18,1% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta variação de R$ (20.656) mil no Resultado líquido das operações continuadas é atribuída aos motivos explicados nos itens anteriores.

Resultado líquido das operações descontinuadas

Resultado líquido das operações descontinuadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ 537 mil comparativamente a R$ 4.016 mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (3.479) mil ou -86,6%. Esta redução é atribuída à queda de 78,2% da receita líquida em 30 de setembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, observada em decorrência da pandemia de COVID-19. Adicionalmente, o resultado com a venda de imobilizado da fábrica da Puket, compensou parcialmente a redução do resultado das operações descontinuadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado líquido do exercício

Resultado líquido do exercício no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R$ (43.358) mil comparativamente a R$ (19.223) mil no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R$ (24.135) mil ou 125,6%.Resultado líquido do exercício representou -44,2% e -14,9% da receita líquida nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, respectivamente. A variação de R$ (24.135) mil no Resultado líquido do exercício é atribuída aos motivos levantados nos itens anteriores.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2019	AV	Exercício social encerrado em 31/12/2018	AV	AH
Receita líquida	222.339	100%	224.884	100%	-1,1%
Custos dos serviços prestados	(111.168)	-50,0%	(99.888)	-44,4%	11,3%
Lucro bruto	111.171	50,0%	124.996	55,6%	-11,1%
Despesa de vendas	(57.132)	-25,7%	(41.998)	-18,7%	36,0%
Despesas gerais e administrativas	(60.220)	-27,1%	(66.136)	-29,4%	-8,9%
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(2.292)	-1,0%	(1.246)	-0,6%	83,9%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	4.701	2,1%	(569)	-0,3%	-926,2%
Participação nos lucros (prejuízos) de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas	(3.772)	-1,7%	15.047	6,7%	-125,1%
Resultado financeiro, líquido	(9.576)	-4,3%	(13.358)	-5,9%	-28,3%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(13.348)	-6,0%	1.689	0,8%	-890,3%
Imposto de renda e contribuição social	(34.915)	-15,7%	(4.791)	-2,1%	628,8%
Resultado líquido das operações continuadas	(48.263)	-21,7%	(3.102)	-1,4%	1455,8%
Resultado líquido das operações descontinuadas	(3.577)	-1,6%	13.616	6,1%	-126,3%
Resultado líquido do exercício	(51.840)	-23,3%	10.514	4,7%	-593,1%

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 222.339 mil comparativamente a R$ 224.884 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ (2.545) mil ou -1,1%. Esta redução é atribuída a uma adequação no nível de estoque da rede de franquias da Puket e queda de venda das franquias Imaginarium (queda de 4,8% no sell-out das franquias monomarcas). A adequação do nível de estoque das franquias da Puket impacta a receita pela redução do abastecimento das franquias em comparação a sua venda para o consumidor final (sell out). O sell in representa o faturamento da companhia para as franquias e reduziu 8,7% em 2019, enquanto o sell out cresceu 8,7%. Este movimento fez com que o estoque da rede de franquias da Puket atingisse um nível considerado adequado pela Companhia ao final de 2019. Essa queda de receita foi compensada em parte pelo crescimento do canal Multimarcas da Puket (crescimento da Receita Líquida em 11%), principalmente pela expansão do modelo qualificado de *store-in-store* e pelo crescimento do canal *e-commerce* na Puket (crescimento da Receita Líquida em 120%), principalmente pela internalização da

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

operação do canal realizada no primeiro trimestre de 2019. A internalização do e-commerce da Puket permitiu maior controle da experiência do cliente, pois assumimos toda a gestão do site, da entrega e do atendimento ao cliente, que antes era terceirizada. Além disso, melhoramos a gestão de estoque do canal incluindo mais linhas e volume de produtos no e-commerce, impulsionando suas vendas.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 111.171 mil comparativamente a R$ 124.996 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ (13.825) mil ou -11,1%. Lucro bruto representou 50% e 55,6% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A redução de R$ (13.825) mil no Lucro bruto é atribuída substancialmente a queda de receita descrita no item anterior e a perda de margem bruta da marca Imaginarium, devido ao impacto do aumento do dólar nos produtos importados e maior participação de promocionais no mix de vendas para estratégia de adequação do nível de estoque da marca.

Despesas de vendas

Despesa de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 57.132 mil comparativamente a R$ 41.998 mil no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 15.134 mil ou 36,0%. Despesa de vendas representou 25,7% e 18,7% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. O aumento de R$ 15.134 mil nas Despesas de vendas é atribuído a um reforço de equipe na área de *franchising* e do serviço prestado aos franqueados.

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 60.220 mil comparativamente a R$ 66.136 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 5.916 mil ou -8,9%. Despesas gerais e administrativas representou 27,1% e 29,4% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A redução de R$ 5.916 mil nas Despesas Gerais e Administrativas é atribuída à redução de despesas gerada pelo Projeto Integração dos setores administrativos das marcas Imaginarium e Puket.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 2.292 mil comparativamente a R$ 1.246 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 1.046 mil ou 83,9%. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros representou 1,0% e 0,6% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído ao incremento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 4.701 mil comparativamente a R$ (569) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 5.270 mil ou 926,2%.Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou 2,1% e -0,3% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta variação de 926,2% nas outras receitas (despesas) operacionais, líquidas é atribuída substancialmente ao ganho da ação da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS no valor de R$ 4.805 mil reais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Resultado antes das receitas financeiras, líquidas

Resultado antes das receitas financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (3.772) mil comparativamente a R$ 15.047 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ (18.819) mil ou -125,1%. Resultado antes das receitas financeiras, líquidas

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

representou -1,7% e 6,7% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação de R$ (18.819) mil no Resultado antes das receitas financeiras, líquidas é atribuída aos motivos descritos nos itens anteriores.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (9.576) mil comparativamente a R$ (13.358) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 3.782 mil ou -28,3%. Resultado financeiro, líquido representou -4,3% e -5,9% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação de R$ 3.782 mil no Resultado financeiro, líquido é principalmente atribuída à correção monetária sobre o valor ganho na ação da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS que foi registrada como uma receita de R$ 6.562 mil reais no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (13.348) mil comparativamente a R$ 1.689 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ (15.037) mil ou -890,3%. Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social representou -6% e 0,8% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída aos motivos descritos nos itens anteriores.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (34.915) mil comparativamente a R$ (4.791) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ (30.124) mil ou 628,8%. Imposto de renda e contribuição social representou -15,7% e -2,1% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação de R$ (30.124) mil no Imposto de renda e contribuição social é atribuído substancialmente ao estorno do valor de R$ 22.829 mil do IR e CSLL diferidos em 2019 pela expectativa de não recuperabilidade do prejuízo fiscal no período de 10 anos.

Resultado líquido das operações continuadas

Resultado líquido das operações continuadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (48.263) mil comparativamente a R$ (3.102) mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ (45.161) mil ou 1455,8%. Resultado líquido das operações continuadas representou -21,7% e -1,4% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação R$ (45.161) mil no Resultado líquido das operações continuadas é atribuída substancialmente aos motivos descritos nos itens anteriores.

Resultado líquido das operações descontinuadas

Resultado líquido das operações descontinuadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (3.577) mil comparativamente a R$ 13.616 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ (17.193) mil ou -126,3%. Esta variação é atribuída substancialmente aos impactos das descontinuidades da marca Ludi e da fábrica de meias da Puket, já que em 2018 ambas as operações não tiveram efeitos não operacionais. Em 2019, tivemos um alto volume de rescisões no processo de descontinuidade da marca Ludi e da fábrica de meias da Puket. Além disso, a margem bruta das meias fabricadas foi impactada pela venda de estoques obsoletos e aumento do custo médio unitário pela desmobilização gradual da fábrica.

Resultado líquido do exercício

Resultado líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ (51.840) mil comparativamente a R$ 10.514 mil no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ (62.354) mil ou -593,1%. Resultado líquido do exercício representou -23,3% e 4,7% da receita

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. A variação de R$ (62.354) mil no Resultado líquido do exercício é atribuída aos motivos descritos nos itens anteriores.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31/12/2018	AV	Exercício social encerrado em 31/12/2017	AV	AH
Receita líquida	224.884	100%	112.077	100%	100,7%
Custos dos serviços prestados	(99.888)	(44,4%)	(46.965)	(41,9%)	112,7%
Lucro bruto	124.996	55,6%	65.112	58,1%	92,0%
Despesa de vendas	(41.998)	(18,7%)	(13.284)	(11,9%)	216,2%
Despesas gerais e administrativas	(66.136)	(29,4%)	(37.284)	(33,3%)	77,4%
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.246)	(0,6%)	-	0,0%	0,0%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(569)	(0,3%)	-	0,0%	0,0%
Participação nos lucros (prejuízos) de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas	15.047	6,7%	14.544	13,0%	3,5%
Resultado financeiro, líquido	(13.358)	(5,9%)	2.441	2,2%	(647,2%)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.689	0,8%	16.985	15,2%	(90,1%)
Imposto de renda e contribuição social	(4.791)	(2,1%)	(5.689)	(5,1)%	(15,8%)
Resultado líquido das operações continuadas	(3.102)	(1,4%)	11.296	10,1%	(127,5%)
Resultado líquido das operações descontinuadas	13.616	6,1%	3.978	3,5%	242,3%
Resultado líquido do exercício	10.514	4,7%	15.274	13,6%	(31,2%)

Receita líquida

Receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 224.884 mil comparativamente a R$ 112.077 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ 112.807 mil ou 100,7%. Este aumento é atribuído substancialmente à aquisição da marca Puket que passou a fazer parte do Grupo Uni.co em 2018, dobrando a receita líquida da Companhia

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 124.996 mil comparativamente a R$ 65.112 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ 59.884 mil ou 92%. Lucro bruto representou 55,6% e 58,1% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento do Lucro Bruto é atribuído substancialmente ao aumento da Receita Líquida descrita acima.

Despesas de Vendas

Despesa de vendas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 41.998 mil comparativamente a R$ 13.284 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ 28.714 mil ou 216,2%. Despesa de vendas representou 18,7% e 11,9% da receita líquida no exercício

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento de 216,2% das despesas de vendas é atribuído a aquisição da marca Puket feita em 2018.

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 66.136 mil comparativamente a R$ 37.284 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ 28.852 mil ou 77,4%. Despesas gerais e administrativas representou 29,4% e 33,3% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Este aumento de despesas gerais e administrativas é atribuído substancialmente a aquisição da marca Puket feita em 2018. É importante destacar que durante o ano de 2018 foi feito uma avaliação da viabilidade da integração de áreas administrativas da Imaginarium e da Puket, e, constatada a viabilidade, deu-se início ao Projeto Integração. No ano de 2018 foi centralizada a área de Tesouraria cuja redução de despesas pode ser percebida nos períodos seguintes.

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ (1.246) mil comparativamente a R$ 0 mil no mesmo período de 2017, o que representou um aumento de R$ (1.246) mil. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros representou -0,6% e 0% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. O aumento de R$ (1.246) mil nas Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros a aquisição da marca Puket feita em 2018.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ (569) mil comparativamente a R$ 0 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ (569) mil. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representou -0,3% e 0% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação de R$ (569) mil nas Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas é atribuído à aquisição da marca Puket feita em 2018.

Resultado antes das receitas financeiras, líquidas

Resultado antes das receitas financeiras, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 15.047 mil comparativamente a R$ 14.544 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 503 mil ou 3,5%.Resultado antes das receitas financeiras, líquidas representou 6,7% e 13% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação de R$ 503 mil no Resultado antes das receitas financeiras, líquidas é atribuído aos motivos descritos nos itens anteriores.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ (13.358) mil comparativamente a R$ 2.441 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ (15.799) mil ou -647,2%. Resultado financeiro, líquido representou -5,9% e 2,2% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação de R$ (15.799) no Resultado financeiro, líquido é atribuída ao endividamento presente na empresa adquirida (Puket) pelo Grupo Uni.co em 2018.

Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social

Lucro antes do imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 1.689 mil comparativamente a R$ 16.985 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma redução de R$ (15.296) mil ou -90,1%. Lucro antes do imposto de renda e contribuição social representou 0,8% e 15,2% da receita líquida no exercício social findo em 31 de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A redução de R$ (15.296) mil no Lucro antes do imposto de renda e contribuição social é atribuída principalmente ao resultado financeiro descrito acima.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ (4.791) mil comparativamente a R$ (5.689) mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 898 mil ou 15,8%. Imposto de renda e contribuição social representou -2,1% e -5,1% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. Esta variação de R$ 898 mil no Imposto de renda e contribuição social é atribuída a redução do lucro antes do imposto de renda das empresas de Lucro Real, principalmente em função do resultado financeiro.

Resultado líquido das operações continuadas

Resultado líquido das operações continuadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ (3.102) mil comparativamente a R$ 11.296 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ (14.398) mil ou -127,5%.Resultado líquido das operações continuadas representou -1,4% e 10,1% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A variação de R$ (14.398) mil no Resultado líquido das operações continuadas é atribuída ao impacto do resultado financeiro descrito anteriormente.

Resultado líquido das operações descontinuadas

Resultado líquido das operações descontinuadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 13.616 mil comparativamente a R$ 3.978 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ 9.638 mil ou 242,3%. Este aumento de R$ 9.638 mil no Resultado líquido das operações descontinuadas é atribuído substancialmente a aquisição da Puket em 2018, que acrescentou o resultado da fábrica de meias ao resultado das operações descontinuadas, visto que, no decorrer do processo de integração, o Grupo Uni.co tomou a decisão de desmobilizar a fábrica de meias.

Resultado líquido do exercício

Resultado líquido do exercício no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 10.514 mil comparativamente a R$ 15.274 mil no mesmo período de 2017, o que representou uma variação de R$ (4.760) mil ou -31,2%. Resultado líquido do exercício representou 4,7% e 13,6% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, respectivamente. A redução de R$ (4.760) mil no Resultado líquido do exercício é atribuída substancialmente ao impacto do resultado financeiro descrito anteriormente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO *(em R$ milhares, exceto %)*	**30/09/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**31/12/2017**	**AV**	**30/09/20x 2019**	**2019x 2018**	**2018 x 2017**
Circulante	**162.132**	**54,8%**	**202.211**	**58,9%**	**219.319**	**61,4%**	**127.094**	**73,7%**	**-19,8%**	**-7,8%**	**72,6%**
Caixa e equivalentes de caixa	63.868	39,4%	26.476	13,1%	25.505	11,6%	54.621	43,0%	141,2%	3,8%	-53,3%
Contas a receber de clientes	57.551	35,5%	126.510	62,6%	129.335	59,0%	52.472	41,3%	-54,5%	-2,2%	146,5%
Estoques	29.512	18,2%	33.217	16,4%	53.694	24,5%	12.861	10,1%	-11,2%	-38,1%	317,5%
Impostos a recuperar	5.800	3,6%	6.655	3,3%	1.379	0,6%	898	0,7%	-12,8%	382,6%	53,6%
Adiantamentos	4.007	2,5%	7.583	3,8%	8.280	3,8%	4.981	3,9%	-47,2%	-8,4%	66,2%
Ativos disponíveis para venda	-	0,0%	845	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%	0,0%
Outras contas a receber	1.394	0,9%	925	0,5%	1.126	0,5%	1.261	1,0%	50,7%	-17,9%	-10,7%
Não Circulante	**133.622**	**45,2%**	**141.301**	**41,1%**	**137.726**	**38,6%**	**45.270**	**26,3%**	**-5,4%**	**2,6%**	**204,2%**
Outras contas a receber	6.778	5,1%	3.154	2,2%	2.997	2,2%	3.923	8,7%	114,9%	5,2%	-23,6%
Contas a receber de clientes	-	0,0%	381	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%	0,0%
Impostos a recuperar	15.090	11,3%	16.930	12,0%	-	0,0%	-	0,0%	-10,9%	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.860	14,1%	19.893	14,1%	47.280	34,3%	8.269	18,3%	-5,2%	-57,9%	471,8%
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	435	1,0%	0,0%	0,0%	-100,0%
Depósitos judiciais	3.816	2,9%	3.206	2,3%	2.280	1,7%	1.407	3,1%	19,0%	40,6%	62,0%
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	104	0,1%	81	0,2%	0,0%	-100,0%	28,4%
Ativo de direito de uso	16.252	12,2%	18.654	13,2%	-	0,0%	-	0,0%	-12,9%	0,0%	0,0%
Imobilizado	5.576	4,2%	8.524	6,0%	10.864	7,9%	4.641	10,3%	-34,6%	-21,5%	134,1%
Intangível	67.250	50,3%	70.559	49,9%	74.201	53,9%	26.514	58,6%	-4,7%	-4,9%	179,9%
Total do Ativo	**295.754**	**100,0%**	**343.512**	**100,0%**	**357.045**	**100,0%**	**172.364**	**100,0%**	**-13,9%**	**-3,8%**	**107,1%**
PASSIVO *(em R$ milhares, exceto %)*	**30/09/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**31/12/2017**	**AV**	**30/09/2020 x 2019**	**2019x 2018**	**2018 x 2017**
Circulante	**97.594**	**33,0%**	**120.291**	**35,0%**	**98.155**	**27,5%**	**26.039**	**15,1%**	**-18,9%**	**22,6%**	**277,0%**
Empréstimos e financiamentos	37.100	38,7%	34.929	29,0%	37.307	38,0%	1.643	6,3%	6,2%	-6,4%	2170,7%
Passivo de arrendamento	1.856	1,9%	3.960	3,3%	-	0,0%	-	0,0%	-53,1%	0,0%	0,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO *(em R$ milhares, exceto %)*	30/09/2020	AV	31/12/2019	AV	31/12/2018	AV	31/12/2017	AV	30/09/2020 x 2019	2019x 2018	2018 x 2017
Fornecedores	5.069	5,3%	13.334	11,1%	13.799	14,1%	5.045	19,4%	-62,0%	-3,4%	173,5%
Obrigações sociais e trabalhistas	9.510	9,7%	7.205	6,0%	10.293	10,5%	6.309	24,2%	25,7%	-30,0%	63,1%
Obrigações tributárias	11.150	11,4%	9.919	8,2%	8.130	8,3%	3.567	13,7%	3,6%	22,0%	127,9%
Imposto de renda e contribuição social	2.725	2,8%	2.820	2,3%	1.682	1,7%	1.604	6,2%	-15,6%	67,7%	4,9%
Investimentos a pagar	23.577	24,6%	23.175	19,3%	20.858	21,3%	-	0,0%	1,7%	11,1%	0,0%
Dividendos a pagar	-	0,0%	-	0,0%	2.575	2,6%	3.723	14,3%	0,0%	-100,0%	-30,8%
Partes relacionadas - AFAC	-	0,0%	20.000	16,6%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	6.607	6,8%	4.949	4,1%	3.511	3,6%	4.148	15,9%	33,5%	41,0%	-15,4%
Não Circulante	**130.121**	**44,0%**	**134.380**	**39,1%**	**120.164**	**33,7%**	**17.683**	**10,3%**	**-3,2%**	**11,8%**	**579,5%**
Empréstimos e financiamentos	69.834	53,7%	80.257	59,7%	76.648	63,8%	8.869	50,2%	-13,0%	4,7%	764,2%
Provisão para contingências	37.441	28,8%	18.284	13,6%	13.213	11,0%	8.814	49,8%	104,8%	38,4%	49,9%
Passivo de arrendamento	15.825	12,2%	16.312	12,1%	-	0,0%	-	0,0%	-3,0%	0,0%	0,0%
Investimentos a pagar	7.021	5,4%	19.527	14,5%	30.303	25,2%	-	0,0%	-64,0%	-35,6%	0,0%
Patrimônio Líquido	**68.039**	**23,0%**	**88.841**	**25,9%**	**138.726**	**38,9%**	**128.642**	**74,6%**	**-23,4%**	**-36,0%**	**7,8%**
Capital social	97.014	139,2%	77.014	86,7%	77.014	55,5%	77.014	59,9%	26,0%	0,0%	0,0%
Reserva de lucros	14.824	21,3%	14.742	16,6%	63.936	46,1%	51.944	40,4%	0,6%	-76,9%	23,1%
Reserva de capital	1.400	2,0%	(95)	-0,1%	(95)	-0,1%	(95)	-0,1%	-1573,7%	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	-	0,0%	(2.283)	-2,6%	(1.756)	-1,3%	(305)	-0,2%	-100,0%	30,0%	475,7%
Prejuízo do período	(43.358)	-63,7%	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	(1.842)	-2,6%	(467)	-0,5%	(373)	-0,3%	(77)	-0,1%	294,4%	25,2%	384,4%
Participação de acionistas não controladores	-	0,0%	(70)	-0,1%	-	0,0%	161	0,1%	-100,0%	0,0%	-100,0%
Total do passivo e patrimônio líquido	**295.754**	**100,0%**	**343.512**	**100,0%**	**357.045**	**100,0%**	**172.364**	**100,0%**	**-13,9%**	**-3,8%**	**107,1%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Ativo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o Ativo Circulante era de R$ 162.132 mil, em comparação com R$ 202.211 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o Ativo Circulante era de 54,8% em 30 de setembro de 2020 e 58,9% em 31 de dezembro de 2019. A redução do ativo circulante, de R$ 40.079 mil ou 19,8%, decorreu da redução do Contas a Receber pela sazonalidade do negócio, onde o maior volume de faturamento no último trimestre do ano faz com que o contas a receber no final de ano atinja seu pico. Além disso, por conta da pandemia de COVID-19, a queda de faturamento em 2020 reduziu o Contas a Receber em 30 de setembro de 2020. As ações de controle de caixa na crise fizeram com que a conta de Caixas e Equivalentes de Caixa aumentasse 141% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2019.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o Ativo Não Circulante era de R$ 133.622 mil, em comparação com R$ 141.301 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o Ativo Não Circulante era de 45,2% em 30 de setembro de 2020 e 41,1% em 31 de dezembro de 2019. A redução do ativo não circulante, de R$ 7.679 mil ou 5,4%, decorreu da centralização administrativa e logística das marcas que reduziu o Ativo de Direito de Uso (encerramento da operação de logística da Puket em Campo Grande que contava com 2 galpões e encerramento do escritório administrativo da Imaginarium em Florianópolis, cujas áreas de negócio foram para um novo escritório em São Paulo e as áreas de suporte foram para o Centro de Distribuição em Biguaçu – SC). Além disso, a venda das máquinas da fábrica de meias da Puket descontinuada em 2019 reduziu o Imobilizado.

Passivo circulante

Em 30 de setembro de 2020, o Passivo Circulante era de R$ 97.594 mil, em comparação com R$ 120.291 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante era de 33,0% em 30 de setembro de 2020 e 35% em 31 de dezembro de 2019. A redução do passivo circulante, de R$ 22.697 mil ou 18,9%, decorreu principalmente da Integralização de um Aumento de Capital realizado em 2019 no valor de R$ 20 milhões. Além disso, a conta de Fornecedores reduziu em função da sazonalidade das compras da Companhia e da redução de compras devido a pandemia de COVID-19.

Passivo não circulante

Em 30 de setembro de 2020, o Passivo Não Circulante era de R$ 130.121 mil, em comparação com R$ 134.380 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Não Circulante era de 44% em 30 de setembro de 2020 e 39,1% em 31 de dezembro de 2019. A redução do passivo não circulante, de R$ 4.259 mil ou 3,2%, decorreu do pagamento de parcelas de empréstimo bancário.

Patrimônio líquido

Em 30 de setembro de 2020, o Patrimônio Líquido era de R$ 68.039 mil, em comparação com R$ 88.841 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Patrimônio

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Líquido era de 23,0% em 30 de setembro de 2020 e 25,9% em 31 de dezembro de 2019. A redução do patrimônio líquido, de R$ 20.802 mil ou 23,4%, decorreu do prejuízo acumulado em 2020 provocado pela pandemia de COVID-19, sendo compensado parcialmente pela integralização do aumento de capital.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Circulante era de R$ 202.211 mil, em comparação com R$ 219.319 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o Ativo Circulante era de 58,9% em 31 de dezembro de 2019 e 61,4% em 31 de dezembro de 2018. A redução do ativo circulante, de R$ 17.108 mil ou 7,8%, decorreu da adequação do estoque da marca Puket, cuja redução foi de mais de R$ 20 milhões. Durante o ano de 2019 foi feito um esforço de venda do estoque obsoleto pelo encerramento da fábrica e a implantação de melhores práticas de planejamento e gestão de estoques. A redução do estoque foi parcialmente compensada pelo aumento da conta de Impostos a Recuperar pelo ganho da ação da exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Ativo Não Circulante era de R$ 141.301 mil, em comparação com R$ 137.726 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o Ativo Não Circulante era de 41,1% em 31 de dezembro de 2019 e 38,6% em 31 de dezembro de 2018. O aumento do ativo não circulante, de R$ 3.575 mil ou 2,6%, decorreu principalmente de:

(i) Aumento do Ativo de direito de uso pela adoção da norma contábil do IFRS-16/CPC 06 (R2);

(ii) Aumento da conta de Tributos a Recuperar pelo ganho da ação do ICMS na base do PIS/COFINS;

(iii) Redução do IR/CSLL diferidos em função do estorno de parte do saldo pela não recuperabilidade prevista no período de 10 anos.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Passivo Circulante era de R$ 120.291 mil, em comparação com R$ 98.155 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante era de 35% em 31 de dezembro de 2019 e 27,5% em 31 de dezembro de 2018. O aumento do passivo circulante, de R$ 22.136 mil ou 22,6%, decorreu substancialmente pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no valor de R$ 20 milhões em 2019.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o Passivo Não Circulante era de R$ 134.380 mil, em comparação com R$ 120.164 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Não Circulante era de 39,1% em 31 de dezembro de 2019 e 33,7% em 31 de dezembro de 2018. O aumento do passivo não circulante de R$ 14.216 mil ou 11,8%, decorreu do Passivo de Arrendamento pela adoção do IFRS-16/CPC 06 (R2), sendo parcialmente compensada pela redução da conta de Investimentos a Pagar pelo pagamento de um parcela da aquisição da Puket.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Líquido era de R$ 88.841 mil, em comparação com R$ 138.726 mil em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Patrimônio Líquido era de 25,9% em 31 de dezembro de 2019 e 38,9% em 31 de dezembro de 2018. A redução do patrimônio líquido, de R$ 49.885 mil ou 36%, decorreu do prejuízo realizado em 2019 explicado nos itens anteriores.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Circulante era de R$ 219.319 mil, em comparação com R$ 127.094 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o Ativo Circulante era de 61,4% em 31 de dezembro de 2018 e 73,7% em 31 de dezembro de 2017. O aumento do ativo circulante, de R$ 92.225 mil ou 72,6%, decorreu da aquisição da Puket realizada em 2018, que aumentou principalmente o Contas a Receber e os Estoques.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Ativo Não Circulante era de R$ 137.726 mil, em comparação com R$ 45.270 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do ativo, o Ativo Não Circulante era de 38,6% em 31 de dezembro de 2018 e 26,3% em 31 de dezembro de 2017. O aumento do ativo não circulante, de R$ 92.456 mil ou 204,2%, decorreu da aquisição da Puket realizada em 2018, que aumentou principalmente o IR/CSLL Diferidos pelo prejuízo fiscal acumulado, o Imobilizado pela fábrica e o intangível pelo ágio da aquisição.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo Circulante era de R$ 98.155 mil, em comparação com R$ 26.039 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Circulante era de 27,5% em 31 de dezembro de 2018 e 15,1% em 31 de dezembro de 2017. O aumento do passivo circulante, de R$ 72.116 mil ou 277%, decorreu da aquisição da Puket realizada em 2018, que aumentou principalmente os empréstimos que a Puket possuía, o valor a pagar pela aquisição e a conta de Fornecedores por ter uma cadeia de fornecedores majoritariamente nacional.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o Passivo Não Circulante era de R$ 120.164 mil, em comparação com R$ 17.683 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Passivo Não Circulante era de 33,7% em 31 de dezembro de 2019 e 10,3% em 31 de dezembro de 2018. O aumento do passivo não circulante, de R$ 102.481 mil ou 579,5%, decorreu da aquisição da Puket realizada em 2018, pelos empréstimos e financiamentos e o investimento a pagar.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o Patrimônio Líquido era de R$ 138.726 mil, em comparação com R$ 128.642 mil em 31 de dezembro de 2017. Em relação ao total do Passivo e Patrimônio Líquido, o Patrimônio Líquido era de 38,9% em 31 de dezembro de 2018 e 74,6% em 31 de dezembro de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

O aumento do patrimônio líquido, de R$ 10.084 mil ou 7,8%, decorreu do lucro realizado em 2018 e explicado nos itens anteriores.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R$ mil)	Período de nove meses findo em 30/09/2020	Período de nove meses findo em 30/09/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2019	Exercício social encerrado em 31/12/2018	Exercício social encerrado em 31/12/2017
Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades operacionais	51.668	16.986	7.525	(83)	19.312
Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de investimento	(1.709)	(4.373)	(25.833)	(59.611)	18.836
Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de financiamento	(12.567)	(23.029)	19.279	30.578	9.845
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	**37.392**	**(10.416)**	**971**	**(29.116)**	**47.993**

Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$ 51.668 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ 16.986 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esse aumento de R$ 34.682 mil, ou 204,2%, é justificada pela redução do Contas a Receber pelo recebimento das vendas do final de 2019 e queda no faturamento em 2020 e pela redução dos estoques pela adequação da compra de produtos no cenário de pandemia de COVID-19.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ (1.709) mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ (4.373) mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Essa redução de R$ 2.664 mil, ou 60,9%, é justificada por menor investimento em imobilizado.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ (12.567) mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R$ (23.029) mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Essa redução de R$ 10.462 mil, ou 45,4%, é justificada por um menor pagamento de empréstimos bancários em função da renegociação da dívida.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$ 7.525 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ (83) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R$ 7.608 mil é justificada pela redução dos estoques da Puket.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ (25.833) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ (59.611) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 33.778 mil é justificada pelo compromisso de pagamento da aquisição da Puket ser menor em 2019 em comparação com 2018.

Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 19.279 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 30.578 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R$ (11.299) mil é justificada pela captação de empréstimo feita em 2018 e pelo aumento de capital em 2019.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$ (83) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 19.312 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa redução de R$ (19.395) mil é justificada pelo aumento do estoque e pagamento de encargos e empréstimos sobre financiamento.

Caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de investimento

O caixa líquido (consumido) / gerado nas atividades de investimento totalizou R$ (59.611) mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 18.836 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Essa variação de R$ (78.447) mil é justificada pelo aumento de capital de R$ 20 milhões realizado em 2017 e pelo pagamento de R$ 56 milhões pela parcela da aquisição da Puket.

Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento

O caixa líquido consumido nas atividades de financiamento totalizou R$ 30.578 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R$ 9.845 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento de R$ 20.733 mil , ou 211%, é justificado pela captação de empréstimo bancário em 2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Entendemos que a base de sustentação das receitas da Companhia, consequentemente de suas operações, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram as marcas e os canais de venda por meio dos quais a Companhia atua. São eles:

- **Marcas**: Puket, Imaginarium e MinD
  - Puket: é a nossa *love brand* de vestuário e acessórios para todas as idades. Fundada em 1988 com o intuito de ser uma marca de meias irreverentes, vem expandindo suas categorias e seus canais de atuação. A marca tem o propósito de conectar as famílias e pessoas que se gostam por meio de produtos com design divertido, colorido e criativo, permitindo aos pais se vestirem de filhos e vivenciarem juntos momentos lúdicos. O seu time de criação desenvolve anualmente mais de 1.000 estampas e 2.500 produtos exclusivos. A marca foi integrada ao Grupo Uni.co em 2018 e, em 30 de setembro de 2020, contava com mais de 1,2 milhão de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 172 franquias monomarcas e um ticket médio de R$ 179.
  - Imaginarium: é a nossa *love brand* de design e presentes, com DNA de inovação e diversão. Fundada em 1991, a marca busca desenvolver produtos exclusivos que proporcionem experiências para serem compartilhadas em família, entre amigos ou tornar o dia a dia mais divertido. Com o desafio, desde 2003, de entregar 1 produto por dia, a marca criou no ano de 2019 495 produtos. A Imaginarium é, desde dezembro de 2012, a marca inicial do Grupo Uni.co e em 30 de setembro de 2020 contava com mais de 2,3 milhões de seguidores em suas redes sociais, uma rede de 219 franquias monomarcas e ticket médio de R$ 145.
  - MinD: é a nossa *love brand* de decoração, com modernidade e aconchego impressos em seu DNA. Fundada em 2014, tem como propósito fazer com que nossos clientes se apaixonem por suas casas todos os dias, trazendo afeto ao ato de decorar. A marca lança artigos inovadores e alinhados com as tendências de arquitetura e design a cada nova estação, com mais de 300 novidades por ano. São produtos pensados para pessoas que acreditam que a decoração também faz parte de quem somos. A MinD foi adquirida pelo Grupo Uni.co em dezembro de 2016 e hoje atua 100% nos canais digitais. Em 30 de setembro de 2020, a marca contava com mais de 300 mil seguidores em suas redes sociais e tem ticket médio de R$ 230.

- **Canais de Venda:** Franquias (monomarcas e multimarcas), Multimarcas, *E-commerce* e Outros.
  - O canal de venda "Franquias" engloba toda a receita com a venda de produtos para as lojas franqueadas, a receita com royalties de produto, royalties de serviço e taxas (taxa de abertura de franquia, reembolso de sistemas e despesas). A Companhia possui dois tipos de lojas franqueadas: monomarca e multimarcas. A franquia monomarca possui produtos específicos das marcas Imaginarium ou Puket, enquanto a franquia multimarcas Lovebrands conta com produtos do Grupo Uni.co – Imaginarium e Puket – além das marcas convidadas Balonè e Chilli Beans.
  - O canal de venda "Multimarcas" engloba o faturamento de produtos para lojas de varejo multimarcas distribuídas pelo país, em 2.292 pontos de vendas. Além disso, o canal "Multimarcas" também engloba o faturamento de produtos para 576 lojistas no modelo *store in store* – uma "pequena loja" dentro de uma loja multimarcas. Selecionamos lojas multimarcas reconhecidas em localidades onde ainda não possuímos franquias para implantar esse modelo e proporcionar aos nossos consumidores uma experiência de consumo equivalente a de nossas franquias.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

- O canal "*E-commerce*" engloba todo o faturamento de produtos e serviços relacionados ao mercado digital. Entre eles está o faturamento de produtos para o consumidor final por meio dos sites próprios das marcas e *marketplaces*, a comissão cobrada das franquias em vendas *omnichannel* e a comissão cobrada de marcas parceiras em vendas realizadas no nosso site pelo *marketplace* proprietário.
- O canal "Outros" é pouco representativo e está relacionado principalmente à venda de produtos para os colaboradores da Companhia.

A Receita Líquida da Companhia equivale à Receita Bruta descontando os impostos e as devoluções de vendas. Os impostos incidentes sobre a receita de Produtos são o PIS (1,65%), COFINS (7,6%), IPI (dependente do tipo do produto, podendo variar entre 0% e 20%), ICMS (dependente do canal de vendas, podendo variar de 4% a 12% para canais de Franquia e Multimarcas e até 20% para canal E-commerce). A Companhia possui incentivo fiscal no estado de Santa Catarina para revenda de produtos Importados pelo estado (alíquota efetiva de ICMS é 35% da alíquota total do ICMS). Para venda de serviços a Companhia está sujeita ao recolhimento de ISS (alíquota varia de 2% a 5%), PIS (alíquota varia de 0,65% a 1,65%) e COFINS (alíquota varia de 3% a 7,6%).

A tabela abaixo mostra a segmentação da Receita Bruta e Líquida por Marca nos exercícios de 2019, 2018 e 2017:

2019	Imaginarium	Puket	MinD	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	79.106	109.956	4.321	193.383
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	3.115	-	3.115
Receita operacional bruta – Royalties	39.136	25.577	-	64.713
Receita operacional bruta – Serviços	1.694	656	-	2.350
Receita operacional bruta	**119.936**	**139.304**	**4.321**	**263.561**
Deduções da receita bruta	(12.375)	(28.178)	(669)	(41.222)
Receita líquida	**107.561**	**111.126**	**3.652**	**222.339**

2018	Imaginarium	Puket	MinD	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	80.267	107.406	3.356	191.029
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	2.673	-	2.673
Receita operacional bruta – Royalties	41.245	28.223	-	69.468
Receita operacional bruta – Serviços	1.097	679	19	1.795
Receita operacional bruta	**122.609**	**138.981**	**3.375**	**264.965**
Deduções da receita bruta	(12.885)	(26.654)	(542)	(40.081)
Receita líquida	**109.724**	**112.327**	**2.833**	**224.884**

2017	Imaginarium	Puket	MinD	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	81.957	-	994	82.951
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	-	-	-
Receita operacional bruta – Royalties	40.673	-	-	40.673
Receita operacional bruta – Serviços	1.539	-	344	1.883
Receita operacional bruta	**124.169**	**-**	**1.338**	**125.507**
Deduções da receita bruta	(13.210)	-	(220)	(13.430)
Receita líquida	**110.959**	**-**	**1.118**	**112.077**

A tabela abaixo mostra a segmentação da Receita Bruta e Líquida por Canal nos exercícios de 2019, 2018 e 2017:

2019	Franquias	Multimarcas	E-commerce	Outros	Total

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Receita operacional bruta – Mercado interno	138.150	34.212	17.625	3.396	193.383
Receita operacional bruta – Mercado externo	3.115	-	-	-	3.115
Receita operacional bruta – Royalties	64.713	-	-	-	64.713
Receita operacional bruta – Serviços	2.285	-	65	-	2.350
Receita operacional bruta	**208.263**	**34.212**	**17.690**	**3.396**	**263.561**
Deduções da receita bruta	(29.241)	(6.692)	(4.702)	(587)	(41.222)
Receita líquida	**179.022**	**27.520**	**12.988**	**2.809**	**222.339**

2018	Franquias	Multimarcas	E-commerce	Outros	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	143.183	29.803	12.964	5.079	191.029
Receita operacional bruta – Mercado externo	2.673	-	-	-	2.673
Receita operacional bruta – Royalties	69.468	-	-	-	69.468
Receita operacional bruta – Serviços	1.740	22	33	-	1.795
Receita operacional bruta	**217.064**	**29.825**	**12.997**	**5.079**	**264.965**
Deduções da receita bruta	(30.138)	(5.257)	(3.167)	(1.519)	(40.081)
Receita líquida	**186.926**	**24.568**	**9.830**	**3.560**	**224.884**

2017	Franquias	Multimarcas	E-commerce	Outros	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	70.239	5.499	6.848	365	82.951
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	-	-	-	-
Receita operacional bruta – Royalties	40.673	-	-	-	40.673
Receita operacional bruta – Serviços	1.818	-	65	-	1.883
Receita operacional bruta	**112.730**	**5.499**	**6.913**	**365**	**125.507**
Deduções da receita bruta	(10.808)	(885)	(1.649)	(88)	(13.430)
Receita líquida	**101.922**	**4.614**	**5.264**	**277**	**112.077**

A tabela abaixo mostra a segmentação da Receita Bruta e Líquida por Marca nos períodos encerrados em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019:

Período de 9 meses findo em 30/09/2020	Imaginarium	Puket	MinD	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	32.771	64.823	3.945	101.539
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	434	-	434
Receita operacional bruta – Royalties	10.673	7.923	-	18.596
Receita operacional bruta – Serviços	922	316	-	1.238
Receita operacional bruta	**44.366**	**73.496**	**3.945**	**121.807**
Deduções da receita bruta	(7.809)	(14.884)	(1.066)	(23.759)
Receita líquida	**36.557**	**58.612**	**2.879**	**98.048**

Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Imaginarium	Puket	MinD	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	43.601	66.614	2.953	113.168
Receita operacional bruta – Mercado externo	-	2.251	-	2.251
Receita operacional bruta – Royalties	22.787	14.932	-	37.719
Receita operacional bruta – Serviços	1.083	589	-	1.672
Receita operacional bruta	**67.471**	**84.386**	**2.953**	**154.810**

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Deduções da receita bruta	(7.500)	(18.130)	(465)	(26.095)
Receita líquida	**59.971**	**66.256**	**2.488**	**128.715**

A tabela abaixo mostra a segmentação da Receita Bruta e Líquida por Canal nos períodos encerrados em 30 de setembro de 2020 e 30 de setembro de 2019:

Período de 9 meses findo em 30/09/2020	Franquias	Multimarcas	E-commerce	Outros	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	43.515	23.158	34.580	286	101.539
Receita operacional bruta – Mercado externo	434	-	-	-	434
Receita operacional bruta – Royalties	18.596	-	-	-	18.596
Receita operacional bruta – Serviços	390	-	848	-	1.238
Receita operacional bruta	**62.935**	**23.158**	**35.428**	**286**	**121.807**
Deduções da receita bruta	(8.973)	(4.249)	(10.461)	(76)	(23.759)
Receita líquida	**53.962**	**18.909**	**24.967**	**210**	**98.048**

Período de 9 meses findo em 30/09/2019	Franquias	Multimarcas	E-commerce	Outros	Total
Receita operacional bruta – Mercado interno	77.782	23.559	10.443	1.384	113.168
Receita operacional bruta – Mercado externo	2.251	-	-	-	2.251
Receita operacional bruta – Royalties	37.719	-	-	-	37.719
Receita operacional bruta – Serviços	1.643	-	29	-	1.672
Receita operacional bruta	**119.395**	**23.559**	**10.472**	**1.384**	**154.810**
Deduções da receita bruta	(18.777)	(4.551)	(2.654)	(113)	(26.095)
Receita líquida	**100.618**	**19.008**	**7.818**	**1.271**	**128.715**

Os fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia podem ser assim resumidos:

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia foram e continuarão a ser influenciadas pelos seguintes fatores:

Pandemia causada pelo novo coronavírus: A Companhia acredita que a pandemia da COVID-19 impacta consideravelmente os seus negócios e desempenho financeiro. O alcance do impacto da pandemia da COVID-19 sobre os negócios e desempenho financeiro da Companhia, inclusive a capacidade da Companhia de executar suas estratégias de curto e longo prazos e implantar iniciativas no período esperado, dependerá dos desdobramentos futuros, inclusive a duração e gravidade da pandemia, especialmente no Brasil, o que é incerto e não pode ser previsto.

Sazonalidade das vendas: As vendas da Companhia flutuam sazonalmente, estando, historicamente, concentradas no último trimestre, principalmente por conta de datas comemorativas como Black Friday e Natal. No quarto trimestre de 2019, a receita líquida de vendas do terceiro trimestre de 2019 representou 42% da receita líquida consolidada anual da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Qualquer variação inesperada da demanda para esse período poderá fazer com que a Companhia venda o estoque excedente a preços significativamente inferiores àqueles inicialmente previstos e comumente praticados, o que reduzirá as margens da Companhia e, com isso, afetará adversamente e de forma relevante os negócios da Companhia.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Tendências de moda e preferência dos clientes: A Companhia compete com outras marcas em relação a estilo, qualidade, preço, experiência de compra, promoções, localização e decoração das lojas, dentre outros. As vendas das coleções da Companhia e seu resultado operacional dependem de sua habilidade em gerenciar estoques e prever, identificar e responder com rapidez às mudanças nas tendências nacionais e mundiais e nas preferências do consumidor, as quais são voláteis e tendem a mudar rapidamente.

Crescimento real do Produto Interno Bruto e poder de compra dos consumidores: O segmento varejo é sensível a variações no poder de compra dos consumidores. Indicadores como o PIB, que nos anos de 2017, 2018 e 2019 apresentou variação de 1,3%, 1,3% e 1,1%, respectivamente, e a taxa média anual de desemprego, que nos anos de 2017, 2018 e 2019 apresentou-se em 12,7%, 12,3% e 11,9%, o que já refletia uma perspectiva econômica desafiadora no país antes da pandemia de COVID-19. Para o ano de 2020, o Relatório de Mercado Focus do dia 16 de outubro de 2020, projeta uma contração de 5% no PIB brasileiro em relação ao ano de 2019. A Companhia acredita que esse efeito poderá gerar oscilações nas demandas dos produtos ofertados pela Companhia.

Preço de commodities e variação cambial: os custos dos produtos comercializados pela companhia são impactos pela flutuação do preço de suas matérias primas no mercado internacional. Matéria primas como algodão, plásticos, elastano, poliéster, sendo os três últimos dependentes de petróleo, são utilizados para confecção dos produtos do Grupo Uni.co. A cotação do algodão e do petróleo são influenciadas pelos mercados, flutuação de taxa câmbio e produção mundial. Além disso, a companhia importou 72,9% dos produtos comprados no ano de 2019, os quais os custos em reais dependem da taxa de câmbio. Por isso, a Companhia entende que a flutuação dos preços das matérias primas e a desvalorização do real em frente às demais moedas poderão impactar negativamente o resultado do Grupo Uni.co.

Inflação: podemos perceber o impacto da inflação em nossas despesas, como salários, contratos de aluguéis e materiais de consumo, que são, em sua maioria, reajustados anualmente com índices atrelados ao IPCA ou IGPM. A inflação (IGPA) apresentou variação de 4,3%, 2,9% e 3,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme descrito acima, a receita da Companhia depende da aceitação e preferência dos seus clientes, portanto as modificações de preços positivas ou negativas impactam diretamente a receita da empresa. A política de preços da Companhia é fortemente associada ao poder de compra dos consumidores e aos preços praticados por sua concorrência. Sendo assim, variações na taxa de câmbio não necessariamente refletem em ajustes de preços ou variações na receita. Contudo, a Companhia não pode assegurar que conseguirá repassar para seus clientes as variações positivas ou negativas nos custos dos produtos. Essas variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária que afetem o setor em que a Companhia atua, bem como por oscilações na taxa de câmbio ou na taxa de juros.

A Companhia busca desenvolver os seus produtos de moda, design, presentes e decoração seguindo tendências que estão constantemente mudando. Dessa forma a Companhia, bem como os segmentos no qual atua, tem nos seus produtos, ciclos de vida curtos, com alterações que dificultam a comparação de preços de um período para outro. Dessa forma, não se pode atribuir à inflação um impacto relevante no crescimento da receita de vendas de mercadoria. Além disso, a introdução de novos produtos e serviços ou a variação do mix e da quantidade de produtos no portfólio da Companhia pode não ser bem aceita pelo mercado consumidor ou não atingir as expectativas da Companhia, afetando sua receita.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Pequenas variações nos índices de inflação podem ser repassadas no preço final dos produtos da Companhia. No entanto, um aumento significativo na taxa de inflação pode afetar o resultado operacional da Companhia, principalmente com relação ao comportamento das suas despesas operacionais, como por exemplo as despesas relacionadas a salários, contratos e materiais de uso e consumo. Dessa forma, um aumento na taxa de inflação que cause um aumento de custos e despesas, bem como alterar o poder de consumo da população e aumentar o nível de desemprego pode impossibilitar a Companhia de repassar tal aumento em seu preço final e afetar seu resultado financeiro. A inflação (IPCA) apresentou variação de 4,31%, 3,75% e 2,95% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

A variação nos preços dos insumos utilizados pela Companhia pode afetar de forma relevante os custos de seus fornecedores e, consequentemente, de fabricação de seus produtos e sua margem. No entanto, o setor de varejo é composto por uma ampla variedade de fornecedores e, dessa forma, o fornecimento de insumos é realizado de forma pulverizada, sendo que a Companhia não possui dependência material de nenhum de seus fornecedores, limitando sua exposição à variação de um único fornecedor.

A taxa de câmbio pode afetar o custo dos produtos da Companhia, dado que 79,9% da sua compra de produtos foi importada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. O impacto do câmbio no custo do produto e na sua respectiva margem está relacionada não somente ao câmbio, mas também na capacidade da Companhia em repassar o preço ao consumidor, mudar seu mix de produtos, renegociar preços com fornecedores ou ainda mudar a cadeia de fornecimento para nacional, quando aplicável.

Por fim, a taxa de juros afeta o resultado financeiro da companhia, dado que 100% dos empréstimos e financiamentos estão atrelados ao CDI no ano de 2020. Adicionalmente, um aumento na taxa de juros poderia desaquecer o poder de compra dos consumidores da Companhia, afetando sua receita.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, tampouco no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, ou durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 as mudanças significativas são as descritas abaixo.

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 06(R2)/IFRS 16 Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06(R2)/IFRS 16 Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2016 o International Accounting Standard Board (IASB) emitiu o IFRS 16 - Leases. Já em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019, em substituição a IAS 17 / CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil.

A nova IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A partir de 1º de janeiro de 2018

CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30/IAS 18 Receitas, o CPC 17/IAS 11 de Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º de janeiro de 2018, A Companhia passou a reconhecer suas receitas considerando cinco passos: i) identificação do contrato com o cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação ás obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita da Companhia, bem como, nas demonstrações financeiras.

CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Com base na sua avaliação, a Administração considera que o novo requerimento de classificação não produziu impactos materiais nas demonstrações financeiras.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06(R2)/IFRS 16 Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Administração da Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R$ 7.581 mil.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Abaixo, segue a demonstração da adoção inicial nos saldos patrimoniais da Companhia:

Consolidado (Reais mil)	31/12/2018	CPC 06(R2)/ IFRS 16	01/01/2019
Ativo não circulante	137.726	7.581	145.577
Passivo circulante	98.155	2.532	100.687
Passivo não circulante	120.164	5.319	125.483

CPC 47/IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes

Com relação ao CPC 47/IFRS 15, a Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não houve qualquer impacto material em suas demonstrações financeiras.

CPC 48//IFRS 09 – Instrumentos Financeiros

Com relação ao CPC 47/IFRS 15, a Companhia avaliou a nova interpretação e concluiu que não houve qualquer impacto material em suas demonstrações financeiras.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas, assim como no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. Os julgamentos estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir desses julgamentos.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia estabelece provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber, com base nas estimativas da Administração, em montante que se considera suficiente para fazer frente a perdas prováveis na liquidação de créditos. Os ativos financeiros são avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidência de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Este processo exige julgamento da Administração devido as incertezas das premissas envolvidas, como a situação financeira dos devedores, bem como o cenário econômico.

Provisão para perdas no estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor do realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui ajustes incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los para suas localizações e condições existentes. O custo das mercadorias para revenda compreende o custo do material importado, o que abrange os respectivos impostos de importação e demais despesas aduaneiras. A provisão para perdas no estoque consiste na avaliação dos itens sem movimentação a partir de 12 meses. Mudanças nessas estimativas podem afetar os resultados da Companhia

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração da Companhia avalia periodicamente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros, a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo matéria tributárias, trabalhistas e cíveis e são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível ou remoto. A análise quanto a probabilidade de perda considera o parecer de nossos assessores jurídicos, em conjunto com a Administração e corroborada por nossa equipe jurídica interna. As estimativas para a constituição das provisões de contingências consideram

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

fatores como a hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A realização destas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados contabilmente dependendo do desfecho de cada processo judicial ou administrativo.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

No período findo em 30 de setembro de 2020 a Companhia investiu o valor de R$ 843 mil relacionado à construção do novo escritório administrativo sediado em São Paulo. Até o final de 2020 está previsto um investimento de mais R$ 740 mil para a conclusão da obra.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos realizados pela Companhia são financiados pela geração de caixa operacional e por empréstimos tomados junto a terceiros, quando necessário.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 2019 a Companhia decidiu descontinuar a marca Ludi e a operação fabril de meias. A descontinuidade da fábrica de meias foi responsável por uma redução do imobilizado de R$ 702 mil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 e R$ 3.766 mil no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, relacionado à venda de maquinário e imobilizados referentes à operação fabril.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A Companhia possui áreas de P&D específicas para cada marca (Imaginarium, Puket e MinD) voltadas à criação de produtos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizou R$ 7.371 mil em despesas relacionadas à equipe de Produto, viagens de pesquisa e certificações de produtos. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia utilizou R$ 4.753 mil em despesas relacionadas à criação de produtos. Todo o gasto foi contabilizado como despesa operacional.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Análise dos impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o novo coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 13 de março a OMS considerou o novo coronavírus como uma Pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nas demonstrações financeiras futuras.

Em atendimento a determinações da Organização Mundial da Saúde, diversas normas legais vêm sendo editadas em âmbito federal, estadual e municipal, exigindo fechamento temporário de estabelecimentos, isolamento de pessoas, modificação da legislação em diversas áreas e adoção de mecanismos de preservação de empresas e de empregos diante da anômala situação. Estamos atentos a todas às normas legais no contexto que estamos inseridos. Em linhas gerais, o COVID-19 traz impactos para a Companhia tanto do ponto de vista da força de trabalho, quanto do lado da oferta e da demanda para a comercialização de marcas, produtos e serviços.

Do lado da oferta, a Companhia considera baixo o risco de restrição no abastecimento de seus produtos no curto prazo decorrente da crise do COVID-19. Apesar do atraso de aproximadamente um mês na reabertura das fábricas após o ano novo chinês, em 25 de janeiro, a maioria dos fornecedores asiáticos da Companhia estão com as suas operações ativas. Além disso, a Companhia trabalha com cobertura de estoque de segurança que a permite passar por eventuais rupturas de curto prazo no suprimento de seus fornecedores estrangeiros sem impacto relevante no abastecimento aos seus clientes.

O centro de distribuição da Companhia localizado em Biguaçu/SC, devido ao decreto estadual 515 de 17 de março, teve suas operações paralisadas entre os dias 19/03 até 12/04, sendo retomada as atividades no dia 13/04.

Do lado da demanda, tendo em vista a já observada redução da atividade econômica mundial e no Brasil, a nova pandemia do novo coronavírus impactou a Companhia na demanda por seus produtos, na atividade de seus clientes, e na capacidade dos referidos clientes de cumprir prazos e termos de pagamento junto a Companhia. A Companhia tem proximidade com a rede de franquia, com o acompanhamento das vendas e a saúde financeira de cada franqueado. Implementamos planos parcelados de pagamento com adesão de praticamente 80% da rede de franquia. No nosso cenário básico trabalhamos com redução da rede e aumento de inadimplência em função da retração da atividade econômica e consequentemente da demanda. Porém, o conhecimento da rede de franquias das duas marcas, o fato dos franqueados só poderem comprar obrigatoriamente da Companhia e o conhecimento do fluxo de vendas e de estoque da rede facilitam o acompanhamento das vendas e da inadimplência, mitigando a exposição ao risco da Companhia.

Para enfrentar o cenário desafiador decorrente da pandemia de COVID-19, a Companhia instituiu um comitê de crise e adotou ações importantes em duas frentes visando a preservar a saúde de nossos colaboradores e também preservar a saúde da Companhia.

Na frente de preservar a saúde do colaborador, seguem alguns exemplos não exaustivos abaixo:

- Comunicação ativa e campanha de conscientização com todos os colaboradores;

- Reforço da higiene e limpeza no centro de distribuição e escritórios

- Isolamento de grupos de risco;

- Suspensão de viagens internacionais e eventos;

- Suspensão de viagens nacionais;

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- Redução de reuniões externas ao mínimo necessário;

- Antecipação de férias;

- Adoção do trabalho remoto (home office) para muitos dos colaboradores.

- Disponibilização de ferramentas para reuniões e interações virtuais;

Dados todos os riscos acima mencionados, a projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para o ano de 2020 foi revisado em relação ao orçamento inicialmente aprovado e está sendo acompanhado diariamente conforme a evolução da crise do COVID-19.

Na frente de preservar a saúde da Companhia, com foco primordial na preservação do caixa, seguem alguns exemplos não exaustivos abaixo:

- Renegociações de prazos de pagamentos e descontos com a maior parte dos nossos fornecedores nacionais e estrangeiros;

- Redução do volume de compras junto a nossos fornecedores internacionais, adequando a cadeia de suprimentos a nova realidade de demanda;

- Alteração de parte da nossa cadeia de suprimento para fornecedores nacionais, com destaque para fornecedores de produtos de base têxtil para a Puket, propiciando velocidade de suprimento de produtos, maiores prazos de pagamento e custos menores dentro deste cenário de dólar a R$ 5,70;

- Redução da mão de obra do centro de distribuição atrelada a demanda;

- Redução e contingenciamento de despesas fixas e variáveis. Eliminação de novos investimentos de curto prazo não essenciais;

- Refinanciamento das operações financeiras vigentes;

- Reforço nas atividades de análise de crédito e cobrança;

- Planejamento para a redução expressiva do quadro de empregados fixos e temporários com o objetivo de reduzir despesas salariais no curto prazo;

- Adoção de jornada parcial de trabalho com respectiva redução salarial e adoção de banco de horas e férias antecipadas, em linha com atual legislação.

- reforço dos canais digitais de comunicação e interação com a rede de franqueados, orientando a rede (i) sobre medidas governamentais que a beneficiem (diferimento dos impostos federais do simples nacional, linha de crédito para folha de pagamento); (ii) plano de refinanciamento; (iii) atualização da previsão de demanda.

No segundo e terceiro trimestres as lojas franqueadas das redes Imaginarium e Puket foram gradativamente voltando as atividades de acordo com as legislações e possibilidades locais e respeitando todas as orientações da OMS para assegurar a saúde de empregados e clientes. A reabertura alcançou 100% das lojas em setembro nas duas marcas.

Embora tenha ocorrido uma redução de 24% da receita líquida no período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2020 em comparação com o mesmo período de 2019, a Companhia revisou sua verba de compra e conseguiu reduzir o estoque em R$ 3.705 em 30 de setembro de 2020 se comparado com a mesma data do ano anterior. Essa redução nas compras contribuiu com a manutenção do caixa da Companhia durante esse período de 9 meses findos em 30 de setembro de 2020.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

A Administração continua monitorando todos os assuntos relacionados a pandemia diariamente e entende que as medidas adotadas garantirão a preservação do caixa e a continuidade das operações da Companhia. Num cenário de tamanha incerteza, a Companhia não observou indícios, em 30 de setembro de 2020, que perdas por redução do valor recuperável de ativos deveriam ser reconhecidas. A Administração monitora constantemente o tema e irá reavaliar o cenário no quarto trimestre de 2020.

Foram realizadas avaliações de *impairment* dos ativos não financeiros com base nas projeções de resultado e que não foi necessário constituir nenhuma redução. Na avaliação dos ativos financeiros a Companhia atingiu o valor de R$ 6.457 de provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme nota explicativa número 7 das demonstrações financeiras dos exercícios sociais de 2017, 2018 e 2019 e nota explicativa número 5 das informações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020. Adicionalmente, foi aplicado o desconto comercial em R$ 5.020 em duplicatas a receber das operações de Outlets.

Operações Descontinuadas

A Ludi, uma submarca da empresa que tinha como foco o mercado multimarcas de presentes e decorações está com operação em descontinuação iniciada no quarto trimestre de 2019 e prevista para terminar no quarto trimestre de 2020. Essa marca pertence a controlada direta Uni.co Comércio S.A. A decisão também levou em consideração a necessidade de foco de suas operações nas franquias e no *e-commerce*. As áreas consideradas de suporte a gestão foram transferidas para o centro de distribuição localizado em Biguaçu, SC.

A controlada indireta IMB Têxtil S.A desativou uma planta fabril de meias que mantinha em São Paulo, em outubro de 2019. A administração da Companhia se comprometeu com um plano de vender as máquinas de costura utilizadas na produção, seguindo uma decisão estratégica em focar mais nas competências-chave do Grupo Uni.co, tornando-se um comércio atacadista de mercadorias em vez de uma indústria e revenda.

A análise do resultado de operações descontinuadas está apresentada a seguir:

	LUDI			IMB Têxtil		Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2019	2018	2017
Receita líquida	23.072	24.493	23.518	29.134	40.915	52.206	65.408	23.518
Custo dos produtos vendidos	(15.059)	(12.940)	(12.462)	(21.967)	(27.298)	(37.026)	(40.238)	(12.462)
Lucro Bruto	**8.013**	**11.553**	**11.056**	**7.167**	**13.617**	**15.180**	**25.170**	**11.056**
Despesas de vendas	-	-	-	(2.871)	(3.668)	(2.871)	(3.668)	-
Despesas gerais e administrativas	(8.943)	(7.182)	(7.231)	(2.148)	(12)	(11.091)	(7.194)	(7.231)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	-	(4.965)	(742)	(4.965)	(742)	-
Resultado financeiro	88	93	153	82	(43)	170	50	153
Resultado líquido das operações descontinuadas	**(842)**	**4.464**	**3.978**	**(2.735)**	**9.152**	**(3.577)**	**13.616**	**3.978**

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 10 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por (i) Conselho de Administração; (ii) Diretoria; (iii) Conselho Fiscal, quando instalado; e (iv) Comitê de Auditoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral ("Conselheiros"), com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração é o órgão responsável, dentre outros, pelo estabelecimento das políticas gerais dos negócios da Companhia e pela eleição dos diretores executivos, bem como pela supervisão da gestão dos mesmos. O estatuto social da Companhia, estabelece as seguintes atribuições ao Conselho de Administração:

(a) fixar a orientação geral dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, política de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas, em que detenha o controle;

(b) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

(c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas controladas e coligadas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, seja de controladas, coligadas ou investidas;

(d) estabelecer a remuneração individual dos administradores, observado o disposto no Art. 9º do Estatuto Social da Companhia;

(e) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, nos termos do Art. 6° do Estatuto Social da Companhia;

(f) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;

(g) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;

(h) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(i) apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;

(j) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

(k) aprovar, *ad referendum* da Assembleia Geral, o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia;

(l) escolher e destituir os auditores independentes, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando-se, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável, sendo que a empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(m) autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia ou suas sociedades controladas;

(n) convocar a qualquer tempo os Diretores, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios, inclusive nas empresas controladas, coligadas ou investidas;

(o) aprovar a outorga de opções para aquisição de ações da Companhia (*stock option*) ou a entrega de ações da Companhia a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;

(p) aprovar toda e qualquer operação ou conjunto de operações com partes relacionadas cujo valor seja igual ou superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Política de Transação com Partes Relacionadas da Companhia.

(q) aprovar a venda, hipoteca ou compromissos relativos a bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das companhias controladas ou coligadas, bem como a cessão ou promessa de cessão de direitos à aquisição dos mesmos, quando os seus valores superem R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por exercício social, estipulando prazos e demais condições;

(r) concessão de empréstimo ou adiantamento a qualquer pessoa, incluindo empregados e administradores exceto quando se tratar de adiantamentos e despesas dentro do curso normal dos negócios ou em conformidade com plano de opções de compra de ações previamente aprovados pelo Conselho de Administração;

(s) contrair empréstimos e assumir obrigações em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias em valor superior a R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) por exercício social, estipulando prazos e demais condições;

(t) outorga de garantias para empresas controladas e coligadas, salvo se respeitada a participação proporcional da Companhia nas coligadas ou controladas;

(u) prestação de garantias, exceto recebíveis ou créditos comerciais da própria Companhia ou de suas subsidiárias que surjam no curso normal do negócio;

(v) manifestar-se a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(w) aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

(x) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Primeiro abaixo;

(y) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(z) outras matérias que porventura estejam previstas em acordo de acionistas arquivado na sede social da Companhia.

De acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, os Conselheiros exercerão as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem, atuando como guardiões dos valores tangíveis e intangíveis da Companhia e contribuindo ativamente para que o Conselho cumpra, em sua totalidade, suas competências e atribuições.

É dever de todo Conselheiro, além daqueles que a lei, a regulamentação aplicável e o Estatuto Social lhe impuserem

(i) adotar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba, costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(ii) comparecer às reuniões do Conselho previamente preparado, com o exame dos documentos postos à disposição e delas participar ativa e diligentemente;

(iii) inteirar-se das análises e deliberações havidas em reuniões a que não tenha ocasionalmente comparecido;

(iv) manter sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de Conselheiro, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;

(v) declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto;

(vi) assinar os termos de posse, inclusive seguindo o disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como prestar todas as declarações exigidas pela legislação e/ou solicitadas pela Companhia, especialmente aquelas necessárias pelas obrigações perante à CVM;

(vii) coordenar e participar dos comitês para os quais for indicado;

(viii) abster-se de praticar ou intervir, isoladamente ou em conjunto com terceiros, em quaisquer negócios com a Companhia, as suas controladas e coligadas, seus acionistas controladores e ainda entre a Companhia e suas controladas e coligadas dos administradores, assim como outras sociedades que, com qualquer dessas pessoas, integre o mesmo grupo de fato ou de direito, salvo mediante aprovação prévia e específica do Conselho;

(ix) informar ao Conselho quaisquer outros conselhos (de administração, fiscal e consultivo) de que faça parte, além de sua atividade principal, bem como comunicar de imediato qualquer alteração significativa nessas posições; e

(x) zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Diretoria

Compete à Diretoria, além de outras atribuições previstas no Estatuto Social da Companhia ou na legislação:

(a) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;

(b) assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos do Estatuto Social da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;

(d) aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com subsidiárias integrais ou controladas da Companhia (sociedades em que a Companhia detenha, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de participação no capital social);

(e) abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia.

A Diretoria será responsável pelos negócios diários da Companhia e não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto e em lei, devendo abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração, especialmente nas seguintes matérias:

a) política comercial;

b) marketing;

c) tecnologia da informação;

d) financeiro e pessoal;

e) orçamento;

f) estrutura de capital; e

g) distribuição de dividendos;

As atribuições específicas dos diretores podem ser consultadas no item "b" abaixo. A Diretoria não possui regimento interno.

Comitê de Auditoria

As informações sobre o Comitê de Auditoria podem ser consultadas no item "a.ii" abaixo.

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria possuem regimentos internos próprios, os quais foram devidamente aprovados pela reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2020.

Os regimentos citados acima podem ser consultados no site: https://ri.grupounico.com.

A Diretoria, por sua vez, não possui regimento interno.

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia possui um Comitê de Auditoria não estatutário, instituído em 15 de outubro de 2020.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

O Comitê de Auditoria é órgão de assessoramento do Conselho de Administração e é composto por no mínimo 3 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Dentre os membros do Comitê de Auditoria, devem ser ao menos: 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas e no relacionamento com os auditores independentes. O Comitê de Auditoria conta também com um Coordenador, indicado pelo Conselho de Administração. O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode cumular mais de um dos requisitos mencionados anteriormente.

Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras matérias:

(a) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

(b) avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

(c) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Área de Compliance da Companhia (responsável pela função de controles internos);

(d) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, de acordo com o disposto na Política de Gerenciamento de Riscos;

(e) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse;

(f) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, conforme o previsto no item 4.3 deste Regimento Interno;

(g) analisar questões ligadas à performance econômica e financeira em todas as suas dimensões de risco e retorno;

(h) emitir pareceres ligados à decisões de investimentos, estrutura de capital operações financeiras;

(i) estabelecer diretrizes e princípios relativos ao desenvolvimento sustentável em seu pilar financeiro;

(j) opinar, a pedido do Conselho de Administração, sobre as propostas dos órgãos de administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a transformação, incorporação, fusão ou cisão; e

(k) avaliar a observância, pela Diretoria da Companhia, das recomendações feitas pelas auditorias independentes e interna, bem como se pronunciar junto ao Conselho de Administração quanto a eventuais conflitos entre a auditoria interna, a externa e/ou a Diretoria da Companhia.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher, avaliar e destituir esses auditores. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados.

Para fins de avaliação do trabalho da auditoria independente, compete ao Comitê de Auditoria nos termos de seu regimento interno, supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, a aderência às normas legais, estatutárias e regulatórias, a adequação dos processos relativos à gestão de riscos e as atividades dos auditores independentes, bem como opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Diretoria será composta por no mínimo 3 (três) e no máximo 10 (dez), eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo (i) um Diretor Presidente, (ii) um Diretor Financeiro, (iii) um Diretor de Relações com Investidores, e (iv) os demais sem designação específica, sendo permitida a acumulação de mais de uma função.

A Diretoria não possui regimento interno próprio, sendo suas atribuições designadas pelo Estatuto Social da Companhia.

Compete ao **Diretor Presidente**:

(a) coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;

(b) zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;

(c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(d) manter os membros da Diretoria informados sobre as atividades e operações da Companhia;

(e) coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;

(f) definir a repartição das competências aos demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social "*ad referendum*" do Conselho de Administração; e

(g) realizar outras atividades indicadas pelo Conselho de Administração.

Compete ao **Diretor Financeiro**:

(a) planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;

(b) disponibilizar uma estrutura de capital em linha com a estratégia e com as necessidades da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(c) dirigir as atividades de controle e escrituração contábil-fiscais e guardar fielmente os livros societários;

(d) propor, controlar e acompanhar o programa orçamentário da Companhia;

(e) gerenciar o fluxo de caixa e obter fontes de financiamento;

(f) zelar pela boa utilização dos recursos financeiros e por um adequado retorno sobre o capital investido;

(g) dirigir as atividades de prestação de serviços de arrecadação de tributos; e

(h) gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia.

Compete ao **Diretor de Relações com Investidores**:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e

(c) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3.

Na data deste Formulário de Referência o Conselho de Administração da Companhia elegeu além dos diretores acima mencionados, com atribuições específicas designadas pelo Estatuto Social da Companhia, um diretor ao qual atribuiu as seguintes funções:

(a) planejar e executar a área de marketing e divulgação da Companhia e seus produtos e marcas;

(b) manter atualizado o portfólio de produtos e contatos com clientes/consumidores;

(c) coordenar eventos de divulgação, feiras, *work-shops*, lançamentos e mídias; e

(d) planejar e executar a divulgação de comunicados oficiais em nome da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e somente será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas, conforme previsto na legislação aplicável e no Estatuto Social. Até a data deste Formulário de Referência, ainda não havia sido instalado.

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, o Conselho de Administração realizará, no mínimo, uma vez a cada mandato, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, dos Comitês e dos Diretores da Companhia.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, todos os membros do Conselho de Administração, de Comitês e da Diretoria.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Os resultados consolidados das avaliações do Conselho, e dos Diretores serão divulgados a todos os membros do Conselho de Administração.

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração pode implementar planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamento, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos 3 (três) exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária. A primeira convocação deve ser feita com, no mínimo, 15 dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, contado tal prazo da publicação do primeiro anúncio de convocação, do qual constará local, data e hora da assembleia e a respectiva ordem do dia. Caso a Assembleia Geral não se realize após a primeira convocação, será publicado novo anúncio, de segunda convocação, com antecedência mínima de oito dias, de acordo com o Artigo 124, §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), sendo que, independente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

(b) Competências

Compete exclusivamente aos acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Estatuto Social e da Lei das Sociedades por Ações, deliberar sobre as seguintes matérias:

(a) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Art. 5° do Estatuto Social da Companhia;

(b) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações, nos termos do art. 5º, §3º, do Estatuto Social da Companhia;

(c) eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Companhia;

(d) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(e) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(f) distribuir dividendos em montante inferior ao dividendo obrigatório;

(g) constituir reservas além das legais;

(h) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(i) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(j) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia;

(k) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(l) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(m) aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: https://ri.grupounico.com.

Endereço Físico: Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, Conjunto 11, 12, 21, 22 1 E2 and, CEP: 04.548-903, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira e na sua "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses".

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não possui regras específicas para o exercício do direito de voto, salvo o disposto na Lei de S.A., a qual prevê que os acionistas poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por procuradores constituídos há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato serem depositados, na sede social da Companhia, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral, ou ainda, se enviados ao Presidente da Assembleia, por meio eletrônico, com 03 (três) dias de antecedência.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável e em seu Estatuto Social.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

Os documentos necessários para o exercício do direito de voto à distância por meio do boletim de voto são para:

Pessoa Física:

(i) Via física do boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

Pessoa Jurídica:

(i) Via física do boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e dos documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional.

Fundos de Investimento:

(i) Via física do boletim relativo à Assembleia Geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto social do seu administrador ou gestor, conforme for o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iv) documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia. As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (i) na hipótese de assembleia geral ordinária, entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 25 dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (ii) na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal, entre o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida assembleia geral e até 45 dias antes da data de realização da assembleia, hipótese em que a administração da Companhia comunicará ao mercado a data de realização da respectiva assembleia geral, ainda que em caráter provisório, bem como o prazo para a inclusão de candidatos no boletim de voto a distância.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos: Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, Conjunto 11, 12, 21, 22 1 E2 and, CEP: 04.548-903, Vila Olímpia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e-mail: ri@grupounico.com, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@grupounico.com.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 3 (três) meses, mediante convocação pelo Presidente do Conselho ou pelo seu substituto, ou quando extraordinariamente, sempre que necessário, convocado por qualquer dos seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, por carta, e-mail ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento, pelo seu Presidente, por seu substituto ou por quaisquer membros do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 8 (oito) dias em primeira convocação, e 2 (dois) dias em segunda convocação, com a apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados. Qualquer membro do Conselho de Administração poderá, individualmente, solicitar ao Presidente do Conselho de Administração a convocação de reunião extraordinária, devendo este fazê-lo no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da entrega da solicitação por escrito, a qual deverá relacionar a pauta dos assuntos a serem tratados e apresentação dos documentos pertinentes que já se encontrem disponíveis.

Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de conferência telefônica, videoconferência ou qualquer outro meio eletrônico, desde que envie seu voto por escrito via correio eletrônico (e-mail), carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da reunião antes do encerramento, lavratura e assinatura da respectiva ata, e todos os participantes possam ser claramente identificados. Além disso, O conselheiro que assim participar à distância será considerado como presente em referida reunião.

As reuniões do Conselho de Administração só serão realizadas em primeira convocação com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros e, em segunda convocação, com a presença de no mínimo três conselheiros.

As deliberações do Conselho de Administração serão aprovadas mediante o voto favorável da maioria dos seus membros e serão registradas em ata, em livro próprio, pelo secretário da reunião, indicado pelo Presidente.

Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho de Administração, deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Deverão ser (i) publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis e (ii) disponibilizadas no site da Companhia e no sistema da CVM, nos termos das normas aplicáveis, as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social encerrado em 31/12/2019 foram realizadas 4 (quatro) reuniões extraordinárias do Conselho de Administração da Companhia.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O Estatuto Social da Companhia, bem como o Regimento Interno do Conselho de Administração veda ao membro do Conselho de Administração intervir em qualquer deliberação em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Em caso de potencial conflito de interesse, os Conselheiros envolvidos no processo de aprovação que tenham um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverão declarar-se impedidos, explicando seu envolvimento na transação.

O impedimento deverá constar da ata da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a transação, e o referido Conselheiro deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Caso solicitado pelo órgão social que deliberar sobre a transação, tais pessoas impedidas poderão participar parcialmente da discussão, visando apenas a proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo se ausentar da parte conclusiva da discussão, incluindo do processo de votação da matéria.

Adicionalmente, de acordo com a "Política para Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesses" da Companhia ("Política"), nas situações em que as transações com partes relacionadas necessitem de aprovação nos termos de referida Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação que tenha um potencial conflito de interesse com a recomendação ou decisão a ser tomada, deverá declarar-se impedida, explicando seu envolvimento na transação e, se solicitado, fornecendo detalhes da transação e das partes envolvidas. O impedimento também deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar das discussões e deliberações.

Caso alguma pessoa em situação potencial de conflito de interesses não manifeste a questão, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence que tenha conhecimento da situação poderá fazê-lo.

A ausência de manifestação voluntária de qualquer tomador de decisão será considerada violação aos princípios da boa governança corporativa e à Política, devendo tal comportamento ser levado ao imediato conhecimento do Conselho de Administração.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária", aprovada em reunião do Conselho de Administração da Uni.co S.A. em 15 de outubro de 2020 ("Política"). A Política pode ser consultada no *site*: https://ri.grupounico.com.

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

A "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária" visa a determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa, com a devida transparência, e tem como fundamentos: (i) as diretrizes de governança corporativa do Estatuto Social; (ii) Código de Ética e Conduta; (iii) Lei das Sociedades por Ações; (iv) o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC; (v) o Código Brasileiro de Governança Corporativa; (vi) as normas aplicáveis emanadas pela CVM; e (vi) o Regulamento do Novo Mercado da B3.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Nos termos da Política o Conselho de Administração é um órgão colegiado, cujo desempenho depende do respeito e da compreensão das características de cada um de seus membros, sem que isso implique ausência de debates de ideias. Deve ser composto tendo em vista a diversidade de conhecimentos, experiências, comportamentos, aspectos culturais, faixa etária e de gênero para permitir que a Companhia se beneficie da pluralidade de argumentos e de um processo de tomada de decisão com maior qualidade e segurança.

Conforme descrito no item 12.1 deste Formulário de Referência e no Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração será formado por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros efetivos, sem suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandado unificado de 2 (dois) anos sendo permitida a reeleição.

Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser "Conselheiros Independentes", conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado da B3.

A indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia, seu Código de Ética e Conduta e suas políticas internas;

(ii) reputação ilibada;

(iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

(iv) conhecimento e experiência profissional na área de atuação;

(v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do artigo 3º da Instrução CVM 367, o acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração deverá apresentar, no mesmo ato:

(i) cópia do instrumento de declaração de desimpedimento, nos termos da Instrução CVM 367, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas; e

(ii) o currículo do candidato indicado, contendo, no mínimo, sua qualificação, experiência profissional, escolaridade, principal atividade profissional que exerce no momento e indicação de quais cargos ocupa em conselhos de administração, fiscal ou consultivo em outras companhias.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

O cumprimento dos requisitos da "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária" será verificado pelo Conselho de Administração e, caso atendidos, o nome do candidato será posto em votação em Assembleia Geral da Companhia. A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia será realizada conforme previsto no Estatuto Social, no Regimento Interno do órgão e na legislação aplicável.

Por fim, vale destacar que, nos termos da "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária", a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, instalar ou descontinuar Comitês que, portanto, obedecerão aos critérios de indicação estabelecidos na "Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária", bem como as diretrizes e atribuições aprovadas pelo Conselho de Administração quando de sua instalação.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Estatuto Social da Companhia, nas disposições na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Contrato de Participação do Novo Mercado, do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Sanções e do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Adilson José Perardt	01/10/1977	Pertence apenas à Diretoria	15/10/2020	2 anos	2
020.678.019-29	Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	15/10/2020	Sim	0.00%
Diretor Financeiro					
Donato de Abreu Ramos	14/06/1984	Pertence apenas à Diretoria	15/10/2020	2 anos	1
108.103.007-02	Administrador	19 - Outros Diretores	15/10/2020	Sim	0.00%
N/A					
Wellington Einstein Dalvi dos Santos	10/11/1983	Pertence apenas à Diretoria	15/10/2020	2 anos	0
099.534.717-46	Engenheiro de Produção	10 - Diretor Presidente / Superintendente	15/10/2020	Sim	0.00%
N/A					
Agapito Troina	08/06/1986	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/10/2020	2 anos	0
112.813.707-03	Engenheiro de Produção	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%
N/A					
Anna Gabriella Chagas Antici	01/02/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/10/2020	2 anos	0
012.016.867-76	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%
Membro independente do Comitê de Auditoria					
Luiz Eduardo Lima Ferreira	16/10/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/10/2020	2 anos	6
014.733.677-51	Economista	20 - Presidente do Conselho de Administração	16/10/2020	Sim	100.00%
N/A					
Guilherme Mexias Ache	14/05/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/10/2020	2 anos	5
960.753.177-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
N/A					
Ricardo Dias Mieskalo Silva	25/10/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	15/10/2020	2 anos	0
038.840.019-65	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	16/10/2020	Sim	100.00%
N/A					

Experiência profissional / Critérios de Independência

Adilson José Perardt - 020.678.019-29

O Sr. Perardt é graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, possui Pós Graduação em Contabilidade e Finanças pela Universidade Federal do Paraná, MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Gestão em Negócios, Controladoria e Finanças pelo IPOG. Trabalhou dez anos na Atlas Indústria de Eletrodomésticos Ltda., em 2005 deixou o cargo de Gerente Administrativo Financeiro. Em 2006 ingressou na Imaginarium como gestor financeiro, e em 2015 tornou-se o Diretor Financeiro do Grupo Uni.co S.A.
O Sr. Perardt não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Donato de Abreu Ramos - 108.103.007-02

O Sr. Ramos é Sócio da Squadra Investimentos e Diretor Executivo do Grupo Uni.co (Imaginarium, Puket e MinD). Anteriormente foi sócio e diretor da Rede Mundo Verde entre 2009 e 2012. Entre 2008 e 2009 trabalhou no Banco Modal nas áreas de Middle Corporate e Investment Banking. De 2006 a 2008 trabalhou na Embelleze nas áreas de Inteligência de Mercado e Gestão de Marcas. Mentor da Endeavor desde 2008.
O Sr. Ramos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Wellington Einstein Dalvi dos Santos - 099.534.717-46

O Sr. Einsten Dalvi dos Santos entrou na Visagio em 2004, pouco mais de um ano após a fundação da empresa, tendo se tornado sócio em 2006 e chairman da partnership em 2015. Durante esse tempo coordenou projetos de transformação de cias em setores como varejo, energia, mineração, serviços financeiros e banking, dentre outros. É co-fundador da V-Capital, braço de investimentos da Visagio em cias abertas, fechadas e startups, que em pouco mais de 5 anos suporta a gestão de cias com valuation total estimado acima de R$ 2bi. Foi também conselheiro da Casas Pedro e da ONG Instituto Reação.
O Sr. Einsten Dalvi dos Santos não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Agapito Troina - 112.813.707-03

O Sr. Troina é Chairman do Conselho do Grupo Visagio, também atua como Conselheiro nas empresas Veneza Máquinas e Equipamentos, Casas Pedro (varejo com 45 lojas no RJ), Giga Atacado (SP) e Proa Educação. Faz parte do YPO (Young Presidents' Organization). Atua como Conselheiro das organizações participa de Comitês Comitês de Gente & Gestão, Estratégia & Inovação e Financeiro. Atua há mais de 15 anos em iniciativas de estratégia, gestão e inovação de negócios em dezenas de empresas como: Itaú, Vale, AMBEV, M.Dias Branco, Iquine, Rede, Walmart, Raízen, Souza Cruz, Nextel, Estácio, MRS Logística, Lafarge e outras. Como sócio da Visagio atua na gestão e execução das ações de evolução do core e das iniciativas de diversificação (Investimentos em startups, M&As e expansão internacional) e inovação (Labs e Spin-offs). Atua também na gestão das unidades de apoio: Área de Research & Intelligence e Universidade Corporativa.
O Sr. Troina não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Anna Gabriella Chagas Antici - 012.016.867-76

A Sra. Antici é formada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica e possui mestrado em ciências pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Iniciou sua carreira como Analista de Pesquisas no Banco Icatu em 1988, de 1994 a 1997 foi Gerente de Ativos do HSBCAM em Nova York, trabalho de 1997 a 2013 no Goldman Sachs como Gerente de Ativos e atualmente é sócia da Ace Gestão Global Ltda.
A Sra. Antici é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.
A Sra. Antici não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Luiz Eduardo Lima Ferreira - 014.733.677-51

O Sr. Ferreira é sócio da Squadra Participações desde 2011. Foi sócio da Dynamo Venture Capital. Desde 1999 vem trabalhando em operações de private equity – originação, análise, negociação, estruturação, supervisão de due diligence, contratação, monitoramento. desenvolvimento e estruturação de saídas. Neste período teve experiência como membro de conselhos de administração de empresas fechadas. De 1992 a 1999, o Sr. Ferreira trabalhou na Valia, atuando nas atividades de analista de investimento, gerente de participações societárias e assessor da diretoria de investimentos. Graduou-se em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1992 e possui pós-graduação em finanças pelo IAG da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e em gestão empresarial pela Fundação Dom Cabral.
O Sr. Ferreira não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

578

Guilherme Mexias Ache - 960.753.177-91

O Sr. Ache é sócio fundador da Squadra Investimentos Gestão de Recursos Ltda. Foi um dos sócios-fundadores e diretor da JGP Gestão de Recursos. De 1998 a 2007, foi o portfolio manager responsável pelos investimentos em ações, tanto no Brasil como em outros mercados emergentes. De 1993 a 1998, o Sr. Ache foi o chefe da área de análise de empresas do Banco Pactual, onde começou em 1991 como analista de empresas. O Sr. Ache graduou-se em Economia em 1991 pela Faculdade Cândido Mendes. Atualmente, o Sr. Ache também faz parte do conselho de administração da Equatorial Energia S.A.
O Sr. Ache não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Ricardo Dias Mieskalo Silva - 038.840.019-65

O Sr. Silva teve uma carreira não tradicional ao topo do mundo do marketing e dos negócios. Há mais de 19 anos, começou num cargo de base na área de vendas da Ambev no Brasil, aprendendo sobre o negócio de baixo para cima. Nunca esqueceu sua paixão por desenvolver marcas cheias de propósito e sempre com o pensamento de expandir o negócio por meio da criatividade que produz resultados e modela cultura. Ele é obcecado em agregar valor para o consumidor. O Sr. Silva é um verdadeiro cidadão do mundo, trabalhou em diferentes cargos e lugares, incluindo a Inglaterra, Canadá, China, México e o escritório global da AB InBev em Nova York. Atualmente é o Vice- Presidente de Marketing da Ambev no Brasil.
Em 2014, foi nomeado um "Media Maven" pela Advertising Age, particularmente por causa de seu foco em inovação digital e marketing de experiência. Também foi nomeado "The Internationalist of the Year" por tomar riscos que produziram resultados em vários mercados e influenciaram o mundo todo com suas melhores práticas de marketing.
Em 2015, o Sr. Silva foi nomeado pela American Advertising Federation para o "Advertising Hall of Achievement", prêmio da indústria para grandes líderes publicitários de até 40 anos de idade.
Em 2018, depois de fazer parte do júri da categoria de entretenimento do festival Cannes Lions 2017, juntamente com os demais jurados, lançou o primeiro livro escrito por um júri: "The Art of Branded Entertainment". Um livro sobre como engajar o consumidor ao invés de interromper.
O Sr. Silva é considerado independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.
O Sr. Silva não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Adilson José Perardt - 020.678.019-29

N/A

Donato de Abreu Ramos - 108.103.007-02

N/A

Wellington Einstein Dalvi dos Santos - 099.534.717-46

N/A

Agapito Troina - 112.813.707-03

N/A

Anna Gabriella Chagas Antici - 012.016.867-76

N/A

Luiz Eduardo Lima Ferreira - 014.733.677-51

N/A

Guilherme Mexias Ache - 960.753.177-91

N/A

Ricardo Dias Mieskalo Silva - 038.840.019-65

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Anna Gabriella Chagas Antici	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	01/02/1967	15/10/2020	2 anos
012.016.867-76		Economista	Membro independente do Comitê de Auditoria	15/10/2020	0	100.00%
Membro do Conselho de Adm. Independente (Efetivo)						
Clóvis Madeira	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	17/02/1949	15/10/2020	2 anos
253.599.328-72		Cientista Contábil e Administrador de Empresas	Coordenador	15/10/2020	0	100.00%
N/A						
Felipe Dias	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	18/12/1981	15/10/2020	2 anos
218.680.308-90		Engenheiro de Produção		15/10/2020	0	100.00%
N/A						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Anna Gabriella Chagas Antici - 012.016.867-76

A Sra. Antici é formada em Economia pela Pontifícia Universidade Católica e possui mestrado em ciências pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Iniciou sua carreira como Analista de Pesquisas no Banco Icatu em 1988, de 1994 a 1997 foi Gerente de Ativos do HSBCAM em Nova York, trabalho de 1997 a 2013 no Goldman Sachs como Gerente de Ativos e atualmente é sócia da Ace Gestão Global Ltda.
A Sra. Antici é considerada independente de acordo com os critérios estabelecidos no Regulamento do Novo Mercado.
A Sra. Antici não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeita, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Clóvis Madeira - 253.599.328-72

O Sr. Madeira é formado em Administração de Empresas pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, possui mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado e doutorado em Administração pela Florida Christian University. Atuou de 1973 a 1977 na Arthur Andersen S/C, foi sócio da Directa Auditores de 1978 até 2013, de 2014 até 2017 foi sócio da Grant Thornton Auditores Independentes e atualmente O Sr. Madeira ocupa o cargo de Presidente no Instituto Cacau Show, desde abril de 2017.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Felipe Dias - 218.680.308-90

O Sr. Dias é sócio da Visagio onde atua como especialista em finanças em projetos de consultoria. Foi sócio da Squadra Investimentos por dez anos, especializando-se nos setores de construção civil, logística, aviação e de programas de fidelidade. Como sócio da Squadra atuou por um ano como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Brasil Brokers Participações S.A. É membro independente do Conselho de Administração da Santos Brasil Participações S.A, CVC Corp S/A, Grupo Technos S/A, Petro Rio S/A e da Eletrobras S/A onde também é membro do Comitê de Auditoria da empresa.
O Sr. Dias não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Anna Gabriella Chagas Antici - 012.016.867-76	
N/A	
Clóvis Madeira - 253.599.328-72	
N/A	
Felipe Dias - 218.680.308-90	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia não mantêm qualquer relação familiar entre si, com os membros da administração de suas controladas, com seus acionistas controladores ou com os membros da administração de suas controladoras.

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
Donato de Abreu Ramos	108.103.007-02	Controle	Controlador Direto
Diretor Sem Designação Especifica			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Guilherme Mexias Ache	960.753.177-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Eduardo Valentin de Araujo	082.188.437-95	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Luiz Eduardo Lima Ferreira	014.733.677-51	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			

Exercício Social 31/12/2018

Administrador do Emissor			
Guilherme Mexias Ache	960.753.177-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Eduardo Lima Ferreira	014.733.677-51	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2017			
Administrador do Emissor			
Guilherme Mexias Ache	960.753.177-91	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			
Administrador do Emissor			
Luiz Eduardo Lima Ferreira	014.733.677-51	Controle	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
Pessoa Relacionada			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	17.071.800/0001-04		
Sócio			
Observação			
N/A			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de conselheiros e diretores (seguro D&O), contratado junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A., cujo limite máximo de garantia é de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 16.204,65 (dezesseis mil duzentos e quatro reais e sessenta e cinco centavos) e o vencimento acontece em 29 de junho de 2021. A Companhia ainda negociará a aceitação do risco referente à abertura de capital da Companhia junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A., de forma que a cobertura não seja interrompida por alteração material do risco. Dessa forma, a não interrupção da cobertura dependerá do consentimento da seguradora.

O seguro garante o pagamento dos prejuízos financeiros decorrentes de reclamações cobertas apresentadas contra a Companhia e/ou seus conselheiros e diretores, em virtude de atos danosos por eles praticados no exercício das funções de gestão para as quais tenham sido nomeados, pelos quais se busque sua responsabilização. Foram contratadas coberturas tanto para indenização aos conselheiros e diretores como para reembolso à Companhia.

A contratação da cobertura de pagamento de multas e penalidades visa a garantir aos conselheiros e diretores que a Companhia os manterá indenes contra perdas decorrentes de reclamações de terceiros que acarretem, multas e penalidades em virtude de atos danosos praticados no exercício regular das suas funções, excetuadas as hipóteses de culpa grave e dolo, além de outras previstas na apólice.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGO	05/05/2017	100%	NÃO
AGE	22/11/2017	100%	NÃO
AGE	21/12/2017	100%	NÃO
AGO	06/04/2018	100%	NÃO
AGE	29/11/2018	100%	NÃO
AGO	17/06/2019	100%	NÃO
AGE	17/06/2019	100%	NÃO
AGE	28/06/2019	100%	NÃO
AGE	02/01/2020	100%	NÃO
AGE	30/03/2020	100%	NÃO
AGO	03/06/2020	100%	NÃO
AGE	11/09/2020	100%	NÃO
AGE	14/09/2020	100%	NÃO
AGE	14/10/2020	100%	NÃO
AGE	15/10/2020	100%	NÃO

Informações relevantes sobre os membros da administração da Companhia

Em atendimento ao item 4.5 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, para informações relevantes acerca dos membros da administração da Companhia, incluindo eventuais cargos por eles ocupados no conselho de administração, conselho fiscal, comitês e órgãos executivos de outras sociedades e entidades, vide item 12.6/12.8 deste Formulário de Referência.

Órgãos de Assessoramento ao Conselho de Administração

As informações referentes ao Comitê de Auditoria foram prestadas no item 12.1 deste Formulário de Referência.

Melhores Práticas de Governança Corporativa Segundo o IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, objetiva tornar o ambiente organizacional e institucional brasileiro mais sólido, justo, responsável e transparente, estabelecendo recomendações para a criação de melhores sistemas de governança corporativa nas organizações, visando a otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para o seu bom desempenho e longevidade.

A Companhia está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, tendo aderido práticas recomendadas pelo IBGC, como por exemplo vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes; manutenção de um canal de denúncias para a apresentação de denúncias ou resolução de dilemas de ordem ética; e previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal, entre outros.

Segmento de Listagem do Novo Mercado

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia sujeita-se também às regras do Regulamento do Novo Mercado. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter, no mínimo, 25% de ações do capital da Companhia em circulação; constituir um Comitê de Auditoria; aprovar regimento interno do Conselho de Administração e de seus comitês de assessoramento; instituir área de controles internos na Companhia, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia, seus administradores e acionistas controladores e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado. Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 12 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de remuneração formalizada e aprovada em sede da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de outubro de 2020 ("Política de Remuneração"), na qual foram estabelecidos diretrizes e regras para a fixação da remuneração e dos benefícios concedidos aos diretores estatutários, diretores executivos, membros de Conselho de Administração, Conselho Fiscal, quando instalado, e comitês instituídos pela Companhia. A Política de Remuneração encontra-se disponível para consulta nos sites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupounico.com), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), bem como da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Política de Remuneração da Companhia possui como principais objetivos: (i) atrair e reter bons profissionais que detenham qualificação, competência e perfil alinhado às características e necessidades do negócio; e (ii) proporcionar uma remuneração com base (a) nas funções e responsabilidades de cada um; (b) no padrão de outros executivos do setor de desenvolvimento, comercialização e administração de imóveis comerciais e (c) no desempenho coletivo da equipe de gestão executiva para atingir as metas operacionais e de lucratividade.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos Executivos da Companhia poderá ser composta da seguinte forma:

Remuneração Fixa

Pró-labore mensal fixo: tem por objetivo reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado), baseado em parâmetros de mercado, visando a remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do nosso negócio.

Benefícios: visam a complementar a remuneração com benefícios de forma a dar uma maior segurança aos nossos Executivos e permitir foco no desempenho de suas funções.

Remuneração Variável

Programa de participação nos lucros e resultados: objetiva premiar o alcance e superação das metas operacionais e de lucratividade pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do nosso negócio em cada exercício social ("PLR").

Bônus: objetiva premiar o alcance e superação das metas de performance individual dos Executivos.

Incentivo de Longo Prazo

Programa de retenção: tem por objetivo reter Executivos com base na notória importância de seu trabalho desenvolvido ou a desenvolver para a Companhia, desde que aprovado pelo Conselho de Administração. A forma de remuneração do programa de retenção, pode ser realizado em dinheiro ou um programa de ações (tipo "*stock options*"), conforme negociações individuais.

O desenho dos incentivos de longo prazo deve visar a gerar incentivos concretos para a atração, motivação e retenção dos diretores, além de alinhar seus interesses aos interesses dos acionistas e aos objetivos estratégicos da Companhia, de modo a maximizar a criação de valor no longo prazo.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os planos de incentivo de longo prazo, com remuneração baseada em ações, incluindo opções ou outras modalidades e instrumentos que vierem a ser estabelecidos pela Companhia terão seus regramentos definidos em documentos específicos, a serem submetidos à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral.

Conselho de Administração

Os Conselheiros da Companhia farão jus a uma remuneração a ser paga por reunião a que comparecerem, sendo certo que: (i) os Conselheiros poderão renunciar à sua remuneração; e (ii) os Conselheiros que ocupem cargos em comitês poderão receber remuneração apenas pela sua atuação como Conselheiro, não fazendo jus à remuneração adicional.

A remuneração mencionada no item acima poderá ser revisada pelo menos a cada dois anos, levando em consideração quaisquer mudanças nas atividades prestadas ou nos níveis de remuneração utilizados pelo mercado.

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos Conselheiros, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas apenas ao comparecimento nas reuniões do Conselho de Administração, e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo Conselheiro.

Diretoria Estatutária

Os diretores da Companhia receberão um pró-labore mensal fixo, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores estatutários, orientada dentre outros fatores, pelos parâmetros praticados no mercado com relação ao setor de varejo.

Os diretores também poderão fazer jus a benefícios, tais como: (a) assistência médica; (b) seguro de vida; (c) plano odontológico; (d) vale refeição; e (e) vale alimentação.

Os diretores da Companhia poderão receber valores a título de PLR da Companhia, observada a elegibilidade de tais diretores e desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR.

Os diretores também poderão receber bônus, a depender da performance individual, avaliada anualmente e desde que sejam atingidas as metas operacionais da Companhia.

Os diretores da Companhia poderão participar de um programa anual de premiação visando a promover o maior interesse e alinhamento de seus objetivos com os da Companhia. Os montantes a serem atribuídos no âmbito deste programa deverá resultar de processo de avaliação discricionária que conclua pelo desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de atividades, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

Quando o Conselho Fiscal for instalado, sua remuneração, em observância à Lei das Sociedades por Ações, será equivalente a 10% do valor médio pago aos diretores não computados benefícios, verbas de representação, PLR e bônus.

Comitês

Os membros do Comitê de Auditoria são elegíveis a uma remuneração a ser paga por reunião a que comparecerem. O índice anual de reajuste poderá ser revisado, pelo menos a cada dois anos, pelo Conselho de Administração.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

2019

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Diretoria Estatutária	100%	0%	N.A.	100%
Conselho Fiscal	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Comitê de Auditoria	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

2018

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Diretoria Estatutária	76,80%	23,20%	N.A.	100,00%
Conselho Fiscal	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Comitê de Auditoria	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

2017

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Diretoria Estatutária	58,80%	41,20%	N.A.	100,00%
Conselho Fiscal	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Comitê de Auditoria	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração (e Conselho Fiscal, quando instalado).

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avaliações, podendo ser utilizadas na comparação empresas de varejo, bem como do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada cargo, e busca alinhar os interesses entre membros da administração e acionistas, com incentivos para a melhoria em sua gestão, contribuindo para o estímulo e para a retenção de profissionais devidamente qualificados para o desempenho de suas funções, visando à manutenção da competitividade e ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo, assim como o de atrair novos profissionais sempre que necessário.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados nos três últimos exercícios sociais, uma vez que possuíam vínculo profissional com os acionistas controladores da Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os indicadores de desempenho da Companhia não impactam na determinação da remuneração fixa dos Administradores da Companhia.

Com relação a remuneração variável, os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são sell-out, markup e EBITDA, além de outras métricas específicas das diversas diretorias e áreas da Companhia.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável. A parte variável é impactada pelos indicadores de desempenho apontados acima, cujas definições estão diretamente atreladas à performance da Companhia, ao alcance das metas de equipe no período em questão e ao planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos administradores com os da Companhia e compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Para o médio e longo prazo, a Companhia visa a obter tal alinhamento por meio do pagamento de remuneração variável aos Diretores estatutários e não estatutários, vinculado às metas da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração atrelada ao cumprimento dos indicadores de desempenho, além de premiar a boa performance, buscando a permanência dos membros da administração.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A Companhia é responsável pelo pagamento da totalidade da remuneração dos membros da Administração da Companhia. Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Item não aplicável, uma vez que não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração global dos administradores é fixada anualmente em assembleia geral de acionistas, conforme definido no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações.

Uma vez determinada a remuneração global pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração é responsável por deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, bem como por aprovar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia realiza estudos no mercado de atuação para avaliação e fixação da remuneração individual dos administradores levando em consideração o planejamento estratégico, alinhado à política de remuneração, com o objetivo de garantir o alinhamento com as melhores práticas de governança**.**

Os estudos realizados pela Companhia para fixação da remuneração individual dos administradores se pautam em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do setor de varejo, de acordo com a função.

Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará a adequação da Política de Remuneração anualmente, de forma a verificar a aderência da Política com as responsabilidades de cada Executivo, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,33	10,00	0,00	15,33
Nº de membros remunerados	0,50	10,00	0,00	10,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.285.521,56	0,00	3.285.521,56
Benefícios direto e indireto	0,00	105.085,78	0,00	105.085,78
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	228.359,16	0,00	228.359,16
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	6.302.635,50	0,00	6.302.635,50
Participação em reuniões	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	40.000,00	9.921.602,00	0,00	9.961.602,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	8,42	0,00	14,42
Nº de membros remunerados	0,00	8,42	0,00	8,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.220.433,95	0,00	3.220.433,95

Benefícios direto e indireto	0,00	119.986,27	0,00	119.986,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	644.086,79	0,00	644.086,79
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	0,00	3.984.507,01	0,00	3.984.507,01

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	9,08	0,00	14,08
Nº de membros remunerados	0,00	9,08	0,00	9,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.538.450,45	0,00	3.538.450,45
Benefícios direto e indireto	0,00	195.079,47	0,00	195.079,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	707.690,09	0,00	707.690,09
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020		
Remuneração variável				

Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.069.009,62	0,00	1.069.009,62
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	0,00	5.510.229,63	0,00	5.510.229,63

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,50	0,00	10,50
Nº de membros remunerados	0,00	5,50	0,00	5,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.502.704,09	0,00	1.502.704,09
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	300.540,82	0,00	300.540,82
Descrição de outras remunerações fixas		Outros: refere-se à contribuição patronal do INSS, conforme especificado no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	1.052.777,69	0,00	1.052.777,69
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2020, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. A memória de cálculo se encontra no item 13.16 deste Formulário de Referência.	
Total da remuneração	0,00	2.856.022,60	0,00	2.856.022,60

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,33	10,00	0,00	15,33
Nº de membros remunerados	0,00	10,00	0,00	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 6.302.635,50	N.A.	R$ 6.302.635,50
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	R$ 0,00	R$ 1.995.084,41	N.A.	R$ 1.995.084,41

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	8,42	0	14,42
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 3.845.004,56	N.A.	R$ 3.845.004,56
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 1.445.981,76	N.A.	R$ 1.445.981,76
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	9,08	0	14,08
Nº de membros remunerados	0,00	9,08	0	9,08
Bônus				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 3.824.071,09	N.A.	R$ 3.824.071,09
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 1.459.442,39	N.A.	R$ 1.459.442,39
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0,00	R$ 1.069.009,62	N.A.	R$ 1.069.009,62

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,5	0	10,50
Nº de membros remunerados	0,00	5,5	0	5,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 0,00	N.A.	R$ 0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R$ 0,00	R$ 2.689.578,24	N.A.	R$ 2.689.578,24
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	R$ 0,00	R$ 1.172.099,35	N.A.	R$ 1.172.099,35
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	R$ 0,00	R$ 1.052.777,69	N.A.	R$ 1.052.777,69

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, plano de remuneração baseado em ações para seus conselheiros e membros da diretoria estatutária.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que os itens 13.5 a 13.7 não são aplicáveis à Companhia.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Exercício social encerrado em 31/12/2019			
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Companhia	0,00	2,33%	0	2,33%

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que os diretores estatutários e os membros do conselho de administração não possuem planos de previdência.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	8,42	9,08	5,50	6,00	5,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	8,42	9,08	5,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	659.354,88	1.382.159,69	655.832,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	144.130,84	143.999,62	310.681,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	473.219,36	606.853,48	519.276,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2018	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses.
31/12/2017	Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses. O membro que percebeu a maior remuneração exerceu suas funções na Companhia por 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados nos três últimos exercícios sociais.
31/12/2018	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados nos três últimos exercícios sociais.
31/12/2017	Os membros do Conselho de Administração da Companhia não eram remunerados nos três últimos exercícios sociais.

Conselho Fiscal	
31/12/2019	Não aplicável, haja vista que a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.
31/12/2018	Não aplicável, haja vista que a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.
31/12/2017	Não aplicável, haja vista que a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções. Adicionalmente, a Companhia não celebra acordos de indenidade com os membros da administração.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possuía nos três últimos exercícios sociais, administradores ou membros do conselho fiscal que fossem partes relacionadas aos controladores.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2019	N.A.	R$ 540.000,00*	N.A.
2018	N.A.	R$ 540.000,00*	N.A.
2017	N.A.	R$ 500.000,00*	N.A.

*Valor pago a título de contrato de consultoria celebrado entre a Companhia e alguns de seus diretores.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que, nos três últimos exercícios sociais, os administradores da Companhia não recebiam remuneração de seus controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de suas controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Memória de Cálculo

Segue abaixo tabela de memória de cálculo dos números de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária apresentados nesta seção 13:

			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
2020	Diretoria	Remunerado	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	**10**
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	Conselho de Administração	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2	**0,5**
		Não remunerado	7	7	7	4	4	5	5	5	5	5	5	5	**5,33**
2019	Diretoria	Remunerado	9	9	9	8	7	8	8	8	8	9	9	9	**8,42**
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	Conselho de Administração	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
		Não remunerado	5	5	5	5	5	5	7	7	7	7	7	7	**6**
2018	Diretoria	Remunerado	10	10	10	9	9	8	8	9	9	9	9	9	**9,08**
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	Conselho de Administração	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
		Não remunerado	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	**5**
2017	Diretoria	Remunerado	4	4	4	6	6	6	6	6	6	6	6	6	**5,5**
		Não remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
	Conselho de Administração	Remunerado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**0**
		Não remunerado	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	**5**

Plano de Financiamento de Ações

Em 1º de setembro de 2015, a Companhia aprovou em assembleia geral extraordinária um plano de financiamento de ações a favor de seus administradores, empregados e/ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas ("Executivo"). As aquisições no âmbito do plano estavam sujeitas ao máximo de 5% do total das ações da Companhia, sendo certo que os termos e condições de cada contrato foram estabelecidos pelo Conselho de Administração.

O início do plano se deu em 1º de outubro de 2015, quando o Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda financiada aos beneficiários determinados pelo Conselho de Administração, pelo prazo máximo de 7 (sete) anos, de 2.747.892 ações pelo valor de R$ 1,17 por ação, totalizando R$ 3.215.034,00. Além dessa venda inicial, a Companhia realizou outras vendas financiadas ao longo do tempo com preços que variaram de R$2,45 a R$3,73, até a finalização do plano em setembro de 2020, alcançando o total de 4,07% do total de ações da Companhia.

Opção de venda

Em determinados contratos celebrados, há a disposição de que: (a) em caso de invalidez permanente do Executivo que o impossibilite de continuar exercendo a sua função na Companhia ou nas Subsidiárias; ou (b) em caso de falecimento do Executivo; ou (c) no caso de uma operação de alienação de ações de emissão da Companhia representativas de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) do capital social votante da Companhia para terceiro(s); o Executivo ou o(s) respectivo(s) herdeiro(s) do Executivo que venha(m) a ser o(s) titular(es) das Ações Adquiridas, terá o direito de vender, parte ou a totalidade, conforme o caso, à Companhia das ações adquiridas.

Opção de compra

Em determinados contratos celebrados, há a disposição de que: a Companhia, ou por terceiro por ela indicado, a seu exclusivo critério, poderá recomprar as ações do Executivo em qualquer das seguintes hipóteses: (i) o Executivo deixar de atuar como executivo da Companhia ou de quaisquer de suas subsidiárias, por qualquer motivo; (ii) o Executivo ficar inadimplente em relação ao pagamento do preço de aquisição das ações por ele adquiridas; (iii) o Executivo descumprir quaisquer das obrigações previstas no respectivo contrato; e/ou (iv) o recebimento de uma proposta pela Companhia e/ou pelo(s) acionista(s) controlador(es) da Companhia para alienação da totalidade das ações de emissão da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Plano de Incentivo a Longo Prazo

A Companhia estuda aprovar, previamente ao lançamento da oferta pública inicial de ações da Companhia, um novo plano de incentivo de longo prazo em benefício de seus administradores e/ou os prestadores de serviço e/ou empregados de nível gerencial ou que desempenhem função relevante na Companhia, independentemente do cargo ou natureza da relação com o Grupo Uni.co.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 13 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/09/2020					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Administrativo	126	59	0	0	16	201
Coordenador/Supervisor	15	8	0	0	4	27
Diretoria	7	3	0	0	0	10
Encarregado	1	1	0	0	0	2
Especialista	3	1	0	0	0	4
Gerente	23	9	0	0	3	35
Operacional	18	119	6	0	0	143
Técnico	1	3	0	0	0	4
Total	**194**	**203**	**6**	**0**	**23**	**426**

Atividade	31/12/2019					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Administrativo	104	131	22	0	19	276
Coordenador/Supervisor	11	14	4	0	4	33
Diretoria	6	3	0	0	0	9
Encarregado	5	1	1	0	0	7
Especialista	0	7	0	0	0	7
Gerente	23	23	0	0	3	49
Operacional	46	83	116	0	0	245
Técnico	1	3	0	0	0	4
Total	**196**	**265**	**143**	**0**	**26**	**630**

Atividade	31/12/2018					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Administrativo	124	168	30	5	14	341
Coordenador/Supervisor	17	21	5	0	2	45
Diretoria	4	5	0	0	0	9
Encarregado	9	1	2	0	0	12
Especialista	0	7	0	0	0	7
Gerente	17	25	1	1	3	47
Operacional	170	71	166	2	0	409
Técnico	2	4	0	0	0	6
Total	**343**	**302**	**204**	**8**	**19**	**876**

Atividade	31/12/2017					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Administrativo	0	147	0	0	11	158
Coordenador/Supervisor	0	21	0	0	3	24
Diretoria	0	6	0	0	0	6
Encarregado	0	1	0	0	0	1
Especialista	0	4	0	0	0	4
Gerente	0	28	0	0	1	29
Operacional	0	70	0	0	0	70
Técnico	0	4	0	0	0	4
Total	**0**	**281**	**0**	**0**	**15**	**296**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	2020					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Comercial	1	0	0	0	0	1
Comunicação	0	1	0	0	0	1
E-Commerce	0	1	0	0	0	1
Finanças	0	1	0	0	0	1
Limpeza	0	3	0	0	0	3
Logística	0	22	0	0	0	22
Restaurante	6	2	2	0	0	10
Segurança	0	2	0	0	0	2
T.I.	2	0	0	0	0	2
Transporte	0	5	0	0	0	5
Total	**9**	**37**	**2**	**0**	**0**	**48**

Atividade	2019					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Comercial	0	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0
E-Commerce	0	0	0	0	0	0
Finanças	0	0	0	0	0	0
Limpeza	0	4	0	0	0	4
Logística	0	0	0	0	0	0
Restaurante	6	2	2	0	0	10
Segurança	0	2	0	0	0	2
T.I.	0	0	0	0	0	0
Transporte	0	5	0	0	0	5
Total	**6**	**13**	**2**	**0**	**0**	**21**

Atividade	2018					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Comercial	0	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0
E-Commerce	0	0	0	0	0	0
Finanças	0	0	0	0	0	0
Limpeza	0	4	0	0	0	4
Logística	0	0	0	0	0	0
Restaurante	6	2	2	0	0	10
Segurança	0	0	0	0	0	0
T.I.	0	0	0	0	0	0
Transporte	0	5	0	0	0	5
Total	**6**	**11**	**2**	**0**	**0**	**19**

Atividade	2017					
	SP	SC	MS	RS	CHINA	Total
Comercial	0	0	0	0	0	0
Comunicação	0	0	0	0	0	0
E-Commerce	0	0	0	0	0	0
Finanças	0	0	0	0	0	0
Limpeza	0	4	0	0	0	4
Logística	0	0	0	0	0	0
Manutenção	0	0	0	0	0	0
Restaurante	0	2	0	0	0	2
Segurança	0	0	0	0	0	0
T.I.	0	0	0	0	0	0
Transporte	0	2	0	0	0	2
Total	**0**	**8**	**0**	**0**	**0**	**8**

(c) índice de rotatividade

30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
5,94%	10,95%	2,34%	1,52%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

A diferença do número de terceiros contratados pela Companhia no ano de 2020, até o período de nove meses findo em 30 de setembro, e o número de terceiros contratados nos últimos três exercícios sociais, se dá em razão das épocas sazonais de trabalho, como por exemplo, o fim de ano, as quais não foram totalmente cobertas até a data deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de Recursos Humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando a assegurar: remuneração padronizada entre suas marcas; e condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia.

(b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

O compromisso da Companhia com as comunidades em que atua e a sociedade em geral, é basear seus relacionamentos em integridade, simplicidade, confiança e respeito. Nosso objetivo maior é proporcionar uma vida melhor aos nossos colaboradores, atuando com respeito às nossas verdades fundamentais para assegurar relações justas e profissionais, incentivando o desenvolvimento pessoal e oferecendo oportunidades de crescimento.

A Companhia segue as convenções coletivas negociadas entre os diversos sindicatos que representam os colaboradores e a entidade patronal de cada localidade onde atua. Em casos pontuais a Companhia faz negociações de acordos coletivos diretamente com o sindicato representante dos colaboradores. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia mantém relacionamento com 6 sindicatos representando os nossos colaboradores, quais sejam, Sindicato Comercial Atac Biguaçu, Sindicato Comercial Floripa, Sindicato Autônomos Floripa, Sindimestres SP, SindVest MS e Sindicato Autônomos SP. Nos últimos 3 exercícios sociais, não registramos nenhuma paralisação ou greve nos estabelecimentos da Companhia.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 14 foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia					
17.071.800/0001-04	Brasileira	Não	Sim	14/09/2020	
Não					
71.935.891	95,928%	0	0,000%	71.935.891	95,928%
OUTROS					
3.053.213	4,072%	0	0,000%	3.053.213	4,072%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
74.989.104	100,000%	0	0,000%	74.989.104	100,000%

620

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia				17.071.800/0001-04	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
100	100,000	0	0,000	100	100,000
TOTAL					
100	100,000	0	0,000	100	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	15/10/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	33
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.298.146	1,730%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	1.298.146	1,730%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Item não aplicável, uma vez que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	Incorporação da Belmar RJ Participações S.A. ("Belmar")
(b) principais condições do negócio	Foi aprovada em Assembleia Geral realizada em 14 de setembro de 2020, a realização de incorporação da Belmar RJ Participações S.A. (controladora da Companhia) pela Companhia. O objeto da operação foi a incorporação total da Belmar pela Companhia, de forma que a Companhia passou a ser titular da totalidade do patrimônio líquido da Belmar mediante versão de seu patrimônio líquido, com o respectivo aumento de capital social da Incorporadora.
(c) sociedades envolvidas	Uni.co S.A. ("Incorporadora") e Belmar RJ Participações S.A. ("Incorporada").
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	A Incorporação será realizada por meio da versão total do patrimônio líquido da Incorporada à Incorporadora, que a sucederá, a título universal, em todos os seus direitos e obrigações, o que implicará a extinção da Incorporada para todos os fins de direito.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação da incorporação em Assembleia Geral Extraordinária da Uni.co S.A., pela unanimidade de seus acionistas, realizada em 14/09/2020, na qual foram apresentada as razões e avaliações para a realização da operação societária.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Ausência de controle no FIP

Em complementação às informações prestadas nas seções 15.1/2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que o Squadra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, não possui um cotista que o controle, considerando para estes fins o mesmo critério que, se fosse companhia aberta, seria suficiente para considerar a participação como de acionista controlador, ou seja, não há cotista (i) que seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia; e (ii) que use efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações. Dessa forma, o gestor Squadra Participações Gestão de Recursos Ltda. exerce gestão discricionária.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 15 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia possui uma "Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse" a qual foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020 ("Política"). A Política visa a assegurar que todas as decisões, especialmente aquelas relacionadas às transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de Condições de Mercado (conforme definido abaixo), prezando as melhores práticas de governança corporativa.

Para os fins da Política, consideram-se "Condições de Mercado": aquelas que observam os princípios da (i) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (iii) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros), de acordo com o mercado e a legislação aplicável aos locais em que são celebradas. Na negociação entre Partes Relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

A celebração de Transações com Partes Relacionadas deverá observar o seguinte procedimento:

- Os acionistas da Companhia, os administradores e suplentes da Companhia e de suas controladas, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros(as), filhos, filhos de seus cônjuges ou de companheiros(as), e seus dependentes ou os de respectivos cônjuges deverão informar a Área de Compliance da Companhia sobre quaisquer transações entre elas e a Companhia de que tenham ciência;

- Caso a transação informada, conforme acima, constitua de fato uma Transação com Parte Relacionada, de acordo com julgamento a ser realizado pela Área de Compliance da Companhia, a referida transação será submetida à aprovação, conforme o procedimento abaixo:

    - Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos desta Política;

    - Todas as Transações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas: (a) por um Diretor estatutário, isoladamente, caso a operação ou o conjunto de operações tenham valor inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); e (b) por dois ou mais Diretores Estatutários, em conjunto, caso a operação ou o conjunto de operações tenham valor superior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) e inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

    - As Transações com Partes Relacionadas fora do Curso Normal dos Negócios serão submetidas ao Conselho de Administração, que deliberará sobre o assunto na forma do Estatuto Social.

- A Companhia, por meio de sua Diretoria e de seu Conselho de Administração, conforme o caso, atuará de forma a garantir que toda e qualquer Transação com Parte Relacionada realizada pela Companhia seja formalizada contratualmente, observando os seguintes critérios:

    - a transação deve estar em Condições de Mercado ao tempo de sua aprovação;

    - devem ser incluídos contratualmente os termos da transação e a finalidade do negócio; e

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- as condições da Política deverão ser integralmente observadas.

A Política pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia (https://ri.grupounico.com) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável. A Emissora realiza apenas operações com sociedades em que detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Não aplicável. A Emissora realiza apenas operações com sociedades em que detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Não aplicável. A Emissora realiza apenas operações com sociedades em que detém, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 16 foram divulgadas nos itens acima.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
14/10/2020	0,00		200.000.000	0	200.000.000
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
14/09/2020	97.094.577,91		74.989.104	0	74.989.104
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
14/09/2020	97.094.577,91		74.989.104	0	74.989.104
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
14/09/2020	97.094.577,91		74.989.104	0	74.989.104

634

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferênciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
21/12/2017	Assembleia Geral Extraordinária	21/12/2017	20.000.000,00	Subscrição particular	5.625.833	0	5.625.833	35,07897170	3,56	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculado de acordo com o disposto no Art. 170, §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional.									
02/01/2020	Assembleia Geral Extraordinária	02/01/2020	20.000.000,00	Subscrição particular	8.264.463	0	8.264.463	25,96923212	2,42	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculado de acordo com o disposto no Art. 170, §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional.									
14/09/2020	Assembleia Geral Extraordinária	14/09/2020	83.363,91	Subscrição particular	34.484	0	34.484	0,08593000	2,41	R$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão	Calculado de acordo com o disposto no Art. 170, §1º, inciso I da Lei das Sociedades por Ações.									
Forma de integralização	Moeda corrente nacional.									

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 14 de outubro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, no valor de R$ 20.848.871,00 (vinte milhões, oitocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e setenta e um reais), mediante a emissão privada de 8.624.143 (oito milhões, seiscentas e vinte quatro mil, cento e quarenta e três) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com a possibilidade de homologação parcial em até 30 dias contados da data da referida assembleia.

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 17 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Aos acionistas da Companhia é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, incluindo mudanças nos direitos conferidos às ações de sua emissão, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3. De acordo com o Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3 caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) realizada dentro do previsto na regulamentação editada pela CVM sobre OPAs para cancelamento de registro de companhia aberta. A realização da OPA pode ser dispensada por meio de aprovação em assembleia geral. A OPA deve possuir preço justo, baseado em laudo de avaliação, na forma estabelecida pela legislação societária. Além disso, os acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4° da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência para subscrição de aumento de capital social pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A Companhia solicitou a admissão à negociação de suas ações ordinárias no segmento Novo Mercado da B3.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à CVM e à B3. Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários negociados em mercados estrangeiros.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Item não aplicável, uma vez que, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição relativas aos valores mobiliários da Companhia.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 18 foram divulgadas nos itens acima.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 30/09/2020

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	1.221.285	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	1.221.285	3,09
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	0	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	915.964	
Quantidade adquirida	305.321	1,97
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	1.221.285	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	305.321	
Quantidade adquirida	610.643	2,38
Quantidade alienada	0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	915.964
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			

Movimentação	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição/alienação (Reais)
Quantidade Inicial	305.321	
Quantidade adquirida	0	0,00
Quantidade alienada	0	0,00
Quantidade cancelada	0	
Quantidade final	305.321	
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%	

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 19 foram divulgadas nos itens acima.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**15/10/2020**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	O acionista controlador, os administradores, os conselheiros fiscais, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, os empregados e demais colaboradores da Companhia, do acionista controlador ou das sociedades controladas ou coligadas que, em decorrência de seu cargo, função ou posição na Companhia, no acionista controlador ou nas sociedades controladas ou coligadas, possam ter conhecimento ou acesso a qualquer informação privilegiada ("Pessoas Vinculadas").

Principais características e locais de consulta

O propósito da "Política de Negociação de Valores Mobiliários" ("Política de Negociação") é estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, bem como evitar o uso inadequado de informações privilegiadas, nos termos da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358").
A Política de Negociação está disponibilizada para consulta eletronicamente pelos sites: (i) da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br); (ii) da Companhia (https://ri.grupounico.com); bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Mofarrej, 348, conjunto 1.503, 15º Andar, Sala B, Vila Leopoldina, CEP 05.311-000.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	Pendência de Divulgação de Fato Relevante: É vedada a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, até que seja divulgada ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante, conforme a Política. Também se aplica quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela Companhia, sociedades controladas, sociedades coligadas ou sociedade sob controle comum; ou houver sido outorgada opção ou mandato para isso; e quando existir a intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia. Após Divulgação de Ato/Fato Relevante: Nesses casos, mesmo após a divulgação de ato/fato relevante, prevalecerá a proibição de negociação se ela puder interferir nas condições dos negócios com valores mobiliários, acarretando dano à Companhia/acionistas. Tal restrição deve ser informada pelo DRI. Período Anterior à Divulgação de ITR, DFP e Distribuição de Resultados: Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários no período de 15 dias anterior à divulgação/publicação das informações trimestrais e demonstrações financeiras padronizadas. Tais restrições não se aplicam na hipótese de plano de investimento que atenda aos requisitos aplicáveis. Pessoas Vinculadas também não podem negociar valores mobiliários em período determinado pelo DRI, desde a decisão de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Deliberação Relativa à Aquisição ou à Alienação de Ações de Emissão da Companhia: O Conselho não poderá aprovar programa de recompra enquanto não forem divulgadas ao público informações sobre a celebração de acordo ou contrato para a transferência do controle acionário; outorga de opção ou mandato para o fim de transferência de do controle; ou existência de intenção de promover incorporação, cisão total/parcial, fusão, transformação ou reorganização societária que envolva a Companhia. Caso após a aprovação de programa de recompra ocorra fato que se enquadre em qualquer das 3 hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com seus valores mobiliários até a divulgação do respectivo ato/fato relevante. Ex-Administradores: Os ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato/fato relevante relativo a negócio/fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de 6 meses ou até que tal ato/fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último, observado o disposto abaixo. Se a negociação com os valores mobiliários, mesmo após a divulgação do ato/fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios em prejuízo da Companhia/de seus acionistas, os ex-administradores não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo mínimo de 6 meses após seu afastamento, devendo tal restrição adicional ser informada pelo DRI. Vedações Adicionais: As vedações também se aplicam às negociações realizadas direta ou indiretamente por Pessoas Vinculadas caso estas negociações se deem por intermédio de pessoas ligadas; terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira ou de negócio fiduciário; ou qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por meio de Pessoa Vinculada, sabendo que ainda não foi divulgada ao mercado. Não são consideradas negociações indiretas e não estão sujeitas à vedação, as negociações realizadas por fundos e/ou clubes de investimento de que sejam cotistas as pessoas acima, desde que não sejam exclusivos; e as decisões de negociação do administrador do fundo e/ou clube de investimento não possam de qualquer forma ser influenciadas por seus cotistas.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 20 foram divulgadas nos itens acima.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela política de divulgação de ato ou fato relevante ("Política de Divulgação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;

- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;

- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia ou em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;

- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;

- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;

- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (https://ri.grupounico.com), bem como fisicamente na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1855, conjuntos 11, 12, 21, 22, 1º e 2º andares, Vila Olímpia, CEP 04.548-903, e ainda, no site da CVM (www.cvm.gov.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante ("Política de Divulgação"), aprovada em reunião do conselho de administração da Companhia, tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358.

A divulgação e comunicação à CVM e às entidades do mercado de ato ou fato relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos previstos na Política de Divulgação, é obrigação do diretor de relações com investidores, conforme definido na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado em portal de notícias com página na rede mundial de computadores que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade, bem como disponibilizado: (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM; e (ii) no website de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.grupounico.com) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de ato ou fato relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do diretor de relações com investidores, seja considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o diretor de relações com investidores divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O acionista controlador, os diretores, os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, que tenham firmado termo constante da Política de Divulgação, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre ato ou fato relevante, conforme o item 4.5 da Política de Divulgação, serão responsáveis por comunicar ao diretor de relações com investidores todo e qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do diretor de relações com investidores, que promoverá sua divulgação.

A comunicação ao diretor de relações com investidores deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço ri@grupounico.com.br.

Caso as pessoas mencionadas acima constatem a omissão do diretor de relações com investidores no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e desde que não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o ato ou fato relevante – nos termos da Seção 5 da Política de Divulgação – tais pessoas deverão comunicar imediatamente o ato ou fato relevante à CVM, para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as entidades do mercado exigirem do diretor de relações com investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de ato ou fato relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários, deverá o diretor de relações com investidores inquirir as pessoas com acesso a atos ou fatos relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

As pessoas inquiridas na forma do parágrafo acima deverão responder à solicitação do diretor de relações com investidores imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o diretor de relações com investidores ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das entidades do mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço https://ri.grupounico.com.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às entidades de mercado, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios nas entidades do mercado.

Quando os valores mobiliários estiverem sendo negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação de ato ou fato relevante deverá ser feita, sempre que possível 1 (uma) hora antes do início ou após o encerramento dos negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações que a Companhia julga relevantes e pertinentes a esta seção 21 foram divulgadas nos itens acima.